

# ***DOS TEMPOS À VIRACÃO, DOS VENTOS À AMARRAÇÃO:***

Estudos histórico-geográficos  
sobre o litoral do Piauí V.2.

Marcus Pierre de Carvalho Baptista  
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista  
Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Brenda Rafaela Viana da Silva  
Liége de Souza Moura  
(Organizadores)

cancioneiro

Marcus Pierre de Carvalho Baptista  
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista  
Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Brenda Rafaela Viana da Silva  
Liége de Souza Moura  
(Organizadores)

**Dos tempos à Viração, dos ventos à Amarração:  
estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí**

VOLUME 2

cancioneiro

Todos os direitos reservados

*Projeto gráfico e diagramação*  
Ronyere Ferreira

*Capa*  
Iris Victoria Montalvan Shica

*Revisão*  
Os autores

CANCIONEIRO

*Editora*  
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

*Conselho editorial*  
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)  
Diego Buffa (Universidad Nacional de Córdoba)  
Evaristo Falcão (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)  
Francisca Verônica Cavalcante (Universidade Federal do Piauí, Brasil)  
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)  
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, USA)  
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)  
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)  
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)  
Maria Simone Euclides (Universidade Federal de Viçosa, Brasil)  
Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)  
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)  
Sandra Melo (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)  
Sílvia Coneglian (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)  
Sílvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)  
Vincent Spina (Clarion University of Pennsylvania, USA)

---

Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Brenda Rafaele Viana da Silva, Liége de Souza Moura (Organizadores).  
Dos tempos à Viração, dos ventos à Amarração: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí - v. 2. Teresina: Cancioneiro, 2022.  
193 p. il.  
E-book

ISBN: 978-65-5380-070-0 (digital)

CDD 900

---

EDITORA CANCIONEIRO  
CNPJ 38.275.847/0001-51  
TERESINA - PIAUÍ  
www.editoracancioneiro.com.br  
contato@editoracancioneiro.com.br

# Sumário

|                                                                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação.....                                                                                                            | 6  |
| Espaço, economia e turismo:<br>os nexos de um processo de reestruturação produtiva no litoral do Piauí.....                  | 9  |
| <i>Jorge Martins Filho</i>                                                                                                   |    |
| Litoral norte do Brasil, jardim de delícias:<br>gêneros comestíveis no litoral do Piauí, séculos XVI, XVII e XVIII.....      | 27 |
| <i>Alcebíades Costa Filho</i>                                                                                                |    |
| Avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense:<br>uma estratégia de geoconservação.....                  | 40 |
| <i>Brenda Rafaele Viana da Silva</i><br><i>Iracilde Maria de Moura Fé Lima</i><br><i>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</i> |    |
| Parnaíba, Piauí, na revista <i>O Malho</i> .....                                                                             | 56 |
| <i>Priscila Saraiva de Moura Souza</i>                                                                                       |    |
| Patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí e a geoeducação.....                                                           | 68 |
| <i>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</i><br><i>Liége de Souza Moura</i><br><i>Brenda Rafaele Viana da Silva</i>            |    |
| Parnaíba moderniza-se:<br>os anseios pelo progresso portoário e ferroviário nos primeiros anos do século XX.....             | 84 |
| <i>Lêda Rodrigues Vieira</i>                                                                                                 |    |
| Zoneamento geoecológico do complexo<br>fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim, litoral leste do estado do Piauí.....       | 99 |
| <i>Roneide dos Santos Sousa</i><br><i>Antônio Jeovah Andrade Meireles</i>                                                    |    |

|                                                                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Questões de identidade e distinção social através do consumo<br>de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século xx..... | 115 |
| <i>Marcus Pierre de Carvalho Baptista</i>                                                                                                             |     |
| <i>Alcebíades Costa Filho</i>                                                                                                                         |     |
| <i>Francisco de Assis de Sousa Nascimento</i>                                                                                                         |     |
| Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação<br>da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI.....               | 141 |
| <i>Ulisses de Andrade Lima</i>                                                                                                                        |     |
| <i>Francisca Cardoso da Silva Lima</i>                                                                                                                |     |
| A puericultura visando a sanidade e a<br>atuação filantrópica em Parnaíba – PI (1937-1945).....                                                       | 155 |
| <i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>                                                                                                              |     |
| Compatibilidade ambiental para produção do camarão na<br>planície costeira dos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia – Piauí.....            | 172 |
| <i>Marcos Antonio Cavalcante de Oliveira Júnior</i>                                                                                                   |     |
| <i>Glairton Cardoso Rocha</i>                                                                                                                         |     |
| Sobre os autores.....                                                                                                                                 | 187 |
| Sobre o NEZCPI.....                                                                                                                                   | 192 |

## Apresentação

Estudos sobre o litoral do Piauí vem sendo desenvolvidos com ênfase em diferentes perspectivas considerando as características peculiares da área, pois embora se configurando no menor trecho litorâneo do país, com extensão linear de 66km, apresenta uma diversidade significativa entre paisagens e ecossistemas naturais, como praias, campos de dunas, recifes de arenito, *beachrocks*, eolianitos, estuários, delta, planícies etc., e espaços transformados pela expressiva ocupação humana, constituindo palco de atividades socioeconômicas e culturais imprescindíveis para o desenvolvimento do estado, através por exemplo do turismo e suas variantes, pesca e outras formas de exploração.

A natureza do ambiente litorâneo, entretanto demanda atenção, cuidado e planejamento no que se refere a ocupação, uso e exploração de seus recursos, pois sendo ambiente de interface entre o meio aquático (salgado e doce) e o terrestre, implica em uma dinâmica específica e processos naturais delicados para o equilíbrio dos ecossistemas que neste se desenvolvem. No caso do litoral do Piauí, muitas situações se apresentam preocupantes pela forma de ocupação ocorrente, haja visto inclusive que sua faixa costeira e boa parte de áreas interiores, estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, unidade de uso sustentável conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que permite exploração econômica desde que levando em conta a sustentabilidade da área e de seus recursos.

Deste modo, evidencia-se o interesse por este ambiente sob inúmeros pontos de vista, motivando estudos e pesquisas que tenham por finalidade conhecer e compreender as especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas e culturais a ele relacionadas, visando contribuir para um desenvolvimento sustentável do estado.

Neste contexto, o livro **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí**, em seu volume 2, reúne textos produzidos por pesquisadores que abordam aspectos históricos e geográficos relacionado ao espaço litorâneo piauiense, permeado por interfaces com outros campos do conhecimento, evidenciando a natureza interdisciplinar quando se trata de investigações realizadas em e sobre o ambiente costeiro.

Produtos da curiosidade científica de seus autores, os capítulos escritos para esse volume decorrem em sua maioria de estudos referentes a dinâmica social e ambiental do litoral piauiense percorrendo caminhos desde o século XVI ao em curso, trazendo elementos relacionados a costumes de caráter histórico como tratado no capítulo 2 de autoria do Prof. Dr. Alcebiades Costa Filho, intitulado *Litoral norte do Brasil, jardim de delícias: gêneros comestíveis no litoral do Piauí, séculos XVI, XVII e XVIII*, e no capítulo 8, que tem por título *Questões de identidade e distinção social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX*, e autores os professores MSc. Marcus Pierre de Carvalho

Baptista, Dr. Alcebíades Costa Filho e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, analisando aspectos da alimentação nos respectivos recortes temporais.

No cenário de atividades econômicas e produtivas desenvolvidas no litoral do Piauí enquadra-se o primeiro capítulo desta obra, escrito pelo Prof. Dr. Jorge Martins Filho, que em seu texto *Espaço, economia e turismo: os nexos de um processo de reestruturação produtiva no litoral do Piauí*, discute o turismo nesta seara. Embora abordando aspectos específicos sobre a atividade pesqueira e carcinicultura, realizam análises que interlaçam a utilização econômica e a preocupação com as condições ambientais das áreas onde estas atividades têm lugar no litoral piauiense, o capítulo 9, *Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI*, de autoria dos professores MSc. Ulisses de Andrade Lima e MSc. Francisca Cardoso da Silva Lima, e o capítulo 11 *Compatibilidade ambiental para produção do camarão na planície costeira dos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia – Piauí*, escrito pelo Prof. MSc. Marcos Antonio Cavalcante de Oliveira Júnior e Dr. Glairton Cardoso Rocha.

Em conformidade com a relevância do conhecimento sobre a geodiversidade do litoral do Piauí para pensar sua valorização e estratégias de geoconservação, incluindo processos educativos, tem-se os estudos referentes a zoneamentos ambientais e/ou geocológicos, que indicam as fragilidades e fortalezas nos ecossistemas costeiros e de seus geossítios. Este panorama é trabalhado em três dos capítulos nesta obra: o capítulo 3 que apresenta estudo sobre a *Avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense: uma estratégia de geoconservação*, tendo por autoras as professoras MSc. Brenda Rafaela Viana da Silva, Dra. Iracilde Maria de Moura Fé Lima e Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, o capítulo 5 que discute a perspectiva da geoeducação no contexto litorâneo piauiense a partir de seu relevo, com o título *Patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí e a geoeducação*, produzidos pelas professoras Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Dra. Liége de Souza Moura e pela professora MSc. Brenda Rafaela Viana da Silva, e o capítulo 7 que expressa a pesquisa dos professores Dra. Roneide dos Santos Sousa e Dr. Antônio Jeovah Andrade Meireles em relação ao *Zoneamento geocológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim, litoral leste do estado do Piauí*, título do texto em questão.

Na tessitura deste livro, no quesito da dinâmica social definida para espaços específicos do litoral do Piauí, evidencia-se a cidade de Parnaíba, como objeto de estudo de distintos olhares e abordagens, aqui trazidas a partir de sua presença em registros de jornais relevantes no contexto brasileiro, a questão da modernização de seu espaço em consonância ao desenvolvimento de sistemas de transportes no início do século XX e no aspecto da saúde, o destaque para a atuação filantrópica relacionado ao desenvolvimento infantil, em recorte temporal entre as décadas de 1930 e 1940. Estes aspectos estão expressos respectivamente no capítulo 4 *Parnaíba, Piauí, na revista O Malho*, de autoria da professora MSc. Priscila de Moura Souza, no capítulo 6 intitulado *Parnaíba moderniza-se: os anseios pelo progresso portoário e ferroviário nos primeiros anos do século XX*, produzido pela professora MSc. Lêda Rodrigues Vieira, e no capítulo 10, cuja autora é a professora Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho, tendo por título *A puericultura visando a sanidade e a atuação filantrópica em Parnaíba – PI (1937-1945)*.

Os textos em tela trazem aspectos diversificados na abordagem dos estudos sobre o litoral do Piauí, mas se entrelaçam no sentido de contribuir para a ampliação de acesso as informações sobre este espaço, em especial no que se referem aos históricos e geográficos, consi-

derando a formação, experiências e pesquisas desenvolvidas por seus autores, como podem ser visualizadas no resumo de seus currículos ao final da obra, bem como considerando a proposta precípua da organização desta.

O Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI), se propôs na continuidade da proposta deste livro, em seu segundo volume, possibilitar mais uma vez a divulgação de pesquisas referentes ao litoral do Piauí que prescinde que estejam o máximo possível acessíveis a população piauiense de forma geral. Desta forma, desejamos que a leitura do livro possa ampliar as reflexões sobre as condições históricas e geográficas do litoral piauiense visando ainda estimular estudos e pesquisas futuras.

*Os organizadores*

# **Espaço, economia e turismo: os nexos de um processo de reestruturação produtiva no litoral do Piauí**

*Jorge Martins Filho*

## **Introdução**

O fenômeno turístico tem a capacidade de produzir o espaço geográfico a partir de suas relações com a economia. Para o entendimento da dinâmica espacial produzida pelo turismo, é necessário conhecer em que medida se desenvolvem os nexos entre o espaço, a economia e a atividade turística.

A distribuição territorial da riqueza gerada pelo turismo é muito desigual, como desiguais são seus fluxos. É compreensível a luta de muitos destinos pouco conhecidos para entrar e ampliar sua cota no mercado turístico global como estratégia de desenvolvimento econômico. É evidente que entrar nesse mercado implica não somente grandes investimentos para valorizar os recursos que constituem o núcleo central do produto ofertado, mas também fazer com que esses recursos sejam acessíveis aos mercados.

O crescimento do turismo ao longo das últimas décadas é notável, embora a ocorrência da pandemia de COVID-19, a partir de fevereiro de 2020, tenha desacelerado este crescimento nos diversos aspectos. Até então, o turismo havia se tornado uma atividade econômica de destaque, devido a fatores relacionados à maior disponibilidade de capital para viajar, ao aumento da expectativa de vida, à redução da carga horária de trabalho, à melhoria nos meios de transportes e de comunicações, ao aumento do tempo disponível para lazer e desenvolvimento econômico descentralizado, fatos que incrementaram o número de empresas ligadas ao turismo.

A lógica econômica predominante no capitalismo obriga a atividade turística a buscar o retorno dos investimentos em curto prazo. Isso produz uma relação desigual e combinada na produção dos espaços capitalistas e é absorvida de maneira diferenciada pelas culturas e modos de organização produtiva local. Nesta lógica do capitalismo, os espaços são apropriados com o objetivo de desenvolvimento das atividades turísticas com fins mercadológicos.

O Brasil adota uma forma de crescimento turístico que ignora o peso das motivações turísticas duradouras, entre eles, os modos de vida, os ecossistemas diferenciados e preservados e, ainda, os costumes locais.

Desta maneira, os visitantes interagem com atrações e infraestruturas geralmente desenvolvidas para fins não ligados ao turismo propriamente, com residentes locais e com a atividade econômica da cidade.

Os pressupostos aqui discutidos revelam, pois, não só o reconhecimento da vinculação do turismo com a macroeconomia, mas apontam a existência de possibilidades em que o turismo possa desenvolver-se de maneira integrada às questões sociais e ambientais locais.

As posições conceituais assumidas servem para analisar a realidade. Porém, devem ser ampliadas com os nossos apontamentos com os aspectos sociais, econômicos e ambientais, sem deixar de destacá-los como formas de produção do espaço geográfico e, ainda, de fortalecedores do desenvolvimento das atividades turísticas.

O entendimento sobre desenvolvimento econômico jamais deve ser visto como sinônimo de crescimento econômico, que pode ser alcançado sem que haja, necessariamente, melhoria nos indicadores sociais.

No desenvolvimento econômico, o aumento da produção de bens e o progresso técnico deverão estar a serviço de uma sociedade mais justa. A referência ao crescimento econômico baseado apenas no progresso técnico se torna insuficiente como dimensão para sua definição, podendo, como relata Souza (1997), ser antes parte do problema que da solução.

A sustentabilidade significaria a manutenção das condições naturais e socioeconômicas equilibradas de forma equitativa. No entanto, nas condições em que se apresenta o processo econômico, isso se torna impossível.

Assim, o propósito deste artigo é compreender as implicações sociais, econômica e ambientais em função da implantação e desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no litoral do Piauí.

Para a construção das bases teóricas e conceituais, adotamos instrumentos de pesquisa como análise documental e bibliográfica, além de procedimentos estatísticos a partir da coleta de dados primários e secundários.

Foram utilizados, ainda, indicadores encontrados nas bases de dados existentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Ministério do Turismo (Mtur).

## **Turismo e a Dimensão Ambiental**

Inicialmente salientamos que um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos foram as chamadas “revoluções ambientais”, responsáveis por significativas transformações no comportamento não somente da sociedade, mas também na organização política e econômica do mundo.

Para Bernardes e Ferreira (2010, p. 27) foi nos últimos anos que “pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e [...] a ciência e a tecnologia passaram e ser questionados”. Convém lembrar que o fato de a natureza ter sido consumida e, conseqüentemente, devastada através dos tempos, apresenta-se como resposta às exigências de reprodução do capital.

As cidades constituem-se em base desse modelo. Refletem uma sociedade dividida em classes sociais que marcam a divisão social do trabalho. E nelas, se a propriedade privada do solo é determinante nas formas de organização das cidades, a lógica da especulação do capitalismo destrói a natureza para transformá-la em mercadoria.

As intensas modificações técnico-científicas pelas quais a sociedade atual passa, acarretam conseqüências imediatas ao meio e ameaçam a vida na superfície da Terra.

Para Santos (1993, p. 36-37):

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização.

A relação entre homem e natureza, com isso, passa a ser mais distante e ignorada. Aos objetos técnicos que a ela se superpõem, unem-se ações movidas pela ciência e tecnologia. Santos (1993) revela que quando o meio ambiente é considerado como natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica e quando a natureza “cibernética” substitui a natureza do passado, tem-se como resultado a dissimulação da História.

A esse conjunto de objetos que se superpõem à natureza, Santos (1997) denominou de “tecnosfera”, levando-nos a reflexão sobre a importância da natureza perante o capitalismo em sua forma atual, ao processo de urbanização litorânea sob sua influência, e ainda, a maneira como esses elementos passam a possuir significados perante o turismo.

A partir do momento em que a identidade natural dos lugares passa por um processo de desaparecimento, a urbanização turística busca uma situação imaginária apoiada pela mídia, e as paisagens que se encontram em um processo de conservação passam a ser valorizadas por sua raridade e são privilegiadas para o turismo.

A crise que envolve os elementos naturais e o seu equilíbrio ecológico nas cidades atinge a população – moradora ou não – como um todo. Exige, então, reflexão centrada na concepção de desenvolvimento. É importante a valorização de uma urbanização referenciada pela natureza, que apresente uma relação mais coerente entre urbanização e turismo sustentável e que possa contribuir ao mesmo tempo para o equilíbrio ambiental. Não obstante, o crescimento da procura de ambientes naturais está provocando uma nova realidade em:

[...] busca de alternativas ao turismo tradicional que tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis que correm risco de uma rápida e irreversível degradação [...]. Como um paradoxo, essa mudança de interesse pode voltar-se contra os espaços com um elevado valor ecológico (SANCHO, 2001, p. 228).

É importante frisar que essa busca pela natureza, por se constituir uma atividade massiva, pode ocasionar degradação ambiental em áreas naturais protegidas.

A interdependência entre crescimento econômico e conservação ambiental e a necessidade de melhor distribuição dos benefícios alcançados pelo desenvolvimento configuram-se como eixos fundamentais para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Para Dias (2012, p. 69), “os princípios de sustentabilidade devem construir o objetivo principal de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer de seus estágios evolutivos”.

Existem várias iniciativas possíveis de serem exploradas e que podem ser comuns a vários lugares, porém o mais importante a ser destacado é que devemos pensar o espaço turístico como um todo, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A atividade turística, quando vista além de sua dimensão econômica, pode ser considerada uma estratégia alternativa de valorização e conservação da natureza.

O desenvolvimento do ecoturismo pode se constituir em fator importante para a manutenção das áreas naturais originais, conferindo autenticidade ao cenário local, e apresentando-se como fator motivador na escolha dos lugares turísticos. Segundo Pires (2002), o ecoturismo representa um segmento turístico derivado da concepção de natureza e se caracteriza por viagens em que o turista está em contato com os atrativos naturais.

As atividades turísticas realizadas a partir da valorização da natureza são vistas como alternativas ao desenvolvimento das localidades e, em contrapartida, como efetiva ferramenta para a conservação da natureza por proporcionar receitas advindas de seu uso racional.

### **Sustentabilidade pela inclusão social**

A ordem capitalista atual se expressa na paisagem mediante um característico sistema de objetos e de ações como citado por Santos (1997). Contudo, acreditamos existir a possibilidade de ela se apresentar com uma configuração que reflita as ações dos cidadãos e da orientação da ordem local. Projetos voltados para o desenvolvimento do turismo devem ser realizados em atendimento a essas concepções.

É possível, pois, uma ação que possa contribuir para a formação de um espaço onde se observem as relações de solidariedade entre os indivíduos e a instalação da criatividade como instrumento de sobrevivência e reprodução dos objetos de consumo desejados.

As ações políticas realizadas pelas empresas são direcionadas pela competitividade que caracteriza o Sistema Econômico. Tais ações levam, entre outras coisas, à perda da solidariedade e ao consequente aumento da individualidade e, paralelamente, a desigualdade entre os indivíduos aumenta.

Reconhecemos que, dadas condições econômicas e sociais em que vivem, as classes populares possuem maiores possibilidades de estabelecerem comunicação mais eficaz com os indivíduos e objetos presentes, inclusive utilizando novas práticas e normas de criação.

É por meio da compreensão do funcionamento da vida cotidiana de um lugar que podemos compreender como são importantes as relações comunicativas que ela possibilita.

No momento em que as pessoas se envolvem em discussões e ações que as unem em busca de um interesse comum, em um processo participativo e educativo, há o fortalecimento dos laços de solidariedade entre essas pessoas e se faz nascer um espírito de cidadania.

Santos (2007, p. 19) acredita que:

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.

Torna-se fundamental, portanto, o fato de a cidadania poder ser aprendida, não sendo, portanto, algo recebido como doação, mas que tem o significado de uma conquista.

É nesse quadro apresentado pela atual ordem capitalista que chamamos atenção para o fato de que os sistemas de objetos e ações, criados a partir desse momento, passam a necessitar de um discurso que está em confronto direto com o fortalecimento das ações no plano atual do cotidiano.

Para Santos (2007, p. 29):

[...] a cultura popular, cultura “selvagem” e irracional, é substituída, lenta ou rapidamente, pela cultura de massas; o espaço “selvagem” cede lugar a um espaço que enquadra e limita as expressões populares, e o que deveria surgir como sociedade de massas apenas se dá como sociedade alienada. Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor.

É o sistema capitalista que dita o consumo global, direcionando a vida coletiva e a formação do caráter. Explica Santos (2007) que o espaço vivido se torna exclusividade do mercado e cristaliza as desigualdades e as injustiças, e o espaço empobrecido surge como resultado desses fatos.

O atendimento prioritário às necessidades de crescimento econômico e o não cuidado com a população têm-se tornado, de modo geral, a preocupação do Estado-Nação, resultando o sufocamento da cidadania pela ordem econômica.

A intervenção nos espaços turísticos deve tratar dos aspectos que possibilitem a inclusão social por meio de programas que estejam diretamente relacionados a um enfoque participativo e criativo das populações.

É o processo de planejamento e gestão dos espaços turísticos que se preocupa com o modo de formação dos habitantes locais, considerando que tudo isso envolve a educação, a cultura e a organização da sociedade civil.

A valorização da identidade ou identidades deve ser utilizada como forma de resistência a projetos que não envolvam as populações locais. Para Castells (2000), a identidade é a construção de significados embasada em atributos culturais próprios. Ratificando, pois, a importância da aplicação de projetos de planejamento e gestão dos espaços turísticos que tenham relação direta com o lugar, entendem que a identidade é resultado de processos que envolvem significados e experiências de um povo.

Quando se formula uma política de equidade, cria-se uma relação direta com a capacidade de mobilização dos setores organizados da sociedade que luta por suas reivindicações.

As consequências sociais e culturais do turismo são extremamente complexas na medida em que estão relacionadas com as diferentes escalas em que ocorrem as mudanças (culturas e indivíduos), mas, também, com categorias particulares de indivíduos (turistas e produtores de experiência turística), quer sejam formalmente parte do setor turístico, quer sejam parte da base mais abrangente de recursos humanos por estarem incluídos no destino que os turistas irão visitar.

Nas áreas de receptivo turístico é importante identificar até que ponto o turismo provoca mudanças no lugar e na cultura dos moradores locais. Tais alterações são comumente vistas como negativas. Todavia, em alguns casos, o turismo tem sido uma forte “arma” para a conservação da cultura por fornecer um mercado para as atividades culturais que tinham pequeno valor fora de suas comunidades.

O turismo pode trazer ao ambiente uma nova valorização ao criar parques e produtos de ecoturismo. Essa mudança é, por isso mesmo, individual e coletiva, o que indica interesse significativo sobre as consequências do turismo para os valores e atitudes pessoais sujeitos a mudanças, então. Os turistas podem vir a desenvolver novas reflexões sobre as experiências

durante a viagem. Eles também podem valorizar novas relações sociais a partir das experiências adquiridas em novas convivências.

Segundo Cooper, Hall e Trigo (2011), na categoria dos impactos socioculturais, os aspectos positivos estariam relacionados com a maior participação dos moradores locais nas atividades e eventos, na renovação comunitária, nos valores e tradições culturais revalorizadas, na abertura a novas ideias a partir da exposição à globalização e da criação de novos espaços comunitários.

Nessa mesma categoria, os autores elencam como aspectos negativos a mercantilização das atividades e eventos que podem ser de natureza pessoal, as alterações nas estruturas comunitárias, o enfraquecimento ou perda de valores nas tradições, a elevação dos índices de criminalidade, a perda de espaços voltados à comunidade, o perigo de desarticulação social e a perda da autenticidade.

Sempre apresentado pelos governos e órgãos de planejamento como a solução aos problemas econômicos da região e forma de desenvolver a inclusão social, o turismo não consegue, em grande parte, atender às expectativas da população local quanto às melhores condições de vida e de habitação.

Nesse sentido, apresentando-se como região de intensos problemas socioeconômicos, o nordeste brasileiro, por exemplo, é o retrato de como o turismo, sozinho, não é suficiente para mudar essa realidade. Isso se torna claro quando o turismo se apresenta como um efetivo instrumento de acumulação capitalista, “contribuindo para a produção de empregos, mas, sobretudo, de subempregos, pois, além de ser uma atividade sazonal, ela remunera baixamente sua força de trabalho” (CORIOLANO, 2006, p. 178).

O simultâneo processo de inclusão/exclusão fica patente com um padrão que evidencia as contradições a partir de um modelo que possibilita, para alguns, o acesso a bens e serviços essenciais. São os que usufruem os recursos ofertados pelo mercado, podendo satisfazer suas necessidades ampliadas de consumo, mas, que negam essa mesma possibilidade a muitos.

## **Turismo no Polo Costa do Delta**

O Polo Costa do Delta tem importante destaque nos instrumentos de planejamento turístico que envolve o estado do Piauí. Apesar de ser destino turístico muito rico, ainda é pouco conhecido nacionalmente. Como principal destino turístico do Piauí, o Polo Costa do Delta tem papel decisivo na questão competitividade no mercado turístico e pode criar uma forte identidade para o estado.

A faixa que compreende o trecho da costa brasileira, compreendida entre a foz do rio Parnaíba até a divisa dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba é denominada por Macedo (2002) como “litoral das dunas”. Segundo o autor, a região apresenta terras planas com praias extensas e falésias, modesto sistema de drenagem com muitos rios intermitentes. Em toda a região nas desembocaduras dos rios perenes, há manguezais. Paralelamente à costa constata-se a ocorrência de arrecifes de arenito.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Piauí (SEBRAE, 2012), por sua vez, considera a existência de sete regiões turísticas com distintos segmentos potenciais (Teresina; Costa do Delta; Origens; Aventura e Mistério; Histórico-Cultural; Nascentes e das Águas). O Polo Costa do Delta é composto pelos municípios de Buriti dos Lopes, Cajueiro da

Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba, tendo como segmentos atuais o ecoturismo, sol e praia, turismo de aventura e turismo esportivo.

A região oferece aos seus frequentadores praias urbanizadas e com infraestrutura receptiva, por isso se apresentam como as preferidas dos turistas, mas ainda é possível observar áreas com baixa ocupação populacional, característica bastante apreciada por ecoturistas; são áreas cada vez mais raras no litoral brasileiro.

Com todo o potencial existente e a possibilidade de desenvolvimento das estruturas turísticas, é possível atingir os benefícios econômicos, mas é preciso ressaltar a possibilidade da repercussão de determinados impactos negativos decorrentes da falta de ordenamento territorial.

A fragilidade dos ambientes naturais que compõem a região do Delta do Parnaíba exige a adoção de estratégias para corrigir os problemas de infraestrutura e de adequação da oferta de equipamentos e serviços turísticos à demanda, ordenando o desenvolvimento do turismo de Sol e Praia.

Benevides (1998) declara que a construção dessas territorialidades turísticas é decorrente da valorização de determinadas áreas, a partir da modernização desencadeada por um processo de planejamento. Tal ocorrência proporciona a produção e a promoção de um conjunto de atividades diferenciadas e complementares, configuradoras de uma nova organização e destinação territorial, focadas em outra dimensão do turismo.

Assim sucedeu a estruturação do Polo Costa do Delta, cujas potencialidades abrangem um processo de transformação que as converteu em recursos e produtos predominantemente destinados ao consumo turístico.

Rompido o relativo isolamento geográfico e dado o aumento da valorização das belezas naturais, as cidades do litoral piauiense iniciaram um processo de intensas transformações.

Com isso, diante da valorização do território litorâneo, principalmente nas áreas próximas ao mar, a especulação imobiliária e a “expulsão” dos moradores locais geraram um conflito responsável pela desterritorialização/reterritorialização dos autóctones, que, em razão do valor atribuído à terra, vendem a casa e mudam-se para locais mais afastados do litoral (e menos valorizados).

### **Potencialidades, Nível de Uso e Fatores Limitantes**

O litoral do Piauí, ao longo dos aproximados 66 km de extensão, apresenta seus ecossistemas litorâneos e suas águas com elevado grau de conservação e balneabilidade, se evidenciam pela manutenção de condições bem primitivas de suas paisagens naturais. Isso faz das praias da região ambiente com elevado potencial turístico.

As necessidades de aproximação da natureza tornam as áreas de atrativos naturais um desejo, um anseio de grande parte dos turistas. O culto à natureza passa a ser valorizado como resposta às insatisfações com relação às formas de organização social e econômica e os problemas ambientais passam a ser vistos como um empecilho ao desenvolvimento do turismo. Para Seabra (2010, p. 161), “o culto [...] à natureza deixa heranças que impulsionam [...] práticas turísticas em todo o mundo, em especial naquelas áreas onde a natureza expõe sua exuberância e excepcionalidades”.

Quanto à ocorrência de problemas ambientais, Ruschmann (2010), identifica alguns

problemas ambientais naturais causados pelo turismo: o acúmulo de lixo e a contaminação das águas por uso de sabonetes e detergentes não biodegradáveis por parte dos turistas e, ainda, a poluição das fontes e mananciais, devido ao lançamento de esgotos diretamente nos rios e mares, e a disseminação da poluição sonora, provocada pelos barcos a motor e pelos geradores de energia elétrica para hotéis.

Na praia de Atalaia em Luís Correia, (figura 1), observamos deposição de resíduos sólidos na orla urbanizada.

Figura 1 – Resíduos sólidos na Praia de Atalaia (Luís Correia).



Fonte: Arquivo do autor (2014).

É importante definir claramente os âmbitos de intervenção e responsabilidades de cada um dos setores, seja público, privado ou social, com relação às questões de deterioração e contaminação dos ecossistemas turísticos.

A ação integrada desses setores, aliada a uma legislação severa, pode evitar ou minimizar os efeitos nocivos do turismo.

Para Martins (2006, p. 48), o turismo tem criado alguns problemas relacionados a:

aculturação da população nativa, que se deixa influenciar por novos costumes e valores e substitui as atividades tradicionais (pesca, artesanato e agricultura) para trabalhar no setor turístico, geralmente em funções mal remuneradas [...]; descaracterização do artesanato que passa a incorporar gostos dos visitantes; alteração nos valores morais, pelo estímulo à prostituição, a uso de drogas etc.

Esse processo que pode ocasionar o abandono de práticas tradicionais, como o artesanato e a pesca artesanal, principalmente entre a faixa mais jovem da população (compromete a continuidade das tradições), mas devemos ressaltar que o turismo não é o único causador dessa descaracterização cultural nas comunidades, pois este processo acompanha o desenvolvimento das comunicações e das redes sociais.

Muitos dos problemas existentes no Polo Costa do Delta não podem ser associados, exclusivamente, ao fenômeno turístico. O acelerado crescimento da população urbana tem também contribuído de forma significativa para a disseminação desses problemas.

Podemos apontar, desse modo, o grau de aceleração do crescimento da urbanização dos municípios do litoral piauiense como um fenômeno demográfico de grande relevância.

Aliado a todo esse processo, percebe-se a existência de vários e pequenos assentamen-

tos que dificultam a implantação dos serviços públicos básicos e que configuram um processo de ocupação desordenada em muitos pontos da região, particularmente nas praias com maior atratividade.

São flagrantes as manifestações de desigualdade entre os moradores urbanos e os rurais, o que indica a falta de política que viabilize os processos de inserção dos moradores na economia local e provoca uma ação reflexiva sobre a importância de se estabelecerem ações que visem ao desenvolvimento econômico dos moradores locais.

É necessário que os gestores pensem as políticas sem negligenciar os aspectos territoriais do mercado de trabalho e as potencialidades locais, pois ambas constituem pilar necessário ao bom desenvolvimento.

O fato é que o desenvolvimento econômico da região não pode se alicerçar somente no turismo. Para Veiga (2002), por exemplo, é preciso que se justifiquem as ações de desenvolvimento a partir do agrupamento de unidades que se voltem para as questões urbanas, rurais e regionais.

### Serviços Básicos de Infraestrutura nos Espaços Turísticos

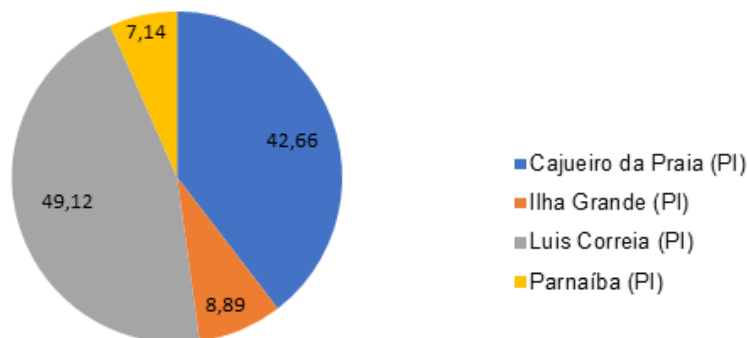
As infraestruturas físicas, representadas pelos estabelecimentos hoteleiros, museus, bares, restaurantes etc., são essenciais para a produção dos espaços turísticos. Porém, é importante lembrar a necessidade das infraestruturas sociais que são representadas por empregados do turismo, vendedores autônomos, guias de turismo etc.

Os municípios litorâneos do Piauí apresentam carências nos serviços básicos, bem como na infraestrutura física para a manutenção da qualidade de vida, tanto da população local, quanto dos turistas.

O descompasso entre o potencial turístico e a carência de infraestrutura e de serviços básicos constitui importante fator a ser considerado na escolha da área para a implantação de programas de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que os investimentos direcionados pelos programas podem ocasionar importantes melhorias e reduzir esse hiato.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BRASIL, 2017) os dados referentes ao percentual da população inscrita no Cadastro Único que habitam em residências sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequada demonstram as desigualdades (figura 2).

Figura 2 – Percentual de pessoas no CADÚNICO sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequada



Fonte: PNUD/BRASIL 2017.

O município de Parnaíba apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 0,687 (IBGE, 2010) muito em decorrência de sua situação como cidade funcional inserida na rede que constitui o litoral do Piauí.

Com relação ao abastecimento de energia elétrica, a introdução de parques eólicos aponta para benefícios socioeconômicos a partir da diversificação do abastecimento de energia e melhores oportunidades para o desenvolvimento regional com a possibilidade de geração de emprego e renda.

Esses benefícios são importantes para países com níveis elevados de implantação de energias renováveis, mas é necessário avaliar alguns importantes aspectos quanto aos impactos ambientais, como a alteração da flora e fauna, colisão de aves com as pás e, ainda, a poluição sonora e alteração da paisagem (figura 3).

Figura 3 – Aerogeradores contrastam na paisagem da Praia da Pedra do Sal em Parnaíba.



Fonte: Arquivo do autor (2014).

Com a introdução desses parques eólicos, é fundamental a aplicação de algumas medidas que possam atenuar tais impactos. González (2013) sugere a criação de projetos paisagísticos e arquitetônicos, implantação de redes de eletrificação subterrâneas, monitoramento de ruídos associado com a implantação dos aerogeradores distante de áreas residenciais, entre outras sugestões.

Ao apresentarmos a realidade dos municípios que formam o Polo Costa do Delta, não devemos descontextualizá-la do restante do estado nem da Região Nordeste. Ou seja, é necessário considerar que as condições adequadas de esgoto, fornecimento de água encanada e até mesmo de energia elétrica são mesmo insuficientes.

A ausência ou o baixo índice de atendimentos quanto às necessidades básicas da população que habita o Polo Costa do Delta, registra um quadro preocupante. Sendo preciso buscar a melhoria e fazer com que estes problemas possam constituir uma das principais preocupações do poder público.

A necessidade de viabilizar o setor faz realçar a precariedade ou a inexistência dos serviços sociais básicos nas áreas de interesse turístico localizadas nos municípios do polo.

O fato de muitos não terem direito legal à propriedade do solo favorece o caráter legal do processo de expulsão dos nativos de seus lugares de origem.

A lógica do mercado do litoral piauiense está pautada no consumo do turismo, ou seja, no potencial disponível representado pelas belezas naturais próprias da região. Com o crescimento do turismo e os investimentos empresariais no setor, o governo espera obter a contrapartida dos investimentos realizados, bem como a geração de emprego e renda.

As zonas mais urbanizadas no entorno dos povoados costeiros e nos loteamentos inicialmente destinados ao veraneio experimentam o surgimento de novos equipamentos de consumo coletivo para o lazer turístico e a construção de condomínios para o atendimento do veraneio e do turismo.

Para Marcelino (2001, p. 180), os planos diretores deveriam funcionar como “instrumentos para a implementação das políticas urbanas e de ordenamento espacial para implantação de equipamentos turísticos”, e estes elaborariam naturalmente um processo de seleção social em que a determinação estaria relacionada ao preço do solo em núcleos centrais e nas áreas periféricas.

Essa dinâmica da segregação social e espacial, provocada pela atividade do turismo, é própria do capitalismo. De acordo com Santos (2012), o território se organiza e se reorganiza muitas vezes e de formas variadas, sempre para atender às necessidades da produção; as crises aí surgem, então, para retroalimentar o sistema.

Segundo Harvey (2005, p. 131), essas crises seriam “inevitáveis [...], independentemente das medidas adotadas para mitigá-las”.

Ainda segundo o mesmo autor, as crises têm importante função na lógica capitalista, pois:

impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico [...] não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária [...]. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas a forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego (HARVEY, 2005, p. 44-45).

A cada nova crise se instala um novo degrau no processo de acumulação, que gera uma potência dentro do modo de produção capitalista.

Para Harvey (2005, p. 52), “em determinado momento o capitalismo constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para destruí-la, geralmente gerando uma crise, em um momento subsequente”.

O processo de turistificação do espaço costeiro nordestino de forma intensiva não pode ser considerado como um fenômeno isolado ou um modelo de desenvolvimento alternativo que possa contribuir com a redução das desigualdades na região, mas uma bem arquitetada estratégia do capital, que prepara o espaço em busca de mais acumulação.

A criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)<sup>1</sup>,

1. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) constitui um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. É financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor.

em 1994, pode ser considerada uma etapa desse processo, pois, com base na orientação de organismos internacionais, direcionava para as mãos do mercado a responsabilidade pela redução das desigualdades sociais.

Esse modelo hegemônico neoliberal se desenvolveu intensivamente nas mais variadas partes do mundo, e teve como pano de fundo a promoção do desenvolvimento da geração de emprego, como se fosse suficientemente capaz de atingir o desenvolvimento.

Segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2005), o Programa foi gerado no governo Fernando Collor (1990 – 1992) e iniciado por Itamar Franco (1992 – 1994). Basicamente foram realizadas intervenções em infraestrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária, energia, telecomunicações, saneamento básico, recuperação do patrimônio histórico, marketing, equipamento e serviços e desenvolvimento de recursos humanos.

A primeira fase (Prodetur/NE I) utilizou cerca de US\$ 670 milhões em investimentos e o Prodetur/NE II, algo em torno de US\$ 800 milhões, segundo dados do Ministério do Turismo (Mtur, 2014).

Podemos comprovar a interferência desse Programa no processo de ocupação do litoral piauiense pelos resultados oriundos dos investimentos aplicados no estado.

Segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2005), referentes ao Prodetur/NE I, o afluxo de turista à capital piauiense variou 235,8% no período de 1996 a 2004, passando de 81 mil turistas/ano em 1996 para 272 mil turistas/ano em 2004.

Essa elevada taxa de crescimento do fluxo turístico em Teresina deve-se, segundo o BNB (2005, p. 8):

[...] à reduzida base turística (fluxo de 1996) e a prováveis ganho de fluxos com a ocorrência de externalidades dos investimentos do Prodetur aplicados no Ceará, principalmente no âmbito do Estado, consequentemente na geração de fluxo derivado para o Delta do Parnaíba principalmente.

No Prodetur/NE II, buscou-se a correção de impactos socioambientais negativos, direta e indiretamente, associados às intervenções realizadas quando da ação da primeira fase do Programa.

Nesta fase os objetivos, segundo o BNB (2005, p. 15), passariam a ser “a reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase do programa e a não repetição de tais impactos em sua segunda fase, por meio da incorporação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável”.

Nesta nova fase do Projeto, o litoral do Piauí foi beneficiado com a urbanização da orla da praia de Atalaia, em Luís Correia; a ampliação do sistema de abastecimento de água de Parnaíba; as melhorias nas rodovias PI 210 entre Ilha Grande ao Porto dos Tatus, PI 315 entre a PI 116 a Praia de Macapá, PI 116 – entre a Praia do Coqueiro ao entroncamento da PI 315, PI 116 – entre o entroncamento da PI 315 (Macapá) ao entroncamento da BR 402 (Camurupim); a recuperação e controle ambiental das dunas da Lagoa do Portinho em Luís Correia; o diagnóstico e elaboração do Projeto de Capacitação Profissional e Empresarial do Polo Costa do Delta; a elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia; a elaboração da base cartográfica do Polo Costa do Delta; a elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Polo Costa do Delta; a elaboração do projeto de Sinaliza-

ção Turística do Polo Costa do Delta; a implantação/ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Parnaíba e a elaboração do projeto de revitalização do Porto das Barcas, em Parnaíba.

Dessa forma, confirma-se que a ocupação do litoral nordestino, neste caso o litoral piauiense, pela atividade turística também foi fortemente impactada pela implantação do Prodetur/NE.

Mesmo com todos os projetos implantados pelo Prodetur/NE, ainda se torna necessário a melhoria das condições de vida e a mediação da elevação dessas condições, canalizando parte dos investimentos públicos, financiados pelos tributos, para elevação do chamado custo de produção da força de trabalho, com gastos em educação, saúde e saneamento, ou seja, programas sociais, o que requer sólido e ágil sistema de planejamento.

Deveria ser um planejamento que valorizasse a beleza natural da região, formada pelo conjunto de componentes da morfologia costeira, e grande responsável pelo desenvolvimento do turismo na região.

A zona costeira, composta por dunas, manguezais, rios, lagoas e riachos, é tratada na Constituição brasileira como patrimônio nacional. A utilização dessa zona deverá assegurar a conservação do meio ambiente.

Facilmente encontramos conflitos entre a legislação que determina as potencialidades e o uso real da zona costeira na região. Entre os mais comuns, identificamos aqueles relacionados à atividade de lazer e turismo, que tendem a evoluir com maior rapidez, considerando as infraestruturas que se encontram em processo de implantação ou de expansão.

O processo desordenado de desenvolvimento das atividades econômicas provoca os problemas de desmatamento em áreas de manguezais, o movimento de terra com interferência direta na formação de dunas que consolidam um processo de deposição em áreas de ruas e edificações, os aterros de mangues e lagoas, a localização inadequada de atividades e empreendimentos turísticos e de equipamentos urbanos, o crescimento desordenado das cidades e dos povoamentos rurais que formam o Polo, com o consequente surgimento/expansão de loteamentos.

A atividade do turismo se desenvolve na região sem a preocupação de obedecer ou se sujeitar a uma diretriz ou plano específico, tampouco está integrada a um plano de desenvolvimento econômico compatível com a conservação dos recursos naturais e paisagístico.

A infraestrutura viária implantada na porção ocidental do litoral piauiense, cujo objetivo é viabilizar a atividade turística, vem favorecendo a ampliação desordenada dos núcleos populacionais, o surgimento de loteamentos e a implantação de *resorts*, pousadas e hotéis.

Diante disso, prospera uma realidade em que se apresenta claramente a degradação do ambiente costeiro e a deterioração das condições de vida dos moradores locais.

Essa situação ratifica a ideia de que o processo de ocupação do litoral nordestino foi fortemente impactado pelo fenômeno da “turistificação”, cuja promoção das atividades ligadas ao turismo não leva em consideração a necessidade de uma preocupação com os princípios da sustentabilidade, por voltar-se exclusivamente ao crescimento econômico de forma concentrada e desordenada, com o indisfarçável reforço do agravamento das desigualdades sociais.

Os modelos implantados no processo de turistificação do litoral piauiense se baseiam na adequação às novas oportunidades que se apresentam na região, que podem resolver graves problemas socioambientais das frágeis áreas receptoras de turistas.

Para muitos governos, o turismo seria a “salvação” para a economia de seus países ou

regiões. Com isso, estimulam a implantação dessa atividade sem levar em consideração as adequações necessárias às dimensões, ao tipo e ao nível de desenvolvimento regional.

É verdade que ultimamente se percebe uma conscientização maior no sentido de avaliar a relação entre o desenvolvimento do turismo e o comprometimento com outros aspectos da economia e seus impactos com o meio ambiente natural e sociocultural.

Para análise dos serviços de saúde e limpeza urbana podemos recorrer a diferentes índices norteadores do bem-estar de determinada parcela da população. Mas a análise da longevidade se torna um dado importante, pois considera a esperança de vida ao nascer, com o objetivo de indicar a quantidade de anos que uma pessoa de determinada localidade poderá viver.

Nota-se que o índice de expectativa de vida é consideravelmente influenciado pela quantidade de mortes precoces, ou seja, pelas taxas de mortalidade infantil.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010, divulgado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD, 2017), demonstrado na tabela 1, aponta o nível de desenvolvimento humano dos municípios que compõem o Polo Costa do Delta e sua posição entre os municípios brasileiros, considerando a renda, longevidade e educação.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Polo Costa do Delta.

| Posição | Município         | IDHM  | IDHM Renda | IDHM Longevidade | IDHM Educação |
|---------|-------------------|-------|------------|------------------|---------------|
| 2251º   | Parnaíba          | 0.687 | 0.658      | 0.816            | 0.604         |
| 4984º   | Ilha Grande       | 0.563 | 0.534      | 0.708            | 0.472         |
| 5253º   | Cajueiro da Praia | 0.546 | 0.551      | 0.739            | 0.400         |
| 5306º   | Luís Correia      | 0.541 | 0.544      | 0.730            | 0.398         |

Fonte: PNUD – Atlas Brasil, 2017.

Os dados demonstram que mais de 40% dos municípios brasileiros encontram-se em posição vantajosa em relação a Parnaíba, que, entre os municípios litorâneos do Piauí, é aquele que se apresenta em melhor posição.

O distanciamento entre os melhores e os piores municípios, considerando o IDHM, se torna maior quando se verifica que Luís Correia apresenta dados superiores a apenas 259 dos 5.570 municípios brasileiros.

Considerando as faixas dos Índices de Desenvolvimento Humano, iremos encontrar aqueles municípios que estão entre 0 e 0,499 e que são classificados como de “muito baixo” desenvolvimento humano, aqueles na faixa de 0,500 a 0,599 são considerados de “baixo” desenvolvimento, os que ocupam a faixa de 0,600 a 0,699 são os de “médio” desenvolvimento, e ainda, aqueles entre 0,700 e 0,799 são classificados como de “alto” desenvolvimento e, finalmente, os municípios com índice acima de 0,800, considerados de “muito alto” desenvolvimento.

Ainda considerando a tabela 1, apenas o IDHM relativo à longevidade apresenta-se com números satisfatórios. Parnaíba, por exemplo, está no nível de “muito alto” de desenvolvimento humano, enquanto os demais municípios são considerados como de “alto” desenvolvimento humano.

Não obstante os dados que mais contrastem sejam relativos à Educação, todos os municípios, exceto Parnaíba, que é considerado como de “médio” desenvolvimento, apresentam índices na faixa daqueles de “muito baixo”.

Os dados sobre educação preocupam não somente quanto à formação intelectual dos moradores locais, mas principalmente quanto à formação dos recursos humanos em preparação para atender à demanda turística local.

## Conclusão

São muitos os destinos turísticos que se utilizam da estratégia de formação e capacitação dos recursos humanos como fonte de sua competitividade frente a outros destinos. A qualificação dos recursos humanos para o turismo é fato determinante e se torna estratégica para as políticas de turismo.

Rapidez e qualidade na prestação dos serviços, na satisfação dos clientes e no aumento das receitas por parte das empresas que formam o *trade* turístico de um destino, são fundamentais e determinam o êxito haurido dos programas de formação e capacitação de recursos humanos.

Normalmente quando o turista se apresenta insatisfeito com um segmento turístico, o prejuízo recai sobre todo o *trade*, uma vez que há tendência dessa percepção ser generalizada para os demais segmentos.

É preciso pensar, pois, em modelo de desenvolvimento de recursos humanos que se proponha a incluir a população local, às vezes esquecida dos programas de capacitação. Os moradores locais representam importante recurso de que dispõe o turismo. Por isso, devem ser valorizados em todas as suas dimensões. Destinos turísticos onde a população local não participa das atividades podem, ao longo do tempo, apresentar-se menos competitivos ou, até mesmo, desaparecer devido ao comportamento hostil da parte dos moradores locais.

Atrativos naturais e infraestruturas já não são vantagens competitivas para muitos destinos turísticos. São considerados, por muitos, apenas como fatores de sobrevivência.

Os fatores de competitividade existentes no paradigma fordista são os preços, a padronização e a massificação dos serviços, o que exige recursos humanos com menor grau de flexibilidade, informação e conhecimento.

No novo paradigma, encontramos um turista com motivações mais sofisticadas; turistas com maiores expectativas ante os serviços oferecidos. Além disso, têm-se a pluralidade do turismo de massa substituído pelo individualismo, o fator trabalho, considerado como custo anteriormente, passa a ser elemento-chave para a qualidade e, finalmente, a capacidade do capital humano, que no passado primava pela maximização, e que agora precisa ser gerenciada.

A competitividade entre os destinos turísticos atualmente vai além dos atrativos e preços oferecidos. Passa a ser valorizada a maneira como esses atrativos são oferecidos e o quanto satisfazem as expectativas dos turistas durante a prestação dos serviços. Além dos cenários, os visitantes passam a adquirir a alma do lugar, transmitida por meio da cultura e dos valores construídos e repassados pelos anfitriões.

A estratégia (ou a falta dela) na área de recursos humanos parece ser a grande barreira a ser vencida. A falta de política pública e o desejo dos empreendedores de recuperar o capital investido ao menor tempo possível fazem com que a gestão de recursos humanos seja vista como prescindível. Isto porque requer planejamento em longo prazo e investimentos constantes em um processo contínuo de levantamento de necessidades de formação e capacitação dentro do *trade* turístico.

É importante amenizar pontos de defasagem no que se refere ao capital humano de determinado *trade* turístico.

O modelo de capacitação deve pôr no centro os moradores locais e desenvolver estratégias de formação de mão de obra de alto padrão de qualidade, como elemento diferenciador nos destinos turísticos. É preciso entender que não se trata apenas de tratar bem o turista no hotel, restaurante ou aeroporto, mas, sim, valorizar a posição de anfitriões com os moradores locais.

Programas de formação da comunidade para desenvolver atitudes de respeito ao turista precisam ser implantados a partir das aulas e atividades pedagógicas ainda nas escolas da Educação Básica.

Garantir competitividade com base somente em atributos físicos é muito arriscado, pois esses atributos podem assegurar somente a sobrevivência do destino ou desenvolver a capacidade de atrair turismo de baixa qualidade.

Considerando o potencial econômico, principalmente o turístico, e a fragilidade dos ecossistemas da região do Polo Costa do Delta, é necessário que se desenvolvam iniciativas que apontem uma abordagem integrada do território.

A similaridade das características e o fato de os municípios integrantes do Polo possuírem uma forte relação reforçam, então, a ideia de que esses municípios configuram uma unidade de planejamento territorial de fato.

É preciso, portanto, desenvolver uma discussão integrada dos problemas que afetam esses municípios. A necessidade de ações que visem o desenvolvimento regional a partir do uso de instrumentos de planejamento e ordenamento do uso do solo urbano, poderia minimizar a geração de conflitos socioeconômicos.

Ainda se faz necessário, além, capacitar os órgãos municipais responsáveis pela gestão do turismo e outros temas correlatos para que seja evidenciado um quadro que aponte a imperiosa necessidade de desenvolver trabalho de fortalecimento institucional para que, dessa maneira, a região apresente uma unidade de planejamento integrada e os interesses comuns tenham tratamento adequado.

De fato, a percepção do Polo Costa do Delta como um destino único, composto de uma oferta de atrativos, serviços e equipamentos turísticos que permeiam os quatro municípios, vem se consolidando junto ao mercado, que já oferece roteiros específicos para a região ou integrados a destinos vizinhos no Ceará e no Maranhão.

## Referências

BANCO DO NORDESTE. **Efeitos globais do Prodetur/NE I.** Enfoque turístico. Fortaleza: BNB, 2005.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/BRASIL, 2017.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo - 2014.** Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2014.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Planejamento governamental do turismo, meio ambiente construído e desenvolvimento do Nordeste. *In*: LIMA, Luiz Cruz (org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 320-333.

BERNARDES, Júlia Adão. FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. *In*: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **A questão ambiental**. Diferentes abordagens. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.17-42.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

COOPER, Chris; HALL, Collin Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZÁLEZ, Mario Orestes Aguirre; VASCONCELOS, Rafael Monteiro de; GONÇALVES, Joeberson dos Santos; SILVA, Lorena Tâmara Sena da; VARELA FILHO, Haroldo Coutinho. **Desenvolvimento sustentável em comunidades próximas aos parques eólicos: propostas de diretrizes e de boas práticas**. Natal: UFRN, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MACEDO, Sílvia Soares. Paisagem, turismo e litoral. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 181-213.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. *In*: RODRIGUES, Adyr. Balastrieri (org.). **Turismo e geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 177-183.

MARTINS, Clerton. **Patrimônio Cultural**. Da Memória ao Sentido do Lugar. São Paulo: Roca, 2006.

PIRES, Paulo dos Santos. A paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. *In*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. 16. ed. Campinas:

Papirus, 2010.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martín Rodrigues Cornes. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. Técnica e Tempo, Razão Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. *In*: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **A questão ambiental**. Diferentes abordagens. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 153-189.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ. **Plano estratégico de desenvolvimento do turismo no Piauí – 2012 / 2020**. Teresina: SEBRAE/PI, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-22.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

## **Litoral norte do Brasil, jardim de delícias: gêneros comestíveis no litoral do Piauí, séculos XVI, XVII e XVIII**

*Alcebiades Costa Filho*

### **À guisa de introdução**

O convite para participar do livro “Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o litoral do Piauí” aconteceu quando tinha em mão dados sobre gêneros comestíveis no litoral norte do Brasil, resultado da coordenação de projeto de iniciação científica que pesquisava cultivo e beneficiamento de mandioca no Maranhão, utilizando como fonte a literatura informativa, literatura dos viajantes.

Esse estilo literário consiste em textos elaborados por diferentes agentes sociais que relataram experiências e reflexões individuais ou de grupo acerca da terra Brasil e do povo que nela habitava. Nos séculos XVI e XVII, o litoral e as terras próximas estão no centro dos relatos, visto que, é pelo litoral que inicia a ocupação e povoamento do Brasil. Esse postulado é abertamente contrário à historiografia piauiense na matéria relativa à ocupação e povoamento do Piauí.

Há uma tese dita, repetida e confirmada que o Piauí foi povoado de sul para norte; que tal povoamento começou no terceiro quartel do século XVII, como resultado das conquistas da Casa da Torre; que teve como descobridor(es) Domingos Jorge Velho e/ou Domingos Afonso Mafrense; que os primeiros currais surgiram no Vale do Gurguéia e daí passaram aos vales do Piauí e Canindé, atravessaram o Poti e pelo Longá chegaram ao extremo norte. Há ainda quem veja nesta forma de povoamento a explicação de nossa pobreza econômica, supondo que as distâncias do litoral nos deixaram também distantes da economia que ali floresceu. E para todas estas afirmações sempre houve um consenso entre os historiadores (MELO, 1985, p. 15).

Na década de 1980, três obras se opuseram a tese da ocupação e povoamento do interior para o litoral, “O povoamento do Piauí” (1982) de Moysés Castelo Branco Filho, “Os primórdios de nossa história” (1983) e “A prioridade do norte no povoamento do Piauí” (1985) ambos de autoria do padre Cláudio Melo. Afirmava o autor de “A prioridade do norte no povoamento do Piauí”, a “civilização [piauiense] começou pelo litoral, ainda no século XVI”, e a “a implantação dos primeiros currais, teve sua marcha pela Ibiapaba e não pelos vales do Piauí e Gurguéia”, como divulgado pelos defensores da tese da ocupação e povoamento do sul para o norte.

Em 1986 quando João Gabriel Baptista publicou “Mapas Geohistóricos”, incluía um mapa denominado “ocupação das terras” que incorporava a tese da prioridade do norte no povoamento do Piauí. Da leitura da carta geográfica, infere-se que o processo de ocupação do Piauí ocorreu no século XVII, a partir de duas entradas no território, uma ao norte e outra ao sul, o rio Poti é o limite entre uma região e outra; o povoamento “ocorreu em cinco zonas distintas: litoral, norte, barra do Poti, centro sul e extremo sul”.

No século XVII quando o Piauí território começou a ser um fato histórico, ele surgiu com duas porções totalmente distintas, descobertas e povoadas por grupos diferentes e independentes entre si, estando a porção norte ligada ao Maranhão e a sul a Pernambuco e Bahia (MELO, 1983, p. 21).

Em concordância com essa assertiva, Baptista (1986) reuniu os agentes do processo de ocupação e povoamento em dois grupos, desbravadores e colonizadores. Os desbravadores ocuparam a porção norte, entre o litoral e o curso do rio Poti, correspondente às zonas de povoamento litoral e norte. A expressão desbravadores remete aos integrantes de expedições portuguesas, francesas e holandesas<sup>1</sup> que percorreram o norte do Piauí, sem o “propósito de povoamento”, segundo afirmação de Melo (1985, p. 18). Na maior parte dos casos, o objetivo era combater franceses, holandeses e povos indígenas que se colocavam contra o plano de dominação de Portugal.

Baptista (1986) contabilizou mais de uma dezena de expedições no norte do Piauí entre os séculos XVI e XVII. Registrou também, duas missões jesuíticas na serra da Ibiapaba, todavia, consultando “Os jesuítas no Piauí” (1991) obra do padre Cláudio Melo, o número de missões na região da serra foi bem maior. O objetivo das missões era reunir indígenas, cristianizá-los e fazê-los súditos fiéis e produtivos da Coroa portuguesa.

Os colonizadores ocuparam a porção sul do Piauí, entre o curso do rio Poti e o extremo sul do território, corresponde às zonas de povoamento centro sul e extremo sul. O termo colonizador designa os proprietários da Bahia e Pernambuco que, tangendo seus rebanhos pelos sertões, atravessaram o rio São Francisco e atingiram os rios Piauí, Gurguéia e Parnaíba, seguindo o curso desses rios, alcançaram o rio Poti, marco divisor entre a porção norte e sul do Piauí. Para os defensores da ocupação e povoamento do sul para norte, o grupo de criadores de gado entrou no território com o firme propósito de se estabelecer, diferente das expedições desbravadoras de feição transitória.

Deduz-se da leitura do mapa de Baptista (1986), que os povos indígenas não exercem papel ativo nos eventos da ocupação e povoamento, estão citados apenas duas vezes. Primeiro, como acusados do “assassinato” de um padre que missionava na serra da Ibiapaba e, depois, citados como “índios domesticados” vivendo em sesmaria de Julião Afonso Serra um dos colonizadores e primeiros sesmeiros do centro sul do Piauí. De qualquer forma, a impressão é que a ação do grupo tem pouco efeito no processo histórico.

Fundamentada na tese da prioridade do norte na ocupação e povoamento do Piauí, propomos pesquisar os recursos comestíveis disponíveis para sustento dos agentes da ocupação e povoamento, entre os séculos XVI e XVIII. A fonte principal de pesquisa é a literatura informativa, literatura dos viajantes.

1. Da leitura de Simão Estácio Silveira (2013) se conclui que portugueses, franceses e holandeses percorreram o imenso litoral do Maranhão ao Ceará.

## Relatos sobre o litoral norte do Brasil

Entre os séculos XVI e XVIII, movidos por interesses diferentes, padres, militares e funcionários a serviço das coroas da Europa, descreveram o Maranhão. Impressiona a quantidade e natureza dos relatos que abrangem litorais, riachos e rios; montanhas, chapadas, brejos; flora e fauna; povos indígenas no seu cotidiano ou no cumprimento dos rituais simbólicos.

A seleção dos relatos para análise considerou dois aspectos: os três primeiros séculos da colonização, quando o litoral e terras circunvizinhas estiveram no centro da exposição; e os diferentes agentes da ocupação e povoamento, o que talvez permita relatos diferenciados. Na composição do texto, optou-se pelos relatos em que o autor foi guiado pelo deslumbramento, componente que marca os relatos do século XVII. A partir da centúria seguinte, com o movimento do litoral para o interior, os relatos passam a incorporar traços de inventários, sínteses econômicas, relatórios de governo ou instituições, é o caso do “Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí” (1900) de João Pereira Caldas.

### Maranhão, terra fresca, muitos arvoredos, palmares e grandes pescarias

Como fica dito, o rio Grande está em dois graus da parte do sul, o qual vem de muito longe e traz muita água, por se meterem nele muitos rios; e, segundo a informação do gentio, nasce de uma lagoa em que se afirma acharem-se muitas pérolas. Perdendo-se, haverá dezesseis anos, um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou dele que veio por terra, afirmou um Nicolau de Rezende, desta companhia, que a terra toda ao longo do mar até este rio Grande era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande, que seria de 20 léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela era a terra fresca e coberta de arvoredo; e que mais adiante achara outra muito maior a que não vira o fim, mas que a terra que vizinhava com ela era fresca e escalvada, e que em uma e em outra havia grandes pescarias, de que se aproveitavam os tapuias que viviam por esta costa até este rio Grande, dos quais disse que recebera com os mais companheiros bom tratamento (SOUSA, 1879, p. 47).

O trecho acima encontra-se no relato de Gabriel Soares de Sousa, que foi utilizado pelo padre Cláudio Melo para fundamentar a tese da prioridade do norte no povoamento do Piauí. Segundo Sousa (1879), a altura dos anos de 1570, um grupo de náufragos encontrou salvação em terras hoje correspondentes ao litoral do Piauí, conviveu por mais de uma década com as “nações” indígenas da região, o que possibilitou o reconhecimento da terra e suas potencialidades. Melo (1985), defende que Nicolau de Resende e seus companheiros foram os primeiros “brancos” a desbravar o litoral do Piauí.

Pela descrição, é notório que à época, o litoral e circunvizinhanças apresentavam duas paisagens visivelmente diferenciadas, uma sem cobertura vegetal ou pouca vegetação e outra com arvoredos e palmares nativos. Como se trata de breve relato, Sousa (1879) silenciou sobre a utilidade de arvoredos e palmares; ausência de informações sobre animais e aves habitantes dessa vegetação. Contudo, a pesca não escapou do olhar observador, ficou o registro que os

indígenas faziam “grandes pescarias” em rios e lagoas. Supomos que a ênfase na pesca e na quantidade, indica a importância do pescado para o sistema alimentar dos habitantes da região.

### **Maranhão, paiol de mantimentos**

No início do século XVII, a visão dos franceses sobre o norte do Brasil era de uma região “[...] entregue a todos os horrores da vida selvagem”, afirma Ferdinand Diniz (2002, p. XI). Não é essa a visão de Yves D’Evreux em sua obra “Viagem ao norte do Brasil” (2002), especialmente em se tratando de alimentação, o Maranhão é um paiol de mantimentos. Na vasta e diversificada vegetação, se confirma a fartura, na quantidade de frutos nativos comestíveis, a exemplo dos cajueiros que espontaneamente crescem pelo litoral (D’EVREUX, 2002, p. 197). Muitas árvores estão carregadas de cortiços de mel de abelha, “excelente, líquido e tão claro como água potável” (D’EVREUX, 2002, p. 75).

No meio destas florestas há muitos veados, capivaras, cabras, vacas bravas e javalis, e em poucas horas matareis tantas quantas precisardes, e para que não me acusem de hiperbólico, invoco o testemunho dos viajaram pelo Meari [sic] e hoje se acham em França: se lerem isto, dirão que são estas informações que me deram, e que os selvagens, remadores das suas canoas, lhes trazem tanta caça, que dela não sabiam o que fazer (D’EVREUX, 2002, p. 75).

Fartura de carne, texturas e sabores diferentes, resultado da captura de animais silvestres, dispensando o abate e consumo diário do gado introduzido pelos portugueses. Afirma o padre que no ato da caça, eram utilizados cães domésticos, confirmando o que outros narradores já haviam observado em relação ao hábito de caçar. Ao longo do texto, informações relativas ao hábito de comer carne de caça com farinha de mandioca (D’EVREUX, 2002, p. 87, 124, 125, 151, 174, 207-211).

Através dos muitos registros em relação à farinha, fica subentendido o cultivo de mandioca. Ao longo do texto, roça é expressão recorrente, unidade de cultivo, terreno a que se roçou o mato e semeou, os índios usavam machados de pedras para “cultivar a terra, semear, plantar raízes” e como “recompensa de seus trabalhos comem farinha de raízes passadas por um ralador, feito de pedrinhas agudas, engastadas numa tábua de largura de meio pé” (D’EVREUX, 2002, p. 99). Ainda que não tenha registro direto acerca de roças de mandioca, os detalhes sobre a tecnológica de beneficiamento da raiz indicam o cultivo. Evidente é o cultivo de milho, “em grande abundância, de que se pode fazer pão, como nós o fazíamos, e o achamos muito agradável ao gosto, embora gostássemos mais da farinha do país, especialmente quando fresca, porque não é pesada ao estômago” (D’EVREUX, 2002, p. 235).

Apesar da fartura de víveres, Yves D’Evreux coloca que não é fácil conseguir comida no Maranhão do século XVII. A seca, fenômeno complexo, está entre os fatores que dificultam o abastecimento, consta em vários relatos da época. Ficou o registro de períodos de seca nos séculos XVII e XVIII. Chama atenção a seca de 1792-1793, no contexto do litoral norte, o Ceará foi a capitania mais atingida (COSTA, 1974, p. 195), contudo, Maranhão e o Piauí foram diretamente atingidas.

No capítulo “Instrução para os que vão pela primeira vez às Índias”, o padre refere-se ao comércio de troca entre índios e europeus. Os índios colocam no mercado de troca, milho,

mandioca, farinha, frutas, peixe, carne de caça, em troca de objetos que consideram de valor, anzóis, facas, tesouras, entre outros (D'EVREUX, 2002, p. 239-241). No relato ficou registrado que europeus estabeleceram relações com famílias indígenas no sentido de que pudessem auxiliá-los no abastecimento de víveres, vamos encontrar índios caçando e pescando por empreitada.

### **Maranhão, um jardim<sup>2</sup> de delícias**

Silveira (2013) é talvez um dos primeiros escritores modernos a planejar “mapa mundi” com consumo de gêneros alimentícios por continente, incluindo a mandioca no circuito dos alimentos. Escreveu, “das quatro partes do mundo, as três, não usam de trigo; toda essa grande Ásia vive pela maior parte com arroz, essa África, com arroz, e com milhos, e outras sementes, e essa América com mais, (que é milho zaburro) e com mandioca” (SILVEIRA, 2013, p. 71), a parte do mundo que consome trigo é a Europa.

No século XVII, na América portuguesa, entre o Ceará e o Grão Pará, predominava o cultivo da mandioca. O autor comunica sua experiência com a planta,

[...] umas raízes muito férteis, muito sadias, e muito substanciais, das quais se fazem muitas sortes de farinhas, uma muito fina e tão branca, e mais que o trigo do Alentejo, a que chamam carimã, de que fazem bolos, que chamam beijus, e biscoito, que chamam caçave e filhós, e bolinhos, e sobretudo, um caldo, como de almidão (*sic*), mas muito melhor, que chamam mingau (SILVEIRA, 2013, p. 71).

O registro aponta que as raízes de mandioca passam pelo processo de beneficiamento, a transformação em outros produtos, mas silencia em relação às técnicas e formas de transformação. O beneficiamento da mandioca resulta em mais de um tipo de farinha, possibilitando saboreá-las na forma de mingaus, bolos, biscoitos.

No capítulo “Legumes e hortaliças”, Silveira (2013) registrou que cultivam “couves, coentro, cebola, pepino, arroz, macaxeira, amendoim, milho zaburro e outro branco, diversos feijões e favas, muitas batatas de cores diferentes por dentro e por fora, abóboras de diversas castas”. Acrescenta “melhor que as batatas, são as macaxeiras, também raízes mais compridas a modo da mandioca, que assadas e cozidas são muito boas e sadias” (SILVEIRA, 2013).

As espécies de mandioca podem ser divididas em dois grupos: o da mandioca-mansa, ou mandioca-doce, e o da mandioca-amarga, ou mandioca-brava. O critério dessa classificação é a quantidade de ácido cianídrico – uma substância venenosa – que cada variedade contém. A mandioca-doce, conhecida também como aipim ou macaxeira, é menos tóxica, não chegando a ser fatal se ingerida *in natura* (PEDROZA, 2014, p. 390).

Silveira (2013) escreveu um capítulo sobre o abastecimento de carne. No século XVII, não há problema no abastecimento desse gênero alimentício, pois consomem veados, antas,

---

2. Segundo dicionário da língua portuguesa do século XIX, além do sentido de “porção de terra ordinariamente de pouca extensão, cultivada e plantada de flores e outras plantas, para recreio e passeio”, jardim também denomina o cultivo de plantas não ornamentais em terrenos de pouca extensão, uma horta (SILVA, 1890).

pacas, cotias, tatus, jabutis e aves de médio e grande porte, capaz de garantir carne para uma refeição, nambus, perdizes, marrecas, patos, variedade de galinhas d'água. O autor registrou maravilhado a perícia dos indígenas na caça de aves aquáticas (SILVEIRA, 2013, p. 79).

O autor da “Relação” chama atenção para a quantidade do rebanho de porcos bravos. É a carne mais consumida pela população, os índios costumam capturá-los vivos e trocar com os europeus por objetos, como, a faca. Silveira (2013) confirma o comércio por meio da troca percebido pelo padre D’Evreux (2002). Registrou, “basta um índio caçador, que haja numa casa de grande família”, é como possuir um “açougue contínuo para si e para os vizinhos” (SILVEIRA, 2013). Ao que parece, famílias europeias recém-fixadas no Maranhão desfrutava do trabalho de índios, que efetuavam toda sorte de atividades, incluindo caçar para abastecer a casa. Esse é outro dado que se encontra também no relato D’Evreux (2002).

Vem das águas outra quantidade de carne: surubins, camurupins, corvinas, agulhas, robalos, pargos, cações, dourados, variedade de pescado. Comem tudo que os rios e mar oferecem, peixes de aparência aterradora como moreias, enguias, arraiais; moluscos e crustáceos, polvo, caranguejo, mexilhão, ostra, camarão, mariscos em geral. A carne do peixe boi é comparada com carne de vitela, “cozido com couves parece boa vitela”, “gorda e saborosa”. Os cágados de água doce são apreciados pelo sabor da carne e a quantidade e qualidade dos ovos, “porque são muito bons e sadios”, “tem em quantidade comparável a uma mina” (SILVEIRA, 2013, p. 80-82).

Notável o desenvolvimento dos rebanhos de gado vacum, caprino e suíno; a criação doméstica de aves, galinhas, patos, perus e outras aves comestíveis introduzidas pelos portugueses. O rebanho de porco é o maior, “já há lavradores que tem cem cabeças, e são muitos grandes e de boníssima carne, qual é toda a deste gênero no Brasil [...] e para este gado tem a terra grande disposição, pelos muitos e contínuos frutais que nela há” (SILVEIRA, 2013, p. 75).

Nota-se grande quantidade de frutas nativas e também adaptadas. Entre as frutas nativas, bacuris, cajus, mangabas. Silveira (2013, p. 83) destaca o ananás, “o rei das frutas”, que parece medrar em toda parte do Brasil. O padre Miguel de Carvalho escreveu na “Descrição do sertão do Piauí” que, viajando pelo sul do Piauí, encontrou na fauna e flora víveres suficientes para alimentar mais de quarenta pessoas durante vinte e um dias, o ananás foi o mais delicioso dos regalos (CARVALHO, 1993, p. 33).

O Maranhão é habitado por povos indígenas inteligentes, laboriosos, dados a fabricação de bebidas. Silveira registrou profusão de licores e vinhos fabricados pelos índios, vinho de palma, vinho de mel, vinho do caju, vinho do milho zaburro. Escreveu, vinho “muito doce”, “alegra e aquece”, vinhos que para além de espantar a solidão, curam males do corpo, resfriado, opilado, asmático e boubático (SILVEIRA, 2013, p. 74).

### **Maranhão, abundância de sustento**

Maurício de Heriarte (1975) especifica duas paisagens do litoral norte do Brasil, a ilha de São Luís do Maranhão é o marco limite entre uma paisagem e outra. Entre a ilha e o rio “das Amazonas”, uma paisagem, Belém é a principal povoação; outra paisagem compreende as terras entre a ilha e o rio Acaraú, no Ceará, apesar da grande concentração de pessoas na serra da Ibiapaba, São Luís é o principal núcleo populacional da região.

### *Primeira paisagem*

Heriarte (1975) escreveu que o litoral entre a “ilha de São Luís de Maranhão até a capitania do Grão Pará por costa do mar [...] há trinta e seis baías ou enseadas que fazem ao mar outras tantas bocas de rios, que dão fim a seu curso nele” (HERIARTE, 1975, p. 175). Águas para além do alcance da vista, povoadas de muitas espécies de peixes. Pelas terras que margeiam os diferentes corpos d’água, as “nações” indígenas têm na pesca artesanal um meio de sobrevivência, ficou o registro de pelo menos um grupo pescando com pequenas redes, com arpões e anzóis feitos de ossos (HERIARTE, 1975, p.187).

“Sustentam-se com peixe e tartarugas de que há muita quantidade”. A quantidade e variedade de peixes são incalculáveis. Mas, a tartaruga merece destaque no conjunto de gêneros comestíveis, alguns povos indígenas tinham criatórios para abate e consumo, currais dentro da água. Os ovos de tartaruga são também comestíveis, é ingrediente principal na elaboração de um tipo de manteiga que era utilizado para fritar pães, pastéis, empadas e outras coisas semelhantes (FERREIRA, 1974). A carne da tartaruga, assim como, a carne do peixe boi é considerada comida saborosa.

Ficou registrado grande quantidade de “frutas agrestes e das que se plantão para o sustento humano”. Frutos agrestes ou nativos a exemplo das castanhas e cacau, com o qual produzem um tipo de vinho que os índios bebiam fartamente durante as festividades. Os frutos adaptados, introduzidos pelos portugueses, a exemplo da laranja, limão e lima (HERIARTE, 1975, p. 175), tinham em quantidade visível. Heriarte registrou que as margens dos rios Trombetas e Madeira, brotava espontaneamente um tipo de arroz de cor vermelha, colhido em quantidade suficiente para alimentar várias pessoas (HERIARTE, 1975, p. 181).

O narrador não poupa elogios a terra e, repetidas vezes, afirma que é “abundante de sustento”, isto é, de gêneros comestíveis. Têm “todo o gênero de caça”, capivaras, antas, porcos, veados, coelhos, tatus, caititus, pacas, avestruzes, patos, marrecas, diferentes tipos de galinhas d’água. Além do mais, os rebanhos introduzidos no Brasil cresciam em quantidade, particularmente, o gado vacum e suíno (HERIARTE, 1975, p.171, 190). Imagina-se que conseguir alimentos não é tarefa difícil, havia abundância de “caça e peixe, com que os moradores se sustentam”.

Terras férteis margeiam o universo de água, cultivando “mostram que darão”. Há também imensos pastos próprios para criação de gado (HERIARTE, 1975, p. 175). Os povos indígenas cultivam pequenos roçados para consumo próprio, prática comum antes mesmo da chegada dos portugueses. Heriarte registra que os índios utilizavam como técnica de cultivo e beneficiamento instrumentos rudimentares de madeira e pedra. Cultivavam mandioca e milho. Ao longo do tempo, os portugueses adotaram o cultivo dos gêneros nativos como a mandioca e milho e acrescentam outros, a exemplo da cana de açúcar. Nessa paisagem não há referência ao fenômeno da seca.

### *Segunda paisagem*

Entre a ilha de São Luís do Maranhão e o rio Acaraú, no Ceará, o litoral é pouco recortado, praias arentas, bonitas e aprazíveis. Vários rios desembocam nesse trecho de litoral, o Itapecuru, Munim, Preguiças, Igarau e, o mais admirável de todos, o Paranaíba (Sic) (HERIARTE, 1975, p. 173), pelo ambiente aquático que forma em sua desembocadura, canais, ilhas, flora e fauna próprias. Entretanto, nada comparado às águas da paisagem, entre São Luís

e Belém, muitos corpos d'água secam depois da estação “das águas”, depois da estação chuvosa.

Os povos desse trecho de litoral não possuem residência fixa, vivem a vagarear, escreveu Heriarte (1975). “Não têm aldeias nem casas em que habitem andam pelos montes, e sustentam-se de caça, frutas agrestes e pesca”, foram denominados de “índios de corso”. É necessário relativizar a informação do deslocamento incessante, o narrador registrou pelo menos um povo indígena com “roças de mandioca, de que fazem farinha” e fabricam vinho (HERIARTE 1975, p. 173-174). As atividades de cultivo da terra, plantio, colheita e beneficiamento exigiam uma temporada, instalados num determinado local.

O “vinho de mandioca” não é a única bebida fabricada nessa paisagem. Heriarte (1975) informa que mais de uma “nação” indígena fabricava vinho de caju. Escreveu “nessas praias andam muitos bárbaros de corso” pescando e comendo “uma fruta a que chamam cajus, que pelo mês de outubro e novembro se colhe, de que fazem quantidade de vinho” (HERIARTE 1975, p. 173). Para a fabricação do vinho era necessário um período de fixação junto aos cajueiros para colheita e seleção dos cajus e fabricação da bebida.

Considerando a informação, admite-se que ao longo do litoral havia avultada quantidade de cajueiros com potencial produtivo capaz alimentar grupos populacional durante dois meses. Alimentação balanceada, com diversos tipos de alimentos, carne de caça, pesca e frutas. A propósito, no litoral do Maranhão, entre o Ceará e a ilha de São Luís, a mata de cajueiros denota grandiosidade, chama atenção de Heriarte (1975), Simão Estácio Silveira (2013), frei Lisboa (1998), D'Evreux (2002), entre outros escritores do período.

É notória a aversão de Heriarte (1975) aos povos indígenas desse trecho do litoral, eram todos falsos, cruéis, covardes, traiçoeiros, bêbados, escreveu ele. Afirma a prática canibalista como frequente, “a carne humana que comem é de seus parentes, que estando doentes, de forma que não possam andar, os matam e os sepultam em suas barrigas” (HERIARTE, 1975, p. 174). Nenhum outro relato faz referência ao canibalismo dos povos indígenas, pres-supomos que não fosse tão usual como quer Heriarte (1975), se é que realmente era praticado.

Como recurso estilístico, Heriarte (1975) opta pela descrição social e econômica das terras adjacente às margens dos rios, já havia utilizado o mesmo recurso na descrição da paisagem anterior. Escreveu, o rio “Maracu desce de uns grandes lagos, aonde os moradores vem fazer pescaria de peixe boi” e do surubim, peixe comum aos rios da região. Nas ribeiras do Munim terra “mui alegre [...] melhores que as do Itapecuru”, tem uma fruta a que chamam andiroba da qual os moradores fazem azeite para se alumiar. As terras que margeiam o Itapecuru são as mais populosas do Maranhão da época, habitadas tanto por índios como por portugueses, a existência de engenhos de açúcar nessa ribeira é indicativo do quanto estavam bem instalados os europeus que haviam embrenhado pelo sertão. Também, havia canaviais e engenhos nas ribeiras do rio Mearim (HERIARTE, 1975, p. 172).

No geral, as margens dos rios são “mui abundante de mantimentos”, “mui abundante de tudo”, “formosos pastos para gados”, “madeiras de todos gêneros”. Embora não relacione animais e aves como fez em relação à primeira paisagem, ficou o registro da abundância de caça, pesca e coleta de frutos nativos. Terra propícia para “se fazerem grandes povoações” se nelas entrarem os portugueses, diz o narrador. Os portugueses “entraram”, se instalaram, montaram estrutura produtiva de cultivo e beneficiamento de plantas e criaram rebanhos para comercialização.

## O litoral piauiense nos séculos XVI, XVII e XVIII

O litoral do Brasil é um mosaico de paisagens, comunidades vegetais e animais distintas (ICMBio, 2018). No litoral norte, entre os séculos XVI e XVIII, causavam controvérsias as configurações do relevo estabelecidas como balizas de fronteira (CALDAS, 1900, p. 61), nem sempre eram reconhecidas pelas populações que partilhavam o território, nem mesmo eram respeitadas pelos chanceleres europeus. Serras, rios, lagoas, facilitam o movimento dos viajantes, indicam caminhos.

Nesse complexo espaço instituído, estabelecer a área correspondente ao litoral do Piauí é exercício de alto risco. No início do século XVII, o nome Piauí é pouco usual no litoral norte do Brasil, sobretudo para designar um trecho do litoral. Entre o Ceará e o rio “das Amazonas” tudo é Maranhão, escreveu Simão Estácio da Silveira (2013, p. 57). Na segunda metade dessa mesma centúria, adentrando o sertão, na direção das capitanias de Pernambuco e Bahia, a expressão Piauí ganhava conteúdo como configuração socioespacial, com a criação e instalação da freguesia de Nossa Senhora da Vitoria nos sertões de dentro (CARVALHO, 1993).

Considerando os limites atuais, o litoral do Piauí se localiza entre a ilha de São Luís e o rio Acaraú, a segunda paisagem delineada por Heriarte. Relatos do século XVIII concorrem para precisar o espaço.

O Rio Parnaíba depois de regar estes sertões por espaço de muito mais de 200 léguas, aumentado e caudaloso com todas as ribeiras desta capitania e algumas da do Maranhão, que correm por Pastos Bons, freguesia fronteira à Vila de Jerumenha, se sepulta no oceano, entre as Capitanias do Ceará e do Maranhão numa ponta de terra que pertence a esta do Piauí, e que chega a costa do mesmo mar, com a largura unicamente de quatro ou cinco léguas (DURÃO, 1772 apud MOTT, 1977, p. 562).

O litoral do Piauí é apenas “uma ponta de terra [...] com a largura unicamente de quatro ou cinco léguas” (DURÃO, 1772 apud MOTT, 1977, p. 562), extensão semelhante se encontra na descrição de João Pereira Caldas (1900). Como se observa, no século XVIII, dois dos mais importantes funcionários da Coroa portuguesa já indicam a extensão do litoral. Em qualquer caso, é um litoral pequeno se comparado ao do Ceará e Maranhão. A descrição do rio Paraguaçu, denominação antiga do rio Paranaíba (GANDARA, 2015, p. 8), auxilia no reconhecimento do espaço. Escreveu Heriarte (1975, p. 173) que o rio desemboca no mar através de três canais entremeados de ilhas, as terras vizinhas são “boas”, “abundantes”, “agradáveis” e bastante povoadas de índios de diversas nações.

Ficou registrado no “Tratado descritivo do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa (1879, p. 47), que o Parnaíba já era conhecido no século XVI, com a denominação de rio Grande dos Tapuias, porquanto, “os tapuias desciam rio abaixo em canoas a mariscar no mar”. A atividade de apanhar mariscos é significativa no contexto da alimentação, pelos riscos a que se expõem os indivíduos nessa empreitada, com o deslocamento em embarcações através do rio e mar. O relato de Sousa (1879, p. 47) aponta ainda, pescarias em lagoas, “grandes pescarias de que se aproveitam os tapuios que vivem por essa costa”.

A fauna aquática, marítima ou fluvial, foi largamente utilizada pelos diferentes agentes envolvidos no processo de ocupação e povoamento do litoral do Piauí entre os séculos XVI

e XVII. Frei Cristóvão de Lisboa (1998) em “História dos animais e árvores do Maranhão”, estabelece claramente a diferenciação entre fauna marítima e fluvial, indicando o tipo de pescado comestível e apreciado pelas populações do litoral norte. No capítulo “peixes de água doce” faz referência a espécies que ainda hoje povoam o rio Parnaíba, a exemplo do surubim, curimatá, piranha e mandubé, “peixes muito bons de comer, fresco ou salgado” (LISBOA, 1998, p. 26-29). Embora tenha referência a prática da caça, não ficou registrado espécies da fauna terrestre na zona litorânea.

Pelo relato de Sousa (1879, p. 47), trechos do litoral e ribeiras do rio Parnaíba eram escalvados, sem vegetação; outros cobertos de arvoredos e palmeiras nativas. Nesse aglomerado de árvores, muitos frutos comestíveis. Heriarte (1975) registrou vasto cajual no litoral do Piauí e como os índios faziam uso do fruto. O vinho de caju consta em quase todos os relatos consultados. Mas o ananás é o rei dos frutos, afirmou Silveira (2013). O padre Carvalho (1993, p. 33) nas andanças pelas terras do sul do Piauí registrou grande quantidade de ananás, “criados pela natureza”, pequenos e de polpa branca, “deliciosos no cheiro e no gosto”. “É a melhor fruta dessa terra, quando está maduro, e cheira de muito longe” afirmou frei Lisboa (1998, p. 36).

Heriarte (1975) registrou pelo menos uma “nação” indígena do litoral do Piauí, cultivando mandioca, é a planta nativa que consta em quase todos os relatos examinados. A mandioca é o centro do sistema alimentar no litoral norte do Brasil, entre o Ceará e o rio Amazonas, cultivada em roças, por indígenas e europeus. Cultivam também “milhos, jerimuns, feijões, batatas entre outros mantimentos” (COSTA, 1974, p. 31).

Data do início do século XVII a primeira informação sobre o cultivo de roças no litoral do Piauí e terras circunvizinhas. Regimento de expedição organizada em 1614 com objetivo de expulsar os franceses do Maranhão, recomenda a construção de uma fortificação no “rio Tutóia” para servir como centro de gestão da guerra e a abertura de roças de mantimento para alimentar o efetivo (COSTA, 1974, p. 31).

Outra informação de meados dessa mesma centúria, informa que por volta do ano de 1662, o “desbravador” Domingos Jorge Velho e alguns dos seus oficiais se estabeleceram as margens dos rios Poti e Paranaíba, instalando fazendas e lavouras (COSTA, 1974, p. 36). É do norte do Piauí, onde residia por mais de duas décadas, que Domingos Jorge Velho partiu para destruir o quilombo dos Palmares.

No final do século XVII, proveniente de São Luís do Maranhão, fixou residência nas terras da bacia do rio Longá, o fidalgo e militar português, Francisco da Cunha Castelo Branco, com família e serviçais livres e escravos (COSTA, 1974, p. 53). A fixação de grupos familiares implica a organização de roças para atender as necessidades de alimentos. A informação da roça como unidade de produção se encontra por todo o litoral norte, do Amazonas ou Ceará, infelizmente não há informações detalhadas sobre técnicas de cultivo e beneficiamento.

Essas informações indicam que ao longo do século XVII, na porção norte do Piauí, entre o litoral e o curso do rio Poti, já cogitavam o cultivo permanente de gêneros alimentícios. Um século depois, documento de 1764, da Câmara Municipal da vila de Campo Maior, aponta para a comercialização de gêneros comestíveis: farinha de mandioca, milho, arroz e feijão; animais para abate e consumo humano eram vendidos vivos, boi, leitão, carneiro, bode e aves, galinha, peru, pato e também ovos. Além disso, comercializavam aguardente e mel de cana, tudo tabelado pela referida câmara municipal (COSTA, 1974, p. 162).

Melo (1983, p. 129) arrisca dieta alimentar para esses primeiros habitantes do vale do

Longá no final dos setecentos, “a alimentação básica além de frutos e mel silvestre, eram farinha de mandioca, carne assada, a macaxeira cozida na água”, milho, leite e seus derivados, coalhada e queijo. A disponibilidade desses produtos demanda o cultivo e a criação de animais domésticos para consumo do leite e de carne.

Segundo a tese da prioridade do norte na ocupação e povoamento do Piauí, a ocupação das terras na porção norte não tem vinculação com as ocorrências do sul, “diferentemente do que aconteceu no desbravamento dos vales do Piauí, Gurgueia e Canindé, os que povoaram o Longá, não o fizeram a serviço de uma instituição, antes, conquistaram para si a terra” (MELO, 1983, p. 128). Na porção sul do Piauí, a ocupação foi empreendimento dos prepostos da família D’Avila, da Casa da Torre na Bahia, enormes sesmarias foram doadas aos seus representantes. As sementes para implantação dos currais do sul vieram das capitanias da Bahia e Pernambuco, as sementes para os currais do norte vieram do Maranhão e do Ceará (MELO, 1983, p. 150).

O cultivo de alimentos no Piauí, lavoura de alimentos ou lavoura de mantimentos, representou um fator motivador de fixação de pessoas a terra, não obstante a historiografia superestimar a atividade de pecuária como atividade de ocupação. Relatos como de Antonio José de Moraes Durão (1772), João Pereira Caldas (1900) e Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Martius (2017), tomados como fonte e aceitos sem reserva, contribuíram para a desvalorização da atividade de amanho da terra.

Durão (1772 apud MOTT, 1977) coloca a impossibilidade de desenvolvimento da lavoura no Piauí, uma vez que, a maior parte das terras era imprópria para cultivo e seus habitantes preguiçosos e sem iniciativas.

É Capitania [...] Pouco fértil, não tanto por influência da terra que pela maior parte é arenosa e lajeada, quanto pela nímia preguiça de seus habitantes que unicamente se aproveitam do que a simples natureza produz, sem mais benefícios ou canseiras deles. Há muitas paragens excelentes para cultura, mas desprezadas, donde vem serem os frutos da terra, como são a mandioca, feijão, milho, arroz, açúcar em comparação com as demais capitanias, totalmente caríssimos (DURÃO, 1772 apud MOTT, 1977, p. 553).

O ponto de vista de Caldas (1900), menos agressivo, mas voltado apenas para o cultivo comercial, não consegue visualizar as roças de mantimento. Nesse sentido, para colocar o Piauí no circuito de produção, sugere a superação de vários problemas, como o melhoramento de estradas para escoamento da produção. Considera ainda a pecuária como a principal fonte de lucros da capitania.

No caso de Spix e Martius (2017, p. 334), parece que escreveram observando apenas as fazendas do fisco, “[...] não cultivam elas próprias [fazendas] o necessário de milho e mandioca, mas dedicam-se quase que exclusivamente à criação de gado”. Avalia-se um pouco exagerada a informação, não é possível que no contexto do século XVIII as fazendas não produzissem o necessário para a alimentação.

A partir do século XVIII, os relatos silenciaram acerca do roçado de mandioca e macaxeira, milho e feijão, batatas e abóboras, base da alimentação dos lavradores. A pequena indústria de ralar, espremer e torrar a massa de mandioca para obter a farinha e a tapioca, realizada na cozinha, não tem valor econômico, não merece constar nos relatos. De qualquer forma, é necessário insistir que, no século XVIII, de norte ao sul do Piauí, era possível encontrar lavou-

ras de alimentos. A partir de meados dessa centúria o cultivo é um fato, a preocupação agora é como implementar o cultivo e transformar os produtos da roça em mercadoria, objeto de comércio. Mas, esse é outro capítulo da história dos gêneros comestíveis no litoral do Piauí.

## Referências

- BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas Geohistóricos**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.
- CALDAS, João Pereira. Roteiro do Maranhão e Goiás pela capitania do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 52, parte 1, p. 60-161, 1900.
- CARVALHO, Miguel de (Padre). **Descrição do sertão do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1993.
- CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. **O povoamento do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1982.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- D'EVREUX, Yves (Padre). **Viagem ao norte do Brasil**: feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- DINIZ, Ferdinand. Introdução. In: D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**: feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. p. I - XLV.
- DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da capitania de São José do Piauí. In: MOTT, Luiz Roberto de Barros. Descrição da capitania de São José do Piauí – 1772. **Revista de História**, São Paulo, v. 56, n.112, p.543-566, 1977.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Rios nossos que estão no sertão! São Francisco e Parnaíba. **Confins**, Revista franco-brasileira de Geografia, n. 23, p. 1-27, 2015.
- HERIARTE, Maurício de. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas [1662-1667]. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. v. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p.170-190.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018.
- LISBOA, Cristóvão de (Frei). **História dos animais e árvores do Maranhão**. São Luís: Alumar, 1998.
- MELO, Cláudio (Padre). **A prioridade do norte no povoamento do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1985.

MELO, Cláudio (Padre). **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s. n], 1991.

MELO, Cláudio (Padre). **Os primórdios de nossa história**. [Teresina], 1983.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. *In*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**: v. 3 (1720 - 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 381- 418.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Literária Fluminense, 1890.

SILVEIRA, Simão Estácio. **Relação sumária das cousas do Maranhão** - dirigida aos pobres deste Reino de Portugal. São Luís: Edições AML, 2013.

SOUSA, Gabriel Soares de Sousa. Tratado descritivo do Brasil em 1587. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 14, p. 9-389, 1879.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). v. 2. Brasília: Senado Federal, 2017.

## Avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense: uma estratégia de geoconservação<sup>1</sup>

*Brenda Rafaele Viana da Silva*  
*Iracilde Maria de Moura Fé Lima*  
*Elisabeth Mary de Carvalho Baptista*

### Introdução

No contexto da zona costeira do Brasil se verifica, de modo geral, que são incipientes as propostas de metodologias para o desenvolvimento das etapas de geoconservação, o que implica em uma necessidade de aprofundamento e adequação neste sentido. Em relação à zona litorânea do Piauí, registram-se poucos estudos sobre esta temática, entendendo-se ser relevante investigar as características da geodiversidade local juntamente com seu patrimônio geológico e geomorfológico, visando sua conservação e divulgação dos geossítios, e possibilitando estratégias de geoconservação que podem ser indicadas para essa área, haja vista sua importância para o desenvolvimento turístico e socioambiental do estado e, principalmente, para a população local.

Pereira (2010a) afirma que a temática da geoconservação, apesar de ser ainda assunto recente, vem ganhando muito destaque no Brasil. Entretanto, metodologias de estratégias de geoconservação adequadas à realidade nacional, com ênfase em ambientes costeiros, consistem ainda em práticas pontuais e isoladas, mas que através dos recentes estudos vem cada vez mais ganhando evidência.

Partiu-se da ideia de que a geodiversidade do litoral piauiense deve ser elemento fundamental para subsidiar trabalhos e estudos que tenham por finalidade a análise e interpretação de elementos físicos-naturais, bem como para sua conservação e valorização. Os atrativos geológicos e geomorfológicos da área em destaque são diversos, como planícies lacustres, planícies fluviais, planícies flúvio-marinhas, afloramentos rochosos, recifes de arenitos e de arenito de praia (*beachrocks*), eolianitos, campos de dunas, delta e entre outros, que podem, assim, vir a se constituir em diferentes geossítios, a partir das diversas estratégias geoconservacionistas.

A zona costeira piauiense abrange uma área aproximada de 1.200 km<sup>2</sup>, entre as coordenadas geográficas de 2°42'35" e 3°05'02" de latitude sul e 41°14'53" e 41°52'46" de longitude

---

1. Esta pesquisa se constitui em um recorte da dissertação de Mestrado da primeira autora, sendo um produto do referido trabalho, intitulado **Avaliação do Patrimônio Geológico-Geomorfológico da Zona Litorânea Piauiense para fins de Geoconservação**, defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí.

oeste. Encontra-se no limite entre o estado do Ceará, a leste, e com o estado do Maranhão, a oeste, apresentando uma extensão de linha de costa de 66 km no sentido Leste-Oeste, da divisa com o Ceará, na barra dupla formada na foz dos rios Ubatuba e Timonha até a baía das Canárias (no Delta do rio Parnaíba) (BAPTISTA, 1981).

Dessa forma, a partir da caracterização dos geossítios da zona litorânea piauiense realizada por Silva (2019), o objetivo do presente estudo se constituiu em realizar a avaliação quantitativa destes, de acordo com seus valores científico e turístico, sendo a quantificação a segunda etapa para o processo de avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico da área em questão para fins de geoconservação.

Os procedimentos metodológicos corresponderam a duas etapas: Etapa 1 – pesquisa bibliográfica com a análise teórico-conceitual através de artigos, dissertações, teses e livros; E Etapa 2 – realização da avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense, destacando seu patrimônio geológico-geomorfológico. Assim, foi possível a quantificação dos geossítios de acordo com seus valores científico e turístico, prioritariamente, conforme a metodologia de Pereira (2010b), adaptando-se também a proposta metodológica de Borges (2013), para elaboração de mapas temáticos.

### **Metodologia para avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense**

Tomando como base as diferentes metodologias referentes à avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico, como Sharples (2002), Brilha (2005), Pralong (2005), Pereira (2006), Pereira (2010b), dentre outras, duas etapas principais se destacam nesse processo. A primeira, a partir da inventariação apresenta maior subjetividade, dando maior liberdade de adaptação aos pesquisadores, e a segunda, por meio da quantificação, é bem mais objetiva, no intuito de diminuir imparcialidades, sendo esta objetivo da presente pesquisa.

De modo geral, a quantificação se constitui na segunda etapa de estratégia de geoconservação e objetiva classificar os geossítios, através de parâmetros e pontuações atribuídas a estes, utilizando-se de critérios pré-estabelecidos, de acordo com a proposta adotada e os objetivos de cada pesquisador, a fim de diminuir a subjetividade inerente a esse processo e, com isso, comparar e determinar a relevância dos locais avaliados.

Na etapa de quantificação dos geossítios foi adotada a metodologia de Pereira (2010b), que foi desenvolvida ao realizar a inventariação do patrimônio geológico da Chapada Diamantina (BA) através da quantificação dos geossítios inventariados. Esta metodologia, que passou a ser utilizada no Brasil, bem como no Piauí, teve por objetivo estabelecer o Valor de Uso Turístico (VUT), Valor de Uso Científico (VUC), Valor de Conservação (VC) e o *Ranking* de Relevância desses locais.

Os valores propostos por Pereira (2010b), são compostos por 20 (vinte) parâmetros divididos em quatro categorias de valores iniciais, sendo elas: Valor Intrínseco (Vi), Valor Científico (Vci), Valor Turístico (Vtur) e Valor de Uso/Gestão (Vug) e, posteriormente, os valores finais de uso. Uma vez estabelecidos os parâmetros a serem considerados, no presente estudo, estes foram agrupados em categorias de valores, destacando os aspectos relacionados com os objetivos da quantificação definidos, a saber: identificar o valor científico, turístico e para conservação dos geossítios, permitindo assim a seleção posterior destes, mais adequados para a valorização e divulgação para fins turísticos e/ou científicos.

Uma vez obtidas as notas para cada categoria de valor, foram então calculadas as pontuações para o Valor de Uso Científico (VUC), o Valor de Uso Turístico (VUT) e o *Ranking* de Relevância (R) para o conjunto de locais selecionados. Este último parâmetro estabelece o nível de relevância ou influência (local, regional, nacional ou internacional) para os geossítios. Calculou-se também o Valor de Conservação (VC), que é indicativo da importância do geossítio em termos de conservação.

Depois de realizada a quantificação dos geossítios, obtendo-se assim os valores finais de Uso Científico, Uso Turístico, Conservação e Relevância, foi feita uma classificação destes através de mapas temáticos representando os valores obtidos, por meio de linguagem gráfica simples, classificando-os numa escala com as seguintes categorias: Baixo, Médio, Alto e Muito Alto, a partir da adaptação da metodologia utilizada por Borges (2013).

O uso das tecnologias de geoprocessamento tem demonstrado ser uma ferramenta eficiente, na precisão, competência e rapidez na geração de informação, permitindo uma melhor visualização dos parâmetros analisados. Na aplicação ao patrimônio geológico e o geomorfológico, esta ferramenta permite a manipulação de um volume significativo de dados e a apresentação destes em forma de mapas temáticos de fácil leitura e interpretação (BORGES *et al.*, 2014).

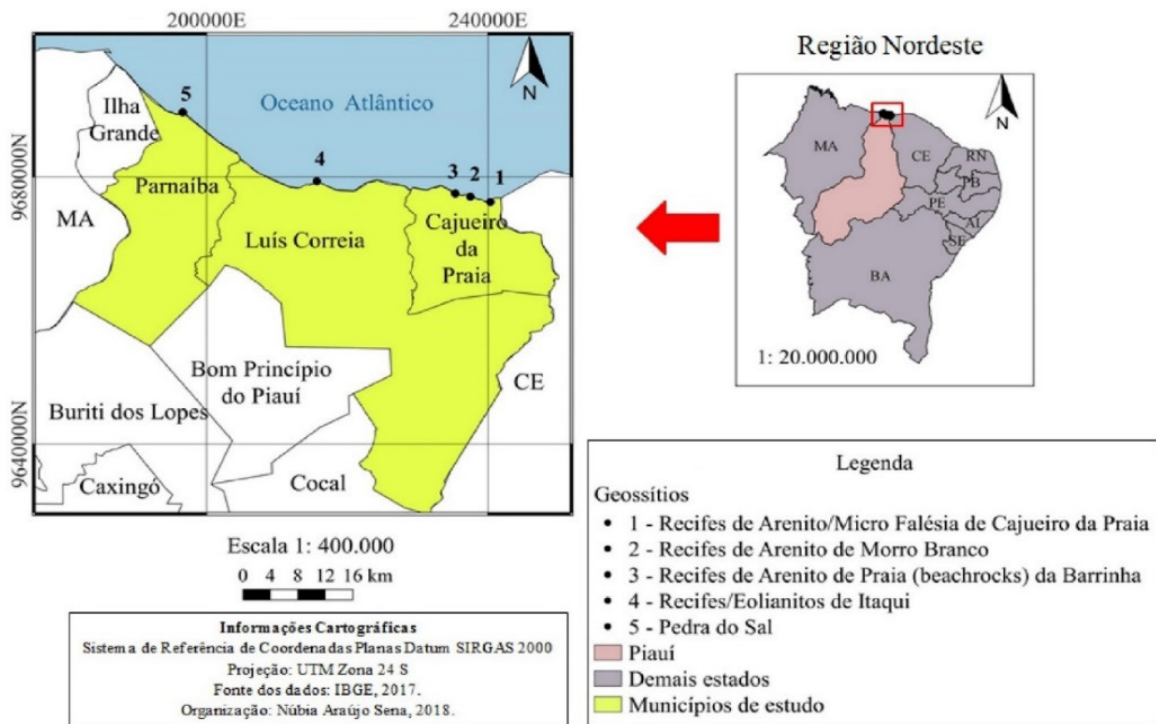
Neste sentido, observa-se que as metodologias de avaliação que visam quantificar geossítios e geomorfossítios carecem de uma representação cartográfica. Dessa forma, logo após a quantificação obtida a partir da metodologia de Pereira (2010b), foi realizada a representação cartográfica através de mapas temáticos dos valores finais de usos dos geossítios (Valor de Uso Científico, Valor de Uso Turístico e Valor de Conservação) obtidos, a fim de facilitar a compreensão destes.

### **Quantificação dos geossítios da zona litorânea piauiense**

Na primeira etapa de avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico da zona litorânea piauiense, os geossítios foram selecionados a partir da localização destes na faixa praial, abrangendo três dos municípios costeiros: Cajueiro da Praia, Luís Correia e Parnaíba. Posteriormente foram caracterizados, destacando o seu patrimônio geológico-geomorfológico, totalizando em cinco geossítios, sendo cada um destes identificados pela letra G de geossítio e a numeração sequencial, como segue: G1 – Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia; G2 – Recifes de Arenito de Morro Branco; G3 – Recifes de Arenito de Praia da Barrinha; G4 – Recifes de Arenito de Praia da Barrinha; e G5 – Pedra do Sal.

A figura 1 demonstra a localização destes geossítios na zona litorânea piauiense

Figura 1 – Mapa de localização dos geossítios da zona litorânea piauiense.



Fonte: Silva (2019); Geoprocessamento: Sena (2019).

Inicialmente foi calculada quatro categorias de valor: Intrínseco (Vi), Científico (Vci), Turístico (Vtur) e de Uso/Gestão (Vug) de cada um dos geossítios, subdivididas em vários parâmetros e, em seguida, foi possível calcular os valores finais de Uso Científico (VC), Uso Turístico (VT), Conservação (VUC) e o *Ranking* de Relevância (R) dos geossítios estudados.

Na categoria de Valor Intrínseco (Vi), que reúne parâmetros associados diretamente aos aspectos inerentes ao geossítio, independentemente do seu eventual uso, ou de uma avaliação funcional do local, apresentou pouca variação (0,25 pontos), com menor valor de 2,50 do geossítio Recifes de Arenito de Morro Branco e os demais com 3,25 cada um, tendo a média de 3,10, com 4 geossítios superiores a esta (G1, G3, G4 e G5).

No quadro 1, tem-se a síntese dos valores obtidos sobre o Vi dos cinco geossítios.

Quadro 1 – Valor Intrínseco dos geossítios.

| Geossítios               |                                                | G1                                | G1          | G3          | G4          | G4          |
|--------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>A</b>                 | <b>Valor Intrínseco (Vi)</b>                   | Ponderações                       |             |             |             |             |
| A1                       | Vulnerabilidade associada a processos naturais | 2                                 | 2           | 2           | 2           | 2           |
| A2                       | Abundância / Raridade                          | 4                                 | 1           | 4           | 4           | 4           |
| A3                       | Integridade                                    | 3                                 | 3           | 3           | 3           | 3           |
| A4                       | Variedade de elementos da geodiversidade       | 4                                 | 4           | 4           | 4           | 4           |
| <b>Valor Intrínseco:</b> |                                                | <b>3,25</b>                       | <b>2,50</b> | <b>3,25</b> | <b>3,25</b> | <b>3,25</b> |
| <b>Média do Vi:</b>      |                                                | <b>3,10</b>                       |             |             |             |             |
|                          |                                                | Valor Intrínseco abaixo da média. |             |             |             |             |

Fonte: Adaptado de Silva (2019).

Na categoria de Valor Científico (Vci), que reúne parâmetros associados diretamente aos trabalhos científicos publicados sobre os geossítios, suas potencialidades para ilustrar processos ou aspectos relevantes da geologia da área, bem como relevância didática, apresentou pouca variação (0,15 pontos), com menor valor de 3,50 dos geossítios G1, G2 e G3 e com maior valor de 4,00 do geossítio Pedra do Sal, tendo a média de 3,65, com 2 geossítios superiores a esta, sendo o G4 e o G5.

No quadro 2, tem-se a síntese dos valores obtidos sobre o Vci dos cinco geossítios.

Quadro 2 – Valor Científico dos geossítios.

| Geossítios               |                                                                        | G1                                | G2          | G3          | G4          | G5          |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>B</b>                 | <b>Valor Científico (Vci)</b>                                          | Ponderações                       |             |             |             |             |
| B1                       | Objeto de referências bibliográficas (grau de conhecimento científico) | 4                                 | 4           | 4           | 4           | 4           |
| B2                       | Representatividade de materiais e processos geológicos                 | 4                                 | 4           | 4           | 4           | 4           |
| B3                       | Diversidade de interesses / temáticas associadas                       | 2                                 | 2           | 2           | 3           | 4           |
| B4                       | Relevância didática                                                    | 4                                 | 4           | 4           | 4           | 4           |
| <b>Valor Científico:</b> |                                                                        | <b>3,50</b>                       | <b>3,50</b> | <b>3,50</b> | <b>3,75</b> | <b>4,00</b> |
| <b>Média do Vci:</b>     |                                                                        | <b>3,65</b>                       |             |             |             |             |
|                          |                                                                        | Valor Científico abaixo da média. |             |             |             |             |

Fonte: Adaptado de Silva (2019).

A categoria de Valor Turístico (Vtur) reúne parâmetros que permitem uma avaliação da realidade atual, referente à utilização turística do geossítios, englobando acessibilidade, infraestruturas e medidas de controle do número de visitantes. Este conjunto de parâmetros é indicativo da relevância e do potencial turístico deste. O Vtur apresentou média variação (1,00 ponto),

com menor valor de 1,40 do geossítio Recifes de Arenito de Morro Branco e maior valor de 2,40 do geossítio Pedra do Sal, tendo a média de 1,88, com 2 geossítios superiores a esta, o G1 e G5.

No quadro 3 tem-se a síntese dos valores obtidos sobre o  $V_{tur}$  dos cinco geossítios.

Quadro 3 – Valor Turístico dos geossítios.

| Geossítios                                                                                                                     |                                                  | G1          | G2   | G3   | G4   | G5   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------|------|------|------|------|
| C                                                                                                                              | Valor Turístico (Vtur)                           | Ponderações |      |      |      |      |
| C1                                                                                                                             | Aspecto estético                                 | 4           | 4    | 4    | 4    | 4    |
| C2                                                                                                                             | Acessibilidade                                   | 3           | 2    | 2    | 2    | 3    |
| C3                                                                                                                             | Presença de infraestrutura                       | 2           | 0    | 2    | 2    | 2    |
| C4                                                                                                                             | Existência de utilização em curso                | 1           | 1    | 1    | 1    | 3    |
| C5                                                                                                                             | Presença de mecanismos de controle de visitantes | 0           | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Valor Turístico:                                                                                                               |                                                  | 2,00        | 1,40 | 1,80 | 1,80 | 2,40 |
| Média do Vtur:                                                                                                                 |                                                  | 1,88        |      |      |      |      |
| <div style="background-color: yellow; width: 100px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> Valor Turístico abaixo da média. |                                                  |             |      |      |      |      |

Fonte: Adaptado de Silva (2019).

A categoria de Valor de Uso/Gestão (Vug) reúne os parâmetros ligados à relevância cultural, condições socioeconômicas das áreas de entorno, nível oficial de proteção, possibilidade de utilização dos geossítios e vulnerabilidade perante o uso. Este conjunto de critérios é indicativo dos impactos sociais e viabilidade de utilização futura do geossítio, bem como da exequibilidade de aplicação de investimentos para valorização do local. O Vug apresentou grande variação (1,15 pontos), com menor valor de 1,85 do geossítio Recifes de Arenito de Praia da Barrinha e maior valor de 3,00 do geossítio Recifes de Arenito/Eoalianitos de Itaqui, tendo a média de 2,42, com 3 geossítios superiores a esta (G1, G4 e G5).

No quadro 4, tem-se a síntese dos valores obtidos sobre o Vug dos cinco geossítios.

| Geossítios:                                                                                                                        |                                                              | G1          | G2   | G3   | G4   | G5   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------|------|------|------|------|
| D                                                                                                                                  | Valor de Uso/Gestão (Vug)                                    | Ponderações |      |      |      |      |
| D1                                                                                                                                 | Relevância cultural                                          | 3           | 1    | 0    | 2    | 4    |
| D2                                                                                                                                 | Relevância econômica                                         | 2           | 2    | 1    | 4    | 0    |
| D3                                                                                                                                 | Nível oficial de proteção                                    | 4           | 4    | 4    | 4    | 4    |
| D4                                                                                                                                 | Passível de utilização econômica                             | 2           | 2    | 2    | 2    | 2    |
| D5                                                                                                                                 | Vulnerabilidade associada ao uso antrópico                   | 2           | 2    | 2    | 2    | 2    |
| D6                                                                                                                                 | População do núcleo urbano mais próximo                      | 1           | 1    | 1    | 4    | 4    |
| D7                                                                                                                                 | Condições sócio-econômicas dos núcleos urbanos mais próximos | 3           | 3    | 3    | 3    | 3    |
| Valor de Uso/Gestão:                                                                                                               |                                                              | 2,42        | 2,14 | 1,85 | 3,00 | 2,71 |
| Média do Vug:                                                                                                                      |                                                              | 2,42        |      |      |      |      |
| <div style="background-color: yellow; width: 100px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> Valor de Uso/Gestão abaixo da média. |                                                              |             |      |      |      |      |

Por meio da ponderação dos valores iniciais anteriormente assinalados (Valor Intrínseco, Científico, Turístico e Uso/Gestão), foi possível chegar à definição dos Valores Finais de Uso Científico (VUC), de Uso Turístico (VUT), de Conservação (VC) e o valor de Relevância (R) de cada um dos geossítios.

No quadro 5, tem-se a síntese dos valores obtidos sobre o VUC, VUT, VC e R acerca dos cinco geossítios.

Quadro 5 – Valores Finais dos Valores de Uso e Relevância dos geossítios.

| Valor de Uso Científico (VUC)<br>(2*Vi + 3*Vci)/5 |                                                                                 |      | Valor de Uso Turístico (VUT)<br>(3*Vtur + 2*Vug)/5 |                                                                               |      |
|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1                                                 | Geossítio Pedra do Sal                                                          | 3,70 | 1                                                  | Geossítio Pedra do Sal                                                        | 2,52 |
| 2                                                 | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Eolianitos de Itaqui                           | 3,55 | 2                                                  | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Eolianitos de Itaqui                         | 2,28 |
| 3                                                 | Geossítio Recifes de Arenito<br>de Praia ( <i>beachrocks</i> ) da Bar-<br>rinha | 3,40 | 3                                                  | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Micro Falésia de Cajuei-<br>ro da Praia      | 2,16 |
| 4                                                 | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Micro Falésia de Cajueiro da<br>Praia          | 3,40 | 4                                                  | Geossítio Recifes de Arenito<br>de Praia ( <i>beachrocks</i> ) da<br>Barrinha | 1,82 |
| 5                                                 | Geossítio Recifes de Arenito<br>de Morro Branco                                 | 3,00 | 5                                                  | Geossítio Recifes de Arenito<br>de Morro Branco                               | 1,69 |
| Média VUC                                         |                                                                                 |      | Média VUT                                          |                                                                               |      |
| 3,41                                              |                                                                                 |      | 2,09                                               |                                                                               |      |

| Valor de Conservação (VC)                                                                                         |                                                                         |      | Ranking Relevância (R)                |                                                                         |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|------|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------|
| (3*Vi + Vci + Vug)/5                                                                                              |                                                                         |      | {2*[(VUC/20)*100] + [(VUT/20)*100]}/3 |                                                                         |       |
| 1                                                                                                                 | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Eolianitos de Itaqui                   | 3,30 | Internacional                         | Geossítio Pedra do Sal                                                  | 18,66 |
| 2                                                                                                                 | Geossítio Pedra do Sal                                                  | 3,29 | Nacional                              | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Micro Falésia de Cajueiro da Praia     | 16,6  |
| 3                                                                                                                 | Geossítio Recifes de Arenito/<br>Micro Falésia de Cajueiro da Praia     | 3,13 | Regional                              | Geossítio Recifes de Arenito de Praia ( <i>beachrocks</i> ) da Barrinha | 16,00 |
| 4                                                                                                                 | Geossítio Recifes de Arenito de Praia ( <i>beachrocks</i> ) da Barrinha | 3,02 |                                       |                                                                         |       |
| 5                                                                                                                 | Geossítio Recifes de Arenito de Morro Branco                            | 2,62 |                                       |                                                                         |       |
|                                                                                                                   |                                                                         |      |                                       |                                                                         |       |
| Média VC                                                                                                          |                                                                         | 3,07 | Média R                               |                                                                         | 16,25 |
| <div></div><br>Geossítio com valor acima da média para todas as categorias de uso, indicando prioridades de ação. |                                                                         |      |                                       |                                                                         |       |

Fonte: Silva (2019).

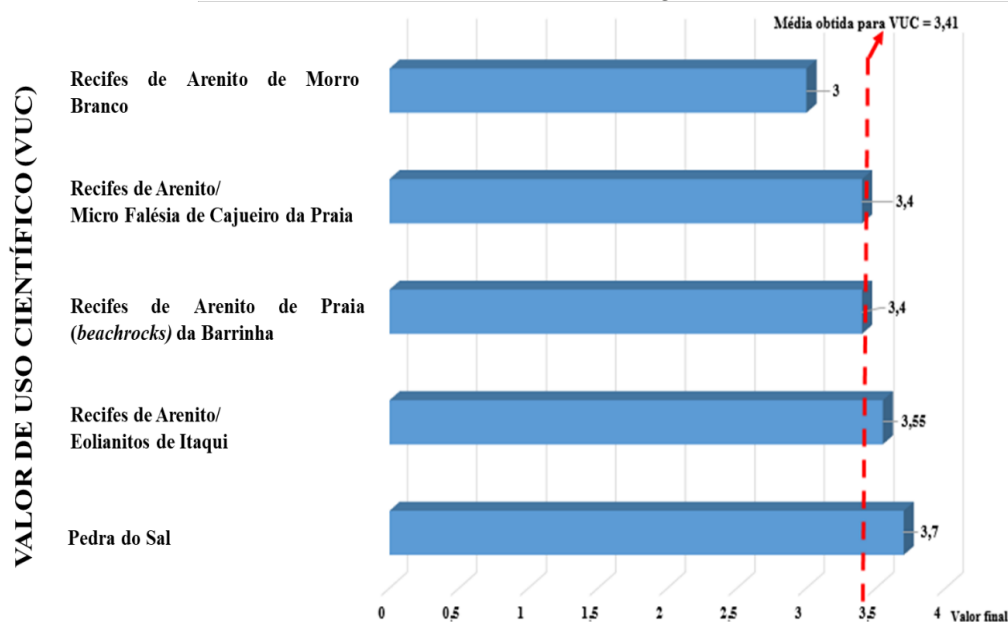
O Valor de Uso Científico (VUC) foi calculado a partir da média ponderada dos valores intrínseco (Vi) e científico (Vci), anteriormente discutidos, sendo atribuído um peso maior para o Vci, considerando que este é indicativo da relevância científica dos geossítios. No entanto, o Vi é indicativo do potencial de existência de elementos de interesse científico do local. O VUC apresentou valores acima da média (3,40) para os geossítios Pedra do Sal (3,70) e Recifes de Arenito/Eolianitos de Itaqui (3,55). Destaca-se que por 1,00 ponto os geossítios Recifes de Arenito de Praia (*beachrocks*) da Barrinha (3,40) e Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia (3,40), ficaram abaixo da média obtida.

Dessa forma, denota-se o valor científico presente nos geossítios estudados, ressaltando que no geossítio de maior pontuação (G5), é possível ser explicado pela presença do promontório rochoso, do embasamento cristalino, que faz a proteção da costa litorânea da área, impedindo a ação erosiva das ondas, bem como tem a função de divisor natural da praia. O segundo geossítio mais pontuado (G4) também apresenta potencial no que diz respeito aos fatores de formação dos eolianitos, se constituindo em pacotes dunares que mostram possivelmente a incidência da direção dos ventos, bem como a presença dos recifes de arenito na forma de um pontal, como fator de proteção da costa litorânea da área. Em contrapartida, o geossítio Recifes de Arenito de Morro Branco apresentou menor valor (3,00), em virtude de sua expressiva ocorrência no litoral piauiense.

Os três geossítios G1, G2 e G3 que ficaram abaixo da média, também apresentam grau de valor científico, pois todos demonstram processos de abrasão marinha, além de serem testemunhos das variações do nível relativo do mar, apresentando assim importância paleogeográfica.

O gráfico 1 apresenta os valores de Uso Científico dos geossítios em questão.

Gráfico 1 – Valor de Uso Científico dos geossítios.



Fonte: Silva (2019).

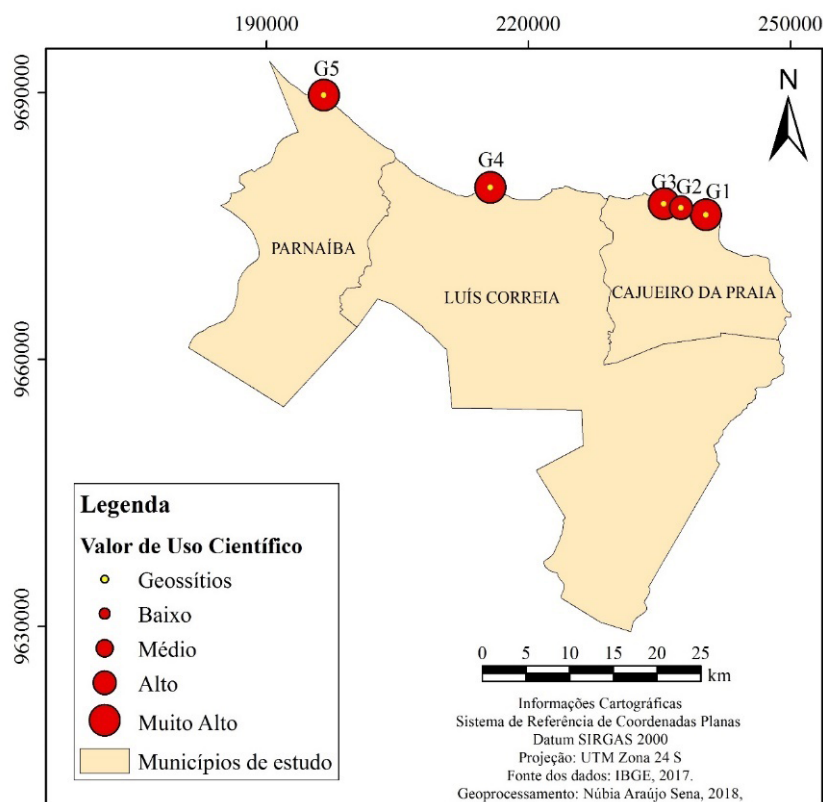
Após a quantificação de cada um dos valores finais (de Uso Científico, Turístico e Conservação), elaborou-se mapas temáticos, destacando a representação cartográfica dos valores

calculados para os geossítios estudados. A partir das notas obtidas para cada um dos valores finais dos geossítios, classificou-se estes nas seguintes ponderações: Baixo (0,1 – 1,0), Médio (1,1 – 2,0), Alto (2,1 – 3,0) e Muito Alto (3,1 – 4,0).

Na representação dos mapas temáticos, o valor de Uso Científico, a partir de sua quantificação dos geossítios, apresentou-se como Muito Alto para os geossítios G1, G3, G4 e G5, e Alto para o G2, denotando-se assim o alto valor científico presentes nos cinco geossítios estudados.

Na figura 2, tem-se o mapa temático representando o valor de Uso Científico dos geossítios.

Figura 2 – Valor de Uso Científico dos geossítios.



Fonte: Silva (2019).

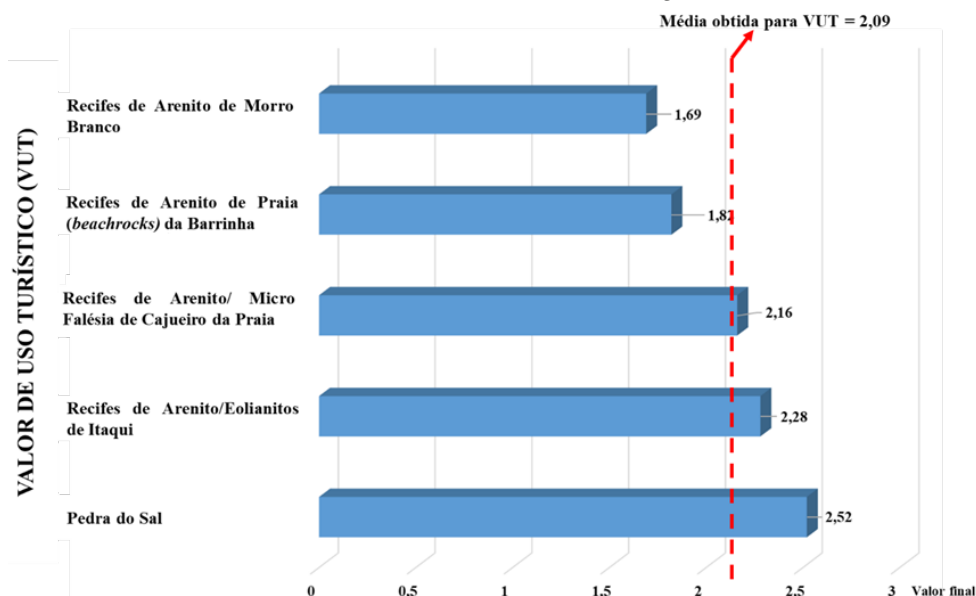
O Valor de Uso Turístico (VUT) foi calculado a partir da média ponderada dos valores turístico (Vtur) e de uso/gestão (Vug), anteriormente discutidos, onde foi atribuído um peso maior para o Vtur, considerando que este é indicativo da relevância turística do geossítios. Por outro lado, o Vug expressa o potencial de utilização futura do geossítio, mediante a sua valorização e divulgação. O VUT apresentou valores acima da média (2,09) para os geossítios Pedra do Sal (2,52), Recifes de Arenito/Eolianitos de Itaqui (2,28) e Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia (2,16).

A ausência de infraestrutura de suporte ao turista e a inexistência de mecanismos de controle dos visitantes, bem como o valor inferior acerca do núcleo urbano mais próximo em alguns geossítios, foram os responsáveis pelo baixo valor de uso turístico, em relação aos demais valores obtidos. É importante destacar novamente que o tipo de turismo a ser praticado nos geossítios em questão, deve ser um turismo diferenciado, o geoturismo, bem diferente do

turismo convencional, no qual os visitantes são atraídos não por modernas infraestruturas, e sim pela curiosidade em conhecer e entender o potencial natural que esses lugares apresentam, dando destaque para a visibilidade de suas paisagens e seus elementos abióticos, constituindo assim sua geodiversidade.

O gráfico 2, apresenta os valores de Uso Turístico dos geossítios estudados.

Gráfico 2 – Valor de Uso Turístico dos geossítios.

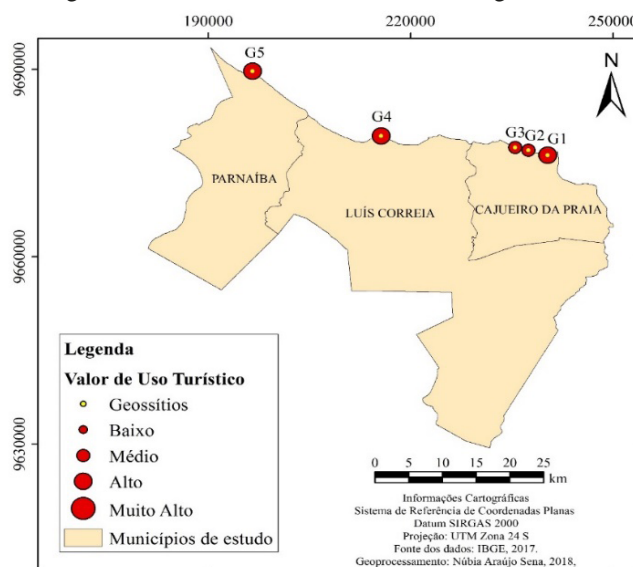


Fonte: Silva (2019).

Na representação dos mapas temáticos, o valor de Uso Turístico a partir de sua quantificação dos geossítios, apresentou-se como Alto para os geossítios G1, G4 e G5, e Médio para o G2 e G3, denotando-se assim o médio valor turístico presentes nos cinco geossítios estudados.

Na figura 3 o mapa temático representa o valor de Uso Turístico dos geossítios.

Figura 3 – Valor de Uso Turístico dos geossítios.



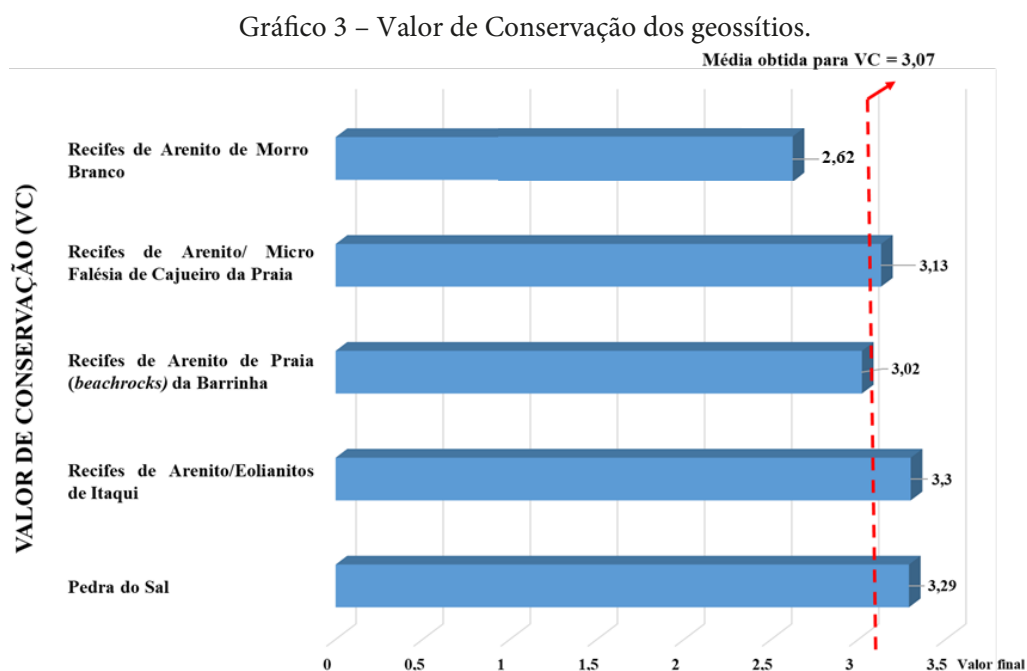
Fonte: Silva (2019).

O Valor de Conservação (VC) expressa a relevância do geossítio para fins de conservação dos elementos da geodiversidade e foi calculado a partir da média ponderada dos valores intrínseco (Vi), científico (Vci) e de uso/gestão (Vug), anteriormente discutidos, sendo atribuído um peso maior para o Vi, considerando que este indicativo aborda que a conservação dos elementos da natureza deve ter em conta o seu valor intrínseco, posto que estes elementos têm um fim em si mesmo e não apenas um valor funcional. Considerando que a conservação do patrimônio natural deve ser encarada como uma atividade que tenha um impacto social positivo e que, para além disto, tenha em consideração a relevância científica do local, foram utilizados também o Vci e o Vug no cálculo deste indicador, já que estas categorias de valores abrangem parâmetros que expressam estes quesitos.

O VC apresentou valores acima da média (3,07) para os geossítios Recifes de Arenito/Eolianitos de Itaqui (3,30), Pedra do Sal (3,29) e Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia (3,13). Destaca-se que por 0,05 ponto o geossítio Recifes de Arenito de Praia (*beachrocks*) da Barrinha (3,07), ficou abaixo da média obtida. Considera-se que nesta categoria foram alcançados valores relativamente acima da média, em razão da boa pontuação dos geossítios nos valores iniciais intrínseco, científico, principalmente, e de uso/gestão. Destaca-se o valor abaixo da média (2,69) do geossítio Recifes de Arenito de Morro Branco, em virtude principalmente do baixo valor final no Vi.

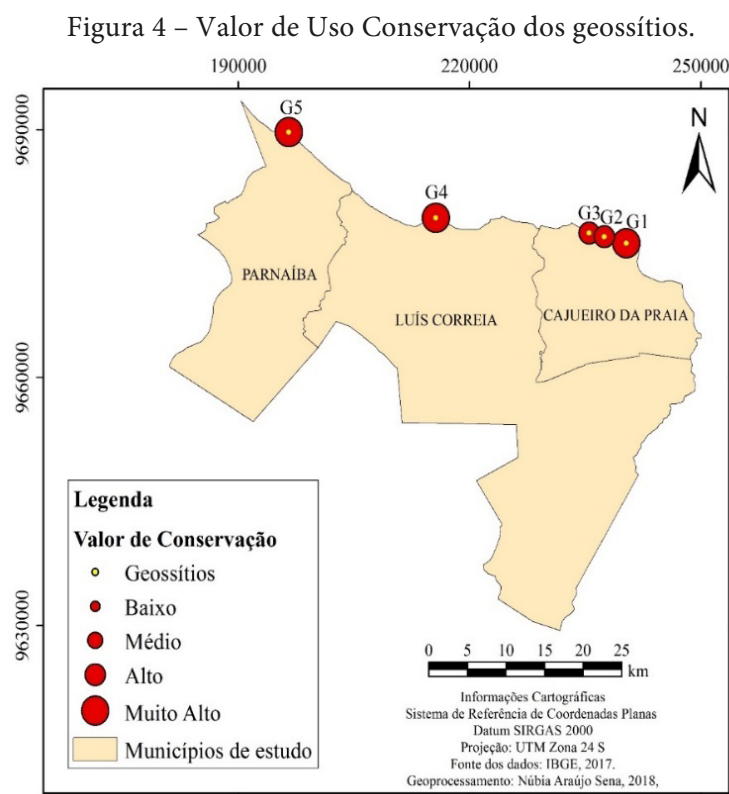
Desta forma, os geossítios apresentam um moderado grau de conservação, em razão de, em sua maioria, estarem na média do VC por sua vulnerabilidade natural advinda dos processos costeiros e vulnerabilidade antrópica presente, que embora não comprometam seus aspectos relevantes, sua utilização deve acontecer mediante realização de medidas e ações visando minimizar os impactos.

O gráfico 3 apresenta os valores de Conservação dos geossítios estudados.



Na representação dos mapas temáticos, o valor de Conservação a partir de sua quantificação dos geossítios, apresentou-se como Muito Alto para os geossítios G1, G4 e G5, e Alto para o G2 e G3, denotando-se assim, um bom valor de conservação presente nos cinco geossítios estudados.

Na figura 4 o mapa temático representa o valor de Conservação dos geossítios.



Fonte: Silva (2019).

O *Ranking* (R) foi calculado a partir da média ponderada dos valores de Uso Científico (VUC) e de Uso Turístico (VUT), anteriormente discutidos, sendo atribuído um peso maior ao VUC, considerando a natureza científica desta caracterização/descrição, cujo objetivo esteve focado na identificação de elementos da geodiversidade que fossem dotados de significância para a história geológica da área de estudo e com potencial para utilização turística e geoturística. Os resultados obtidos permitiram uma seriação dos geossítios para cada tipo de uso pretendido (científico e turístico), bem como uma definição da relevância do geossítio em uma escala regional, nacional e internacional.

A definição da relevância dos geossítios (R) apresentou valores acima da média (16,25) para os geossítios Pedra do Sal (18,66) e Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia (16,60), priorizando ações de valorização e divulgação. Destaca-se que o *ranking* de Relevância resultou geossítios de importância Regional (G2, G3 e G4), Nacional (G1) e Internacional (G5) na zona litorânea piauiense. Os geossítios de relevância regional foram três: Recifes de Arenito de Morro Branco, com valor de 14,00, geossítio correspondente à faixa de recifes de arenito de maior extensão do litoral piauiense; Recifes de Arenito/Eolianitos de Itaqui, com valor de 16,00, geossítio correspondente a um pontal arenoso com recifes de arenito e um campo extenso de eolianitos; e Recifes de Arenito de Praia da Barrinha, com valor também de 16,00, correspon-

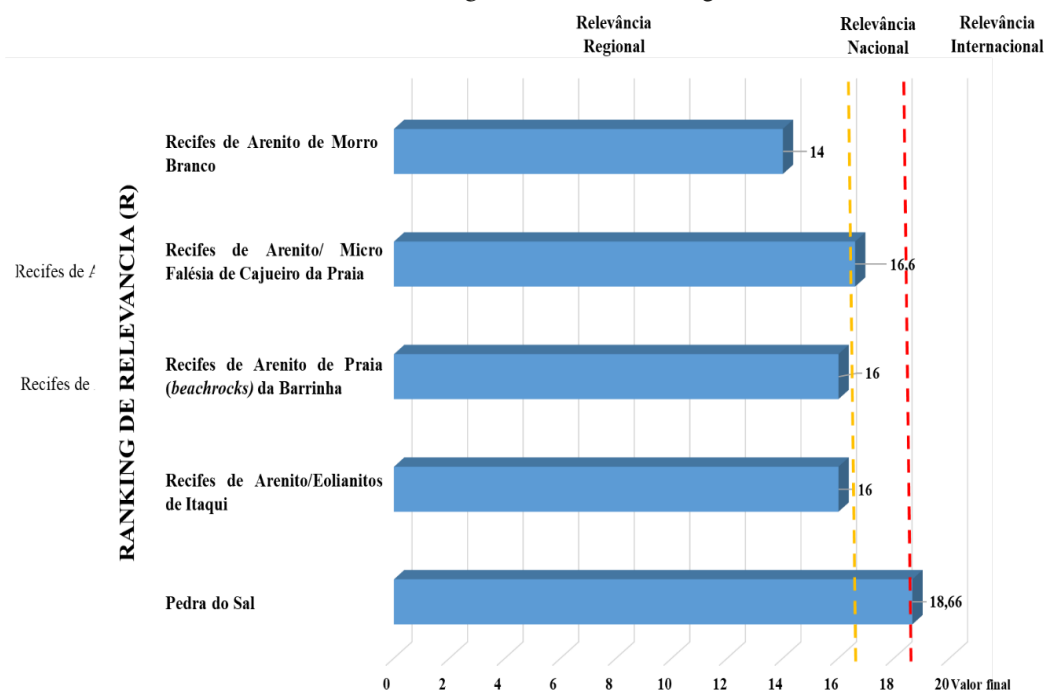
dente a estrutura de recifes do tipo *beachrocks*, únicos em todo o litoral piauiense.

Obteve-se um geossítio de relevância nacional, Recifes de Arenito/Micro Falésia de Cajueiro da Praia, com valor de 16,60, que conta com uma faixa de recifes de arenito, uma micro falésia, bem como uma pequena ilha, denotando seu valor correspondente aos elementos da geodiversidade. E, por fim, destaca-se a relevância internacional que o geossítio Pedra do Sal teve, com valor de 18,66, tendo como atributos de sua geodiversidade, um promontório rochoso e duas faixas praias distintas, apresentando um inegável científico e valor cultural, este último dotado de lendas e histórias místicas, que também serve de inspiração para poemas, pinturas e músicas.

Deve-se ressaltar que o objetivo da realização de um *ranking* de relevância dos geossítios estudados, não descarta e nem diminui os valores de uso que estes apresentaram em menor grau, apenas foi feito com o intuito de seriá-los e ordená-los para destacar o uso pretendido, seja científico e/ou turístico.

O gráfico Gráfico 4 apresenta os valores do *ranking* de relevância dos geossítios estudados.

Gráfico 4 – *Ranking* de Relevância dos geossítios.



Fonte: Silva (2019).

Dessa forma, a segunda etapa de avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico da zona litorânea piauiense (quantificação dos geossítios) mostrou-se expressiva quanto à sua importância para o contexto local e relevante no que se refere ao processo aplicado, pois foi possível observar potencialidades no que diz respeito principalmente aos valores finais de Uso Científico e Uso Turístico, foco da pesquisa, bem como instabilidades e particularidades discutidas anteriormente.

## Considerações finais

Este estudo destacou a avaliação quantitativa dos geossítios da zona litorânea piauiense, conforme seus valores de uso científico e turístico, como sendo a segunda etapa da avaliação do patrimônio geológico-geomorfológico da área.

As metodologias utilizadas neste trabalho para a quantificação dos geossítios, permitiram comprovar, na prática, altos valores do patrimônio geológico-geomorfológico do litoral piauiense, não somente do potencial científico e turístico dos geossítios, mas também valores de conservação e o *ranking* de relevância destes. Da mesma forma, através da classificação dos geossítios utilizando mapas temáticos, foi possível representar os valores obtidos a partir da quantificação, por meio de linguagem gráfica simples, destacando sua relevância e contribuição, tornando o presente estudo diferente dos demais trabalhos de avaliação do patrimônio que, em sua maioria, utilizam gráficos e tabelas para a apresentação dos dados obtidos, ou seja, realizando sua avaliação.

Dos cinco geossítios, o G4 (Recifes de Arenito/Eolianitos de Itaqui) e G5 (Praia de Pedra do Sal) obtiveram valores bem acima da média nos valores finais de Uso Científico (VUC), Uso Turístico (VUT) e Conservação (VC), destacando-se o geossítio Pedra do Sal por sua classificação no *ranking* como de relevância internacional.

Destaca-se que a estratégia de quantificação dos geossítios estudados realçou ser importante para avaliação geral do patrimônio geológico-geomorfológico da zona litorânea piauiense, tornando-se necessária a realização de estudos complementares envolvendo estes resultados, implementação de programas de educação ambiental e de geoturismo local.

## Referências

BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

BORGES, Utaiguara da Nóbrega; MARIANO, Gorki; PACHECO, Admilson da Penha; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro; SILVA, Milena Dutra. Proposta de Representação Gráfica de Dados da Geodiversidade Utilizando Cartografia Temática e Tecnologias da Geoinformação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 26., 2014, Gramado. **Anais** [...]. Gramado: SBC: UFRGS, 2014. p. 1-16.

BORGES, Utaiguara da Nóbrega. **Proposta de representação gráfica de dados da geodiversidade utilizando cartografia temática e tecnologias da geoinformação**. 2013. 194 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRILHA, José. R. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. **Geoheritage**, Springer Berlin Heidelberg, v. 8. 2016.

PEREIRA, José Manuel da Veiga. **Concepção de uma Estratégia de Geoconservação para Cabo Verde e sua Aplicação à Ilha de Santiago**. 2010. 404 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010(a).

PEREIRA, Paulo Jorge da Silva. **Patrimônio geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação - aplicação ao Parque Nacional de Montesinho**. 2006. 395 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geologia) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2006.

PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga de Araújo. **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia-Brasil)**. 2010. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geologia) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010(b).

PRALONG, Jean Pierre. A method for assessing tourist potential and use of geomorphological sites. **Géomorphologie: relief, processus, environnement**. v. 11, n.3, p. 189-196, 2005.

SHARPLES, Chris. **Concepts and principles of geoconservation**. Published electronically on the Tasmanian Parks & Wildlife Service web site. 3. ed., set, 2002. 81 p. Disponível: <http://dpipwe.tas.gov.au/Documents/geoconservation.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **Avaliação do patrimônio geológico- geomorfológico da zona litorânea piauiense para fins de geoconservação**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

,

## Parnaíba, Piauí, na revista *O Malho*

*Priscila Saraiva de Moura Souza*

A revista *O Malho* circulou de 1902 a 1954, e foi fundada pelo jornalista Luís Bartolomeu de Souza e Silva<sup>1</sup> e por Crispim do Amaral,<sup>2</sup> caricaturista francês, em 20 de setembro de 1902. O nome da revista já enunciava o caráter satírico e humorístico com que pretendia denunciar os desmandos dos poderosos, tratar temas políticos e as situações do cotidiano. *O Malho* foi uma das mais importantes revistas de crítica na República Velha. A partir de 1904:

A revista incorporou à sua equipe de articulistas importantes nomes ligados ao grupo de literatos do Rio de Janeiro conhecido como ‘geração boêmia’, como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre (CPDOC, 2020).

Já no final da primeira década do século XX, a revista se tornara um ícone entre as publicações da época, mantendo-se como uma das mais prestigiosas revistas de crítica do país. A imprensa brasileira enfrentava importantes transformações, tais como a supressão do folhetim, com destaque para a reportagem, o acréscimo de ilustrações diversificadas (fotografia, caricatura e charge), e a incorporação de novos maquinários e temas. É desse contexto a proliferação da revista ilustrada, com seu arrojo gráfico, justaposição de poemas, crônicas e comentários, que inaugurava uma nova linguagem jornalística.

De acordo com Márcia Diogo, a revista era de grande formato físico, medindo 32 cm x 23 cm, contendo, no seu início, entre 24 e 30 páginas, o miolo em papel jornal e papel *couché*.

1. Luís Bartolomeu de Souza e Silva (1864-1935): cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e participou do Batalhão de Jovens Republicanos, sendo promovido a alferes e transferido para o Paraná logo após a Proclamação da República. Nos primeiros anos de 1900, afastou-se das forças armadas e retornou ao Rio de Janeiro. Na então capital federal desenvolveu intensa atividade na imprensa, trabalhando na redação do jornal *O País* e atuando como diretor de *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *O Tempo*. Em outubro de 1905 lançou a revista *Tico Tico*, primeiro periódico brasileiro em quadrinhos dedicado ao público infanto-juvenil. No ano seguinte fundou o *Almanaque do Tico Tico*. Exerceu um único mandato político, como deputado federal pelo Paraná, entre os anos de 1918 e 1920. Durante sua gestão, promoveu campanha pela jornada de oito horas de trabalho para os comerciantes e propôs a criação de uma ponte que ligasse as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a construção de um Mercado Modelo no Rio e a instalação de armazéns frigoríficos no Cais do Porto carioca (LIMA, 1963, p. 932).

2. Crispim do Amaral (1858-1911): foi ator, decorador, jornalista, pintor, desenhista e caricaturista brasileiro. Editou no Pará o jornal *O Estafeta* em 1879, totalmente ilustrado por ele. Viajou para Paris em 1888, e de volta ao Brasil, seguiu para o Rio de Janeiro, onde fundou as revistas *O Malho*, *A Avenida*, *O Pau* e *O Século* (LIMA, 1963, p. 985).

Sua encadernação era tipo “canoa”. A revista cresceu, com um maior número de anúncios e a criação de novas colunas, como a seção “Postaes Femininos” – coluna direcionada ao público feminino – com isto, no ano de 1910 já possuía de 50 a 60 páginas (DIOGO, 1999, p. 20). A inclusão dessa seção revelava a atenção com o público feminino, ainda que o alvo da revista fosse “principalmente ao público masculino interessados em assuntos políticos” (ALENCASTRE, 2013, p. 223-224), abusando das caricaturas e das charges.

A revista cristalizava e difundia representações<sup>3</sup> do que era ser republicano, ser moderno, mediava transformações a partir de suas publicações, buscando em outras regiões do país elementos que precisavam ser transformados e iniciativas a serem exaltadas. De fato, tais publicações atingiam e transformavam, bem como denunciavam hábitos que já não eram tolerados naqueles tempos modernos. Sendo assim, “em um contexto de alto analfabetismo, esses leitores foram expostos a imagens publicitárias, desenhos, mapas, cartazes e estandartes, frutos de uma ‘pedagogia urbana’ moderna” (LINS; OLIVEIRA, 2010, p. 28).

Como afirma Gizlene Neder (2012, p. 16), “as noções de progresso, civilização e modernização surgem como valores primordiais na nossa sociedade”. No Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, palco de transformações importantes, como o fim da escravidão e a passagem para o trabalho assalariado e a instalação da República, foi o principal referencial de *civilização, progresso e modernidade* para o país. A modernidade, como elucida Berman (1986, p. 15), representava “um conjunto de experiências” vivenciadas pelas pessoas “em todo mundo”, que provoca transformação de tudo ao redor, e que ameaça a destruir crenças e práticas tradicionais, num contexto em que “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

Portanto, foi fundamental o papel das revistas ilustradas na naturalização das representações de um mundo moderno, o que Hardman (2005, p. 62) chamaria de “a *exhibitio* da era burguesa” que se multiplicava cada vez mais, difundindo uma determinada forma de ver, portar-se, entre tantas possíveis. O estudo da modernização se tornou uma amálgama diversificada de todos os tipos de evidência, algumas materiais, outras discursivas, da forma como os cidadãos e os grupos sociais dão sentido, acomodando sua vida e linguagem à ela. Aqui é proposto analisar a cidade de Parnaíba a partir da mobilização da imprensa observando a revista *O Malho*, que se inseria em uma categoria específica de veículo de comunicação: as revistas ilustradas de variedades semanais.

O periódico do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nasceu em um momento de desenvolvimento da imprensa e das diversas transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro enfrentava. Nas primeiras décadas do século XX, o discurso da imprensa passou a estar unificado e alinhado ao projeto político nacional, em que as ideias de progresso, modernidade e civilização se confundiam, distanciando-se o quanto possível das práticas provincianas da sociedade.

*O Malho* tinha como objetivo atingir o “Público” para além do leitor mais sofisticado, e ficou muito popular entre as classes mais baixas, como barbeiros e engraxates. Na sua primeira edição, a revista traz uma carta intenção que diz:

É de praxe que um jornal que se apresenta desfie perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente o programa. Iconoclasta de nascença, *O Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem pro-

3. A noção de representação, segundo opera Roger Chartier, “[...] são construções discursivas que aspiram à legitimação de uma dada realidade atrelada as intenções de determinados sujeitos históricos” (CHARTIER, 1988, p. 24).

*grama. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o Malho; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana* (O MALHO, 1902) (grifo nosso).

Assim, *O Malho* surgia com pretensões críticas à cidade do Rio de Janeiro e ao país. De acordo com Benchimol (1992, p. 33), os homens do governo, intelectuais e engenheiros, consideravam que a imagem que a cidade tinha até então expressava a realidade do Brasil colônia, mas a cidade colonial não combinava com uma Capital da República, devendo passar por reformas urbanas e sociais para dar lugar à uma nova cidade. No seu programa editorial fica claro que a revista deveria representar a ideia do combate, luta e do enfrentamento de forças dentro da sociedade carioca. No entanto, segundo Diogo (1999, p. 66), *O Malho* “é a revista que mais valoriza polêmica, embora dê seu apoio incondicional aos projetos da cidade”. A partir disso é que nos perguntamos sobre o posicionamento da revista em relação à cidade de Parnaíba, até que ponto ela é simples expressão dos interesses dos agentes modernizadores.

Em meio à reforma na cidade do Rio de Janeiro, um ideal de progresso deveria ser implantando na Capital Federal, e depois se estender para o restante do país. Como assevera Gizlene Neder (2012, p. 30), a cidade do Rio de Janeiro surgia como uma “caixa de ressonância”, ou seja, a cidade carioca propagava para o restante do país os ideais do tempo, com base nas transformações da modernidade ocorridas na Europa.

A cidade do Rio de Janeiro se colocava como vitrine dessas ideais, e as revistas ilustradas difundiam para o país o cosmopolitismo, a europeização e a modernização, uma tarefa civilizadora que acontecia na capital e se difundia para outros estados durante a Primeira República. A partir desse interesse e preocupação com a transformação de outras cidades, é que a cidade de Parnaíba e outras aparecem com constância nas publicações da revista. Através da combinação de textos e imagens, a revista *O Malho* lança olhar sobre Parnaíba.

Este artigo apresenta as investigações sobre os possíveis significados da mensagem transmitida pela revista a partir de uma sequência de imagens, e sua relação com o contexto da época e da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Para tanto, foram analisadas as edições de 1910 a 1920, destacando aqui apenas as que versam sobre a cidade de Parnaíba na perspectiva de seu desenvolvimento, sua organização, da política, das instituições e do poder local.

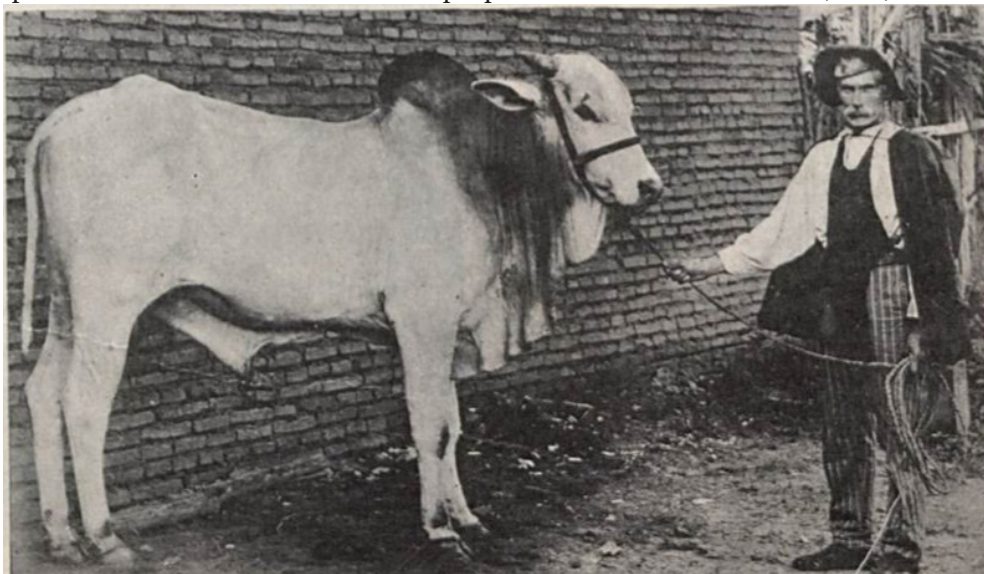
As publicações sobre Parnaíba na revista *O Malho* das respectivas décadas podem ser divididas em dois subperíodos. O primeiro período se inicia em 1910, com destaque para o atraso, o aspecto agrário, rural, de transformações lentas, que se prolonga até a década de 1920. A partir desta década, a revista representava a cidade no ritmo do progresso, com o aumento significativo de fotos enaltecendo a Praça da Graça, o trem, o futebol, os hotéis e o porto.

Aqui buscamos analisar esses dois períodos, sendo que no primeiro, o tom das publicações variava da crítica à política local e ao atraso. A primeira publicação<sup>4</sup> que versa sobre a cidade e o poder local, faz referência a um coronel e sua criação de gado. A publicação intitulada

4. A cidade de Parnaíba surgiu na revista *O Malho* nas seções: Caixa d'O Malho e Postas Femininas. Encontramos também muitas charges acerca do Bispo D. Joaquim e do Padre Lopes e denúncias sobre a dissolução da diocese do Piauí, com a perseguição política a padres piauienses. Em 1908, dois piauienses foram cobrados por não pagarem as assinaturas. Eram eles: João P. Brazil, Parnahyba; J. Campos Veras, Therezina. As cobranças persistiram em todos os exemplares até o fim do ano de 1908, revelando a circulação da revista no estado. Cf.: O MALHO. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 7, 5 set. 1908.

“Indústria pastoril” apresenta uma fotografia, como demonstra a figura 1.

Figura 1 – “Touro Zebú, puro sangue, de dois anos e meio de idade, cria da fazenda ‘Santa Cruz’, município de Parnaíba, Estado do Piauí, de propriedade do tenente-coronel João José das Neves”



Fonte: INDÚSTRIA PASTORIL, O Malho, 1910.

Observa-se que a publicação sobre Parnaíba que mereceu destaque não evidencia uma modernização tal como acontecia na cidade do Rio de Janeiro, na verdade elucida a criação de gado. A cidade de Parnaíba, caracterizada como a primeira cidade piauiense com fortes características comerciais, teve o primeiro surto de desenvolvimento com a pecuária no final do século XVIII e a indústria do charque, nos anos finais do século XIX. Embora no século XX os maiores ganhos tivessem sido obtidos com os produtos extrativistas, a imagem elucida a pertinência do coronel e do gado como fatores de distinção (SOUZA, 2018, p. 18).

Outra publicação sobre a cidade versa sobre a ordem, a organização, o poder e a instituição policial, e está em forma de denúncia, como exemplificaremos com a figura 2. A revista recebeu uma carta de denúncia de maus tratos em 11 de março de 1911, apresentando que “o inspetor da alfândega, Theophilo Fortuna tinha em sua casa, acorrentada há cerca de três meses, uma órfã sua tutelada que conseguiu fugir na noite de 25 de fevereiro” (MONSTRUOSIDADE, O Malho, 1911). A denúncia feita pelo senhor Gervásio Pires Sampaio, Capitão de Corveta de Parnaíba, a quem a menina havia pedido socorro, apresentava “o corpo *echymoseado*, ainda com grande corrente presa a perna”. O mesmo afirma ter apresentado a criança “as autoridades, que ficaram com ela sem que passo algum tenham dado, no sentido desagravo justiça” (ALERTA, O Malho, 1911).

As fotos e os detalhes do caso foram publicados em junho de 1911, uma situação de maus tratos a uma menor que “havia conseguido fugir da casa de seu tutor, onde há meses jazia acorrentada e era barbaramente castigada” (MONSTRUOSIDADE, O Malho, 1911). Na figura 2 uma das fotografias enviadas e publicadas na revista.

Figura 2 – “O capitão de corveta Gervásio Pires Sampaio, abrindo o cadeado que prendia a corrente à perna da infeliz Raymunda, salva pelo mesmo capitão de corveta, das garras do tutor algoz Bacharel Theophilo de Almeida Fortuna, na noite de 25 de fevereiro último”.



Fonte: MONSTRUOSIDADE, O Malho, 1911.

Ao analisar a fotografia e o seu enunciado percebemos o alinhamento da revista com os ideais de civilização, *melhoramento e progresso da raça humana*. Nesse sentido, a revista denunciou práticas e disseminou uma concepção de como o Brasil deveria se posicionar frente a esses temas. A revista publicou “as fotografias e os pormenores desse caso vergonhoso para nossa civilização” (MONSTRUOSIDADE, O Malho, 1911). Abaixo, é possível observar o trecho da carta do Capitão de Corveta Gervásio Pires Sampaio:

Aproveito o ensejo para levar ao conhecimento dessa ilustre redação que o aludido inspetor tem em sua casa uma outra órfã, também sua tutelada, expostas aos mesmos sofrimentos e maus tratos, a qual talvez ainda não se tenha evadido por não lhe darem oportunidade. *Não se pode contar com a justiça d’esta muito infeliz terra, porque os chefes locais, que por conveniência se dizem amigos do inspetor não querem desgostá-lo, e em desrespeito a todos os princípios de humanidade – conhecem e consentem nas arbitrariedades do monstro* (MONSTRUOSIDADE, O Malho, 1911) (grifo nosso).

Através desses recortes percebemos a apresentação de uma imagem da cidade descomprometida com a elite local. Para além dos maus tratos à menor, a publicação denunciava a política local, afirmando que *não se pode contar com a justiça d’esta muito infeliz terra*.

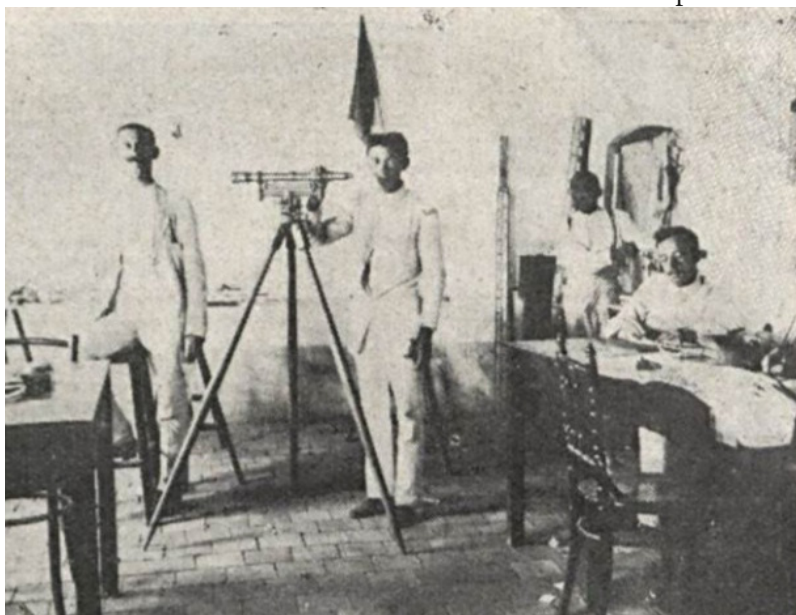
A denúncia parte da necessidade da formação de renovados modos de consciência, elaboração e práticas de conduta no espaço da cidade. Se por um lado, a denúncia dialoga com a perspectiva de modernização/progresso; por outro lado, apresenta as permanências, os *desmandos* de uma cidade com características coloniais.

Essa publicação dialoga bem com os objetivos da revista, que se pretendia crítica. Os intelectuais da época pensavam e propunham um caminho moderno para o Brasil, em conformidade com os moldes europeus. Nesse caminho, os desmandos, a violência contra indefesos, não podiam mais existir, eram práticas que agora soavam como resquícios de uma “antiga sociedade”, um entrave para a entrada da cidade para a modernidade.

A revista apresenta alguns entraves para o desenvolvimento da cidade de Parnaíba e a representação de uma cidade moderna. Em suas páginas ganha destaque a navegação a vapor pelo rio Parnaíba, a anunciada - mas nunca realizada - construção do Porto de Amarração e a construção da Estrada de Ferro Central do Piauí que seriam o tripé de sustentação para o desenvolvimento desejado para Parnaíba.

O frenesi de mercadorias exportadas e importadas que adentravam Parnaíba tinham como porta principal de entrada e saída o Porto de Tutóia, localizado no vizinho estado do Maranhão, distante poucas milhas náuticas. Os comerciantes parnaibanos iniciaram, então, uma campanha junto ao governo federal para a construção do Porto de Amarração, na praia do mesmo nome que pertencia a cidade. Esse desejo de construir um porto em Parnaíba era um engajamento da maioria da sociedade parnaibana e a revista *O Malho* incentivou com bastante afinco a empreitada, conforme registros retirados de suas páginas na figura 3.

Figura 3 – “Escritório da Comissão de estudos e melhoramentos do porto de Amarração”.



Fonte: ASPECTOS DO PIAUÍ, *O Malho*, 1912.

A figura 3 mostra a Comissão de estudos e melhoramentos do porto de Amarração criada em 1912, por influência do então deputado federal Joaquim de Lima Pires Ferreira junto ao Governo Federal. O trabalho da Comissão se estendeu por longos doze anos, apresentando a planta da barra e o projeto de melhoramento, preparou o local para a construção do porto com a fixação das dunas. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa decretou a construção do Porto de Amarração, ordenando a compra dos materiais necessários que, em grande parte, já estavam depositados no local. Ao longo do século XX, a conclusão da obra sofreu várias viradas, de acordo com os interesses dos governadores e interventores, eleitos ou indicados, mas sem nem ao menos iniciá-la.

Novamente a revista recorre ao tema do porto para elucidar a importância da navegação para Parnaíba naquele período e publica um telegrama recebido do Piauí dizendo ser dolorosa a situação do comércio em Parnaíba que transcrevemos na íntegra:

‘Por motivo do abandono em que a direção da Lloyd Brasileiro deixou o porto de Amarração, onde, neste mês, não entrou nenhum navio daquela empresa’. E acrescenta esse despacho: ‘É urgente que o governo tome uma providência, e promova, antes do Lloyd se lembrar dos africanos do sul, a navegação de cabotagem, evitando que uma região nacional importante fique sem abastecimento e isolada do resto do país’. Tem todo o cabimento esse pedido e essa crítica. Antes de se pensar na África do Sul, é de toda a justiça cuidar-se do Brasil. Um porto nacional não pode ser abandonado por uma empresa nacional, largamente subsidiada pelo Tesouro, também nacional. Se o porto de Amarração não está em condições de receber paquetes de grande calado, não faltam a Lloyd Brasileiro outros navios adequados a esse serviço. E, quando lhe faltassem, correr-lhe-ia o dever de os arranjar de qualquer maneira, para cumprir o seu contrato de cabotagem, em virtude do qual lhe é prestado o auxílio do erário público. Preocupar-se com a inauguração de linhas para a África, sem primeiro atender a todas as exigências da nossa navegação de cabotagem, é um erro e um desprezo injustificáveis (NOTAS DA SEMANA, O Malho, 1922).

A revista publicou muitas reivindicações de comerciantes e políticos parnaibanos quanto à situação de isolamento que a cidade ficaria. Por outro lado, apontava as estratégias que estavam sendo tomadas para escoar a produção e modernizar o espaço. Apesar da publicação de muitas petições pela construção do porto, e das denúncias de abandono dessa petição, não significa dizer que ele não funcionasse. Durante o inverno, era usado o Porto de Amarração, e, no verão, o Porto de Tutóia.

Do porto maranhense seguiam por um canal do rio Parnaíba até o Porto Fluvial das Barcas, que dava acesso direto a Parnaíba. Recebia as embarcações à vela ou a remo e ligava Parnaíba a outras cidades do estado. Apesar da cidade contar com três portos – Fluvial das Barcas, Porto de Amarração, Porto de Tutóia (MA) – nenhum deles operava de forma realmente eficiente (REGO, 2013).

Quanto ao Porto Fluvial das Barcas, a revista, a partir de 1913, passa a enaltecer as transformações que buscavam o seu *melhoramento*. Passou a publicar os detalhes da reforma e também do primeiro plano de urbanização local, divulgando iniciativas como a elaboração da planta do bairro Nova Parnaíba e, a partir de 1916, os trabalhos para a construção da Estrada de Ferro.

A imagem que a revista fixava, é de uma cidade que, mesmo em meio as adversidades, buscava estratégias e caminhava na direção do progresso. Na figura 4 registro da reforma do porto fluvial na cidade.

Figura 4 – “Aspecto das obras do novo cais de Parnaíba, no Estado do Piauí”.



Fonte: PROGRESSO DO PIAUHY, O Malho, 1913.

A reforma do cais de Parnaíba foi publicada ao longo de todo ano de 1913, ora intitulada “Progresso do Piauí”, ora “Progresso do Brasil”. Essa reforma foi apresentada de diferentes ângulos, buscando enfatizar que a cidade estava mudando, reforçando que ela estava saindo do retrocesso. Se primeiro a cidade se apresentou com características de atraso, agora estava em cena o projeto nacional de transformação das demais cidades e exaltação do progresso. Observa-se a representação que, a partir da imagem, traça uma linha de progresso para a cidade.

Cabe elucidar também a importância de cada imagem em uma época em que a fotografia ainda não era impressa com facilidade, e o público consumidor nem sempre era letrado. Havia a ilustração desenhada que, devido às restrições na impressão de imagens fotográficas, ocupava um importante papel comunicativo.

Na figura 5 é possível verificar uma ilustração sobre a cidade de Parnaíba.

Figura 5 – Faxina feita pelos presos da cadeia de Parnaíba. Ao centro, um soldado da guarda com o respectivo facão.



Fonte: COSTUMES DO PIAUHY. O Malho, 1913.

A revista *O Malho* utilizou fotografias, textos e ilustrações para atingir diretamente todos os leitores, interferir na forma como a cidade era dada a ver naquela época. É importante destacar que por trás dessa imagem de uma cidade que continuamente marcha para a transformação total, existem os interesses dos políticos e do próprio periódico. Nesse ponto, Capelato (1988, p. 21) adverte que o historiador deve estar atento à construção do fato pela imprensa, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas, também, os interesses do próprio periódico. Além disso, a produção da imprensa mantém suas particularidades.

Nesse sentido, não se trata apenas de uma análise das diferenças físicas, sociais e econômicas entre a Capital Federal e a cidade de Parnaíba, mas da análise de uma certa imagem da cidade, construída por meio da revista. Imagem expressiva, que estava sendo consolidada por um veículo da modernidade, ideia da cidade como espaço do vir a ser.

Agora impunham uma nova cidade, que emergia com desenvolvimento acelerado, como mostra a figura 4, com muitos homens trabalhando, e a figura 5, com os presos recolhendo os dejetos do centro da cidade.

A figura 4 apresenta as ruínas do cais que representavam também as ruínas de tudo que foi apresentado. Segundo afirma Koselleck (2006, p. 314), “a modernidade é como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”. Portanto, com a modernização, a experiência se afasta da expectativa, dando espaço para entrada de algo novo. Ocorre uma mudança na percepção e junto com ela, há a ideia de progresso, como destaca o autor: “o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (KOSSELLECK, 2006, p. 317).

No entanto, em Parnaíba, o progresso estava muito vinculado as grandes famílias, ao poder que elas estabeleciam assim prevalecia um caráter pedagógico, onde o homem deveria romper com o passado, mas sem que isso afetasse a ordem pré-estabelecida, ou seja, sem radicalizar. Sendo assim, o passado oferece as bases para o futuro, que se apresenta neste período, com expectativas positivas, “[...] ‘modernidade’, no sentido de progresso otimizante” (KOSSELLECK, 2006, p. 327).

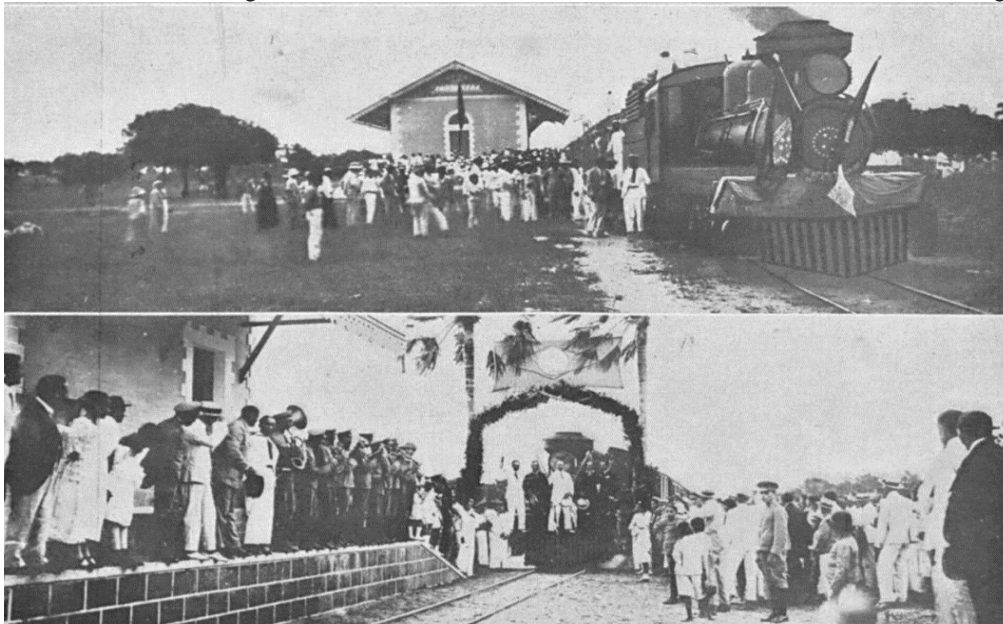
Na revista, a partir de 1913, prevalecem apenas títulos marcantes, como “Progresso no Piauí” e “Um surto de progresso no Piauí”. Através dos títulos das publicações, ficava evidente a sua campanha em mostrar que outras cidades do país estavam vivenciando o clima das transformações. A revista persiste nas campanhas em prol do Porto de Amarração, a divulgação das reformas do Porto Fluvial das Barcas e a inauguração da Estrada de Ferro que foi destaque em textos e artigos. Sobre a Estrada de Ferro:

Vão ser iniciados, dentro em pouco, no Estado do Piauí, importantes trabalhos ferroviários, que, como é fácil de ver, enormemente concorrerão para o desenvolvimento dessa importante unidade da Federação, até a pouco tempo caracterizada pela absoluta falta de estradas de ferro. E, a 19 do mês corrente, já será inaugurada a estação de Piracuruca, a 150 km do litoral, num dos mais ricos municípios do Estado, com numerosas fazendas de gado, e considerável fabricação de cera de carnaúba. Mas, enquanto não for construído o Porto de Amarração, ainda o principal estará por fazer, pois só com

a execução desse melhoramento terá plena eficiência a via férrea que cada vez mais vai se estendendo pelos férteis campos do Piauí, e ligando uns aos outros os seus importantes centros de comércio e indústria (VAI SER UMA BELEZA, O Malho, 1923).

Na defesa desse tripé, a cidade não teria só benefícios econômicos, nele estava a esperança de transformação como abertura de avenidas, embelezamento da cidade, por isso foram defendidos com tanto afincio. Na figura 6, a fotografia de uma das publicações, intitulada “Um surto de progresso no Piauí”.

Figura 6 – “E.F. Central do Piauí – 1) Inauguração da Estação de Bom Princípio, no km 51 – Partida do trem inaugural da Estação de Parnaíba. 2) Chegada do trem à estação de Bom princípio – O engenheiro chefe, Dr. Miguel Bacellar, cortando a fita simbólica, da entrada ao trem inaugural”



Fonte: UM SURTO DE PROGRESSO NO PIAUÍ. O Malho, 1923.

A estrada de ferro, sinônimo de progresso em todo o país, chegou ao Piauí na década de 1920. Esse elemento completou a representação construída pela revista *O Malho* de uma cidade que se modernizava. A partir da década de 1920 muitas outras construções são enaltecidas na revista, bem como o estádio de futebol, a reforma da Praça da Graça, a construção de outras praças, a pavimentação de ruas. São citadas as realizações do Governo Municipal, atuações na área de instrução pública como a criação do Grupo Escolar Miranda Osório, o saneamento do mercado público. Publicações como essas buscavam enfatizar o progresso, destacando a cidade como privilegiada entre as demais do Estado.

As fotografias e a transcrição de alguns textos revelam uma preocupação especial em imprimir um aspecto de desenvolvimento a todos os estados, apresentando o ritmo e as necessidades de cada um e, ao mesmo tempo torná-los parte de um projeto que buscava integrar o País ao panorama internacional. As fotografias utilizadas na revista *O Malho* são documentos de importância histórica, ao gravar lugares, acontecimentos e iniciativas que tem como centro a cidade de Parnaíba, fotografias que aponta caminhos para o desenvolvimento da cidade, seja ela uma denúncia, ou registro de uma conquista para a cidade.

## Conclusão

Esse conjunto de publicações esboçados nos permitiu refletir sobre os contornos do processo de construção de uma cidade moderna, de uma forma particular de civilização. A cidade que, num primeiro momento, caracterizava-se pelos desmandos, caminhava a passos lentos para uma transformação. Nessa representação, observa-se um cunho pedagógico que incitava melhoras. A revista formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de “verdades” para completar a imagem de um país que se transformava. Parnaíba não estava no ritmo da Capital Federal, mas divulgava cada esforço e sua transformação chegava, mesmo quem em passos lentos.

## Referências

ALECASTRO, Lucília de Sá. Revista “Para Todos...”: uma história de carnaval. **Tuiuti**: ciência e cultura, Curitiba, n. 46, p. 215-232, 2013.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **O Malho**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o>. Acesso em: 8 out. 2020.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração/Biblioteca Carioca, 1992.

DIOGO, Márcia Cezar. **O Rio em revista**. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos. 1999. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 3.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)**. 2. ed. Niterói: UFF, 2012.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba, Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2013.

SOUZA, Priscila de Moura. **A cidade e o cais: as multifaces da modernização de Parnaíba das décadas de 1930 e 1940**. 2015. 156 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

### Fontes

ALERTA! Mais um martyr. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 444, 18 mar. 1911.

COSTUMES do Piauí. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 581, 1 nov. 1913.

INDÚSTRIA pastoril. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 9, n. 398, 30 abr. 1910.

MONSTRUOSIDADE... **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 456, 10 jun. 1911.

NOTAS da Semana. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 1016, 4 mar. 1922.

O MALHO. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 20 set. 1902.

O MALHO. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 312, 5 set. 1908.

PROGRESSO do Piauí. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 539, 11 jan. 1913.

UM SURTO de progresso no Piauí. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 22, n. 1063, 27 jan. 1923.

VAI ser uma beleza. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 23, n. 1103, 3 nov. 1923.

## Patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí e a geoeducação<sup>1</sup>

*Elisabeth Mary de Carvalho Baptista*

*Liége de Souza Moura*

*Brenda Rafaele Viana da Silva*

### Introdução

A Geoeducação é o conjunto de processos educativos voltados para a conservação dos recursos abióticos da paisagem, ou seja, a geodiversidade e Geoconservação. Para o litoral do Piauí, nordeste do Brasil, alguns trabalhos indicam ações geoconservacionistas relacionadas aos processos educativos como palestras, jogos e atividades lúdicas. No entanto, considera-se importante ampliar a perspectiva de educar para a valorização das formas do litoral do Piauí através da Geoeducação, evidenciando neste estudo o valor patrimonial do modelado litorâneo piauiense.

Deste modo, a Geoconservação tem sua indicação para o contexto litorâneo piauiense, a partir da pesquisa de Silva e Baptista (2014), dentre outras, com a finalidade de identificar para este espaço potencialidade de aplicação de estratégias geoconservacionistas por conta das particularidades de sua geodiversidade, destacando-se as feições geomorfológicas. Posteriormente os trabalhos de Lopes (2017) e Silva (2019) empreenderam com a aplicação das etapas de inventariação e quantificação, expandindo a possibilidade do processo de geoconservação para a área.

A partir deste contexto, o objetivo deste estudo se constituiu em analisar a contribuição dos processos educativos para a valorização do patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí, a partir da apreciação das pesquisas realizadas para a área, especificadamente que tratam sobre a perspectiva da implementação da geoconservação, entre os anos de 2014 a 2020.

A metodologia empregada para materialização deste estudo configurou-se na pesquisa bibliográfica com vistas ao estabelecimento de fundamentação, e de estudos desenvolvidos pelas autoras, sobre patrimônio geomorfológico, geoconservação e geoeducação, bem como na análise dos estudos realizados no contexto do litoral piauiense em relação às possibilidades de

---

1. Texto decorrente de trabalho apresentado no III Encontro Luso-brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação: A geoconservação no contexto do antropoceno: desafios e oportunidades, realizado na cidade de Guimarães, Portugal, em novembro de 2019 e publicado nos anais do referido evento com o título “Processos educativos e valorização do patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí, Brasil” (BAPTISTA; MOURA; SILVA, 2019), tendo sido revisado e atualizado para compor esta coletânea.

desenvolvimento de estratégias geoeducativas. Ressalta-se que o trabalho teve cunho descritivo-analítico dos estudos identificados no que diz respeito às referidas estratégias, não tendo sido realizada, entretanto, a aplicação de nenhuma delas.

O texto propõe-se inicialmente a discorrer sobre os aspectos conceituais e descritivos referentes ao patrimônio geomorfológico e geoconservação, notadamente para os espaços litorâneos como fundamentos do trabalho. Na sequência apresenta-se a análise dos estudos desenvolvidos para o litoral do Piauí com a finalidade do desenvolvimento da geoconservação na perspectiva de identificar como os processos educativos inserem-se nestes estudos como sugestões para o espaço em foco. Neste segmento indicam-se os processos educativos e a geoeducação como apoio para a concretização das ações de geoconservação.

### **Feições geomorfológicas da paisagem litorânea, geoconservação e patrimônio**

Quando se trata dos aspectos da paisagem natural vem à ideia os componentes como rochas, minerais, relevo, solos e água, constituindo os abióticos e vegetação e fauna, os bióticos. Dentre os abióticos os componentes geomorfológicos ou geoformas se constituem naqueles que traduzem o modelado da superfície terrestre diferenciando-se a partir de sua associação com a estrutura geológica pretérita e com os agentes presentes que trabalham continuamente sobre sua feição alterando-a.

A Geomorfologia, de acordo com Guerra (2003, p. 385) “[...] tem como principal objeto de estudo as formas de relevo, investigando os processos que deram origem a essas formas e os materiais que foram trabalhados nesses processos que implicam suas diferentes formas”, sendo importante “[...] porque todas, ou quase todas, as atividades que os seres humanos desenvolvem na superfície terrestre, estão sobre alguma forma de relevo [...]”.

Cabe refletir não somente na constatação da relevância de sua participação na dinâmica natural, mas também para as atividades sociais que se desenvolvem sobre as formas de relevo, e como as populações reconhecem o valor desta. Neste sentido, fala-se de patrimônio geomorfológico de um local determinado quando se define estes enquanto formas e processos associados, característicos do modelado da superfície sendo significativos para a manutenção da dinâmica dos processos naturais nela ocorrente.

Lopes e Silva (2017, p. 301) analisam inclusive que “[...] apesar dos avanços consideráveis na Geomorfologia nas últimas décadas, não houve um desenvolvimento diretamente relevante no âmbito do reconhecimento do patrimônio geomorfológico”, podendo significar assim a necessidade de ampliar ou consolidar a valorização das formas de relevo, como componentes da geodiversidade, convertendo-se onde estão inseridas como conjunto patrimonial.

O termo patrimônio apresenta diferentes perspectivas, pois se ajusta a diversos campos do conhecimento e assim está relacionado a diversos propósitos ou significados a partir de perspectivas específicas como patrimônio nacional, líquido (contabilidade), natural, cultural entre outros. Entende-se, em face destas possibilidades de uso do termo, que patrimônio diz respeito a algo que possui algum significado para alguém, pois como afirma Pereira (2006, p. 13) corresponde aos “[...] bens que, pela percepção humana e com o tempo, adquiriram um valor especial, sendo esta valorização que os distingue dos restantes bens”.

Assim, dentre estes se inclui também o patrimônio geomorfológico que segundo Pereira, Pereira e Alves (2007, p. 235) “[...] é constituído pelas geoformas (e também pelos res-

pectivos processos morfogenéticos passados ou actuais) às quais foi conferido valor científico, cultural, estético e/ou econômico” (Sic).

Deste modo, verifica-se que a aferição de valores as diferentes formas do modelado terrestre deve estar diretamente relacionado com a importância destas para as pessoas que a elas se relacionam, direta ou indiretamente, pois em face das alterações decorrentes das atividades humanas no meio ambiente, definiu-se a necessidade de se estabelecer mecanismos de conservação dos recursos naturais abióticos, ou seja, da geodiversidade, incluindo as feições geomorfológicas e seus processos. A este mecanismo denomina-se Geoconservação, que conforme Canha (2007, p. 15) refere-se ao “[...] conjunto de estudos, ações, intervenções, políticas e legislação, referentes aos processos e produtos geológicos e geomorfológicos e à manutenção da Geodiversidade”. De forma resumida, trata-se de uma ação humana no sentido de manter sua base de sustentação tanto biológica como econômica, os recursos naturais, enfatizando neste contexto, os abióticos.

No conjunto da geodiversidade, os componentes abióticos do litoral, incluindo sua dinâmica natural e características, se constituem em muitos sentidos elementos de valorização por parte das pessoas, seja por exploração econômica, turismo ou somente lazer. Um dos aspectos que destacam estes espaços se expressa na diversidade de ambientes que apresenta e que embora distintos são dotados de significativa inter-relação, o que acentua seu valor enquanto recurso natural abiótico.

### **Elementos da geodiversidade das paisagens litorâneas**

As feições ou elementos da geodiversidade que se distinguem na paisagem litorânea, referem-se a Falésias, Campos de Dunas, Praias, Promontórios, Costões Rochosos, Recifes de Arenito, Rochas de Praia, Eolianitos, Planícies (fluviais, fluvio-marinhas, lacustres etc.), Estuários, Delta, entre outras.

Uma das feições que se destacam na paisagem dos litorais são as falésias definidas como “[...] escarpas costeiras abruptas não cobertas por vegetação, que se localizam na linha de contato entre a terra e o mar, sendo do tipo ativa ou inativa” (NASCIMENTO; SCHOBBERNHAUS; MEDINA, 2008, p. 151). Os campos de dunas por sua vez são corpos constituídos por areia com formação relacionada à deposição de sedimentos por ação eólica, transportada da praia e depositados pelas correntes, ondas e marés (LIMA, 2005), apresentando configurando-se em distintas formas de relevo ondulado. As praias se constituem em depósitos de sedimentos, predominantemente arenosos e lineares, que se acumulam por conta do transporte marinho na costa, com estreita relação com as marés, pois os movimentos destas definem sua largura (ROSSATO *et al.*, 2008).

Para promontório rochoso Suguio (1992, p. 12) indica que este “[...] é uma porção saliente e alta de qualquer área continental, que avança para dentro de um corpo aquoso”, isto é, se configura em uma encosta que avança geralmente do continente para o mar.

A definição de recifes corresponde a substratos que impedem ou limitam a navegação, podendo se constituir de vários tipos de componentes, orgânicos e inorgânicos. Sobre estes Baptista (2010, p. 78) informa que os de arenito “[...] se apresentam em formas paralelas à costa, [...] resultante da consolidação de antigas linhas de praias, ou a partir de um ou mais bancos de areia consolidada, tendo como base geológica a sedimentação com carbonato de cálcio ou

óxido de ferro”. As rochas de praia ou arenitos de praia, por sua vez, de acordo com Ferreira Júnior, Araújo e Sial (2013) são formados na zona entre marés, a partir da precipitação de carbonato de cálcio constituindo-se em sedimentos litificados com forma alongada e estreita, estando dispostos paralelamente à linha de costa. De acordo com Guerra e Guerra (2006) quando os recifes de arenito se apresentam paralelos ou ocupando a face externa de restingas, em sua linha externa geralmente se desenvolvem os recifes coralígenos ou biológicos.

Outro tipo de formação presente em litorais são os eolianitos que embora também se constituindo em depósitos eólicos se diferenciam das dunas por apresentarem-se rígidos pela cimentação e das rochas de praia, por se originarem no pós-praia ou supralitoral. Para estes Suguio (1992, p. 83) afirma que são “[...] depósitos eólicos cimentados por carbonatos em ambiente continental com diagênese próxima à superfície, envolvendo principalmente águas pluviais, sendo relativamente recentes sem forma definida”.

Dentre as diversas formas de planícies que ocorrem nos ambientes costeiros, além da litorânea, evidencia-se as planícies fluviais e flúvio-marinhas. Lima (2005, p. 130) indica que a fluvial se configura em “[...] uma área de sedimentação, principalmente no fundo do canal e nas margens, sendo mais arenosas com algum teor de matéria devido à decomposição ao longo do curso d’água. É justamente nas várzeas ou planícies de inundação onde essa sedimentação se intensifica”. Em relação às flúvio-marinhas, conforme expressa Cavalcanti (2000, p. 127) correspondem a “[...] acumulações continentais e marinhas, com deposição de sedimentos e matéria orgânica, compreendendo áreas inundáveis com solos indiscriminados recobertos por manguezais e alta produtividade biológica”.

Por fim, têm-se as feições de estuário e delta, comumente relacionados às desembocaduras de cursos fluviais em ambiente litorâneo, ou seja, em águas oceânicas, se diferenciam por sua configuração em face das características da dinâmica fluvial, sendo a primeira confluência do rio em uma única abertura ou canal, e na segunda o curso fluvial se distribui por três ou mais canais para de descarga de suas águas (GUERRA; GUERRA, 2006).

No caso do litoral do Piauí a geomorfologia se apresenta singular expressando feições típicas de áreas costeiras que se destacam em sua extensão de 66 km, o menor trecho litorâneo do Brasil. Sobre seus aspectos geomorfológicos Baptista, Moura e Silva (2016, p. 1256) apontam que

[...] o litoral piauiense apresenta predominantemente formas litorâneas representadas por suas praias e sistemas estuarinos e/ou agrupamento de rochas. Destacam-se ainda as formações de planícies relacionadas aos cursos fluviais, campos de dunas e às lagoas existentes, bem como o delta do rio Parnaíba, feição geomorfológica ímpar para a região.

Segundo as autoras estas feições geomorfológicas do litoral piauiense por suas particularidades e distinção “[...] reforça a necessidade de sua proteção e conservação” (BAPTISTA; MOURA; SILVA, 2016, p. 1256), finalidades da geoconservação e se constituem por seus valores enquanto patrimônio geomorfológico.

Deste modo, compreende-se que o patrimônio geomorfológico, litorâneo ou não, deve ser objeto de ações geoconservacionistas que possibilite sobre este conhecimento, valorização e manutenção, podendo ser concretizadas através dos processos educativos na materialização da Geoeducação ou especificadamente em uma educação geomorfológica.

## Litoral do Piauí: Geoeducação e Educação Geomorfológica

Os processos educativos enquanto estratégia para a Geoconservação tem-se definido principalmente em atividades geoturísticas considerando a modalidade de educação não formal. Cabe ressaltar que as modalidades educativas se agrupam em formal, não formal e informal, conforme Gohn (2006) e Bruno (2014).

Diferenciados por Gohn (2006, p. 29) os espaços de desenvolvimento destas modalidades se apresentam da seguinte forma:

Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc. (Sic).

No estudo e ensino sobre a geodiversidade das diferentes paisagens terrestres a educação se constitui em estratégia fundamental considerando que o dentre os valores atribuídos a esta se inclui o educativo relacionado às pesquisas sobre a história da Terra, monitoramento do ambiente, atividades educativas diversas para a população em geral e treinamento para especialistas como indica Gray (2004, p. 131) ao afirmar que:

O registro geológico possui um enorme valor de pesquisa, mas também tem um papel na educação e no treinamento. Alunos e professores precisam de sítios e áreas que possam usar para demonstrar em campo princípios e processos geológicos. Geólogos, geomorfólogos e pedologistas treinados são necessários para localizar e utilizar recursos minerais, prever riscos naturais e garantir o uso sustentável da terra. Exposições rochosas, locais com fósseis, formas terrestres, seções de solo e processos ativos desempenham um papel valioso na educação de crianças, no treinamento da próxima geração de geólogos, e de amadores que tenham interesse em seu ambiente e na história geológica do planeta [...].

Neste sentido, Lavor (2016, p. 32), ressalta que “[...] nos estudos voltados para a ocupação e uso de uma dada porção do espaço geográfico, o conhecimento da geodiversidade é essencial diante das diversas questões ambientais que surgem no decorrer do processo de ocupação humana”. No entanto, a complexidade dos processos naturais de formação e a dinâmica de funcionamento dos elementos da geodiversidade, tanto isoladamente como em associações, como os processos geológicos e geomorfológicos, por exemplo, nem sempre é de fácil compreensão no âmbito do ensino. Liccardo *et al.* (2015, p. 182) consideram que “[...] o ensino-aprendiza-

gem de conteúdos ligados às Geociências tem sido um desafio para muitos educadores e instituições, já que para um entendimento consistente são necessários, muitas vezes, contato com o ambiente natural, visualização e manuseio de amostras”.

Além disso, a própria dinâmica dos processos naturais e as interferências antrópicas no meio ambiente, podem afetar significativamente as formas de relevo ou geoformas, e favorecendo a vulnerabilidade destas. Pereira (2006, p. 33-34) tratando sobre patrimônio geomorfológico revela que “[...] no sentido de minorar essa vulnerabilidade torna-se necessário implementar estratégias de educação para não especialistas, criar estruturas como os geoparques e fomentar a sua protecção legal” (Sic).

Para tanto, a utilização de diferentes estratégias de ensino pode favorecer esse aprendizado, sendo assim relevante o desenvolvimento de ações educativas além da sala de aula formal, incluindo as de carácter não formal e informal. No que diz respeito a estratégias educativas para a Geoconservação, Bacci (2018, p. 108) afirma que estas “[...] pautam-se fundamentalmente em processos educativos voltados aos conhecimentos do Sistema Terra, ou seja, rochas, minerais, solos, paisagens, processos geológicos, e outros que preservam a história do planeta, ao longo de milhões e bilhões de anos”.

Sendo assim, pode-se inferir que a Geoeducação, definida por Moura Fé *et al.* (2016) e Moura Fé, Nascimento e Soares (2017) como a educação ambiental que pode ser aplicada à Geoconservação tanto no ensino formal como no não formal, completando-se como “[...] o desenvolvimento de atividades de sensibilização, junto à população dos municípios onde os geossítios ficam inseridos (MACEDO, 2014, p. 13-14), se configura como essencial para a Geoconservação no quesito da concretização do valor educativo da geodiversidade que esta objetiva conservar.

Ainda cabe destacar a perspectiva de Oliveira (2015, p. 34) que mesmo tratando sobre representação religiosa indica que a:

[...] geoeeducação corresponde ao exercício de envolvimento de uma coletividade, com seu espaço coletivo peculiar (simbólico), visando efetivo aperfeiçoamento da aprendizagem valorativa. Por extensão, tal aperfeiçoamento demanda o equivalente exercício de interpretação espacial do processo educativo. Portanto, a geoeeducação é ao mesmo tempo uma prática e um saber contextualizado na ritualização do estar na Terra.

Pode-se inferir a partir desta perspectiva uma relação concreta no sentido de valorizar o patrimônio natural, e indica ainda a dimensão espacial da educação em si, revelando no caso aspectos do simbolismo religioso, mas é possível transportar para a Geoconservação, considerando que esta inclui os aspectos religiosos, no qual se insere o valor cultural da geodiversidade, e assim das formas de relevo também.

Considerando a realidade do contexto educacional em relação ao ensino de Geologia (e analogamente se insere os aspectos geomorfológicos), Guimarães *et al.* (2017, p. 37) ponderam que:

O trabalho com recursos geoeeducativos voltados para a sociedade estreita os laços entre os processos e os elementos geológicos (geodiversidade e patrimônio geológico) e rompe com o paradigma de que a geologia e suas subá-

reas são disciplinas meramente técnicas e voltadas para o mundo acadêmico e científico, muitas vezes de difícil compreensão.

Entretanto, é preciso evidenciar que as possibilidades para o desenvolvimento de processos geoeeducativos, se diferenciam a partir da realidade social e espacial de onde estão sendo aplicados, ou seja, deve levar em consideração as características de cada local. Verifica-se ainda que a partir desta realidade variam também os atores na materialização destes processos tanto no que diz respeito à área de conhecimento (geralmente os conteúdos relativos à geologia e geomorfologia inserem-se na disciplina de Geografia) como nas estratégias e técnicas de ensino empregadas.

Pela compreensão da relação de interdependência da sociedade com o meio ambiente, é fundamental que se estude a geodiversidade, pois esta relação prescinde do conhecimento sobre os aspectos abióticos da paisagem e suas implicações para os seres vivos e vice-versa. Silva e Aquino (2018, p. 7) então asseveram que:

Partindo da confirmação da tamanha importância que representa a geodiversidade e do pressuposto de que não há como conservar o que não se conhece é preciso fazer com que os temas relacionados à geodiversidade, geopatrimônio, geoconservação e outros se tornem os mais conhecidos e valorizados possível, especialmente, nos ambientes escolares.

Desta forma, importa evidenciar que no ensino estes temas devam ser desenvolvidos por meio do emprego de estratégias que possam promover espaços de aprendizagem dinâmicos que favoreçam aos alunos estabelecer significado aos conteúdos estudados aproximando-os de seu cotidiano. Neste sentido, o valor educativo dado à geodiversidade do lugar de vivência poderá ser materializado através de atividades geoeeducativas diversas envolvendo as três modalidades de processos educativos, podendo estas serem organizadas para a sociedade de forma geral pelas práticas geoturísticas, no âmbito da Educação Básica, pelo desenvolvimento de aulas de campo e visitas a museus, e no contexto do Ensino Superior por meio de trabalhos de campo.

Além disso, na modalidade informal também se pode realizar-se cursos, oficinas e palestras em espaços como associações de moradores e equivalentes. Deste modo, estas atividades de geoeeducação envolverão todos os níveis de ensino, âmbitos ou modalidades educacionais bem como os diferentes segmentos sociais que vivem e/ou atuam no local no qual se deseja empregar a Geoconservação.

Para o contexto do litoral piauiense, foco deste estudo, o Geoturismo se destaca enquanto estratégia geoconservacionista, associado às suas atividades inerentes já reconhecidas como trilhas interpretativas, painéis interpretativos, folhetos, cartões postais, entre outras, sendo sugerido na maioria dos trabalhos analisados. Destes indica-se o de Lopes (2017) que acrescenta o emprego de jogos e atividades lúdicas e os de Baptista e Lima (2018b, 2019) que sugerem, respectivamente, atividades geoeeducativas e roteiros didáticos específicos para o desenvolvimento destas no sentido do conhecimento e valorização da geodiversidade do litoral do Piauí, incluído seu patrimônio geomorfológico.

O quadro 1 reúne esses estudos demonstrando para cada produção analisada de forma resumida as atividades geoeeducativas sugeridas ou indicadas.

Quadro 1 – Estudos sobre Geoeducação para o Litoral Piauiense

| Ano      | Objetivos                                                                                                                                                                                                                                | Atividades propostas para Geoeducação                    | Tipo de Estudo / Título                                                                                                                                                                 | Autores                                                                                                                                                   |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2014     | Reconhecer a geoconservação como estratégia de sustentabilidade para a zona costeira piauiense                                                                                                                                           | Indicam o Geoturismo sem detalhar.                       | Resumo / Geoconservação para a zona costeira piauiense: análise e proposta                                                                                                              | Brenda Rafaela Viana da Silva<br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista                                                                                      |
| 2016     | Analisar de que forma o Geoturismo como estratégia da Geoconservação pode contribuir para a conservação dos recursos naturais, destacando os aspectos geológicos e geomorfológicos, da praia de Pedra do Sal, na zona costeira do Piauí. | Geoturismo e atividades relacionadas                     | Trabalho de Conclusão de Curso / Geoturismo como possibilidade de conservação dos recursos naturais da praia de Pedra do Sal, zona costeira do Piauí: uma estratégia de geoconservação. | Brenda Rafaela Viana da Silva                                                                                                                             |
| 2016     | Analisar o geoturismo como estratégia da geoconservação para a praia de Pedra do Sal, na zona costeira do estado do Piauí.                                                                                                               | Geoturismo e atividades relacionadas                     | Artigo / Geoturismo como Estratégia de Geoconservação para a praia de Pedra do Sal, Parnaíba/PI.                                                                                        | Brenda Rafaela Viana da Silva<br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista                                                                                      |
| 2017     | Avaliar o patrimônio geomorfológico do litoral piauiense.                                                                                                                                                                                | Palestras, Roteiros e Trilhas Jogos e Atividades Lúdicas | Tese de Doutorado / Estudo metodológico de avaliação do patrimônio geomorfológico: Aplicação no litoral do estado do Piauí                                                              | Laryssa Sheydder de Oliveira Lopes                                                                                                                        |
| 2017     | Caracterizar o patrimônio geomorfológico do litoral piauiense, a fim de destacar o potencial geoturístico do litoral piauiense.                                                                                                          | Geoturismo                                               | Resumo Expandido / Inventariação do patrimônio geomorfológico e potencial geoturístico do litoral do Piauí.                                                                             | Diego Silva de Oliveira<br>Roneide dos Santos Sousa<br>Francisco Pereira da Silva Filho<br>José Francisco de Araújo Silva<br>Bruno Tiago da Silva Pereira |
| 2018 (a) | Descrever a geodiversidade e seus valores existentes na praia de Pedra do Sal, na cidade de Parnaíba – PI e apontar estratégias para o desenvolvimento do geoturismo.                                                                    | Geoturismo e atividades relacionadas.                    | Capítulo de Livro / Geodiversidade e geoturismo na praia de Pedra do Sal, Parnaíba – PI: valores, aspectos socioambientais e estratégias.                                               | Brenda Rafaela Viana da Silva<br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima<br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista                                                   |

|          |                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                      |                                                                                                         |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2018     | Discutir a conservação dos recursos naturais da praia de Pedra do Sal, litoral do Piauí, e a perspectiva para o desenvolvimento do geoturismo.                                               | Geoturismo com atividades e produtos relacionados.                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Artigo / Conservação dos Recursos Naturais e a Perspectiva do Geoturismo na praia de Pedra do Sal, Litoral do Piauí. | Brenda Rafaela Viana da Silva<br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista                                    |
| 2018 (a) | Analisar formas possíveis de subsidiar a gestão da costa do Piauí, aliando-se às Unidades de Conservação locais, utilizando etapas e estratégias da Geoconservação                           | Palestras de sensibilização, oficinas, roteiros e práticas de campo, minicursos para turistas e comunidades locais; Capacitação e treinamento para guias; Criação de geoparque.                                                                                                                                                        | Resumo Expandido / Geoconservação como estratégia para a gestão costeira do Piauí                                    | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista<br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima<br>Brenda Rafaela Viana da Silva |
| 2018 (b) | Apresentar exemplos de atividades educativas para conhecimento e divulgação da geodiversidade do litoral piauiense                                                                           | Visitas ordenadas e orientadas de geoturismo; Aulas de campo com os alunos da Educação Básica; Trabalhos de campo ou excursões didáticas no contexto universitário; Criação de museus municipais para agregar amostras de rochas e minerais, e informações sobre a geodiversidade local (painéis, informativos, cartilhas, mapas etc.) | Artigo / Valores e ações educativas para a geodiversidade do litoral do Piauí                                        | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista<br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima<br>Brenda Rafaela Viana da Silva |
| 2018     | Apresentar os recifes de arenito do litoral piauiense como elementos da geodiversidade e indicar possibilidades destes para a Geoconservação.                                                | Roteiro geológico-geomorfológico para o Geoturismo.<br>Inserção em futuro Geoparque.                                                                                                                                                                                                                                                   | Artigo / Recifes de Arenito do Litoral Piauiense: componentes da Geodiversidade e elementos para a Geoconservação.   | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista                                                                     |
| 2018     | Indicar exemplos de atividades geoeducativas para o ensino formal, visando o conhecimento e divulgação da geodiversidade do litoral piauiense a partir do valor educativo que esta apresenta | Aulas de campo; Estudo do meio; Visitas a museus; Oficinas pedagógicas ou de aprendizagem; Práticas em laboratório; e Criação de espaços específicos de estudo na escola (Clube de Geociências).                                                                                                                                       | Artigo / Atividades geoeducativas para o ensino sobre a/geodiversidade do litoral do Piauí.                          | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista<br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima                                  |

|             |                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                        |                                                                                                                 |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2018<br>(b) | Apresentar o potencial acerca da geodiversidade da APA Delta do Parnaíba e do PARNA da Serra da Capivara através de estratégias para a geoconservação                                                                                      | Roteiros geoturísticos. Processos educativos. Ações: palestras de sensibilização, oficinas, práticas de campo, minicursos (turistas e comunidades locais) capacitação e treinamento (guias); Criação de geoparques. | Artigo / Geodiversidade em Unidades de Conservação: Potencial da APA Delta do Parnaíba e do PARNA da Serra da Capivara no Piauí                        | Brenda Rafaela Viana da Silva<br><br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima<br><br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista |
| 2019        | Avaliar o patrimônio geológico-geomorfológico da zona litorânea piauiense, segundo os valores científico e turístico, para fins de geoconservação                                                                                          | Trilhas interpretativas, painéis interpretativos, folhetos explicativos e cartões postais.                                                                                                                          | Dissertação de Mestrado / Avaliação do Patrimônio Geológico-Geomorfológico da Zona Litorânea Piauiense para fins de Geoconservação                     | Brenda Rafaela Viana da Silva                                                                                   |
| 2019        | Sugerir roteiros didáticos para a valorização da geodiversidade do litoral do Piauí, visando o desenvolvimento da Geoconservação.                                                                                                          | Sugerem 35 (trinta e cinco) roteiros geoe-educativos: 28 (vinte e oito) para o Ensino Formal, 4 (quatro) para o Não Formal e 3 (três) para o Informal.                                                              | Relatório de Pesquisa / Roteiros Didáticos para Valorização da Geodiversidade do Litoral do Estado do Piauí – Brasil: Subsídios para a Geoconservação. | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista<br><br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima                                      |
| 2020        | Caracterizar os geossítios da zona litorânea piauiense, destacando seus valores científico e turístico, sendo essa a primeira etapa para a avaliação de seu patrimônio geológico geomorfológico para fins de geoconservação.               | Indicam o Geoturismo sem detalhar.                                                                                                                                                                                  | Capítulo de livro / Geossítios da zona litorânea Piauiense: caracterização para fins de geoconservação                                                 | Brenda Rafaela Viana da Silva<br><br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima<br><br>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista |
| 2020        | Identificar ferramentas didáticas que possam ser empregadas para facilitar o ensino-aprendizagem sobre aspectos da geodiversidade do litoral piauiense com aplicação em diferentes níveis de ensino da Geografia, imbuídas na Geoeducação. | Organizam uma síntese dos roteiros didáticos apresentados em Baptista e Lima (2019) indicando objetivos, conteúdo e material.                                                                                       | Capítulo de livro / Geoeducação e geoconservação no litoral do Piauí: valorização da geodiversidade através de ferramentas didáticas                   | Elisabeth Mary de Carvalho Baptista<br><br>Iracilde Maria de Moura Fé Lima                                      |

Fonte: Organizado pelas autoras, 2022.

A análise dos estudos citados aponta que nestes predominam os aspectos geomorfológicos do litoral do Piauí como evidências significativas de sua geodiversidade. Assim em face das características típicas de áreas litorâneas e das particularidades da área em questão, com elementos da geodiversidade que requerem monitoramento e manutenção, são deste modo indicadas para o processo de Geoconservação.

A identificação da geodiversidade litorânea piauiense foi foco principal entre os trabalhos iniciais a partir de 2014 buscando principalmente a realização de diagnósticos e levantamentos dos elementos da paisagem abiótica, destacando os aspectos geológicos e geomorfológicos principalmente, encaminhando-se para estudos específicos como os de Pereira,

Baptista e Moura (2017), Pereira e Baptista (2017) e Baptista (2018) que tratam sobre elementos específicos da geodiversidade local como os cursos d'água e os recifes de arenitos, no contexto da Geoconservação. Os trabalhos avançam no sentido do processo geoconservacionista através da tese de doutorado de Lopes (2017) e da dissertação de mestrado de Silva (2019) que ampliam a perspectiva aplicando metodologias, embora diferenciadas, de avaliação da geodiversidade do litoral do Piauí com o desenvolvimento das etapas de inventariação, caracterização, quantificação e conservação.

No entanto, no que diz respeito aos processos educativos ou à Geoeducação, os estudos tratam de forma geral e em sua maioria sugerem ações relacionadas ao geoturismo, como cartões postais, painéis informativo-interpretativos, mapas geoturísticos, folders etc. e/ou outras recorrentes em muitos trabalhos como palestras de sensibilização, oficinas, práticas de campo, minicursos para turistas e comunidades locais e capacitação e treinamento de guias e por fim a criação de geoparque.

Constituindo trabalhos com objetivo voltados especificamente para o contexto da Geoeducação e apresentando sugestões de ações geoeducativas, relacionam-se os estudos de Baptista, Lima e Silva (2018a,b), Baptista e Lima (2018), Baptista e Lima (2019, 2020), sendo os dois últimos dedicados à indicação de roteiros geoeducativos para a valorização da geodiversidade do litoral piauiense, elaborados principalmente para o ensino formal, mas também apresentando sugestões para o uso educativo na própria paisagem valorizando o uso turístico das paisagens, podendo ser aplicados aos processos não formais e informal da educação.

O caráter inovador dos trabalhos de Baptista e Lima (2019, 2020) repousa no fato de que não consistem somente em sugerir as atividades, mas em apresentar como materializar cada uma delas através de orientações metodológicas, em especial o relatório de pesquisa de 2019 que traz o detalhamento operacional de trinta e cinco roteiros geoeducativos. Dentre estes muitos se relacionam aos aspectos geomorfológicos do litoral piauiense e certamente poderão contribuir para o conhecimento sobre estes por parte da população residente, visitantes e turistas, possibilitando sua valorização enquanto patrimônio geomorfológico.

## Conclusão

O estudo revelou a importância dos aspectos geomorfológicos dentre os elementos da geodiversidade do litoral do Piauí, no nordeste brasileiro, evidenciando seu potencial para se constituir em patrimônio geomorfológico do espaço em questão.

Analisou-se as pesquisas relacionadas à geodiversidade deste no contexto da Geoconservação, no período de 2014 a 2020, se constituindo de textos de trabalhos publicado em anais de congressos a teses de doutorado, que em sua maioria apontam inicialmente para o levantamento das características da geodiversidade local, avançando-se para a perspectiva do geoturismo, como estratégia de geoconservação, associada com ações pontuais de educação. A partir de 2017 somam-se aos estudos inferências com respeito a processos educativos com indicação de outras atividades ou ações diferentes daquelas recorrentes nos trabalhos que tratam da temática de geoconservação. Dentre estes estudos se destaca o relatório de pesquisa “Roteiros Didáticos para Valorização da Geodiversidade do Litoral do Estado do Piauí – Brasil: Subsídios para a Geoconservação” de autoria de Baptista e Lima (2019), ainda a ser publicado em sua íntegra e disponibilizado para divulgação e possível aplicação, cuja finalidade se constituiu em não

somente sugerir atividades geoducativas, mas em como desenvolvê-las no âmbito das modalidades formal, não formal e informal dos processos educativos.

Deste modo, entende-se que seja a Geoeducação, com indicativos de ações educativas para todos os níveis de ensino, vinculada ou não à Educação Ambiental e/ou a educação geomorfológica, destinada especificadamente a implementar ações na perspectiva do conhecimento e conservação das formas de relevo, podem ser instrumentos importantes para a valorização do patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí.

## Agradecimentos

Estudo desenvolvido como atividade do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do qual as autoras são pesquisadoras e ao qual agradecem o apoio na investigação realizada. Expressam agradecimentos também às autoras Baptista e Lima (2019) pela disponibilização do Relatório de Pesquisa em sua versão original para compor a presente análise.

## Referências

BACCI, Denise de La Corte. Estratégias educativas para a Geoconservação. *In*: SANTOS, Vânia Maria Nunes; JACOBI, Pedro Roberto (org.) **Educação, Ambiente e Aprendizagem Social: Reflexões e Possibilidades a Geoconservação e Sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2018. p. 101-119.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. **Estudo morfossedimentar dos recifes de arenito da zona litorânea do estado do Piauí, Brasil**. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Recifes de Arenito do Litoral Piauiense: componentes da Geodiversidade e elementos para a Geoconservação. *In*: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UESPI, 15., 2018, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UESPI, 2018. p. 417-423.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Atividades Geoducativas para o Ensino sobre a Geodiversidade do Litoral do Piauí. *In*: CICLO DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA, ANÁLISE AMBIENTAL E EDUCAÇÃO, 1., 2018, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, 2018. p. 48-55.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. **Roteiros Didáticos para Valorização da Geodiversidade do Litoral do Estado do Piauí – Brasil**: Subsídios para a Geoconservação. Teresina: PPGGEO/UFPI, 2019. (Relatório de Pesquisa).

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Geoconservação como Estratégia para a Gestão Costeira do Piauí. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO, 11., 2018, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2018b. p. 26-29.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Valores e Ações Educativas para a Geodiversidade do Litoral do Piauí. *In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UESPI*, 15., 2018, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UESPI, 2018a. p. 452-458.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Geoeducação e Geoconservação no Litoral do Piauí: valorização da Geodiversidade através de ferramentas didáticas. *In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí***. Teresina: EDUFPI, 2020. v. 1, p. 257-294.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Geomorfologia e Geodiversidade do litoral piauiense para fins de Geoconservação. **Revista de Geociências do Nordeste – REGNE**, Natal, v. 2, Número Especial, p. 1250-1258, 2016.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Processos geoeeducativos e valorização do patrimônio geomorfológico do litoral do Piauí, Brasil. *In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO*, 3., 2019, Guimarães, Portugal. **Anais [...]**. Guimarães, Portugal: CEGOT/UMinho, 2019. p. 306-321.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, Setúbal, Portugal, v. 2, n. 2, p. 10-25, jun. 2014.

CANHA, Eunice Raquel Andrade Aguiar de. **Património Natural da Ilha da Madeira. Estudo de um local de interesse geológico: Cone de Piroclastos da Nossa Senhora da Piedade. Ilha da Madeira**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Terra e da Vida) – Universidade da Ilha da Madeira, Ilha da Madeira, 2007.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Impactos e Condições Ambientais da Zona Costeira do Estado do Piauí**. 2000. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Antônio Vicente; ARAÚJO, Tereza Cristina Medeiros de; SIAL, Alcides Nóbrega. Gênese dos arenitos de praia no litoral de Pernambuco interpretada através de estudos isotópicos. **Quaternary and Environmental Geosciences**, Curitiba, v. 4, n. 1-2, p. 9-16, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./ mar. 2006.

GRAY, Murray. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. Chichester, England: John Wiley & Sons, 2004.

GUERRA, Antonio José Teixeira. A contribuição da geomorfologia no estudo dos recursos hídricos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, Número Especial, p. 385-389, 2003.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; MARIANO, Gorki; SÁ, Artur Abreu e. Jogos “geoeducativos” como subsídio à Geoconservação no litoral sul de Pernambuco (NE Brasil): uma proposta. **Terræ Didática**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 31-43, 2017.

LAVOR, Larissa Fernandes de. **Geodiversidade e sítios históricos na porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LICCARDO, Antonio; PIMENTEL, Carla Silvia; GUIMARÃES, Gilson Burigo; PIDHORO-DECKI, Gisele; ALMEIDA, Simone Aparecida de; ALESSI, Samara Moletta; OLIVEIRA, Marianne; CARNEIRO, Raony Tullio. Exposição de conteúdos geocientíficos como possibilidade de Educação em Patrimônio Geológico. **Terræ Didática**, Campinas, v. 11, n. 3, p.182-188, 2015.

LIMA, Francisca Cardoso da Silva. **Condicionantes Geoambientais e Alternativas de Sustentabilidade – Macapá/Luís Correia – PI**. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

LOPES, Laryssa Sheydder de Oliveira. **Estudo metodológico de avaliação do patrimônio geomorfológico: Aplicação no litoral do estado do Piauí**. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LOPES, Laryssa Sheydder de Oliveira; SILVA, Osvaldo Girão da. Um breve estudo acerca do patrimônio geomorfológico. *In*: WORKSHOP DE GEOMORFOLOGIA E GEOCONSERVAÇÃO, 1., 2017, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UFPI/UESPI/IFPI, 2017, p. 299-310.

MACÊDO, Joalana Araújo. **O Geoparque Araripe e o desenvolvimento no geossítio Riacho do Meio**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

MOURA FÉ, Marcelo Martins de; NASCIMENTO, Raquel Landim; SOARES, Luana do Nascimento. Geoeducação: princípios teóricos e bases legais. *In*: PEREZ FILHO, Archimedes; AMORIM, Raul Reis (org.). **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências – UNICAMP, 2017. p. 3054-3065.

MOURA FÉ, Marcelo Martins de; PINHEIRO, Mônica Virna de Alencar; JACÓ, Dionízia de Melo; OLIVEIRA, Bruna Almeida de. Geoeducação: a Educação Ambiental aplicada na Geoconservação. *In*: SEABRA, Giovanni (org.). **Educação Ambiental & Biogeografia**. Ituiutaba:

Barlavento, 2016. p. 829-842.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do; SCHOBENHAUS, Carlos; MEDINA, Antonio Ivo de Menezes. Patrimônio geológico: turismo sustentável. In: SILVA, Cassio Roberto da (ed.). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. p. 148-162.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Geoeducação das representações religiosas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 21-43, 2015.

OLIVEIRA, Diego Silva de; SOUSA, Roneide dos Santos; SILVA FILHO, Francisco Pereira da; SILVA, José Francisco de Araújo.; PEREIRA, Bruno Tiago da Silva. Inventariação do patrimônio geomorfológico e potencial geoturístico do litoral do Piauí. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES, 3., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE/IFCE/Realize, 2017. p. 1-9.

PEREIRA, Luana Shara do Nascimento; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Morfologia fluvial do litoral piauiense: elementos para a geodiversidade e geoconservação. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2017, Teresina. **Livro de Resumos [...]**. Teresina: UESPI, 2017. p. 180.

PEREIRA, Luana Shara do Nascimento; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza. Rios do litoral piauiense: geomorfologia, geodiversidade e geoconservação. In: WORKSHOP DE GEOMORFOLOGIA E GEOCONSERVAÇÃO, 1., 2017, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UFPI/UESPI/IFPI, 2017. p. 118 -123.

PEREIRA, Paulo Jorge da Silva. **Patrimônio geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação – aplicação ao Parque Nacional de Montesinho**. 2006. 395 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geologia) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2006.

PEREIRA, Paulo Jorge Silva; PEREIRA, Diamantino Manuel Ínsua; ALVES, Maria Isabel Santos Rosa Caetano. Avaliação do Patrimônio Geomorfológico: proposta de metodologia. **Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos**, Lisboa, Portugal, v. 5., p. 235-247, 2007.

ROSSATO, Maíra Suertegaray; BELLANCA, Eri Tonietti; FACHINELLO, Alexsandra.; CÂNDIDO, Luciane Aparecida; SILVA, Cláudia Russo da; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Terra: feições ilustradas**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **Avaliação do Patrimônio Geológico-Geomorfológico da Zona Litorânea Piauiense para fins de Geoconservação**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **Geoturismo como possibilidade de conservação dos recursos naturais da praia de Pedra do Sal, zona costeira do Piauí: uma estratégia de geoconservação**. 2015. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Univer-

sidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Conservação dos Recursos Naturais e a Perspectiva do Geoturismo na praia de Pedra do Sal, Litoral do Piauí. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA*, 8., 2018, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 571-575.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Geoconservação para a zona costeira piauiense: análise e proposta. *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 13., 2014, Teresina. **Livro de Resumos** [...]. Teresina: UESPI, 2014. p. 340.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Geodiversidade e Geoturismo na praia de Pedra do Sal, Parnaíba – PI: Valores, aspectos socioambientais e estratégias. *In: SILVA, Francisco Jonh Lennon Tavares da; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de; AQUINO, Renê Pedro de (org.). Questões Socioambientais Urbanas no Piauí: Diferentes enfoques*. Teresina: EDUFPI, 2018a. p. 49-71.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Geodiversidade em Unidades de Conservação: Potencial da APA Delta do Parnaíba e do PARNA da Serra da Capivara no Piauí. *In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UESPI*, 15., 2018, Teresina. **Anais** [...]. Teresina: UESPI, 2018b. p. 361-367.

SILVA, Brenda Rafaela Viana da; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Geossítios da Zona Litorânea Piauiense: caracterização para fins de Geoconservação. *In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da (org.). Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2020. v. 1, p. 97-131.

SILVA, José Francisco de Araújo; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de. Ações geoeducativas para divulgação e valorização da geodiversidade e do geopatrimônio. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 1-12, jan. / abr. 2018.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de Geologia Marinha**. São Paulo: Quatro, 1992.

## Parnaíba moderniza-se: os anseios pelo progresso portoário e ferroviário nos primeiros anos do século xx

*Lêda Rodrigues Vieira*

Como espaço de sonhos e desejos, a cidade torna-se também lugar privilegiado das transformações advindas da modernidade, lugar de movimento onde se contrapõe urbano e rural, modernidade e tradição, novo e velho. Essa constante tensão pode ser percebida na grande maioria das cidades brasileiras e, Parnaíba<sup>1</sup>, sobretudo nos primeiros anos do século XX, foi marcada por contradições onde uma pequena parcela da população usufruiu dos elementos modernos já presentes no cenário urbano enquanto a maioria conviveu, em bairros pobres, com a falta de infraestrutura e as péssimas condições de sobrevivência. É nesse ambiente de contradições que a cidade presenciava mudanças em seu cenário urbano, espaço de belezas, de trabalho, de vida comercial intensa, do ir e vir de trabalhadores, automóveis, pessoas em direção aos mais diferentes lugares: fábricas, lojas, cinemas, igrejas e praças. Enfim, um cenário marcado, também, por problemas: aumento populacional, falta de moradia, de higiene, de saneamento básico, além das lutas e disputas políticas que envolveram, sobretudo, a elite política e comercial da cidade.

Nesse ambiente de mudanças no cenário urbano de Parnaíba, o passado eminentemente rural, com características do período colonial, continuava fazendo parte e, assim, era necessário incutir um ideal de progresso. A elite comercial e política de Parnaíba teve papel decisivo nesse projeto de modernização da cidade. Em 1927 começava a ser veiculado em Parnaíba o jornal *A Praça* tendo como diretor Edison Cunha<sup>2</sup>, gerente Benedito dos Santos

---

1. Cidade situada no extremo norte do estado do Piauí, a 345 km da capital Teresina e a poucos quilômetros do mar, à margem direita do rio Igarapé. Limita-se ao norte com o oceano atlântico; ao sul com os municípios de Buriti dos Lopes e Bom Princípio; a leste, com o município de Luís Correia e a oeste, com os municípios de Ilha Grande do Piauí e Araisos (MA)

2. Édison da Paz Cunha (Teresina-PI, 1891 – Parnaíba-PI, 1973). Escritor, jornalista, filósofo e poeta. Um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1912). Promotor público. Subchefe do Gabinete do Governador Eurípedes de Aguiar. Ex-professor do Ginásio Parnaibano. Diretor da Imprensa Oficial do Estado. Jornalista com intensa atividade, colaborou em quase todos os órgãos da imprensa piauiense, entre os quais, destacam-se: *O Piauí*, 1916; *Correio de Teresina*, 1913; *Habeas corpus*, órgão político e noticioso de propriedade de Antonino Freire, do qual era um de seus editorialistas, 1916; *A Cultura*, Coelho Neto, 1912, em figurava como redator, ao lado de Higino Cunha e Fenelon Castelo Branco; *Chapada do Corisco*, revista de letras e humorismo, 1918; *Revista da Academia Piauiense de Letras*, 1918; *A Pátria*, órgão da imprensa parnaibana; *Gazeta da Parnaíba*, 1923; *Almanaque da Parnaíba*, 1923; *A Tribuna*, 1924; *A Verdade*, 1924; *A Praça*, órgão da Associação Comercial de Parnaíba, 1927, e *A Voz da Parnaíba*.

(Bembem)<sup>3</sup> e secretário Ranulpho Torres Raposo<sup>4</sup>. Esse jornal foi criado pela Associação Comercial dos Varejistas com intuito “essencialmente comercial, acolhendo nas suas colunas a colaboração de quantos queiram trabalhar em prol deste rincão da terra piauiense, que é o município de Parnaíba” e, ao mesmo tempo, trazendo, nos diversos artigos publicados, referências ao progresso da cidade (DATA VÊNIA, A Praça, 1927, p. 1). Em 1927, uma crônica destacava uma cidade que prosperava e se desenvolvia,

[...] Temos ouvido a diversos viajantes demonstrações como a de que tratamos; e é uma certeza que a nossa prosperidade, o nosso desenvolvimento se acentuam, de ano para ano já pelo crescimento contínuo de nossa população, já pelos melhoramentos sentindo partidos do poder público municipal como da iniciativa particular, que muito tem concorrido para o embelezamento da cidade, caracterizado pelo bom gosto na arquitetura das novas construções. Estas aumentaram continuamente, de sorte que, aos poucos vão desaparecendo aqueles aspectos que tínhamos de cidade colonial, com a casaria a afeiar-lhes as vias públicas. Por outro lado, cresce a cidade, sempre, sobretudo na direção da velha Catinga de Cima, hoje o excelente planalto da Nova Parnaíba, devidamente demarcado, com arruamentos retilíneos e elegantes praças, valioso serviço prestado ao Município pelo coronel Constantino Correia, a quando da sua gestão administrativa. (AS REFORMAS..., 1927, p. 1)

Nesse discurso, o cronista procurou destacar que o processo de desenvolvimento de Parnaíba teve participação ativa tanto do poder público municipal quanto da iniciativa particular, principalmente da elite comercial da cidade que colaborou para o surto de progresso ocorrido dentro do espaço urbano, através de um discurso que pregava a entrada do “progresso” e da “civilização”, ao propor mudanças estruturais no espaço urbano e nos transportes.

Na década de 1930, Parnaíba ainda apresentava ruas “irregulares, cheias de curvas pronunciadas e sem orientação” e que terminavam “em praças triangulares na cidade velha”, algumas consideradas “modernas” e “belas”. A cidade passou a ser dotada de construções públicas e particulares modernas como Hospital, Leprosário e Mercado, além de calçamento de ruas e praças. No aspecto cultural, registra-se a presença de diversos periódicos: *O Popular*, *A Tribuna*, *O Norte*, *O Sino*, *O Cerebro*, *Flemulo* e o *Almanaque da Parnaíba*. No campo da aviação, a presença dos aviões da *Condor* e da *Panair* (MONOGRAFIA n. 24, 1939, p. 2). Assim, a cidade tornava-se cada vez mais “moderna” no intuito de alcançar o progresso almejado por parcela da população, principalmente da elite.

Nesse período, Parnaíba continuava conhecida como o principal empório comercial do Piauí, com a presença de várias indústrias de grande vulto: Fabrica Cortez, para extração do óleo de babaçu e fabricação de sabão; Usina São José, de beneficiar algodão; Fabrica Aliança,

3. Benedito dos Santos Lima (Bembém). (São Bernardo-MA, 27-05-1893 – Parnaíba-PI, 21-08-1958). Comerciante e jornalista empreendedor e inteligente; deu a Parnaíba e ao Piauí uma extraordinária contribuição ao resgate de nossa história, fundando o *Almanaque da Parnaíba*, uma das mais ricas fontes de nossa história. Pertenceu à Academia Parnaibana de Letras.

4. Ranulfo Torres Raposo (Miguel Alves-PI, 1900 – Parnaíba, 1980). Comerciante e jornalista. Figura de destaque no comércio parnaibano, com projeções em todo o Estado do Piauí e do Maranhão. Jornalista. Proprietário do *Almanaque da Parnaíba*, publicação que legou uma preciosa fonte de nossa história. Dirigiu o SESC, por mais de 20 anos, com muita proficiência e dinamismo. Conselheiro fiscal do Banco do Nordeste do Brasil. Patrono da Cadeira n.º 29 da Academia Parnaibana de Letras.

para beneficiamento de cereais; Fábrica Estrela, de fabricação de sabão; Fábrica de mosaicos. Ainda outras de sabão, curtumes, calçados, chapéus, vimes e oficinas gráficas. Em sua área de influência, vários povoados se beneficiavam economicamente de sua importância comercial como, por exemplo, Rosápolis, Morros da Mariana, Marruás, Bom Princípio e Cocal, “sendo este de animadoras proporções, com destacado intercâmbio comercial com o Ceará, por meio de movimentada estrada carroçável para Viçosa” (MONOGRAFIA, 1939, p. 2).

O ideal de progresso e desenvolvimento por parte dos comerciantes parnaibanos, pode ser justificado, pela existência de grande quantidade de estabelecimentos comerciais importadores e exportadores na cidade de Parnaíba e, por ser esta considerada, durante muitos anos, um entreposto comercial de grande importância econômica para a região norte do Estado devido sempre lutar por sua independência no campo econômico. Essa luta foi deflagrada, principalmente, contra a praça comercial do Maranhão que concorria ferreamente com o comércio piauiense, pois grande parte da produção do Piauí era comercializada diretamente no porto de Tutóia (MA), provocando inúmeros empecilhos à economia piauiense por serem contabilizados nas cifras maranhenses, além dos altos preços dos fretes denunciados pelos comerciantes.

A ideia do porto de Amarração era o que consumiria os maiores esforços da elite comercial parnaibana. Esse porto foi considerado, durante muitos anos, único elemento de modernização capaz de permitir o escoamento da produção piauiense para as principais praças comerciais do país e do exterior. No período imperial, em 1817, D. João VI já reconhecia a necessidade de um escoadouro próprio da produção piauiense por considerar um “pesado e violento” problema ao Piauí a questão de grande parcela da produção piauiense escoarem diretamente nas províncias vizinhas como, por exemplo, Maranhão e Pernambuco, sendo contabilizado em suas estatísticas orçamentárias (CASTELO BRANCO, 1970, p. 114).

Sobre esse melhoramento, Renato Castelo Branco faz uma observação acerca da questão da desobstrução do curso do rio Parnaíba ao considerar indispensável a construção do porto de Amarração, sendo “inútil, por motivos óbvios, a desobstrução do curso do rio” caso não seja construído o porto marítimo. Por isso, o porto de Amarração era mencionado por comerciantes e administradores públicos como elemento símbolo da “salvação única da economia e do progresso do Estado”. Isso ocorre desde o período imperial nos pronunciamentos e decretos dos governos provinciais.

É, assim que, já em 1806, o governador Carlos Burlamaqui escrevia a Simplício Dias da Silva, comandante da então vila de Parnaíba, declarando ser “um dos primeiros passos a dar, para a fomentação da indústria e do comércio, a investigação do porto por onde se faz e há de se fazer este mesmo comércio”. (CASTELO BRANCO, 1970, p. 118)

Os discursos em torno da construção do porto de Amarração sempre vieram acompanhados da necessidade de melhorar as condições de navegabilidade do rio Parnaíba, que continuamente apresentava dificuldades de navegação devido ao seu péssimo estado de conservação. Diante disso, foram realizados inúmeros estudos na tentativa de esboçar um relatório das condições de navegação do rio Parnaíba, organizados pelos governos provinciais do Piauí. Podemos citar os realizados em 1806, por Simplício Dias da Silva, em 1853, pelo tenente Jauffret e, em 1867, por David Caldas (CASTELO BRANCO, 1970, p. 91).

Em 1867, o engenheiro Gustavo Dodt, em seu relatório, apontou as péssimas condições técnicas do rio por apresentar muitos bancos de areia e pedregulhos ocasionados pelos desmatamentos constantes das plantações às suas margens e pelos longos períodos de estiagem. (BARBOSA, 1986, p. 91) Além disso, sugeriu ao governo imperial que realizasse trabalhos de correção dos problemas que afligiam o transporte de mercadorias e pessoas no rio Parnaíba. Em primeiro lugar, apontou a necessidade de diminuir o desmatamento de suas margens ou efetivar plantações nas encostas; segundo, estreitar o leito do rio; terceiro, corrigir o seu curso e limpar o canal que se formar, dentre outras iniciativas (BARBOSA, 1986, p. 90).

Na tentativa de solucionar o problema da falta de um escoadouro natural da produção piauiense, o presidente da província do Piauí, em decreto n. 3.012, de 22 de outubro de 1880, resolveu ceder à província do Ceará dois municípios – Independência e Príncipe Imperial, por uma pequena faixa litorânea, na freguesia de Amarração, na perspectiva de dar acesso direto ao mar, através de um porto marítimo próprio. Segundo Castelo Branco (1970, p. 94)

Este porto natural, entretanto, sem os benefícios necessários, não constitui, por si só, uma solução e anos são decorridos sem que tenha entrado um único navio em sua precária barra. O comércio piauiense tem, deste modo, que se valer dos portos dos Estados vizinhos, de Tutóia e Fortaleza, agravando o preço das mercadorias, pelas distâncias majoradas, e congestionando nosso aparelho circulatório, pelas dificuldades que apresenta a condução dos nossos produtos exportáveis até aquele escoadouro (CASTELO BRANCO, 1970, p. 94).

Em 1898, o então governador do Estado do Piauí, Raimundo Arthur de Vasconcelos, em mensagem apresentada a Câmara Legislativa, informou a necessidade de realizar projetos que permitissem maior desenvolvimento e progresso da economia do Estado, através de medidas que conservassem a lavoura, estimulassem a indústria e o comércio e melhorassem a exploração da borracha de maniçoba, por considerar esse produto capaz de tirar o comércio piauiense da situação de crise em que jazia (PIAUI, 1898, p. 19). Para tanto, considerou fundamental melhorar as condições de transporte e comunicação, em especial, da “barra da Tutoia”, considerado “o único porto de toda a costa do norte do Brasil, entre Pernambuco e Maranhão”. Além disso, procurou evidenciar a necessidade de implementar um tratado de limites territorial com o Maranhão, “passo mais acertado e oportuno, até que, em futuro mais remoto, possamos realizar o nosso sistema de viação”. E continua:

[...] com o prolongamento da estrada de ferro de Petrolina, pelo centro do Estado, até Amarante ou Floriano, unico traçado conveniente às nossas necessidades, e para cuja execução só bastaria maior conhecimento, por parte do governo federal, das condições gerais de nossa vida economica, propondo o mesmo governo aos concessionários da Petrolina à Parnaíba – a modificação acima apontada, que se impõe ao êxito da concessão, tornando-a praticamente realizável e vantajosa (PIAUI, 1899, p. 21).

Nesse discurso pronunciado na Assembleia Legislativa do Piauí, o governador, Raimundo Arthur de Vasconcelos, mostrou-se preocupado em realizar medidas que pudessem garantir o “desenvolvimento das bases de prosperidade e grandeza” da província, apontando a

implementação de estruturas de transporte e comunicação, por meio de um porto marítimo e ferrovias. Com isso, o desenvolvimento dos transportes é percebido no contexto do Piauí como elemento de civilização, uma vez que era capaz de garantir “as condições gerais de nossa vida econômica”. Contudo, a preocupação do governador era mostrar a importância em se melhorar as condições de ancoragem do porto de Tutóia, por considerá-lo essencial para o escoamento da produção piauiense em detrimento de um porto marítimo próprio. Esse discurso é justificado pela importância atribuída à navegação do rio Parnaíba que, neste período, funcionava como via navegável entre o Piauí e o Maranhão.

Durante o século XIX, a navegação do rio Parnaíba era apontada como uma necessidade para o incremento da economia piauiense. Naquele momento, a ideia que prevalecia entre políticos, intelectuais e comerciantes importadores e exportadores, sobretudo de Parnaíba era

Que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exportação de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. Esta proposta estava visceralmente ligada à tese de que a abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transportes seriam os elementos indutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional. A condição para o desenvolvimento era, pois, a ruptura do isolamento em que jazia a Província (QUEIROZ, 2006, p. 15).

Outro elemento material mencionado pelas autoridades públicas e comerciantes de Parnaíba era o melhoramento do porto de Amarração, considerado capaz de garantir o desenvolvimento da economia piauiense por promover o aproveitamento das riquezas produzidas, permitir um maior intercâmbio comercial e, finalmente, tirar a produção piauiense da dependência econômica dos estados vizinhos. Apesar de sua característica artesanal por não apresentar estrutura adequada de embarque e desembarque de mercadorias devido à falta de um dique de proteção e cais, Sousa afirma que

A barra de Amarração foi uma referência de porto para o império e para os dirigentes da Província, porta de entrada para se desenvolver com mais agilidade o processo de exportação dos produtos piauienses e, também, a consciência de que Parnaíba estava mais próxima do oceano Atlântico e, por conseguinte, mais próxima comercialmente da Europa, pois era de direito e orgulho que se fizesse este trabalho de escavação do canal para que os produtos saíssem pelo próprio porto da Província (SOUZA, 2005, p. 131).

Nos primeiros anos do século XX, o rio Parnaíba era frequentado por embarcações pequenas e maiores pertencentes a firmas particulares que ocasionou a intensificação do comércio piauiense e permitiu o transporte de passageiros e mercadorias. Nesse período, o rio Parnaíba enfrentava problemas inerentes às péssimas condições de navegabilidade que se agravavam por falta de conservação. Apesar disso, grande parte dos produtos piauienses era comercializado por essa via fluvial através de embarcações de firmas privadas, dentre elas, destacamos a Casa Marc Jacob que “à medida que a navegação fluvial se desenvolvia, a empresa adquiriu rebocadores que vinham da Inglaterra”. Segundo Marc Theophile Jacob, outras empresas possuíam

rebocadores e alvarengas operando no rio Parnaíba

[...] como a dos Nogueira e do Sr. João Luiz, em Floriano, a firma Poncion Rodrigues & Cia. e a filial local da Booth, no transporte de Parnaíba para os portos de embarque marítimo, Veras & Cia., no mesmo tipo de transporte, Moraes & Cia., na navegação fluvial, Delbão Rodrigues e outros (JACOB, 2006, p. 292).

Nesse período, os produtos piauienses eram comercializados em diferentes portos, principalmente, no porto de Tutóia situado em território maranhense, provocando uma dependência comercial com a província vizinha, devido ao aumento considerável do contrabando e pela falta de um porto marítimo próprio. Essa situação se prolongaria durante o período republicano, apesar da barra de Amarração ser frequentado por diversas embarcações provenientes, sobretudo da Europa. Outra iniciativa correlata era a de construir uma ferrovia em solo piauiense que servisse de complemento do transporte das mercadorias produzidas internamente até o porto marítimo. Um complementaria o outro, através de um ciclo onde os navios que chegassem no porto descarregariam as mercadorias diretamente no trem. De trem, seguiriam para as cidades de destino. E os nossos produtos de exportação fariam o percurso inverso, iriam ao porto de trem e daí para os navios.

Depois da Proclamação da República, as ferrovias tornaram-se um dos principais elementos de propostas acerca dos transportes no país quando engenheiros elaboraram projetos detalhados e ambiciosos, visando a “interligação das distantes e isoladas províncias com vistas à constituição de uma nação-estado verdadeiramente unificada” (GALVÃO, 1996, p. 186). Havia a crença de que o crescimento econômico do país era inibido pela falta de um sistema nacional de comunicações e que seria necessário melhorar as condições de transporte para progredir. A presença de transportes adequados promoveria mudanças estruturais na economia brasileira, “ao permitir o povoamento das áreas de baixa densidade demográfica e, sobretudo, por possibilitar a descoberta e o desenvolvimento de novos recursos que jaziam ocultos no vasto e inexplorado interior da nação” (GALVÃO, 1996, p. 186). Nesse sentido, de acordo com Hilma Brandão:

O trem foi representado, no Brasil, como nos demais países, como o grande condutor da civilização e veículo de integração nacional. Por onde passava, o trem trazia consigo a ilusão de que através dele seria possível a todas as classes sociais o acesso a instrução, a anulação de preconceitos e a prosperidade. O trem símbolo do progresso e da civilização molda novos hábitos, entre eles o de medir o tempo pelo relógio, colocado nas estações, que constitui o tempo natural, medido pelo sol e pelo sino (BRANDÃO, 2005, p. 33).

Nesse período, o Piauí enfrentava problemas por falta de um sistema de transporte eficiente da produção, principalmente causada pelas dificuldades técnicas do rio Parnaíba e das péssimas condições de ancoragem das embarcações no porto de Amarração. Diante disso, grande parte da produção piauiense era escoada diretamente nas praças comerciais dos estados vizinhos (Maranhão, Pernambuco e Ceará) que apresentavam condições fáceis de comunicação com o sul do país e países do exterior. Nesse contexto, almejava-se melhorar os transportes no Estado, por meio da construção do porto marítimo em Amarração e do estabelecimento

de linhas ferroviárias, mas, durante os primeiros anos do século XX foram implantado alguns quilômetros de trilhos, enquanto o porto até hoje não foi finalizado.

A primeira locomotiva a percorrer o Piauí, cujo nome era “Piauiense”, deu suas primeiras golfadas de fumaça no ar, no dia 19 de novembro de 1916, com a inauguração do primeiro trecho de ferrovia entre Portinho e Cacimbão e da pedra fundamental da Estação Ferroviária de Parnaíba. Essa inauguração foi comemorada por meio de festividades com a participação da população local e representantes públicos dos municípios vizinhos. Esse acontecimento foi noticiado pela imprensa parnaibana:

O dia 19 amanhecera nublado mais cheio dessa claridade agradável do sol tépido do inverno. Um chuveiro fino, tenuíssimo, caía a intervalos. Grande era o movimento na cidade, sobretudo na Rua Grande e suas imediações.

Parnaíba desde cedo apresentava um ar vivo, acentuado, de festa. Música, ornamentação, flores, fortes tons de alegria em todas as ruas; riso franco e espontâneo aflorando em todas as bocas. É que naquele dia o povo ia ver a quase realização de seus desejos mais ardentes; ia ser lançada a pedra fundamental de nossa estação de caminho de ferro e uma locomotiva a primeira do Piauí, ia correr no trecho único até hoje construído neste Estado.

Às sete horas da manhã começaram a trafegar os trollys da Construção, conduzindo famílias e cavalheiros ao local em que deviam realizar-se as cerimônias do lançamento da pedra e da inauguração da locomotiva Piauiense (ESTRADA DE FERRO, A Semana, 1916, p. 2).

A chegada do trem na cidade de Parnaíba foi algo festivo para seus habitantes, como nos sugere acima a nota publicada no jornal *A Semana*, alguns dias depois da festa de inauguração da pedra fundamental da estação ferroviária da cidade e da passagem da primeira locomotiva piauiense. O trem representava o progresso almejado pelos piauienses representados pela população, autoridades públicas da política e do comércio, que viam nessa máquina a possibilidade de maior facilidade de transporte de passageiros e mercadorias para várias regiões.

Entre os anos de 1900 à 1920, as condições de transporte de mercadorias entre as cidades piauienses eram precárias, muitas vezes realizados por comitivas de animais de carga (cavalos, jegues, burros, etc.) que por trafegarem caminhos difíceis perdiam grande parte da carga, onerando cada vez mais o transporte. Outro elemento de transporte era por via fluvial, através do rio Parnaíba, que funcionou durante muitos anos como principal escoadouro das mercadorias piauienses.

A chegada da locomotiva provocou entre os parnaibanos um sentimento de entusiasmo com o “progresso” da cidade. Em 1916, um cronista evidenciou esse sentimento quando da realização das festas que davam conta da chegada do “novo” melhoramento, pois a “cada uma destas imponentes solenidades, deixou em nossos corações de Piauienses e Patriotas, a verdadeira impressão de uma nova era de progresso e adiantamento para o nosso querido Estado” (ESTRADA DE FERRO, A Semana, 1916, p. 2). Esse progresso pelo qual a cidade de Parnaíba vivenciava pode ser percebido pela presença de inúmeros símbolos da modernidade e, a locomotiva representava um desses elementos dos novos tempos. Essa ideia de progresso atingia as mentes e corações da elite econômica e intelectual de Parnaíba, podendo ser encontrada em poesias publicadas no *Almanaque da Parnaíba*:

## PROGRESSOS

Parnaíba progride!... Acorda o footbal.  
De danças se organiza um clube colossal!  
O cinema atingindo o máximo ideal,  
Um prédio construiu brilhante como um sol!

O Auto ou Caminhão não teme o caracol  
Das ruas da cidade, e corre triunfal.  
Fundou-se um restaurante, correto, especial,  
Onde se vê do Povo, o verdadeiro escol!

Da moda ou “bataclan”, se cuida com desvelo.  
Uma Estrada de Ferro invade o sertão nu  
Ligando o litoral ao centro em um só elo.

Não deixamos, porém, de ser “Jeca tatu”,  
Porque também progride o velho pesadelo  
Do Porto em abandono, e seco o Igarassú!...  
(CASTELO BRANCO, 1927, p. 20)

Conforme soneto acima, o poeta Lívio Castelo Branco<sup>5</sup> destacou os principais progressos pelos quais a cidade de Parnaíba passou nos primeiros anos do século XX representados pela presença do futebol, das danças nos clubes, do cinema, do automóvel ou caminhão, do restaurante e da ferrovia. O cinema, por exemplo, foi um dos elementos símbolo desse progresso no espaço urbano com a exibição de produções hollywoodianas, das chanchadas e de filmes do Cinema Novo. Para Frederico Ozanam, “esse pionerismo cultural da cidade foi possível, em grande parte, pelo próprio desenvolvimento comercial e industrial da cidade nesse período” (LIMA, 2005, p. 12). As primeiras projeções eram realizadas nas ruas da cidade, ganhando aos poucos a confiança daqueles que desejavam montar uma estrutura de cinema. Com a confiança adquirida foram formados vários espaços para exibição dos filmes: Cine Ritz, Cine Guarita, Cine São Sebastião, Cine Gazeta e Cine Teatro Éden. Este último foi inaugurado em 1924, constituindo símbolo de modernidade e progresso ao provocar mudanças significativas nos modos de vestir, falar e comportar-se em público por parcela significativa da população da cidade.

Outro elemento de progresso mencionado por Lívio Castelo Branco foi a ferrovia que alcançou o espaço urbano ao invadir “o sertão nu / Ligando o litoral ao centro em um só elo”, contribuindo para uma maior comunicação entre os povoados que possuíam estações ferroviárias. No entanto, no final do soneto o poeta lamenta a continuação de um “velho pesadelo”: o abandono de uma das maiores aspirações dos parnaibanos, a construção do porto de Amarração. Esse porto marítimo constituía único meio de transporte que permitiria o escoamento rápido e seguro da produção do Estado às praças comerciais dos estados vizinhos e do exterior e, ao mesmo tempo era a justificativa principal para a implantação da ferrovia no Piauí. A ferro-

5. Lívio Castelo Branco (Fazenda Veremos, Barras do Marataoan-PI, 1876 – Parnaíba-PI, 1929). Poeta, cronista e jornalista. Foi, por muitos anos, chefe de contabilidade de um importante firma de Parnaíba – A Casa Inglesa. Jornalista, figurando com suas crônicas e poesias no *Almanaque da Parnaíba*. Escrevia os seus trabalhos com o pseudônimo “João de Matos” ou “Sabino Ferreira”.

via representava, desde as suas origens, um importante elemento de progresso e “instrumento concreto do desenvolvimento do capitalismo, de uma forma de ocupação mais tecnologizada e rápida” que permitiu uma maior aproximação entre regiões longínquas (POSSAS, 2001, p. 46).

Apesar da ferrovia já fazer parte do cenário econômico de Parnaíba desde 1916, houve um intervalo entre seis e dezoito anos para que os trilhos alcançassem as cidades de Amarração (1922), Bom Princípio, Cocal, Piracuruca (1923) e Piripiri (1937), e para que esta fosse continuada era necessário o melhoramento do porto de Amarração que apresentava péssimas condições de ancoragem das embarcações de pequeno e grande calado.

Nesse contexto de transformações significativas no espaço urbano e anseios em prol do desenvolvimento dos transportes e comunicação em Parnaíba, que a ferrovia atingiu suas paragens e com sua composição representou em conjunto com as rodovias um importante transporte para a economia piauiense, pois partia de Parnaíba, estendendo-se, em 1923, as cidades de Cocal e Piracuruca, onde eram embarcadas diversas mercadorias: tucum, mamona, cera de carnaúba, óleo de babaçu e mandioca. Enfim, produtos típicos do Piauí que eram levados, ao longo dos trilhos, até as cidades dotadas de estações ferroviárias, como aquelas cidades e, muitos anos depois, a Piripiri (1937), Campo Maior (1952) e Teresina (1969).

Em Parnaíba, os primeiros trilhos de ferro foram assentados ao longo da Rua Grande, a partir do Porto Salgado e, depois de preparado um pequeno trecho de linha, passaram a ser transportados em troles os que se destinavam à continuação do assentamento. Esse pequeno ramal do porto, que entroncava com a linha principal na esplanada da estação de Parnaíba e se manteve até 1931, tinha por fim facilitar o transporte de toda espécie de material necessário aos trabalhos, não só no início destes como também no futuro.<sup>6</sup>

As estradas de ferro se estenderam por muitos lugarejos e formou povoados ao longo de sua implantação. A ideia que movia seus administradores era que os trilhos atingissem a capital Teresina, na perspectiva de beneficiar o intercâmbio comercial entre a capital e as cidades da região norte do estado (VIEIRA, 2007). A história da implantação dos primeiros trilhos de ferro no Piauí é marcada por muitos entraves, pois os projetos de construção ferroviária piauiense eram esbarrados antes de serem efetivados cujas justificativas apontadas eram: quebra de cláusulas dos contratos celebrados, falta e desvios de verbas, de ação concreta dos administradores públicos e quando existiam recursos outras províncias as adquiriam por luta de suas bancadas parlamentares. Mas, em 1911 por meio de Decreto lei n. 8. 711, de 10 de maio, daquele ano, foi aprovada a construção da primeira estrada de ferro piauiense que ligaria Amarração (Atual Luís Correia) à Campo Maior. A empresa escolhida para os trabalhos ferroviários foi a Companhia *South American Railway* que concluiu somente 23 quilômetros de trilhos, ficando a ferrovia abandonada durante cinco anos.

Depois de várias suspensões e adiamentos, foi somente em 1916 que houve, a entrega do primeiro trecho ferroviário do Piauí, na cidade de Parnaíba. Isso ocorreu, sobretudo, depois de muitas reivindicações por parte das autoridades públicas piauienses e da elite comercial parnaibana. Esse primeiro trecho ferroviário foi denominado de Estrada de Ferro Amarração/Campo Maior e era subordinada a Rede de Viação Cearense. Contudo, entre os anos de 1912 a 1919, quando continuava sob administração da Rede de Viação Cearense, não foi entregue nenhum quilômetro ao tráfego.

6. Segundo documento do Ministério da Viação e Obras Públicas sobre a Estrada de Ferro Central do Piauí encontrado no acervo do Museu do Trem do Piauí (Parnaíba-PI).

Em portaria de 28 de maio de 1920, da Superintendência da Inspetoria Federal das Estradas, ocorre o desligamento da ferrovia piauiense da administração cearense, passando a denominar-se Estrada de Ferro Central do Piauí. Nesse período, os trilhos avançaram, apesar da morosidade, as cidades de Cocal e Piracuruca, cujas estações foram inauguradas respectivamente em 13 de fevereiro de 1923 e 19 de novembro de 1923 incorporadas ao tráfego pelo engenheiro chefe Miguel Furtado Bacelar. A partir daí, o almejado sonho dos piauienses de ver a locomotiva varar o território do Estado, passou a ser realidade, beneficiando alguns municípios da região norte do estado com transporte de mercadorias e passageiros.

A ferrovia fez parte da vida urbana onde crianças brincavam em seus trens e trilhos, mulheres e homens trabalhavam e observavam a chegada e partida da locomotiva e os velhos e os jovens compartilhavam histórias. Enfim, as estações ferroviárias funcionavam como espaço de entretenimento, diversão e trabalho para uma população ansiosa em partir na busca de uma nova vida, visitar amigos e parentes em outras regiões ou apenas percorrer os trilhos observando a paisagem que passava diante de seus olhos.

No espaço ferroviário os trabalhadores tiveram ação decisiva na implantação dos trilhos pelo país, pois de sol a sol com suas ferramentas abriram caminhos, fincaram os dormentes e trilhos, construíram assentamentos, estações e com suas famílias se anexavam em lugares remotos rumo a um destino desconhecido. Esses homens, mulheres e crianças contribuíram para o prolongamento dos trilhos em regiões distantes, para o transporte rápido e seguro da produção econômica e, sobretudo para a formação de povoados e cidades ao longo da ferrovia. Eduardo Campos, em conferência de 1982, afirmava que:

[...] um trem não é simplesmente um trem. É toda a envolvimento de estilos de vida, de sobrevivência, de troca de conhecimentos; estabelecimentos de novos hábitos e costumes. É caldeira, água, e graxa. É apito. É Maria Fumaça; - máquina “diesel”, e elétrica. É abnegação de operários sem identidade exibível, servidores como o que vi, aos meus verdíssimos anos, em Pacatuba, meter-se no ventre ainda ardente de uma caldeira, para lhe reparar os tubos rompidos (CAMPOS, 1982, p. 8).

Entre a população existia também àqueles que tinham medo da locomotiva que soltava no ar faíscas que, muitas vezes, provocavam incêndios nas casas próximas aos trilhos de ferro. Francisco Marques<sup>7</sup> lembra histórias de incêndios que ocorreram em “Bom Princípio, por exemplo, Bom Princípio foi o lugar que mais queimou casas por aqui. Bom Princípio sempre queimava casa, sempre. Era tal que na hora que o trem passava o povo botava água, ficava com a lata d’água” (MARQUES, 2006). Essa narrativa demonstra que os incêndios nas casas de palha eram constantes e provocavam medo nos moradores que moravam às margens da linha ferroviária e para prevenção de possíveis desastres essas famílias aguardavam a chegada da locomotiva em frente as suas casas munidas de baldes d’água.

Os acidentes na ferrovia não diziam respeito somente aos incêndios nas casas de palha situadas às margens da linha ferroviária provocadas pelas faíscas expelidas pela máquina como,

7. Francisco de Sousa Marques nasceu em Cocal-PI, em 14 de agosto de 1930. Foi admitido em 09 de setembro de 1950 na Rede Ferroviária Federal S. A, lotado no Departamento Divisional de Engenharia – MEN-1, da Divisão Operacional São Luís – Sistema Regional Recife, exercendo o cargo de Supervisor especial de linha da Estrada de Ferro Central do Piauí, ficando no exercício deste ofício até 14 de outubro de 1983 quando foi concedida aposentadoria previdenciária especial.

também aos riscos constantes de atropelamentos de crianças que insistiam muitas vezes em brincar à beira ou sobre os trilhos arriscando suas vidas. No jornal *A Semana*, em 1916, o cronista Paulo de Tarso registrava uma denúncia:

O maquinista da locomotiva Piauihyense procurou nesta segunda o sr. Coronel delegado de polícia para pedir-lhe providências no sentido de evitar que os meninos continuem a trepar-se na linha férrea, propositalmente, ao aproximar-se a locomotiva e só de lá saírem no último momento.

Achamos ter toda razão o Sr. maquinista, pois, por qualquer escorrego, pode ser um dos meninos afoitos sair dali já nos últimos momentos.

Temos visto mais de uma vez, grupos deles se assentarem e até mesmo deitarem sobre os trilhos, a charquear e com grande perigo de vida só de lá se retirarem depois da máquina estar muito perto, apesar dos constantes, ininterruptos e repetidos apitos (REGISTRO DA SEMANA, *A Semana*, 1916, p. 2).

Na citação acima, o cronista preocupou-se em registrar o perigo da presença de crianças na linha férrea e os possíveis transtornos causados ao maquinista que acaba por apelar a instância policial “providências no sentido de evitar que os meninos continuem a trepar-se na linha férrea”. Esse apelo de providências a polícia feita pelo maquinista nos sugere uma pouca atuação por parte da própria administração da ferrovia em realizar uma fiscalização adequada da ferrovia, principalmente nas proximidades de cidades e povoados quando da chegada e partida do trem para impedir possíveis acidentes que pudessem vitimar a população.

Ao longo da estrada de ferro Central do Piauí aconteceram vários acidentes: descarrilhamentos, incêndios nas casas de palha próximos aos trilhos, atropelamentos e choques de trens. Em 1935, foi noticiado na imprensa escrita um “desastre de trem”. Diz a nota:

Pelo aéreo de antes de ontem tivemos notícia de um choque de trens entre Parnaíba e Amarração, na parada Catanduvas, no dia 29 do recém findo, por ocasião da festa do Bom Jesus dos Navegantes. O choque se deu por ocasião da volta dos rumeiros para Parnaíba, do qual resultou saírem oito pessoas feridas, algumas com certa gravidade, sendo todos recolhidos à Santa Casa daquela cidade (DESASTRE DE TREM, *O Tempo*, 1935).

O medo da locomotiva também veio acompanhado pela admiração da população do interior pelo novo meio de transporte que aparecia e pela sua velocidade e segurança em se transportar as mercadorias e os passageiros. Nesta notícia, podemos constatar que a ferrovia piauiense funcionava como transporte de passageiros, ao permitir o movimento das pessoas de outros povoados da região norte do Estado até Parnaíba. Para Cecília Nunes, a ferrovia marcou “parte da população do interior piauiense” por significar a chegada do “novo” que “produz imagens que passam a povoar a mente das pessoas de novas idéias e novas ações, de novos costumes e novos valores, revelando, assim, novas relações, símbolos e evidências” (NUNES, 1996, p. 97). Ao seguir os rastros deixados pelos depoimentos realizados em Parnaíba, Nunes percebe que a locomotiva fez parte do cotidiano da população parnaibana marcando-a sensivelmente, pois:

[...] Essas pessoas viam o trem como algo fantástico, maravilhoso, de grande utilidade, pois transportava pessoas, animais, pedras, madeiras, carga de ce-

reais e frutas para outros locais do Piauí e também algo do extrativismo vegetal para fora do Estado através de Parnaíba. Segundo essas pessoas, deveria “está no céu quem criou a locomotiva” (NUNES, 1996, p. 98).

A ferrovia, portanto, marcou época na cidade de Parnaíba e se tornou um importante transporte de mercadorias e passageiros deixando nas pessoas uma reconfortante sensação de, por mais distantes que estivessem, estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas e contemporâneas. A memória ferroviária piauiense se encontra nos lugares onde parte da população conviveu em seu cotidiano com a locomotiva parando nas estações ferroviárias das cidades do interior. Como podemos alcançar essa memória? Através das fontes orais e das crônicas produzidas pelos habitantes das cidades dotadas de trilhos e estações ferroviárias. As crônicas, por exemplo, representam a memória escrita daqueles que escolheram deixar de herança para outras gerações lembranças de seu tempo. Algumas crônicas parnaibanas trazem memórias de “tempos que não voltam mais”, de uma cidade ainda com traços provincianos e que acompanhava lentamente o progresso de outras regiões do país. Na década de 1930, dentre os inúmeros símbolos modernos inseridos no cotidiano da cidade de Parnaíba, o trem marcou significativamente a memória de Goethe:

Para a garotada do meu tempo, dezembro era um mês maravilhoso. Época de férias, os rapazes e moças conterrâneos que estudavam fora de Parnaíba voltavam para a casa. Para cada um que chegara, organizávamos festinhas de boas-vindas. Mas o evento principal, sem dúvida, eram as festas comemorativas do Natal, principalmente do dia 24 de dezembro, que culminavam com a Missa do Galo.

Chegava gente por todos os lados da cidade e de todas as maneiras: de trem, a pé, a cavalo e até de canoa. O centro de convergência dessa multidão que se somava ao povo do lugar, era a Praça Nossa Senhora das Graças, a principal praça de Parnaíba.

O trem, o Maria Fumaça de bitola estreita, que vinha desde o terminal de Piracuruca, apanhava sua lotação total nas estações intermediárias de Freicheiras, Bom Princípio, Cocal e etc., para onde convergiam as inúmeras pessoas que moravam perto dessas estações, em sítios e roçados, e que, juntos, demandavam à Parnaíba (REBELO, [19--], p. 81).

O cronista percebeu a ferrovia, juntamente com outros meios de transporte, como meio que foi capaz de possibilitar a movimentação de “gente por todos os lados da cidade” para acompanhar as festas natalinas. Nesses momentos a cidade se enchia de uma “multidão” proveniente de outras cidades e povoados e “se somava ao povo do lugar” convergindo para o principal espaço festivo de Parnaíba: a Praça Nossa Senhora das Graças. A memória do cronista se apoiou “nas pedras da cidade” e escolheu “lugares privilegiados de onde retirou sua seiva” (BOSI, 2003, p. 200). Esses lugares são os espaços festivos da cidade (as praças, a igreja etc.) onde a população convergia para encontrar parentes e amigos.

Outros memorialistas traduzem em suas crônicas sentimentos saudosistas de um tempo em que o trem acompanhou as vivências de infância, principalmente no período das férias quando os parnaibanos rumavam em direção à Amarração na busca dos banhos de mar ou dos festejos religiosos. Carlos Araken, em tom nostálgico, lembra das “férias de junho em Amarra-

ção”, pois considerava “uma aventura gostosa a viagem de trem Parnaíba/Amarração”:

A “Maria Fumaça” brilhando e fumegante, soltando fagulhas pela chaminé, os vagões que formavam o comboio; primeiro o carro de carga e logo os de 1ª e 2ª classe. Às 17 hs o trem apitava anunciando a partida. Os últimos retardatários, carregados de pacotes de pães e biscoitos, escapando pelos dedos, eram empurrados para o vagão. Todos se acomodavam; muitos sentados, muitos de pé, proseavam sobre os acontecimentos do dia. Com um apito longo o trem deixava para trás a zona urbana, e eu com os olhos compridos, tentava vislumbrar na casa amarela encimada com uma estrela branca (meus avós paternos) algum vulto amigo. Passávamos o São João, agora todos já descontraídos, chegávamos ao Catanduvas. Mais duas paradas Floriópolis e Berlamina, e já divisávamos a velha e fascinante ponte de ferro sobre o rio Portinho. O ranger oco das rodas de ferro sobre os trilhos, a fumaça do trem, a altura da ponte, que se nos afigurava enorme, com o rio caudaloso lá embaixo, as fagulhas entrando pelas janelas, o medo do enxame dos maribondos que podiam atacar, tudo conspirava para aumentar o medo, e dar asas à nossa imaginação infantil. Respiração presa, até o trem chegar novamente em terra firme. Outro apito prolongado e triunfante, passávamos o Cemitério Branco, os primeiros casebres, e logo a estação cheia de gente, principalmente de meninos já com a cor local, para saudar efusivamente os recém-chegados. Todos muitos limpos, e de tamancos, muitos à vontade naquela verdadeira terra prometida. A chegada era uma festa. Todos falavam ao mesmo tempo, davam ordens e faziam perguntas. Trouxe as bolachas? E a carne? Peixe que é bom, hoje não apareceu. Fomos à Atalaia pela manhã, o João se queimou com uma caravela. O banho do trapiche hoje a tarde foi sensacional! (RODRIGUES, [19--], p. 22-23).

Nessa citação, o cronista faz o itinerário de viagem do trem que saía de Parnaíba rumo ao litoral (Amarração), no período de sua infância. Nessa memória, constatamos impressões e sentimentos, principalmente de medo. O medo se fazia presente pelo “ranger oco das rodas de ferro sobre os trilhos”, da fumaça, da “altura da ponte” sobre o rio Portinho, das “fagulhas” que entravam pelas janelas e dos “enxames de maribondos”. Desde quando foi inventado, o trem provocou diversos sentimentos: medo, desconfiança, susto e fascínio – medo da velocidade, susto dos apitos estridentes e do “novo” mecanismo; fascínio pela máquina que soltava fumaça e faíscas no ar. A ferrovia representou para a população piauiense nesse período uma conquista importante para os transportes da produção, pois ainda se utilizavam para transportar as mercadorias o cavalo e o carro de boi. A população do interior passou a conviver em seu cotidiano com homens trabalhando na construção da estrada de ferro e, ao mesmo tempo com a esperança de dias melhores, pois representou:

[...] uma fase de desenvolvimento para o comércio local [parnaibano], e a população sentia-se feliz por ver, também, os produtos da terra, como: algodão, cera de carnaúba, serem levados a outras cidades, realizando assim, um intercâmbio comercial (ARAÚJO, 2002, p. 138).

Durante muitos anos, a ferrovia representou importante modalidade de transporte, principalmente até os três primeiros anos da segunda metade do século XX, quando seu mo-

vimento atingiu cidades como Parnaíba, Cocal, Piripiri, Piracuruca, Campo Maior, Altos e Teresina. No entanto, houve uma demora significativa no andamento da construção de importantes trechos ferroviários entre Teresina e Luís Correia, ocasionando reclamações constantes, principalmente da elite comercial dessas cidades que buscavam nesse transporte a alternativa para facilitar o escoamento rápido e seguro de suas mercadorias. Em Parnaíba, por exemplo, a ferrovia contribuiu para o desenvolvimento comercial da cidade, sendo lembrado por cronistas e representantes da elite comercial como símbolo do progresso dentre outros elementos já existentes.

## Referências

ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **Parnaíba: o espaço e o tempo**. Parnaíba: SIEART, 2002.

AS REFORMAS da cidade. **A Praça**, Parnaíba, ano 1, n. 2, 8 nov. 1927.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 199-211, abr. 2003.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: a Estrada de Ferro Goiás e a cidade de Ipameri (Início do século XX)**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

CAMPOS, Eduardo. **Estrada de Ferro de Baturité: história e ação social**. Fortaleza: [s.n.], 1982.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Motins nos trilhos da seca. **Nossa História**, ano 2, n. 16, p. 46-49, fev. 2005.

CASTELO BRANCO, Livio. Progressos. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, J. B. dos Santos, ano 4, 1927.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

DATA Vênia. **A Praça**, Parnaíba, ano 1, n. 2, 1 nov. 1927.

DESASTRE de trem. **O Tempo**, Teresina, ano 3, n. 507, 3 jul. 1935.

ESTRADA de ferro festa cívica. **A Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 2, 26 nov. 1916.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil – uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 183-2012, jun. 1996.

JACOB, Marc Theophile. A Pequena e Brava Família Jacob. *In*: ARAÚJO, Maria Mafalda Bal-

doíno de, EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Gente de longe: Histórias e memórias**. Teresina: Halley, 2006.

JUÍZO Federal. **O Piauí**, Teresina, ano 39, n. 263, 6 dez. 1930.

LIMA, Frederico Ozanam Amorim. Sobre a tela da ilusão: Fascínio e Impacto do Cinema em Parnaíba. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa., COSTA FILHO, Geraldo Pedro da, SILVA, Sheila Maria Sousa da (org.). **Fragmentos Históricos: Experiências de pesquisa no Piauí**. Parnaíba: Sieart, 2005.

MARQUES, Francisco de Sousa. **Francisco de Sousa Marques: depoimento** [dez. 2006]. Entrevistadora: Lêda Rodrigues Vieira. Cocal (PI), 2006. Entrevista concedida a Lêda Rodrigues Vieira.

MONOGRAFIA n. 24, de Parnaíba. **Diário Oficial**, Teresina, ano 9, n. 82, 11 abr. 1939.

NUNES, Maria Cecília de Almeida. O trem de ferro no imaginário popular piauiense. **Espaço e Tempo**, Teresina, v. 4, p. 96-100, dez. 1996.

PIAUI. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 2 de junho de 1898 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado**. Teresina: Typ do “Piauí”, 1898.

PIAUI. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1899 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado**. Teresina: Typ do “Piauí”, 1899.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista**. Bauru: EDUSC, 2001.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 2006.

REBELO, Goethe Pires de Lima. **Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga**. Rio de Janeiro: Adois, [19--].

REGISTRO da Semana. **A Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 3, 3 dez. 1916.

RODRIGUES, Carlos Araken. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, [19--].

SOUZA, Alberto Magno Pereira de. Porto de Amarração: interligando o escrito e o oral. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa; COSTA FILHO, Geraldo Pedro da; SILVA, Sheila Maria Sousa da (org.). **Fragmentos Históricos: Experiências de pesquisa no Piauí**. Parnaíba: Sieart, 2005.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **O progresso vem de jegue: modernização no Piauí entre ânsia e inércia (o caso de Parnaíba, 1889-1930)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

## **Zoneamento geocológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim, litoral leste do estado do Piauí**

*Roneide dos Santos Sousa*  
*Antônio Jeovah Andrade Meireles*

### **Introdução**

A Geografia tem por objeto de estudo o espaço geográfico que lhe insere no campo de pesquisa na interface das ciências naturais e sociais, aos quais possibilita a realização de estudos ambientais integrados, de maneira a dar suporte técnico e científico para a elaboração de estudos como o zoneamento ambiental. As pesquisas que visam entender de forma integrada as relações sociedade e natureza crescem à medida que surgem problemas ambientais, cada vez mais complexos, oriundos de ações humanas que deixam de considerar as potencialidades e limitações dos elementos das paisagens, o que afeta diretamente no estado de equilíbrio e na capacidade de suporte dos sistemas ambientais.

As planícies litorâneas se caracterizam por serem ambientes de alta fragilidade e de dinâmicas naturais próprias, devido estarem em área de transição entre a atmosfera, o continente e o oceano. Essa dinâmica é intensificada pela interferência antrópica, o que gera mudanças significativas na estrutura da paisagem.

A zona costeira piauiense é formada por uma extensão linear de aproximadamente 66 km, considerada a menor do Brasil em área territorial (IBGE, 2010). A mesma está inserida nas coordenadas geográficas de 02° 42' 35" e 03° 05' 02" de latitude sul e de 41° 14' 53" e 41° 52' 46" de longitude oeste, que corresponde, de Leste-Oeste, aos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, estes que contam juntos cerca de 201.051 habitantes conforme estimativa do IBGE (2020). Destaca-se com maior adensamento populacional a cidade de Parnaíba com um total de 153.482 habitantes (IBGE, 2020).

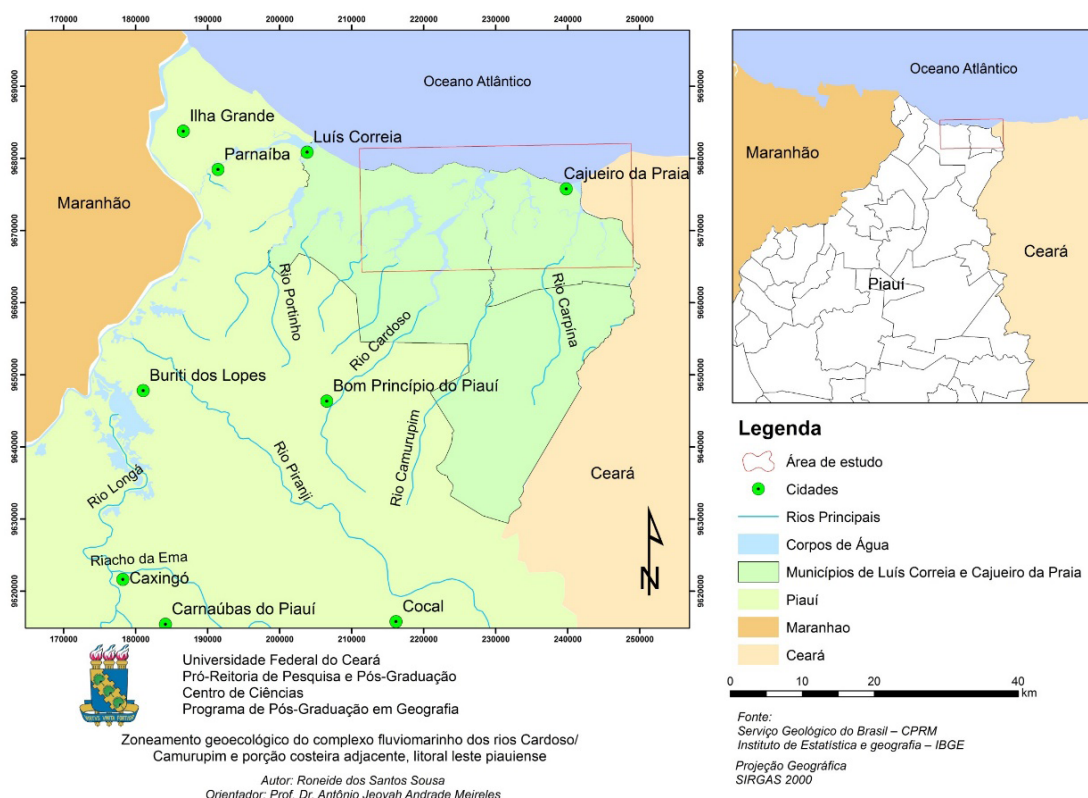
A planície costeira piauiense apresenta uma diversidade paisagística formada por praias, planícies fluviomarinhas, planícies fluviolacustres, dunas (fixas, semifixas, móveis e paleodunas), extensas planícies de deflação eólica entre outras unidades, submetidas a intervenções humanas (SOUSA, 2015).

As modificações na paisagem costeira pelas interferências humanas ou mesmo naturais causam alterações em suas funções ambientais como: produção, regulação, transporte e acumulação de matéria e energia. Dessa forma, deve-se buscar o estudo das zonas costeiras

de maneira integrada, compreendendo os elementos que a forma a partir das características estruturais, funcionais, dinâmica-evolutiva e histórica antropogênica, preconizada pela Geoecologia das Paisagens.

A área de estudo escolhida para a pesquisa abrange o setor costeiro da planície fluvio-marinho dos rios Cardoso/Camurupim, onde predominam processos naturais de acumulação marinha e fluvial. Dessa forma, o recorte espacial (figura 1) representa parte do município de Luís Correia e do município de Cajueiro da Praia, aqui denominado de complexo flúviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim, nos quais abrangem, também, os sistemas fluviolacustres e campos dunares, presentes nas adjacências da área.

Figura 1 – Delimitação da área de estudo



Fonte: Sousa (2019)

A partir das características naturais, humanas e os conflitos existentes na área de estudo, torna-se importante entender a Geoecologia das Paisagens nesses ambientes, de modo a espacializar zonas ambientais inerentes as suas potencialidades, limitações e formas de uso. A pesquisa teve por objetivo realizar o zoneamento geológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste do Piauí. Para tanto, foram utilizadas as bases teóricas e metodológicas da Geoecologia das Paisagens. Vale ressaltar que a pesquisa se trata de parte da tese de doutorado intitulada “Zoneamento geológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste piauiense”.

O estudo leva em consideração a abordagem teórica-metodológica da Geoecologia das Paisagens proposta por Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2002; 2013) para análise integrada do

complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste piauiense. A Geoecologia da Paisagem foi escolhida como ferramenta de investigação e análise das propriedades paisagísticas, pois propicia de forma sistêmica a articulação entre as atividades humanas e a paisagem costeira em análise.

Seguiu a estrutura metodológica que configura as principais etapas proposta pelo método da abordagem geoecológica, através das fases de organização do projeto, inventário dos componentes naturais e inventário dos componentes antrópicos, fase de análise desenvolvida a partir da integração dos componentes descritos na fase anterior, fase de diagnóstico e a fase propositiva, desta será considerado apenas às cinco primeiras fases, das seis (excluindo-se a executiva), delineadas por Rodrigues, Silva e Cavalcanti (2013).

A fase de Organização trata-se da primeira etapa da pesquisa, pois visa definir os objetivos do estudo, definir a área de análise, bem como a escala de trabalho. Nessa etapa, também, é realizada a justificativa de sua execução e adequação das atividades ao cronograma de trabalho; A próxima fase trata-se do Inventário, nela permite entender a organização espacial e funcional de cada sistema. É realizada a cartografia das unidades Geoambientais, sendo estas últimas à base operacional para as demais fases do estudo. São obtidas através do inventário dos componentes antrópicos (uso e ocupação da terra) e dos componentes naturais (caracterização geoecológica). Os dados obtidos nesta fase, associados aos trabalhos de campo, são fundamentais para a compreensão da realidade local e para a identificação da problemática ambiental.

Já a fase de Análise, realiza-se o tratamento dos dados obtidos na fase de inventário, pela integração dos componentes naturais e dos componentes humanos, definindo as principais unidades geoecológicas da área de estudo, caracterização da estrutura e funcionamento das paisagens. A fase de Diagnóstico é a etapa onde é realizada a síntese dos resultados dos estudos, que possibilita a caracterização dos problemas ambientais e o estado ambiental. Por fim, a fase das Proposições considera o desenho de um modelo de zoneamento geoecológico/funcional, apresentado neste artigo.

As técnicas utilizadas na operacionalização do trabalho são as ferramentas do Sistema de Informações Geográficas –SIG (CÂMARA; DAVIS, 2001), além da utilização de técnicas de Sensoriamento Remoto, ambas permitem uma visão ampla da área de estudo, bem como contribuem para a elaboração dos materiais cartográficos. Os procedimentos metodológicos são resultados de uma investigação sistemática e da coleta e interpretação de uma série de materiais bibliográficos e cartográficos, além de trabalhos de campo que visam atingir os objetivos inicialmente propostos.

### **Zoneamento ambiental e funcional como instrumento de ordenamento territorial**

Para Zacharias (2010) o zoneamento trata-se de uma técnica, está caracterizada pelo ordenamento em áreas homogêneas, das zonas com destaque para suas potencialidades e vocações sócios naturais. Essa potencialidade é determinada pela integração dos componentes ambientais, a partir da visão sistêmica dos elementos naturais, físicos e sociais.

Segundo Santos (2004) o zoneamento é a compartimentação de uma região em porções territoriais, ou seja, uma “área homogênea” delimitada no espaço, com estrutura e funcionamento uniforme. Para Zacharias (2010) zoneamento ambiental é uma das etapas do planejamento, a mesma trata-se de uma técnica, com estratégias metodológicas, que define espaços

segundo critérios de agrupamentos preestabelecidos, nos quais expressam potencialidades, vocações, restrições, fragilidades, sustentabilidades, acertos e conflitos de um território.

De acordo com Souza e Oliveira (2011) o zoneamento define setores ou zonas proporcionando meios para a conservação da natureza para que a sustentabilidade dos recursos naturais possa ser alcançada. Para Souza e Oliveira (2011, p.43)

O zoneamento ambiental apresenta-se como instrumento de planejamento que coleta, organiza dados e informações sobre o território, propondo alternativas de uso para os sistemas ambientais de acordo com sua capacidade de suporte e conforme suas tendências vocacionais.

Ainda segundo os autores, essa análise deve ser pautada na interdisciplinaridade, nos quais permite a integração sistêmica do conhecimento e uma melhor análise do espaço geográfico. Segundo Silva e Rodriguez (2014, p. 8) “[...] o zoneamento ambiental consiste em uma das bases essenciais para se estabelecerem as estratégias de planejamento de um território. Ele estabelece os limites espaciais, nos quais se instituirão as ações de gerenciamento, por um zoneamento funcional”.

O zoneamento funcional, segundo os autores, “[...] estabelecerá as zonas sobre a qual se vincularão as políticas públicas e ações de gestão do território, devendo ter um caráter administrativo institucional e uma participação intrínseca da coletividade presente no território” (SILVA; RODRIGUEZ, 2014, p. 8). Os sistemas ambientais são à base do zoneamento, onde deve considerá-lo a partir dos arranjos espaciais, oriundos da integração dos elementos Geoambientais, geologia, geomorfologia, solos, cobertura vegetal e a hidrografia (SOUZA; OLIVEIRA, 2011). Dessa forma, as análises setoriais são importantes quando conduzidas para a integração dos dados e a interdisciplinaridade.

O planejamento e o zoneamento ambiental, segundo Zacharias (2010) são indissociáveis, onde o segundo garante o ideário do que propõe o primeiro. Para a autora enquanto o planejamento ambiental tem um enfoque essencialmente ligado à conservação dos elementos naturais e a qualidade de vida do homem, o zoneamento, por outro lado, é usado como instrumento legal para implementar normas de uso e ocupação do território, segundo suas características ambientais.

Segundo Silva *et al.* (2015) o planejamento busca tomadas de decisões a partir das ações aplicadas em um território, no que tange os aspectos físicos-naturais, assentamentos humanos e organizações socioeconômicas e culturais. Ainda segundo os autores, trata-se do processo de coleta e análise de informações quanto aos problemas, limitações e potencialidades dos sistemas ambientais e culturais de um território.

Para promover o zoneamento o planejador deve reconhecer a organização e dinâmica do espaço em sua totalidade (ZACHARIAS, 2010). Dessa forma, para cada zona deve-se atribuir normas específicas dirigidas para a conservação do meio. A contribuição da geografia no processo de zoneamento é definir as atividades que podem ser desenvolvidas em cada zona, de modo a orientar as formas de uso e ocupação da terra.

Para Santos (2004, p. 133)

Zoneamento é antes de tudo um trabalho interdisciplinar predominantemente qualitativo, mas que lança mão do uso de análise quantitativa, em

enfoques analítico e sistêmico. O enfoque analítico refere-se aos critérios adotados a partir do inventário dos principais temas, enquanto o enfoque sistêmico refere-se a estrutura proposta para a integração dos temas e aplicação dos critérios, resultando em síntese dos conjuntos das informações.

Quanto ao ponto de vista metodológico Santos (2004) considera as principais categorias de zoneamento, o ecológico, agro pedoclimático, o de localização de empreendimentos, os de unidade de conservação, os ecológicos-econômicos, e os zoneamentos ambientais (quadro 1).

Diversos trabalhos foram desenvolvidos, de modo a aplicar metodologias que visam o zoneamento ambiental/funcional, sejam em área municipal (SANTOS, 2004; ZACHARIAS 2010), costeiras (MEIRELES, 2010; AMORIM, 2011; VIDAL, 2014), em áreas de bacias hidrográficas (FARIAS, 2015).

Quadro 1 – Tipos de Zoneamento do espaço geográfico

| <b>Tipo de Zoneamento</b>                                            | <b>Características</b>                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Zoneamento ecológico</b>                                          | Desenvolvido com base no conceito de unidades homogêneas da paisagem.                                                                                                                    |
| <b>Zoneamento agropedoclimático</b>                                  | Utiliza a abordagem integrada entre as variáveis climáticas, pedológicas e de manutenção da biodiversidade e o agroecológico.                                                            |
| <b>Zoneamento de localização de empreendimentos</b>                  | Define as zonas de acordo com a viabilidade técnica, econômica e ambiental de obras civis.                                                                                               |
| <b>Unidades de Conservação (Lei nº9.9985 de 18 de julho de 2000)</b> | Define as unidades ambientais em relação aos atributos físicos e da biodiversidade, sempre com vistas a preservação ou conservação ambiental.                                            |
| <b>Zoneamento ecológico-econômico</b>                                | Adotado pelo governo brasileiro como instrumento de planejamento. Possui visão sistêmica que permite relacionar os subsistemas físicos, biótico, social e econômico.                     |
| <b>Zoneamento Ambiental (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981)</b>   | Prevê a preservação, reabilitação e recuperação da qualidade ambiental. Trabalha com indicadores ambientais, que destacam suas potencialidades, fragilidades e vocações do meio natural. |

Fonte: Adaptado de Santos (2004)

Silva *et al.* (2015), definem algumas principais unidades para o zoneamento ambiental/geoecológico a citar: Zonas de Preservação Ambiental (ZPA), Zona de Conservação Ambiental (ZCA), Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) e a Zona Diferenciadas de Uso e Ocupação (ZUD). As características de cada uma das zonas podem ser vistas no quadro 2.

Quadro 2 – Zonas Ambientais e suas características

| <b>Zona Ambientais</b>                | <b>Características</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Zona de Preservação</b>            | Deve-se utilizar o estabelecido pela legislação pertinente, delimitando-se, a faixa de praia; o trecho de pós-praia susceptíveis a ação das marés mais altas; os manguezais e ambientes estuarinos; os cursos d'água em geral as fontes hídricas e as dunas fixas. Acerca do campo de dunas, sugere-se áreas a serem escolhidas onde se possa inserir feições paisagísticas de dunas móveis, fixas, Eolianitos (dunas reliquiais) e depressões interlunares. |
| <b>Área de Proteção Permanente</b>    | Ao nível federal deve ser efetivado pelo IBAMA, com apoio de órgãos federais, como o IBGE e outros órgãos estaduais. Todas as informações sobre as áreas de proteção devem ser atualizadas em campo.                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Zonas de Conservação Ambiental</b> | Incluem os geocossistemas de entorno as áreas de preservação, que devem ser utilizadas de forma racional, a fim de proteger os ambientes preservados. Planícies fluviais e superfícies de tabuleiro litorâneo com vegetação devem ser aproveitados por atividades agropecuárias, e principalmente o extrativismo vegetal em que se apliquem técnicas conservacionistas.                                                                                      |
| <b>Zona de Recuperação Ambiental</b>  | Considera-se os ambientes de manguezal, os campos de dunas e falésias, que estejam degradadas e que potencialmente possam ser recuperados, através da reintrodução de seus elementos geocológicos originais. A escala apropriada deve ser 1:100.000 para melhor orientar as atividades.                                                                                                                                                                      |
| <b>Zona de Uso e Ocupação</b>         | As formas de aproveitamento dos recursos naturais ocorrerão diferencialmente, conforme os setores produtivos e da população local de cada trecho litorâneo. Torna-se necessário o estabelecimento de áreas de expansão para ocupação residencial, produção agropecuária, atividades portuárias e industriais, além de equipamentos para o turismo. Requer estudos detalhados.                                                                                |

Fonte: Adaptado de Silva et. al (2015)

De acordo com Silva *et al.* (2015), através do monitoramento da qualidade ambiental ao longo do litoral, pode-se identificar os principais problemas ambientais, procurando alternativas de minimizar as tensões.

O mapeamento do zoneamento ambiental de Meireles (2010), aplicando a planície costeira de Icapuí, partiu da integração do diagnóstico ambiental. Teve como objetivo evidenciar a integração entre todos os componentes da paisagem litorânea e as diversas formas de interferência humana, de modo a orientar o gerenciamento da planície costeira, esta sendo delimitada zonas quatro zonas: Zona de Conservação Ambiental (ZCA); Zona de Preservação Permanente (ZPP), Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) e Zona de expansão urbana (ZEU).

No estudo de Vidal (2014) a autora estabeleceu o zoneamento para a APA do rio Curu, nos quais delimitou três zonas ambientais/funcionais, a citar a Zona de proteção máxima, áreas de usos disciplinados e zona de recuperação, associado aos tipos funcionais de área de estabilização natural, área para uso turístico, residencial e área para usos agropecuário e aquícola.

Já Farias (2015), para a bacia hidrográfica do rio Palmeiras, definiu quatro zonas ambientais/funcionais, as zonas propostas são: Zona de Preservação Permanente; zona de conservação ambiental, zona de recuperação ambiental e de uso disciplinado. Quanto aos tipos funcionais de área de estabilização natural, área para uso turístico, resgate da estabilização natural, residencial e área para uso agropecuário e aquícola.

Em relação aos tipos funcionais refere-se a determinar os usos compatíveis com a paisagem, onde irá determinar que categoria de uso e a capacidade de suporte associada que garanta a sustentabilidade das unidades geocológicas. Vidal (2014) citando Antipov (2006),

cita quatro tipos funcionais que irão ser atribuídos as zonas ambientais, a citar às áreas de estabilização natural, uso turístico e agropecuário residencial planejado e aquícola controlado e Resgate da estabilização natural.

As áreas de estabilização natural caracterizam-se por sua importância na manutenção do equilíbrio do sistema. Nesse tipo funcional estão incluídas as unidades geoecológicas das formações de eolianitos, dos recifes de arenito, dunas móveis, dunas fixas com vegetação arbóreo/arbustiva, falésias, a planície fluviomarinha, dunas fixas com ocupação, planície de deflação eólica, terraço marinho e as lagoas costeiras. Seu uso deve ser limitado, de modo a preservar essas áreas, com um regime de uso e proteção, considerada áreas de alta prioridade para regulação do sistema costeiro.

O Uso turístico, agropecuário, residencial planejado e aquícola controlado trata-se das unidades geoecológicas de praia e pós-praia ocupadas (praia do Coqueiro, Macapá, Barra Grande e Cajueiro da Praia, como as praias com maior intensidade de ocupação urbana), dunas fixas com ocupação, planície fluvial e terraço fluvial com pastagem, aquícultura, tabuleiro com ocupação agropecuária, planície de deflação eólica com ocupação. Essas unidades ambientais irão versar com regimes de uso de potencial turístico, residencial e o desenvolvimento de atividades agropecuárias e aquícola de maneira controlada.

Por fim, tem-se o tipo funcional de resgate da estabilização natural onde estão incluídas as dunas móveis fragmentadas e/ou ocupadas, área de manguezais desmatados e as áreas ocupadas por fazenda de carcinicultura, além de áreas de tabuleiros com exploração intensa de minerais para construção civil que deixam cicatrizes e degradação na paisagem.

Quanto a delimitação das zonas geoecológicas/funcionais a proposta visa alcançar o efetivo manejo da área do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim. O mesmo foi estabelecido por regimes de uso no intuito de preservar ambientes frágeis às atividades humanas.

Nesse sentido, a cada zona atribui-se um conjunto de normas específicas, dirigidas para o desenvolvimento de atividades e para conservação do meio, assim orientar a forma de uso e ocupação eliminando conflitos entre tipos incompatíveis de atividades, principalmente em áreas de matas ciliares, manguezais, apicuns, salgados, lagoas, etc.

Contudo, a abordagem teórica-metodológica da Geoecologia das Paisagens foi utilizada como fonte teórico-metodológico, onde se tem no zoneamento o produto da fase de proposições do esboço metodológico, que estabelece um painel do modelo funcional e ambiental para uma determinada área.

### **Zoneamento Geoecológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente**

A proposta de zoneamento geoecológico foi elaborada considerando as unidades geoecológicas presentes na área de estudo e a dinâmica da paisagem associada às intervenções antrópicas, o que propiciou o agrupamento das mesmas em zonas, com o objetivo de subsidiar o planejamento ambiental do complexo fluviomarinho. Dessa forma, esta proposta resulta da interrelação das fases preconizadas pela Geoecologia das Paisagens de organização e inventário, análise e diagnóstico, sendo essa etapa caracterizada como um dos produtos da fase propositiva.

As zonas (regime de uso) delimitadas para a área em estudo foram: Zona de Preservação

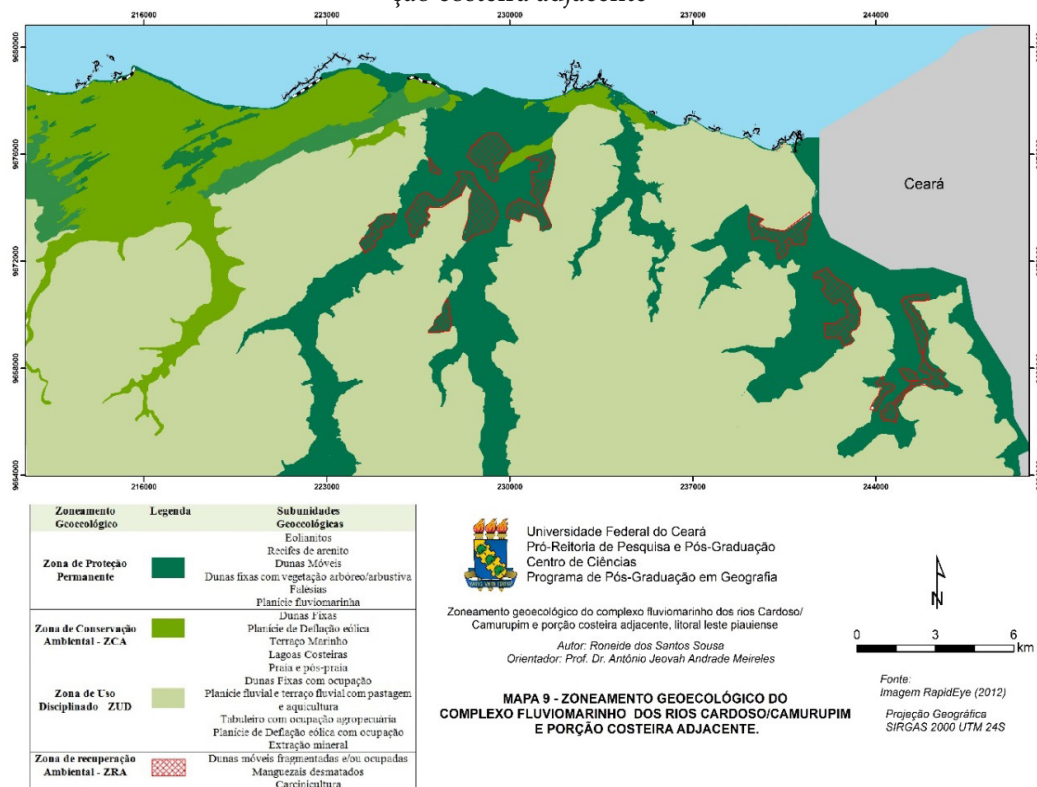
Permanente, Zona de Conservação Ambiental, Zona de Recuperação ambiental e Zona de Uso disciplinado, caracterizados e espacializados no quadro 3 e figura 2.

Quadro 3 – Zonas geoecológicas/funcional das unidades de paisagem

| <b>Zoneamento Geoecológico</b>             | <b>Tipos Funcionais</b>                                                  | <b>Unidades/Subunidades Geoecológicas</b>                                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Zona de Proteção Permanente - ZPP</b>   | Área de estabilização natural                                            | Eolianitos<br>Recifes de arenito<br>Praia e pós-praia sem ocupação<br>Dunas Móveis<br>Dunas fixas com vegetação arbóreo/arbustiva<br>Falésias<br>Planície fluviomarinha<br>Planície Fluvial                     |
| <b>Zona de Conservação Ambiental - ZCA</b> |                                                                          | Dunas Fixas com ocupação<br>Planície de Deflação eólica<br>Terraço Marinho<br>Lagoas Costeiras                                                                                                                  |
| <b>Zona de Uso Disciplinado - ZUD</b>      | Uso turístico, agropecuário, residencial planejado e aquícola controlado | Praia e pós-praia com ocupação<br>Dunas Fixas com ocupação<br>Planície fluvial e terraço fluvial com pastagem e aquíicultura<br>Tabuleiro com ocupação agropecuária<br>Planície de Deflação eólica com ocupação |
| <b>Zona de recuperação Ambiental - ZRA</b> | Resgate da estabilização natural                                         | Dunas móveis fragmentadas e/ou ocupadas<br>Manguezais desmatados<br>Planície fluviomarinha (carcinicultura e apicum)<br>Planície fluvial degradada                                                              |

Fonte: Sousa (2019)

Figura 2 – Zoneamento geocológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/camurupim e porção costeira adjacente



Fonte: Sousa (2019)

## Zona de preservação permanente (ZPP)

A Zona de preservação Permanente (ZPP) corresponde a zona de preservação de áreas importantes para a conservação paisagística, devem englobar áreas de alta a muito alta vulnerabilidade ambiental, as quais possuem ambientes de ecodinâmica instável. Áreas estas onde as atividades antrópicas provocam efeitos significativos no equilíbrio do sistema.

Dessa forma, essa zona deve preservar o ambiente natural, bem como ampliar pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades ligadas a educação ambiental. A mesma possui, ainda, alto valor natural, indispensável a troca de fluxos de matéria e energia.

Segundo Meireles (2012) legalmente a ZPP possuem as mais rígidas normas de preservação ambiental, trata-se de espaços territoriais com funções ambientais essenciais para a produção primária existente nos ecossistemas costeiros. A Zona de Preservação Ambiental Permanente inclui às áreas protegidas pelo Código Florestal, conforme a Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece as normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e Reserva Legal e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), onde as ações que provoquem prejuízos a dinâmica dessas áreas é considerado crime ambiental (BRASIL, 2012).

No Art. 3 desta Lei, entende-se como Área de Preservação Permanente – APP a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, bem como facilitar o

fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Essa zona contempla as unidades geoecológicas da planície fluviomarinha (manguezais, apicuns, salgados), ambientes estuarinos, os cursos d'água superficial, as planícies fluviais, os campos de dunas móveis e fixos com vegetação arbórea e arbustiva, eolianitos, recifes de arenito e falésias. Segundo o tipo funcional as unidades inseridas nessa zona foram caracterizadas como de estabilização natural, pelo papel de manutenção do equilíbrio e dinâmica dos sistemas ambientais.

A delimitação desta zona tem o objetivo de proteger esses espaços, cujo seu uso pela sociedade depende de um controle rigoroso dos sistemas ambientais envolvidos. Deve ser considerado o seu valor estratégico e quanto ao uso da terra a utilização desses ambientes em geral deve ser proibida, com exceção de casos nos quais sejam de utilidade pública, interesses sociais ou atividades de baixos impactos ambientais.

Essa zona representa as áreas com maior grau de preservação, devendo funcionar como ambientes de matriz de repovoamento (CAVALCANTI, 2000). São áreas nos quais os recursos devem ser preservados, estudados a fins de pesquisa, onde não seja permitida alterações que venham causar prejuízos a sua dinâmica natural. Deve-se maximizar o sistema de fiscalização, já existente, contando com o apoio da comunidade, recursos dos municípios, órgãos responsáveis.

Deve-se, também, evitar o desenvolvimento de núcleos residenciais, além dos já existentes, evitando a expansão urbana para essas áreas, bem como o lançamento de efluentes e resíduos sólidos. Dessa forma, irá garantir o valor paisagístico da área, como 'habitat' de diversas espécies marinhas e recursos pesqueiros para as comunidades tradicionais.

Os principais conflitos de uso desta zona destacam-se a supressão da mata ciliar, deposição de resíduos sólidos, erosão dos solos, retirada de material geológico (areia e argila), desmatamento de vegetação arbórea, aumento das atividades de carcinicultura, desmatamento de manguezal, desmonte de dunas, impermeabilização do solo e a ocupação inadequada e desordenada e sem equipamentos básicos de saneamento.

A curto e médio prazo deve-se coibir algumas atividades nessa zona, como pastagem de gado, que se alimentam da vegetação psamófila, retirando a cobertura vegetal que recobre a zona de pós-praia. Essa cobertura vegetal é importante para fixação de dunas. Em toda a zona é necessário reorientar o acesso ao tráfego de veículos, principalmente nas praias sem muita ocupação (praia do arrombado) cujo há desova da tartaruga marinha que fica comprometida, além das áreas críticas para a conservação do peixe-boi (estuarinas) e das aves migratórias.

Vale ressaltar que nessa zona, mais especificamente no estuário dos rios Cardoso/Camurupim em Barra Grande, ocorre o passeio ecológico de observação do Cavalo Marinho, realizado pela associação formada por moradores do povoado de Barra Grande, Cajueiro da Praia, que oferece o transporte dos passageiros através de charrete de tração animal. Indica-se o estímulo ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental para o fortalecimento do conhecimento dos recursos naturais presentes no Estado, bem como a importância de se garantir a conservação pelos turistas e população local. As atividades tradicionais devem ocorrer de forma sustentável, como a captura de peixes, crustáceos e instalação de barracas de praias.

## **Zona de Conservação Ambiental (ZCA)**

Essa zona inclui os Geossistemas de entorno às áreas de preservação permanente, que devem ser utilizadas de forma racional, de modo a não implicar em impactos nos ambientes preservados. Destaca-se que deve ser desenvolvidas ações para mitigar os impactos ambientais encontrados.

Segundo Vidal (2014) a conservação ambiental trata-se de um conjunto de medidas técnicas e científicas que visam conter as degradações sobre o meio, permitindo a sua exploração socioeconômica de forma racionalizada. São áreas que possui capacidade para o desenvolvimento de atividades, porém as mesmas devem ser controladas e planejadas, a fim evitar danos ambientais.

Nessa zona insere-se o tipo funcional indicado para área de estabilização natural com uso controlado das atividades impostas nas unidades. Destaca-se nesse setor Dunas Fixas com ocupação, Planície de Deflação eólica, Terraço Marinho e as Lagoas Costeiras. É recomendado que não seja permitida a retirada de madeira ou de lenha da vegetação dessas áreas, por outro lado, seria permitido o aproveitamento de outros recursos vegetais como frutos silvestres.

## **Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)**

Essa zona compreende as unidades geoecológicas que tiveram suas condições naturais modificadas pelas atividades humanas. Nela encontram-se as unidades ambientais estando em estado crítico e regular, onde apresenta um tipo funcional voltado ao resgate da estabilização natural. Nessa zona foram agrupadas as unidades, planície fluviomarinha, nas áreas correspondentes as salinas e tanques de carcinicultura, bem como áreas desmatadas e que apresentam solo exposto.

Nessa zona o setor da planície fluviomarinha é o que mais sofre alteração da paisagem natural e consequentemente alterações em seu equilíbrio. Em alguns setores a vegetação de mangue está degradada, com a presença das fazendas de camarão e em outros pontos de lixo urbano e esgoto doméstico, o que pode levar a extinção de importantes espécies vegetais, animais, a interceptação e captação de água nos canais fluviais, alterando de maneira significativa os fluxos de matéria e energia dos estuários.

A incompatibilidade das atividades exercidas com as potencialidades dos ambientes ocasionou impactos ambientais diferenciados nesses setores, necessário um intervalo de uso e a readequação das mesmas com a capacidade de suporte dos sistemas naturais.

Nessa zona encontra-se, também, nos tabuleiros costeiros áreas degradadas pela exploração mineral, em alguns setores essa atividade provoca a exposição do solo provocando a erosão e formação de voçorocas. Além da prática frequente de atividade de agropecuária. Contudo, orientam-se ações que deva ser aplicada com vistas ao resgate da estabilização natural desses setores e que as atividades desenvolvidas considerem os preceitos da sustentabilidade.

## **Zona de Uso Disciplinado (ZUD)**

Esta zona corresponde a áreas que permitem o uso turístico e residencial planejado, onde as atividades humanas possam ser desenvolvidas com baixo impacto para a área. Nessa

zona foram agrupadas as unidades demarcadas próximas a sedes municipais, que permitem o crescimento desse núcleo, com um acompanhamento que vise uma melhor ocupação desses espaços. Integra, também, as áreas de praias e pós praia, voltados as práticas turísticas. Vale lembrar que nesse ambiente são locais de desova da tartaruga marinha, o que devem ter maiores fiscalizações quanto a utilização de veículos nas praias.

Nessa zona pode ser permitida a exploração racional de alguns recursos vegetais, desde que essa exploração não supere a potencialidade de regeneração natural dos elementos da paisagem. A planície fluvial e o tabuleiro litorâneo com vegetação deve ser utilizado para atividades agropecuárias e principalmente pelo extrativismo vegetal, através do uso de técnicas conservacionistas.

Além das ações destacadas deve ser considerada as propostas gerais de planejamento ambiental nos quais considerem a legislação municipal e estadual. O controle do uso e ocupação otimiza a qualidade dos recursos naturais, preservando o equilíbrio dos ambientes. A definição de áreas de uso e ocupação requer estudos mais detalhados no que concerne a instalação de infraestrutura artificiais e a previsão dos prováveis impactos socioambientais a serem provocados pelas atividades produtivas.

É de competência do Governo estadual a tarefa de realizar a definição de áreas de uso e ocupação do litoral, determinando as potencialidades e limitações do mesmo, no sentido de mitigar impactos e que as atividades futuramente não venham causar prejuízos a qualidade paisagística e ambiental das zonas de proteção, conservação e recuperação.

Os objetivos do zoneamento geológico proposto se concretizam na determinação dos usos funcionais e nas zonas de proteção espacializadas, além das principais unidades geológicas associadas na figura 2, onde para cada subunidade geológica espera-se ações de controle de uso e ocupação, de modo a evitar impactos maiores no futuro na figura 3 tem-se imagens representativas de alguns setores presentes na área.

Figura 3 – Imagens representativas das zonas geológicas na área de estudo

| Zona de Proteção Permanente                                                                                                           | Zona de Conservação Ambiental                                                                                             | Zona de Recuperação Ambiental                                                                                        | Zona de Uso Disciplinado                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>Planície Fluviomarinha com vegetação de mangue | <br>Lagoa do Sobradinho – Luís Correia | <br>Área de apicum               | <br>Praia do Coqueiro – Luís Correia                                    |
| <br>Eolianitos em Itaqui – Luís Correia            | <br>Dunas fixas vegetadas              | <br>Extração Mineral - Tabuleiro | <br>Resort sendo construído na localidade Barrinha em Cajueiro da Praia |

Fonte: Sousa (2019)

## Considerações finais

Os resultados apresentados são parte dos resultados da pesquisa citada anteriormente para a zona costeira piauiense, onde se buscou a partir do entendimento dos enfoques da paisagem (estrutural, funcional, dinâmica-evolutiva e cultural-antrópica), alicerçada na Geoecologia das Paisagens, estabelecer zonas funcionais/geoecológicas necessárias para a compreensão da estrutura natural e dinâmicas associadas, bem como as intervenções geradas a partir do uso e ocupação.

Acerca das unidades funcionais, as paisagens da área de estudo compõem um complexo processo de inter-relação, constituída principalmente por sedimentos arenosos, transportados no sistema oceano-rio-continente. Essa dinâmica permite alterações quanto a linha de costa e o desenvolvimento de flechas de areias e formação de bancos de areias e processos erosivos e de acumulação de sedimentos, os estuários ambientes dotados de alta dinâmica e vulnerabilidade.

Os principais resultados do diagnóstico referente aos problemas ambientais são de ordem natural e antrópicos. Os de ordem natural são os processos erosivos (edáfico, hídrico, de encosta das margens) de salinização, assoreamento, deriva litorânea (avanço e recuo do mar), ação eólica (avanço de dunas móveis); os antrópicos são indicados por queimadas, desmatamento, lançamento de efluentes, resíduos sólidos, prática agrícolas inadequadas, atividades de aquicultura em áreas inadequadas, atividade de carcinicultura e extração mineral.

Atividades econômicas principalmente a criação de gado e cultivo de camarão são as principais ações que vem alterando os sistemas ambientais da área de forma insustentável. Foi verificado um aumento considerado das fazendas de camarão nas áreas da planície fluvio-marinho, com a determinação de impactos ambientais que pode se agravar a médio e longo prazo, necessitando de um maior controle quanto esse crescimento e os problemas ambientais associados à mesma.

Fica evidente a existência de um mosaico de paisagens no complexo fluvio-marinho dos rios Cardoso/Camurupim, cada uma com suas individualidades na estrutura geoecológica, contudo necessita de ser considerando conforme as ações antropogênicas, de modo a manter o equilíbrio do sistema e racionalização sustentável dos recursos naturais.

Com o objetivo de pensar em um ambiente com maior equilíbrio e uso racional dos sistemas ambientais, delimitou-se para essa área quatro zonas geoecológicas/funcionais, onde buscou-se enfatizar a importância de cada uma das unidades que formam a área de estudo.

Foram delimitadas as áreas de Zona de Proteção Permanente – ZPP (Eolianitos, Recifes de arenito, Dunas Móveis, Dunas fixas com vegetação arbóreo/arbustiva, falésias, planície fluvio-marinho); Zona de Conservação Ambiental – ZCA (Dunas Fixas, Planície de Deflação eólica, e Terraço Marinho, Lagoas Costeiras) Zona de Uso Disciplinado – ZUD (Praia e pós-praia, dunas Fixas com ocupação, planície fluvial e terraço fluvial com pastagem e aquicultura, tabuleiro com ocupação agropecuária, Planície de Deflação eólica com ocupação, extração mineral) e Zona de recuperação Ambiental – ZRA, (dunas móveis fragmentadas e/ou ocupadas Manguezais desmatados, Carcinicultura).

Para cada uma das zonas foram atribuídos tipos funcionais, como Áreas de estabilização natural, uso turístico e de uso controlado, uso agropecuário, residencial planejado e aquícola controlado e Resgate da estabilização natural. Dessa forma, cabem as administrações públicas e órgãos competentes maiores fiscalizações, de modo a barrar o avanço das modificações hu-

manas, sem planejamento adequado, na área para que não venham causar maiores impactos negativos e irreversíveis.

Por fim, a fundamentação teórica-metodológica da Geoecologia das Paisagens pode dar uma resposta satisfatória quanto ao conhecimento dos diferentes aspectos de formação e funcionamento da paisagem, direcionando a investigação para o complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim. A aplicação da análise geoecológica subsidiou o levantamento de dados ambientais, sociais e a interpretação dos mesmos, conduzidos por fases de planejamento ambiental orientado pela geoecologia.

Contudo, o uso do geoprocessamento para análise dessas variáveis se mostrou eficaz no mapeamento, bem como técnicas de sensoriamento remoto para chegar à individuação dos ambientes, seguindo das aferições em campo que permitiu o controle dos alvos mapeados.

## Referências

AMORIM, Raul Reis. **Análise Geoambiental como subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da zona costeira da região Costa do Descobrimento (Bahia)**. 2011. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades, 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em julho de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 06 jul. 2019.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu. Introdução. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. p. 1-5.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Impactos e condições ambientais da zona costeira do estado do Piauí**. 2000. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

FARIAS, Juliana Felipe. **Aplicabilidade da Geoecologia das Paisagens no planejamento ambiental da bacia hidrográfica do rio Palmeira-Ceará/Brasil**. 2015. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da. Abordagem geomorfológica para a realização de estudos integrados para o planejamento e gestão em ambientes flúvio-marinhos. **Scripta nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Bracelona, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 118, p. 1-15, jul. 2002.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Geomorfologia costeira**: funções ambientais e sociais. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PAULA, Eder Mileno Silva de. **Paisagem fluvial amazônica**: geoecologia do Tabuleiro do Embaubal – Baixo Rio Xingu. 2017. 154 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: problemática, tendências e desafios. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013. 242 p.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da.; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geoecologia das Paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007. 222 p.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator**, Fortaleza, ano 1, n.1, p.95-112, 2002.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SILVA, Edson Vicente da; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. Geoecologia da paisagem: zoneamento e gestão ambiental em ambientes úmidos e subúmidos. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-12, 2011.

SILVA, Edson Vicente da; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. Planejamento e zoneamento de bacias hidrográficas: a geoecologia das paisagens como subsídio para uma gestão integrada. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Volume Especial, n.36, p. 4-17, 2014.

SILVA, Edson Vicente da; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; FARIAS, Juliana Felipe; CHAVES, Leilane Oliveira. A geoecologia das paisagens como embasamento teórico metodológico para o planejamento e gestão do litoral. In: CARVALHO, Rodrigo Guimarães de; PIMENTA, Melissa Rafaela Costa (org.). **Gestão da zona costeira**: estudos de casos no Nordeste do Brasil. Mossoró: Edições UERN, 2015. p. 14-31

SOUSA, Roneide dos Santos. **Planície Costeira do Estado do Piauí**: mapeamento das unidades de paisagem, uso e cobertura da terra e vulnerabilidade ambiental. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SOUSA, Roneide dos Santos. **Zoneamento geoecológico do complexo fluviomarinho dos rios**

**Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste piauiense.** 152 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 2019.

SOUZA, Marcos José Nogueira de; OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. Análise ambiental – uma prática da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa. **REDE** - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 42-59, nov. 2011.

VIDAL, Maria Rita. **Geoecologia das Paisagens:** fundamentos e aplicabilidades para o planejamento ambiental no baixo curso do Rio Curu-Ceará-Brasil. 2014.191 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ZACHARIAS, Andréa Aparecida. **A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental.** São Paulo: UNESP, 2010.

## Questões de identidade e distinção social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX<sup>1</sup>

*Marcus Pierre de Carvalho Baptista*

*Alcebiades Costa Filho*

*Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

### Considerações iniciais

Estou em São Luís, homem-menino, lutando pela vida, enrijando o corpo no trabalho bruto e fortalecendo a alma no sofrimento, quando recebo uma comprida lata de folha acompanhando uma carta de minha mãe: “Receberás com esta uma pequena lata de doce de caju, em calda. São os primeiros caju do teu cajueiro. São deliciosos, e ele te manda lembranças...” Recebendo a carta de minha mãe, choro, sozinho. Choro, pela delicadeza da sua ideia. E choro, sobretudo, com inveja do meu cajueiro. Por que não tivera eu, também, raízes como ele, para me não afastar nunca, jamais, do quintal em que havíamos crescido juntos, da terra em que eu, ignorando que o era, havia sido feliz?

(CAMPOS, 2009, p. 138).

Na epígrafe de Humberto de Campos<sup>2</sup>, ao rememorar o seu Cajueiro, é notória a afetividade que este tem com a árvore frutífera, bem como com os alimentos derivados deste, como o doce de caju. Sua relação com a árvore e com o seu fruto o remetem a uma identificação com a terra, a cidade de Parnaíba, no litoral do Piauí.

A comida, deste modo, torna-se um marcador identitário<sup>3</sup> na medida em que produz

1. Texto publicado originalmente em 2020 enquanto artigo de título “Questões de identidade e distinção social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX” na Revista História e Cultura e atualizado para esta obra.

2. Político, jornalista e escritor maranhense, nascido em 1886 e falecido em 1934. Pertenceu a Academia Brasileira de Letras e viveu parte de sua infância no litoral piauiense (BAPTISTA, 2019).

3. Entendemos Identidade a partir da perspectiva de Hall (2006) na qual aponta esta enquanto um processo inacabado e que está continuamente em andamento, reconfigurando-se e reformulando-se através do ser e das relações que este estabelece com a sociedade, ou seja, considerando também a forma como o meio social interpela o indivíduo influenciando na construção desta Identidade. Deste modo, o sujeito pós-moderno é marcado por uma constante busca de compreensão de si, ou seja, de sua Identidade e do contexto que o envolve e produz esta identificação. Esta Identidade, por sua vez, encontra-se marcada pela Diferença que, de acordo com Silva (2014), devem ser percebidas enquanto produções da sociedade e da cultura, sendo que somos “[...] nós que a fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais.” (SILVA, 2014, p. 76). Identidade e Diferença, desta forma, tor-

significados para os sujeitos no tocante a como estes se percebem no mundo, bem como em relação à camada social em que se encontram inseridos. A alimentação permite ao sujeito a identificação com um espaço específico, considerando, por exemplo, o caso das comidas típicas<sup>4</sup> e os significados e as memórias afetivas<sup>5</sup> evocadas por estas e, neste sentido, o ato de comer torna-se a reafirmação de uma identidade do sujeito ou do pertencimento deste a uma determinada identidade cultural coletiva.

Para além da questão da Identidade, a alimentação também produz a Diferença. Ao mesmo tempo em que o ato de comer simboliza o pertencimento a uma determinada cultura, também indica a camada social na qual os sujeitos estão inseridos ou não. Desta forma, a comida, os produtos consumidos, os pratos elaborados com esses produtos, os valores que lhes são atribuídos, tanto a nível simbólico como econômico, tornam-se marcadores capazes de produzir afirmações de Identidade e Diferença no decorrer da vida do ser humano e das conjunturas históricas por eles atravessadas.

---

nam-se produtos de uma interdependência, no sentido de que uma inexistente sem a outra, isto é, as afirmações de Identidade só possuem significados na medida em que são acompanhadas por afirmações de Diferença, sendo que ambas não podem ser entendidas se as retirarmos dos espaços que lhe deram sentido e significado. Somos marcados por afirmações que conquanto nos identificam, também dizem o que não somos, tendo em vista que o sujeito histórico no transcorrer do tempo e espaço produz afirmações de Identidade e de Diferença, através de marcadores identitários, responsáveis por dizer quem ele é (está) em determinado momento, bem como quem ele não é (está). Estes marcadores, por sua vez, podem ser elementos diversos que remetem a uma identidade individual ou coletiva, que detenham certo significado para alguém ou para um grupo ou que se relaciona a uma determinada memória coletiva ou individual. Ao apontarmos que as afirmações de Identidade e Diferença só se tornam possíveis através da existência de marcadores identitários, corroboramos com Woodward (2014), que indica que estas afirmações só são exequíveis através de símbolos, sendo assim, esta “[...] Identidade é marcada por meio de símbolos [...] [existindo] associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa.” (WOODWARD, 2014, p. 8-9). A bandeira do Brasil, por exemplo, ao se referir a uma memória nacional, a um sentimento de pertencimento, assume um determinado significado para aqueles que se identificam com o “ser” brasileiro, portanto, a bandeira seria ao mesmo tempo um marcador identitário, bem como um elemento de Identidade e Diferença, visto que, embora ela permita a identificação com esta brasilidade, ela também indica as nacionalidades as quais o sujeito não pertence, como o “ser” argentino, chileno etc.

4. De acordo com Woodward (2014) cada cultura produz sistemas classificatórios a partir dos quais dão sentido e significado ao mundo, sendo necessário a existência de símbolos e rituais para a produção da identificação com estas culturas. Neste sentido, a autora aponta que estes rituais poderiam ser basicamente qualquer aspecto presente na vida cotidiana dos sujeitos, indo desde a forma como o sujeito se veste até a preparação de alimentos, a comida propriamente dita. Para a autora, o que dá sentido a essa comida e a insere dentro dos nossos sistemas classificatórios é justamente o ato de transformá-la em um produto comestível. A cozinha, assim, torna-se o meio que permite a mediação entre a cultura, os seres humanos, e a natureza, a comida sendo responsável por possibilitar uma identidade entre o primeiro e o segundo. Desta forma, o que “[...] comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias. Ela também pode sugerir mudanças ao longo do tempo bem como entre culturas” (WOODWARD, 2014, p. 43).

5. Através da perspectiva de Halbwachs (2006), compreendemos a memória enquanto uma reconstrução de algo que aconteceu a partir de experiências do sujeito no tempo o qual ele se encontra, ou seja, no tempo presente. Essa operação de reconstrução é possível a partir do diálogo estabelecido entre a memória individual e a memória coletiva, construída ou reconstruída em outro momento e que termina por resvalar na memória individual. A memória individual é agasalhada pela memória coletiva, trazendo em si a memória coletiva dos grupos nos quais o indivíduo encontra-se inserido, sendo que é preciso que o sujeito não esteja apenas inserido em um determinado grupo para que possa acessar esta, mas também que este se identifique com a coletividade e o reconhecimento do sujeito enquanto integrante pela própria comunidade, isto é, o indivíduo para pertencer a uma memória coletiva, para se identificar com um grupo, não basta apenas se sentir pertencente a este grupo, mas é preciso ser reconhecido também pelo grupo. Desta forma, a “[...] memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade.” (POLLAK, 1992, p. 5).

Seria possível, então, a partir dos conceitos de Identidade e Diferença refletir sobre a alimentação dos sujeitos que viveram na primeira metade do século XX no litoral do Piauí<sup>6</sup> e como esta simbolizou afirmações de Identidade e de Diferença para estes? Assim, o objetivo deste capítulo foi refletir sobre hábitos alimentares das pessoas que viveram particularmente em Parnaíba no período indicado e como a comida suscitou questões de Identidade e Diferença.

A metodologia empregada na elaboração deste capítulo constou de pesquisa bibliográfica, buscando compreender o conceito de Identidade e Diferença a luz de Hall (2006), Woodward (2014), Silva (2014) e Bauman (2005), a noção de identidade culinária nos remete a Certeau, Giard e Mayol (1996) e Carneiro (2003), no âmbito da História Cultural. Para compreender o espaço do litoral do Piauí dentro da temporalidade proposta recorreremos às autoras Vieira (2010) e Rego (2010).

As fontes se dividem em três conjuntos. Obras relativas à América portuguesa: Heuriarte (1874), Salvador (1627), Sousa (1871) e Vieira (1904), escritas por diferentes sujeitos e diferentes interesses à época da colonização. Os livros de memórias, a exemplo de Humberto de Campos, sujeito que viveu no litoral do Piauí no início do século XX e que registrou suas experiências em “Memórias e Memórias Inacabadas” (2009) e Renato Castelo Branco, parnaibano, que escreveu suas memórias e intitulou “Tomei um ita no Norte” (1981). Outro conjunto de textos, utilizados como fontes, contribuiu para conhecer aspectos do contexto histórico da primeira metade do século XX: Governo do Estado do Piauí (1923), Almanaque da Parnaíba (1944) Almanaque do Cariri (1952) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959). Por fim, se fez uso de pesquisa em jornais como: “Nortista” (1901)<sup>7</sup>, “Monitor” (1910)<sup>8</sup>, “O Aviso” (1910)<sup>9</sup>, “Semana” (1910 – 1911)<sup>10</sup>, e “Diário do Piauí” (1912)<sup>11</sup>, fontes hemerográficas que possibilitassem a compreensão de questões relativas a Parnaíba, incluindo a alimentação.

Desta forma, a partir do desenvolvimento da pesquisa e da construção da narrativa histórica, infere-se que, na primeira metade do século XX, no litoral do Piauí, diversos tipos de alimentos estavam presentes no cotidiano das camadas sociais dominantes e, também, das menos favorecidas. No interior da camada social, a comida assumia diferentes funções dependendo dos contextos vivenciados, a exemplo dos banquetes para homenagear determinadas personalidades em trânsito pela cidade, ou para festejar casamentos, festa de final de ano letivo das crianças das famílias de elite. Refletir sobre a alimentação, então, não envolve ponderar apenas sobre a economia local, mas aos distintos significados produzidos por esta alimentação, como no caso do caranguejo e do caju, as formas como este remetia a Identidade

---

6. Neste capítulo consideramos Parnaíba e Amarração enquanto litoral do Piauí, tendo em vista que eram as localidades na época em contato com o Oceano Atlântico. Parnaíba é o espaço mais evidenciado nas fontes.

7. Jornal parnaibano que circulou entre 1901 e 1912 tendo como redator-chefe Francisco de Moraes Correia. Promoveu campanha em defesa da posse do delta do Parnaíba para o Piauí e campanha para construção do Porto de Amarração (PINHEIRO FILHO, 1997).

8. Jornal teresinense publicado entre os anos de 1905 e 1912 de cunho anticlerical, tendo como redatores Higino Cunha, Matias Olímpio e Bonifácio de Carvalho, Abdias Neves, Miguel Rosa e Valdivino Tito (PINHEIRO FILHO, 1997).

9. Jornal publicado quinzenalmente em Picos em 1910, tendo como proprietário e redator Joaquim das Chagas Leitão (PINHEIRO FILHO, 1997).

10. Jornal publicado em Parnaíba entre 1910 e 1912 (PINHEIRO FILHO, 1997). Tratava principalmente sobre o cotidiano, economia e política de Parnaíba e Amarração, além de ter publicações de cunho literário.

11. Jornal de cunho político publicado em Teresina, sendo o órgão oficial do estado e tendo como diretor Simpício Mendes (PINHEIRO FILHO, 1997).

de sujeitos no litoral piauiense no início do século XX, enfatizando tanto questões de Identidade como também de Diferença.

### **Comer como ostentação das camadas de elite**

Por que estudar a alimentação? Os hábitos alimentares possuem uma historicidade? Qual a importância do seu estudo para a humanidade e, particularmente, para a História enquanto ciência? Seria possível refletir sobre estas questões a partir do litoral piauiense na primeira metade do século XX?

A história da alimentação se apresenta ao historiador enquanto uma das diversas possibilidades acerca de como estudar as sociedades humanas no decorrer do tempo e do espaço. Para Carneiro (2003), possibilita refletir sobre as demandas alimentares existentes em diferentes economias e mercados, as formas distintas de produzir, guardar, preservar e transportar os alimentos, as diferentes maneiras e métodos de preparo, as várias formas de consumir, e como o contexto sócio-histórico influencia na produção de diferença entre pratos comuns no dia a dia e pratos voltados para rituais, além da distinção social decorrente dos gêneros alimentícios, bem como questões relacionadas a saúde e nutrição. Assim,

A história da alimentação abrange, portanto, mais do que a história dos alimentos, de sua produção, distribuição, preparo e consumo. O que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. As mudanças dos hábitos alimentares e dos contextos que cercam tais hábitos é um tema intrincado que envolve a correlação de inúmeros fatores (CARNEIRO, 2003, p. 9).

Desta maneira, pensar sobre o ato de comer significa ponderar sobre uma das necessidades mais básicas da humanidade, afinal de contas, o ser humano não pode viver sem beber água e sem ingerir alimentos, trata-se de uma necessidade biológica. No entanto, quando se pensa em comer não basta apenas o “querer” ou o “gostar”, deve-se ressaltar que a alimentação também está marcada pelas relações de poder<sup>12</sup> presentes na sociedade e que estas influenciam nos hábitos alimentares das diferentes camadas sociais que a compõem.

Estas relações de poder, por sua vez, de acordo com Certeau, Giard e Mayol (1996) não se trata apenas de uma questão simbólica e cultural, daquele prato que produz uma identificação por determinados sujeitos em detrimento de outros, mas também àqueles que os indivíduos têm acesso, seja pela existência de provisões ou capacidade de armazenamento, ou mesmo àqueles com preços acessíveis, portanto, possíveis de serem consumidos a preços módicos.

Da mesma maneira o “gostar” não é um dado natural e também está relacionado com os contextos que atravessam a existência do sujeito, com as memórias afetivas<sup>13</sup> que este cons-

12. Estas relações também marcam a produção das afirmações de Identidade e Diferença. Para Woodward (2014), todo e qualquer ato de produção de significado inevitavelmente está imbricado por relações de poder existentes naquele determinado contexto sociocultural e na medida em que uma sociedade produz significados distintos a partir de diferentes sistemas simbólicos, estes não são absolutos, podendo ser questionados e modificados. Para a autora, a partir disso pode-se indagar sobre o porquê de alguns significados serem preferíveis em detrimento a outros.

13. Sobre esta questão, Pollak (1989) alerta para o cuidado que se deve ter ao refletir sobre a Memória Coletiva, visto que, por mais que essa denote a ideia de uma memória afetiva que, para Halbwachs (2006), produziria uma coesão social ou adesão afetiva ao grupo, é necessário considerar também as relações de poder que estão presentes na sociedade e como estas afetam os sujeitos e os grupos, no sentido de que a memória coletiva, por vezes, trata-se

trói no decorrer do tempo e dos espaços acessados. Trata-se de uma expressão confusa, “[...] ligado ao jogo múltiplo das atrações e das repulsas, fundado nos hábitos da infância, magnificados pela lembrança, ou tomados ao avesso pela vontade adulta de livrar-se dele” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 249).

Isto é, aquilo que o sujeito histórico come não é apenas por querer ou por gostar, mas sim relacionado ao lugar social<sup>14</sup> ocupado por este indivíduo, as relações de poder que o atravessam, bem como a própria história de vida, memória afetiva e as identidades deste, indicando que o ser humano come porque deseja e gosta trata-se de uma “[...] frase que denuncia uma falsa clareza e revela uma simplicidade totalmente enganosa.” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 249). Além disso, deve-se apontar que a culinária também produz identidades regionais e locais, embora também seja utilizada enquanto um marcador de identidades nacionais<sup>15</sup>, tendo, desta forma um papel significativo na “[...] constituição de uma identidade cultural” (CARNEIRO, 2003, p. 100).

Assim, a ideia de uma identidade culinária faz parte da experiência do sujeito e esta é marcada pelos diversos elementos que compõem a sociedade, seja através da memória coletiva das camadas sociais que os indivíduos se encontram inseridos, das relações de poder que permeiam e atravessam estas camadas e indivíduos e que provocam divisões sociais percebidas a partir da alimentação ou até mesmo da capacidade de produzir identidades locais, regionais ou nacionais.

---

de um trabalho de enquadramento desta memória, ou seja, de afirmar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido através de um projeto de coerção e dominação sobre o Outro gerando, assim, uma Memória Enquadrada.

14. Segundo Certeau (1982), o trabalho do historiador, isto é, a escrita da História ou a elaboração de uma pesquisa nesta área não se refere a algo produzido em um vazio social, mas sim, dialogado através de um lugar fabricado politicamente, economicamente, culturalmente e socialmente. Desta forma, o historiador está rodeado pelas esferas socioculturais que terão influência direta nos métodos escolhidos por este, naquilo que quer pesquisar, nas fontes necessárias para a concretização desta pesquisa e também nos questionamentos que devem ser produzidos e efetuados.

15. Compreendemos a Identidade Nacional enquanto uma construção ou fabricação que, geralmente, engloba um projeto de poder, sendo que, no final do século XVIII e decorrer do século XIX, quando os Estados-Nação modernos começam a se forjar, delineavam-se três aspectos basilares, segundo Hobsbawm (2013), para que um Estado fosse uma Nação, sendo estes: uma língua nacional vernacular, uma história nacional compartilhada e identificada pelos membros da Nação e a capacidade de fazer guerra e conquistar territórios. Além disso, para Bauman (2005, p. 26-27) “A ideia de ‘identidade’, e particularmente de ‘identidade nacional’, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um ‘fato da vida’ auto-evidente. Essa idéia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num ‘fato’, num ‘dado’, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças à brecha dolorosamente sentida que se estendeu entre aquilo que essa idéia sugeria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). [...] A ‘identidade nacional’ foi desde o início, e continuou sendo por muito tempo, uma noção *agonística* e um grito de guerra. Uma comunidade nacional coesa sobrepondo-se ao agregado de indivíduos do Estado estava destinada a permanecer não só perpetuamente incompleta, mas eternamente precária – um *projeto* a exigir uma vigilância contínua, um esforço gigantesco e o emprego de boa dose de força a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida [...]”. Desta forma, a identidade nacional não apenas trata de uma construção que busque apresentar uma coesão coletiva e símbolos em comum que permitam aos sujeitos identificarem-se entre si, mas refere-se também, muitas vezes, a um projeto em torno desta nacionalidade, em torno desta Nação, promovido por instituições que compõem esta sociedade e que buscam apresentar um projeto coeso e único para que esta se identifique. No caso da culinária, para Carneiro (2003), esta assumiria também um dos aspectos que poderiam identificar os sujeitos com uma nação, embora não fosse o aspecto mais relevante. A perspectiva de se pensar uma cozinha ou culinária nacional, no decorrer do século XIX, possibilitaria a integração do local e do regional, promovendo a coesão e a superação destas diferenças não toleráveis ao se considerar a coesão em torno de uma identidade nacional. Desta forma, a “[...] constituição das identidades nacionais parece sempre incorporar como um de seus signos decisivos a identidade alimentar e, sobretudo, culinária de um país” (CARNEIRO, 2003, p. 133).

Dito isto, de que maneira podemos refletir sobre uma identidade culinária em Parnaíba no início do período novecentista e como esta remete também a hábitos alimentares das sociedades indígenas que ali viviam nos séculos anteriores? Seria possível indicar ainda a produção de uma divisão social através desta alimentação? Inicialmente, como era a cidade de Parnaíba neste início de século XX?

Pensar sobre a cidade trata-se de um processo complexo. A cidade abarca uma multiplicidade de experiências, histórias, memórias, identidades, culturas, é algo vivo e em constante transformação em função daqueles que habitam este espaço, principalmente a partir da modernidade<sup>16</sup>.

No caso de Parnaíba, no início do período novecentista, tratava-se de uma cidade marcada pelo discurso da modernidade<sup>17</sup> e assinalada por esta experiência. De acordo com Vieira (2010, p. 90), a “[...] cidade de Parnaíba está situada no extremo norte do estado do Piauí, a 345 km da capital Teresina e a poucos quilômetros do mar, à margem direita do rio Igaracu [...]” e o final do período oitocentista marca um momento que esta se expande e amplia sua importância comercial para o desenvolvimento da economia do estado do Piauí<sup>18</sup>, tendo em vista a exporta-

---

16. Entendemos a cidade e sua relação com a experiência da modernidade considerando a perspectiva de Rezende (1997, p. 21), o qual percebe a cidade enquanto um espaço produzido a partir de “[...] sonhos e desejos. Sonhos e desejos que um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens.”. Desta forma, a cidade reflete a humanidade, suas sensibilidades, suas memórias, seus sonhos, seus desejos e projetos, a cidade torna-se, assim, uma infinidade de livros escritos e reescritos por cada pessoa que nasceu, viveu e morreu nesta. Nos últimos séculos, tornaram-se os espaços onde a experiência da modernidade se manifesta, onde os aparatos modernos puderam se desenvolver, produzir encantamentos e medos, sonhos e receios, naqueles que vivenciavam esta experiência.

17. Compreendemos modernidade a partir da perspectiva de Berman (1996) no sentido de que esta se trata de uma experiência que o sujeito vivencia a partir do momento em que este vive em um mundo permeado por constantes transformações, estas podendo ser tanto positivas como negativas. Trata-se de um espaço da inovação e da contradição, da mudança e das rupturas, que ocorrem através do processo de modernização, isto é, novas descobertas nas ciências, aumento demográfico, ampliação do tecido urbano, desenvolvimento dos sistemas comunicação e de transporte. Todo e qualquer processo social que envolva a criação de um novo espaço marcado por estas transformações e que moldam uma experiência dicotômica no sujeito a partir da inserção deste moderno é o que caracteriza esta experiência da modernidade.

18. De acordo com Rego (2010), na segunda metade do século XIX três aspectos eram tidos como essenciais para o progresso da província do Piauí, estes sendo: o desenvolvimento das vias fluviais, particularmente do rio Parnaíba, maior artéria fluvial do Piauí; a construção do porto de mar na vila de Amarração (nunca realizado) e a construção da Estrada de Ferro que conectasse as principais vilas e cidades até o litoral para o escoamento da produção. Estes aspectos eram importantes para a política imperial de desenvolvimento da nação e das províncias a partir de sua inserção no mercado externo através da exportação de matéria-prima. No caso do Piauí, uma economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência até então se tornavam obstáculos para essa nova política econômica, sendo necessária a criação de ações ou estratégias que contornassem esses problemas. A solução encontrada para dinamizar a produção e facilitar o escoamento utilizando as vias fluviais, principalmente o Parnaíba, foi a transferência da capital do Piauí de Oeiras para a Vila do Poty, posteriormente Teresina, sede da nova capital piauiense. A mudança da capital tinha por objetivo garantir a integração da província, visto que a nova capital se localizava em uma posição mais centralizada e, ao mesmo tempo, favoreceria o comércio através das vias fluviais, pois esta também se encontrava às margens do rio Parnaíba e do rio Poty. A partir de então um novo modelo comercial toma forma na província piauiense, baseado na navegação dos rios, no extrativismo vegetal e no comércio internacional e este, por sua vez, ressalta a importância da cidade Parnaíba como um dos grandes centros comerciais piauienses, por estar situada na foz do rio Parnaíba com o Oceano Atlântico e por estar próxima do ancoradouro utilizado enquanto porto em Amarração, servindo de entrada para o “progresso” da província e também de saída para os produtos piauienses. Desta forma, “Parnaíba, principal centro comercial importador e exportador do Piauí, além de propiciar a integração interna da Província, também integrou a Província ao comércio nacional e internacional. Por aí se fazia o escoamento da produção das riquezas do Piauí de forma mais efetiva, rápida, eficiente e barata, e através de Parnaíba viria, do restante do Brasil e do mundo, o progresso” (REGO, 2010, p. 79).

ção do extrativismo vegetal através do rio Parnaíba e que, conseqüentemente, atravessa o município de Parnaíba, ocasionando naquele momento a instalação de grandes casas comerciais.

Esta conjuntura, ainda segundo Vieira (2010), favoreceu o processo de modernização de seu espaço urbano, tendo reflexos no calçamento das principais vias da cidade, a edificação de casarões e o surgimento de novas casas comerciais. A partir da República, essa modernização se expande, incidindo tanto sobre a paisagem urbana como os aspectos culturais da cidade, fomentando uma preocupação com a educação, com a higienização, com o saneamento e com a própria estética cidadina, sendo necessários projetos de remodelamento urbano e a criação de diretrizes para o comportamento da população a fim de atingir o ideal de uma cidade organizada, formosa e higienizada aos moldes das cidades europeias existentes naquele início de século.

É no interior deste ideário de modernidade, do ser moderno, e das transformações que se apresentam no interior do tecido social, que a cidade de Parnaíba passa a sediar festas e eventos culturais que celebravam aspectos desta vida moderna. É exatamente nestes rituais culturais, ocorridos na cidade na primeira metade do século XX, que podemos observar as relações estabelecidas entre os sujeitos com a comida, tanto no sentido das divisões sociais que ali existiam a partir daquilo que um determinado grupo poderia comer ou não, bem como nas afirmações de identidade produzidas a partir da identificação dos sujeitos com certa comida.

Assim, o ser moderno neste momento não se tratava apenas de frequentar espaços similares aos das elites parisienses ou cariocas, nem de utilizar vestuários parecidos, a exemplo dos trajes de banho utilizados nas praias da vila de Amarração<sup>19</sup>, mas também dos alimentos que eram oferecidos e consumidos por estes grupos sociais, principalmente, as elites abastadas que transitavam por estes espaços.

Desta maneira, era comum, nesta primeira metade do século XX, no litoral do Piauí, a realização de festas e banquetes em homenagem a visitantes ilustres, retorno de políticos da região atuando na capital, celebração de casamentos<sup>20</sup>, comemoração de final de ano letivo escolar<sup>21</sup>, comemoração de aniversários<sup>22</sup> e também batizados<sup>23</sup>. Estes banquetes, por sua vez,

---

19. Segundo Baptista (2019), a experiência da modernidade também foi sentida na vila vizinha a cidade de Parnaíba no final do século XIX e no início do século XX, tendo marcado a paisagem desta, através da chegada constante de vapores, bem como em função da própria instalação da malha ferroviária e também os conflitos decorrentes das transformações, inovações e da inserção desta modernidade que moldava o cotidiano dos sujeitos que ali viviam. Deve-se destacar também que a Vila de Amarração fez parte deste projeto de desenvolvimento da província a partir da segunda metade do século XIX, considerando que era através do seu ancoradouro na Barra do Igarçu que se fazia o escoamento de produtos e transporte de passageiros piauienses para outras províncias do Brasil e também para o exterior. Ainda com relação a proximidade de Amarração com Parnaíba (apenas alguns quilômetros) era comum a procura pelas elites parnaibanas dos banhos de mar na praia de Atalaia em Amarração, bem como a promoção de festas no recebimento de políticos que vinham a Parnaíba e que terminavam passando pelo ancoradouro de Amarração, bem como a presença das elites amarraçãoenses nos eventos socioculturais em Parnaíba.

20. Exemplos: casamento de Dr. Manoel Fernandes Sá Antunes e Almerinda Tavares da Silva, cuja festa de núpcias foi descrita em o “Nortista”, edição de 13 de abril de 1901; Casamento de Luiz Eucherio de Carvalho e Anna de Oliveira e Silva, festa de núpcias descrita como “sumptuoso” e banquete servido com toda etiqueta aceita e respeitada no sertão do Piauí, “Nortista”, edição de 5 de outubro de 1901.

21. Nota de festa comemorativa realizada no final dos exames da escola pública estadual do sexo masculino, na qual os pais de alguns alunos ofereceram um banquete ao professor José Raymundo Serra, por seu esforço durante o ano letivo, “Nortista”, edição de 7 de dezembro de 1901.

22. Nota da Loja maçônica “Amor e Progresso”, que ofereceu um lauto banquete para Luiz Correia, político importante da região, em função de seu aniversário. Este banquete também foi noticiado pela “Semana”, edição de 25 de dezembro de 1910 e “O Aviso”, edição do dia 30 de dezembro de 1910.

23. Lauto almoço em comemoração ao batizado do filho de Antonino Barros, padrinho o coronel Jonas de Moraes Correia, expressiva figura da elite parnaibana, “Semana” edição 5 de fevereiro de 1911; outro caso de batizado refe-

eram noticiados nos jornais já citados e a partir destas fontes hemerográficas pode-se refletir um pouco sobre o que as elites abastadas comiam e de que forma estes alimentos representam uma divisão social.

É interessante ressaltar também o destaque dado por alguns dos jornais aos pratos que eram oferecidos nos banquetes, principalmente nos termos colocados pelos periódicos para descrever os banquetes, como “sumptuoso” e “lauto”, ou seja, algo que exigiu uma quantia considerável de dinheiro e, ao mesmo tempo, abundante ou esplêndido, indicando fartura e etiqueta na forma de servir. Percebe-se uma necessidade de não exaltar apenas o que e como estava sendo ofertado, mas também dos valores despendidos na aquisição dos alimentos e, assim, a culinária torna-se um elemento de distinção social e de identificação em Parnaíba.

Sobre esta questão, na edição do dia 20 de abril de 1901 do periódico “Nortista”, em nota intitulada “Coronel João Rosa” tem-se o seguinte:

Na tarde de 16, foi este nosso presado e distinto amigo alvo de grande demonstração de apreço e consideração dada pelo partido Concentração Republicana desta cidade, do qual é representante na Capital do Estado.

Um sumptuoso e lauto banquete foi lhe oferecido no acreditado Hotel Gil, ao qual compareceu grande numero de seus correligionarios e amigos politicos. O Hotel achava-se magnificamente decorado.

A banda de musica dirigida pelo maestro Pedro Braga tocou durante toda a festa.

O cardapio do banquete foi o seguinte:

**CARDAPIO**  
**DO**  
**BANQUETE**  
**OFFERECIDO NO HOTEL GIL**  
**AO**  
**ILLUSTRE CORONEL**  
**JOÃO A. ROSA**  
**PELO**  
**Partido Concentração Republicano**

Sopa brasileira á Therezina  
< de estrelinhas á Parnahiba  
Presunto á União  
Vatapá á Amarração  
Perú cheio á Piracurruca  
Carneiro assado á Castello  
Lombo cheio á Burity  
Costelletas de carneiro á Amarante  
Roast-beef á C. Maior  
Gallinha guisada á Peripery  
Leitão assado á C. Salles

---

re-se ao da filha do Poeta João Vieira Pinto, também membro da elite local, no qual também houve o oferecimento de um lauto banquete, “Semana” edição de 17 de setembro de 1911. Na vila vizinha de Amarração, o oferecimento de almoços ou banquetes em função de batizados também era uma prática da elite local, a exemplo do batizado da filha do Sr. Manoel Rodrigues Vieira, noticiado pela “Semana” edição de 10 de dezembro de 1911.

Torta de carneiro á Alto Longal  
Peixe de escabeche á Itamaraty  
Perú assado á Livramento  
Gallinha com ervilhas á Barras  
Carneiro estufado á Oeiras  
Costelletes de leitão á Valença  
Torta de Perú á Jaicós  
Leitão com ervilhas á Picos  
Perú com ervilhas á Jeromenha  
Camarão ensopado á Patrocinio  
Torta de ervilhas á Aparecida  
Beeff milanez á Gilbués  
Gallinha assada á S. Raymundo  
Lombo com ervilhas á Floriano  
Leitão cheio á P. Alegre  
Gallinha molho dourado á Corrente  
Torta de caranguejo á S. João  
Beefsteaks á Regeneração  
Costelletes de vitella á Belém  
Peixe assado á S. Filomena  
Torta de Camarão á Parnaguá  
Carneiro de alfitete á Bom Jesus  
Doces, Queijos, Pudins, Fructas.

Vinhos: Bucellas, Clarette, Estacio, Collares, Bordeaux, etc., etc.,  
Chá, Chocolate, Café.

Au dessert foram pronunciados os seguintes brindes:

Do coronel Luiz Moraes ao coronel João Rosa offerecendo-lhe o banquete como uma prova de consideração em que é tido nesta cidade pelos seus amigos políticos.

Do coronel João Rosa agradecendo com as seguintes phrases: “Que estava penhorado pela alta prova de apreço e consideração que lhe dava o partido Concentração Republicana, offerecendo-lhe tão lauto e sumptuoso banquete, demonstração superior aos seus merecimentos; [...] (NORTISTA, 1901).

Ao analisar a nota no jornal, é possível perceber justamente como a alimentação, aquilo que uma determinada camada social pode comer e tem acesso, torna-se um aspecto de distinção e identificação desta na sociedade. No dia 16 de abril de 1901, segundo a fonte consultada, foram servidos 34 pratos diferentes no jantar oferecido em homenagem ao Coronel João Rosa pelos correligionários de seu partido em Parnaíba pelo trabalho de representação realizado na capital do estado.

Considerando a quantidade de pratos ofertados, além da variedade destes, e o próprio fato da nota do jornal deixar claro que versava sobre um evento social realizado por um partido, trata-se de um espaço de sociabilidades das elites, portanto, refere-se a alimentos consumidos por essas camadas abastadas em detrimentos daquelas que possuíam menos condições financeiras.

É interessante destacar ainda a presença de alimentos que são típicos da região<sup>24</sup>, a exemplo do caranguejo, do vatapá e também dos peixes, e, principalmente, o modo de preparo destes pratos, tendo em vista que a maneira como a comida é preparada é outro aspecto que delimita neste momento aqueles que podem e aqueles que não podem comer o alimento em questão, ou seja, o “[...] que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come” (CARNEIRO, 2003, p. 9).

No caso das sobremesas, o jornal aponta de modo muito genérico, não especifica os ingredientes com que foram exatamente elaborados, se limitando a dizer que havia doces, pudins e frutas para os convidados do evento. Não seria de estranhar, no entanto, se estas guloseimas fossem preparadas com produtos locais, a exemplo do bacuri, abacaxi, laranja, caju e coco, as duas últimas frutas muito comuns no litoral do Piauí<sup>25</sup> e que serão servidas em outros banquetes ocorridos também em Parnaíba, na forma de compotas doces.

Sobre os banquetes, outro questionamento que se pode levantar é o porquê de se discriminar prato a prato, inclusive os vinhos que foram consumidos durante a realização da festa. Considerando que o “Nortista” pertencia à família Moraes Correia, tanto que o redator-chefe era Francisco de Moraes Correia<sup>26</sup>, e esta família pertencia a elite da cidade de Parnaíba, muito provavelmente tratava-se de uma maneira dos membros desta elite se apresentarem<sup>27</sup> às demais camadas sociais da cidade de Parnaíba, indicando a importância que os alimentos detinham naquela sociedade para inferir não apenas o seu poder aquisitivo, mas também o seu poder simbólico, reafirmando-se perante as demais camadas sociais.

### **“A alimentação da pobreza”: consumo de caranguejo**

Ainda referente aos pratos citados no cardápio do banquete oferecido ao Coronel João

---

24. Ainda que estejamos discutindo neste capítulo alguns alimentos, especificamente, caranguejo, peixe e caju, é preciso esclarecer que esses alimentos não eram os únicos gêneros alimentícios existentes no litoral do Piauí no período novecentista. De acordo com Costa Filho, Silva e Silva Neto (2017), o município de Parnaíba, na primeira metade do século XX, produzia muitos alimentos similares a outras cidades piauienses, como o arroz, a cana de açúcar, o aipim, o feijão, o milho, a mandioca, o gergelim e a batata. No entanto, a escolha por se refletir sobre o caju, peixe e caranguejo se deu mediante a presença desses gêneros no litoral desde a época da ocupação portuguesa, os diferentes modos de se preparar e consumir, produzindo identidades e diferenças.

25. Na edição do dia 31 de julho de 1910 do jornal “Semana”, também de Parnaíba, ao tratar sobre o retorno de Francisco de Moraes Correia de Teresina para Parnaíba, tem-se que lhe é oferecido um banquete na confluência do rio Poty com o rio Parnaíba (atualmente o Parque Ambiental “Encontro dos Rios” em Teresina). Nesse evento há a discriminação dos pratos, bem como dos doces oferecidos, além da presença de pratos similares aos servidos no banquete do coronel João Rosa, como o peixe a escabeche, há a presença dos seguintes doces para a sobremesa: doce de laranja, cajuí, coco com ovos, abacaxi, bacuri, passas, ameixas, tâmaras e figos. Considerando a presença de algumas frutas típicas do Piauí (bacuri e caju) supõe-se que algumas das sobremesas oferecidas em Parnaíba no banquete do coronel João Rosa também fossem feitas com as mesmas frutas.

26. Comerciante, jornalista e político parnaibano, nasceu em 1875 e faleceu 1950, formado em Direito, Deputado estadual entre 1900 e 1904 e Deputado Federal em 1915. Foi Chefe de Polícia do Estado entre 1908 e 1912 (GONÇALVES, 1993).

27. Não seria incomum afirmar que a alimentação também assume esse papel no litoral do Piauí no início do século XX, tendo em vista que o vestuário nessa mesma época foi outro elemento utilizado pelas elites para se distinguirem das demais camadas sociais e também para delimitarem uma experiência do “ser moderno”. De acordo com Baptista (2019), as elites piauienses, principalmente parnaibanos e amarrajonenses, nas décadas iniciais do século XX, aproveitavam os banhos de mar e de sol em Amarrão não apenas por conta da valorização que estes banhos tiveram no restante do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, e também na Europa Ocidental, no tocante a uma experiência do ser moderno, mas também para se apresentarem e exibirem os seus trajes modernos de banho para os outros membros destas elites.

Rosa, faz-se necessário destacar o caranguejo, em função da sua especificidade e vinculação com a localidade. O consumo do caranguejo, neste contexto, configura-se enquanto um dos alimentos produtores de uma identidade culinária para os sujeitos que viviam no litoral piauiense, assim como o consumo do caju se refere a práticas de consumo que teriam origem na cultura alimentar dos nativos que ocupavam esta região: os Tremembés, grupo populacional nativo que ocupava originalmente a costa piauiense e cearense, alimentando-se entre outros produtos de ostras, peixes e caranguejos, resultado das atividades essenciais de sustento desse grupo populacional (BRAGA, 2016).

É possível inferir o consumo deste crustáceo pelos Tremembés a partir de documentos produzidos na América Portuguesa, por sujeitos que tiveram contatos com estes grupos nativos, a exemplo do Padre Antônio Vieira, em sua “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba”, texto que descreve viagem do Maranhão até a Serra da Ibiapaba, com o intuito de fundar um aldeamento<sup>28</sup> na serra em questão. No litoral, ocorreu o encontro entre o sacerdote e seus acompanhantes com os Tremembés. Em um momento, após a travessia dos lençóis maranhenses, a farinha de mandioca, o suprimento básico que haviam levado para a viagem terminou, parte do grupo sugere o retorno ao Maranhão. Neste momento

[...] os Padres resolverão que o que se havia de padecer tornando atrás, se padecesse prosseguindo adiante, e animando aos Indios, se fez assim, e se sustentarão todos somente dos carangueijos, com algum peixe que lhes dêrão os Teremembés em dous dos seus magotes que encontrarão (VIEIRA, 1904, p. 101).

No trecho destacado fica claro que os Tremembés supriram o grupo liderado pelo padre Antônio Vieira com caranguejo e peixe, o que confirma vários outros cronistas da América portuguesa que registraram os nativos do litoral que atualmente é o Piauí, mariscando e pescando no mar e nos rios que aí desemboca. Mariscar e pescar eram práticas dos grupos populacionais nativos antes mesmo da ocupação dos portugueses. O certo é que o missionário e aqueles que o acompanhavam foram supridos de mantimentos nessa travessia do atual litoral piauiense, entre a ilha de São Luís e a serra da Ibiapaba.

É fulcral destacar que a prática de mariscar no litoral do atual Piauí consta no “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” de Gabriel Soares de Sousa, quando descreve algumas práticas dos nativos que viviam no rio Grande dos Tapuias (denominação do rio Parnaíba naquela época). Ao descrever a costa do rio Maranhão até o rio Grande, no momento em que este deságua no Oceano Atlântico, diz o seguinte: “No meio e dentro dela se vêm meter no mar o rio Grande dos tapuias, e se navega um grande espaço pela terra adentro e vem de muito longe; o qual se chama dos tapuias por eles virem por ele abaixo em canoas a mariscar ao mar desta baía [...]” (SOUSA, 1871, p. 47).

Ainda que o documento trate os nativos como tapuias, forma genérica, supomos que se trata dos Tremembés, visto que nesse período o grupo ocupava o espaço que abrangia terra

28. De acordo com Maia (2010), no decorrer do século XVII, tentou-se por três vezes aldear os indígenas presentes na Serra da Ibiapaba. A segunda tentativa, ocorrida entre os anos de 1656 a 1662, foi realizada pelo Padre Antônio Vieira, que supervisionava jesuítas e indígenas para realização da missão. O reduto cristão foi organizado em 1660, tendo recebido o nome de São Francisco Xavier. No entanto, esta segunda tentativa também fracassou em função das disputas entre missionários e colonos acerca do controle da mão-de-obra indígena existentes naquele momento e apenas na terceira tentativa foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção no ano de 1700.

do atual litoral piauiense e cearense. Embora o ato de mariscar refira-se a catar mariscos e o caranguejo seja um crustáceo, na época de produção deste documento a cata do caranguejo incluía-se neste ato de mariscar. Ao tratar sobre as práticas dos Tupinambás que viviam entre o rio São Francisco até Sergipe, Gabriel de Sousa afirma: “A este rio vem o gentio tupinambá mariscar, por achar por aqueles arrecifes muitos polvos, lagostins e caranguejos [...]” (SOU-SA, 1871, p. 66).

Além disso, no início do século XXI, em entrevistas realizadas com Tremembés no litoral do Piauí e Ceará, Borges (2006) percebeu em vários depoimentos a importância do consumo de “marisco”, e relacionam por exemplo caranguejo, siri, ostras, peixes, dentre outros. Através da tradição oral, os sujeitos apontam estes hábitos alimentares presentes entre os seus antepassados, chegando a inferir que o caranguejo era comida de índio, e apontando como esta identidade culinária se faz presente entre estes até o início deste século.

Desta maneira, é inegável que o caranguejo aparece enquanto alimento no litoral do Piauí, considerando que este já era consumido anteriormente pelos Tremembés<sup>29</sup> e, ainda hoje é “comida de índio”, na lembrança destes grupos indígenas. Admite-se também que foi hábito alimentar incorporado pelos grupos populacionais dessa região litorânea durante os séculos XVIII e XIX. Assim, no início do século XX, o consumo deste crustáceo por parte das camadas abastadas ocorre como prática disseminada por todo o litoral entre as diversas camadas sociais, agora, através da cata dos “caranguejeiros”<sup>30</sup>, na sua maioria, executada por integrantes das camadas populares de Paranaíba, para citar a cidade de maior importância econômica do litoral do Piauí.

A prática de catar caranguejos, segundo Braga (2016, p. 53) “[...] consiste em acordar cedo, fazer longas viagens em pequenas embarcações até chegar aos mangues. Durante horas permanecem em contato simbiótico com a natureza no intuito de extrair o crustáceo e, consequentemente, prover a família.” Desta forma, embora não dispondo de fontes suficientes que possibilitem a reflexão sobre o consumo de caranguejo no litoral piauiense entre os séculos XVII e XX, é clara a menção do consumo do crustáceo nos dois séculos citados, presumimos deste modo que fossem consumidos também nos séculos XVIII e XIX.

O caranguejo, comumente consumido pelos grupos populacionais nativos e depois pelas camadas populares, a partir do cozimento na água e sal, aparece no cardápio de banquetes da elite parnaibana na forma de torta e, neste caso, talvez possamos inferir justamente como o modo de preparo remonta a questão da distinção social e identificação com determinado grupo, no sentido de que enquanto as elites consomem o caranguejo servido em uma torta, muito provavelmente com a carne retirada das patas, região com concentração, em geral, as camadas populares consumiam apenas cozidos, sem o preparo de pratos mais sofisticados.

Além disso, outro ponto que é possível refletir a partir do consumo de caranguejo refe-

29. Deve-se indicar que o consumo de caranguejos não era exclusivo dos nativos que viviam no litoral piauiense e cearense. Em seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, Sousa (1871) também aponta a presença de diferentes tipos deste crustáceo ao longo da costa, bem como o seu consumo por outros grupos nativos que viviam nesta época. O caranguejo, enquanto parte da fauna desse “Novo Mundo”, não passa despercebido pelo olhar dos cronistas que viveram e escreveram na/sobre a América Portuguesa. Frei Vicente do Salvador em sua “História do Brasil” já no início do século XVII também registra diversos tipos de caranguejos, assim como Gabriel Soares de Sousa, presentes nos rios, nos mares, nos mangues e também em terra, apontando os diferentes nomes que estes recebiam por parte dos ameríndios, bem como os seus comportamentos.

30. Segundo Braga (2016), este nome caiu em desuso e adotou-se o nome de catadores de caranguejo a partir do final do século XX.

re-se à identidade culinária, ou seja, ao sentimento de pertencimento à região litorânea, no caso a Parnaíba. Na edição do dia 14 de novembro de 1912 do “Diario do Piauhhy” em nota intitulada “Parnahyba”, um sujeito com as iniciais de L. F. C<sup>31</sup>, ao relatar a cidade de Parnaíba e um pouco dos costumes de seus habitantes, diz o seguinte: “[...] assim como o caranguejo e a maré, um dos mais solenes attestados do seu progresso e desenvolvimento” (DIARIO DO PIAUHY, 1912). Mesmo que não saibamos se o escritor da crônica é parnaibano, ainda assim é relevante a associação feita entre o crustáceo e cidade, não apenas no sentido de projetar uma Identidade<sup>32</sup> sobre esta, mas também de atrelar o consumo e produção do caranguejo ao “progresso” e “desenvolvimento” da localidade.

Deve-se destacar também que o “Eu” pode contestar essa identidade atribuída a si e no caso em questão é exatamente o que se pode perceber também a partir do “Diario do Piauhhy”, apenas algumas edições depois no dia 20 de novembro de 1912, em resposta a crônica de L. F. C, particularmente a questão do caranguejo, outro autor de iniciais L. C.<sup>33</sup>, diz o seguinte: “Também nunca ouvi lá proclamar que o caranguejo, que não é animal doméstico, ou a maré, cujo fluxo e reffluxo não depende do querer e da acção dos homens sejam ali appresentados como attestados do seu progresso e desenvolvimento” (DIARIO DO PIAUHY, 1912).

Como se observa, o caranguejo produzia conflitos e dicotomias ao se pensar a questão de uma identidade culinária. Mesmo que a crônica o relacione com uma ideia de “progresso” e “desenvolvimento”<sup>34</sup>, algo bastante curioso, uma vez que também a imagem do caranguejo pode se relacionar com o lamaçal do mangue, e também enquanto algo característico de Parnaíba, desta forma, constituinte de sua identidade, não é assim que o outro L. C., tendo morado em Parnaíba por algum tempo, interpretou, afirmando justamente o desconhecimento dessa identificação por parte dos parnaibanos com o caranguejo, especialmente enquanto um sinônimo de “progresso” e “desenvolvimento”.

## Consumo de peixe

O peixe é outro produto presente no banquete discriminado na edição do dia 20 de abril de 1901 no periódico “Nortista”. Embora a notícia do jornal não especifique qual o tipo

---

31. Era muito comum, no final do século XIX e início do século XX, a publicação nos jornais piauienses por autores que se identificavam apenas por suas iniciais. No caso em questão, não conseguimos identificar quem foi este autor.

32. Considerando que a Identidade é construída também a partir da Alteridade, ou seja, não se trata apenas de uma perspectiva de si, construída para si e para os outros, mas refere-se também aquilo que o Outro diz do sujeito, tem-se uma projeção de uma identidade culinária a partir do consumo do caranguejo em Parnaíba naquele início de século XX.

33. Acreditamos que se refere a Luís de Moraes Correia, tendo em vista que nesta época encontrava-se em atividade política na capital do estado e também que costumavam referir-se a ele nas publicações de jornais piauienses apenas como Luís Correia, assim como suas assinaturas em publicações de jornais de Parnaíba geralmente levavam apenas estes dois nomes. De acordo com Baptista (2019, p. 35) “Nasceu em 1881 em Amarração e faleceu em Fortaleza em 1934. Foi bacharel em Direito, magistrado, professor, jornalista, dramaturgo, político, tendo sido no Piauí chefe de polícia e promotor público em Parnaíba. No Ceará foi juiz federal e professor catedrático da faculdade de Direito do Ceará. Foi membro da Academia Piauiense de Letras, tendo escrita sobre sociologia, filosofia, literatura e jurisprudência [...]”.

34. Ainda que a crônica teça algumas críticas a cidade de Parnaíba e aos parnaibanos, esta também enaltece estes últimos ao colocá-los enquanto patriotas e trabalhadores, além de defensores fieis da sua cidade, portanto, não acreditamos que a comparação feita com o caranguejo tenha um teor negativo, embora tenha sido interpretada dessa forma por L.C.

de peixe que foi preparado, se era de água doce ou salgada, o que também seria relevante, visto que cada peixe possui um valor diferente no mercado, mas é o modo de preparar o peixe que manifesta distinção social e identificação produzida a partir dos alimentos e do consumo destes pelas diferentes camadas sociais presentes no litoral do Piauí no início do período novecentista.

Segundo Rego (2010), é interessante apontar que o peixe em conserva é um, dentre os diversos produtos importados por Parnaíba no mercado estrangeiro, na primeira metade do século passado. Desta forma, podemos inferir que, embora houvesse uma produção local de peixes através da atuação dos pescadores (pesca marítima ou fluvial ou lacustre), as elites parnaibanas tinham uma opção a mais de adquirir o produto através da importação, cuja aquisição não abrangia as camadas mais baixas da sociedade. Mesmo não encontrando informações sobre o tipo de peixe importado, nem mesmo sobre o pescado local colocado para comercialização, possivelmente o peixe importado não era encontrado no litoral piauiense.

Além disso, um conjunto de textos como: “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” de Gabriel Soares de Sousa, “Descripçam do Maranhão, Pará etc.” de Mauricio de Heriarte, “Cronologia Histórica do Estado do Piauí” de F.A. Pereira e a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” publicação do IBGE, abordam a atividade da pesca por parte dos nativos a época da ocupação portuguesa; bem como a continuidade desta prática através dos pescadores, habitantes do litoral nas localidades de Parnaíba e Vila de Amarração (atualmente Luís Correia). Os jornais de época também confirmam o comércio de peixe, mas não indicam os nomes daqueles comercializados no litoral no início do século XX.

E por que o consumo do peixe e, principalmente, o seu modo de preparo se torna relevante neste contexto? A quem o peixe normalmente é associado no litoral do Piauí na temporalidade discutida? Na edição do dia 16 de março de 1901 do “Nortista”, ou seja, apenas um mês antes do banquete oferecido ao Coronel João Rosa, há uma notícia acerca da instalação de uma filial de uma empresa maranhense em Parnaíba que trabalha com a pesca de peixes, camarões e outros mariscos, atuando na Barra do Tutóia<sup>35</sup> e no Delta do Parnaíba. É a resposta para as indagações: a nota, intitulada “UMA EMPRESA UTIL”, diz o seguinte:

Acabamos de saber que trata-se, no Maranhão, da incorporação de uma companhia destinada á pesca do peixe, do camarão, e mais mariscos, com centro de operação na barra da Tutóia e delta do Parnahyba.

Sabemos mais que os principaes incorporadores dessa Companhia pensam em estabelecer nesta cidade uma succursal afim de ser aqui tambem explorada a industria, vendendo-se o peixe e mais preparos obtidos, pois é ella tambem destinada á explorar o peixe em conservas, pelos mesmos preços estabelecidos para a capital do visinho Estado.

As acções da Companhia serão de sessenta mil réis, com as entradas de dez por cento, ou 6\$000 por trimestre até final integralisação.

Não ha duvida que trata-se de uma empresa futura e que muito concorrerá para o **bem estar desta cidade, sobre tudo, da classe pobre.**

Abaixo publicamos o que a respeito inseriram o Jornal da Manhã e a Pacotilha, de S. Luiz, chamando para o assumpto a atenção do nosso publico.

35. Segundo Baptista (2019), refere-se à quinta Barra existente no Delta do Parnaíba estando localizada no Maranhão e tendo sido parte de conflito litigioso entre o Piauí e Maranhão acerca da definição da posse do Delta do Parnaíba.

## COMPANHIA DE PESCA

Sobre os fins desta companhia recebemos a seguinte carta:

Illms. Srs. Redactores do Jornal da Manhã:

Só hoje me é possível fazer sobre o artigo que vv. ss. publicaram com relação a uma empresa que se tenta fundar nesta capital para explorar a pesca na barra da Tutoya e em outros pontos do littoral.

Nesse artigo vv. ss. se mostram apprehensivos sobre o fim e objectivo da dita empresa, por importar ella, no seu parecer, no monopolio da venda de peixe, que é, em geral, **a alimentação da pobreza**, entre nós.

Para mostrar que ha nesse modo de pensar verdadeiro equivoco, basta saber-se que entra nos depositivos da mesma empresa *só vender o peixe fresco a razão de 400 réis por kilogramma, nunca podendo ser este preço excedido.*

Quanto á venda do camarão, está para ella fixado o preço máximo de 600 réis, etc.

Assim, é claro que nenhum receio póde inspirar a criação dessa empresa: ao contrario, pois não só o comprador tem certeza de achar sempre barato o peixe, seja de que qualidade fôr, como tambem não fica sujeito a estas altas communs, por occasiação da escassez do genero e em vista da qualidade do peixe.

Ainda mais. Entra nos calculos da empresa fundar nesta capital um deposito, em logar apropriado, de peixes vivos, que serão comprados, segundo a escolha do freguez, sem o menor perigo de que estejam moidos.

Em vista do exposto, cremos que vv. ss. não só reformarão a respeito o seu juizo, como dignar-se-ão prestar á empresa o auctorisado e elevado apoio de que ella é merecedora da imprensa desta capital.

É o que espera o

De Vv. Ss.

Cr.º att.º e obrig.

José da Costa Neves.

S. Luiz. 23-2-1901.

(Do Jornal da Manhã) (NORTISTA, 1901) (grifo nosso).

Considerando a nota transcrita, percebe-se que o peixe e o seu consumo são relacionados aos hábitos alimentares das camadas menos abastadas da sociedade, não apenas em São Luís, sede da companhia em questão, mas também em Parnaíba, tendo em vista o comentário do “Nortista” destacado na citação supracitada sobre como a empresa contribuiria para o “bem estar desta cidade, sobre tudo, da classe pobre.”

Desta forma, é notório como o consumo de certos alimentos está diretamente associado às populações menos abastadas no litoral do Piauí, a exemplo do caranguejo e, principalmente do peixe. Ressalta-se também a relevância no modo de preparo e consumo destes alimentos e como isto também é indicador das distinções sociais. O peixe servido para as elites além de, muito provavelmente, não ser o mesmo que as camadas mais pobres consumiam, também é elaborado de modo diferenciado, como no caso do peixe a escabeche, servido no banquete descrito no “Nortista”. Embora com diferentes formas de preparo, uma receita muito portuguesa, recomenda fritar o peixe e regar com um molho que, tradicionalmente, leva cebola, alho, louro, azeite, vinagre, pimenta e sal.

É possível observar como as populações menos abastadas preparavam o peixe, a partir das memórias de Humberto de Campos, maranhense que morou parte de sua infância em Parnaíba:

A alimentação obedecia, quase toda, a processos primitivos. Havia ao lado da casa um grande galpão aberto, coberto de palha, no qual se preparavam o peixe e a caça trazidos pela manhã ou à tarde. Escamado e estripado o peixe ou separado o pedaço de veado para a refeição, era este temperado, embrulhado em folhas verdes e enterrado no chão. Fazia-se, em seguida, fogo em cima, para preparo do arroz ou do peixe cozido ou moqueado. E o certo é que a caça ou peixe assim preparado adquiriam um sabor que eu não encontrei, nunca mais, em molhos civilizados. Era um processo herdado dos índios, que assim assavam o pedaço de porco do mato ou a saborosa traíra do rio; e ali fora mantido inalterado pelo homem branco que lhe tomara o lugar na terra bárbara com a silenciosa promessa de lhe eternizar os costumes (CAMPOS, 2009, p. 71).

Em dois momentos distintos há o preparo do peixe para o consumo e, em ambos, este peixe é cozido, através de métodos de preparo completamente distintos, o peixe a escabeche de origem portuguesa, servidos no banquete oferecido às elites parnaibanas, e o peixe assado em folhas e temperatura do fogo controlada, receita das populações nativas. Referência aos hábitos alimentares enquanto herança de nativos e europeus.

Retomando a questão da vinculação do peixe às camadas menos abastadas em Parnaíba, percebida através do discurso da companhia de pesca que se instalava em Parnaíba sobre o peixe e o seu valor, é interessante destacar que o preço adotado na praça seria o de 400\$ (400 réis) e que, segundo a nota “UMA EMPRESA UTIL” do jornal “Nortista” trata-se de um valor barato para a aquisição e consumo do peixe<sup>36</sup>.

Para que tenhamos noção de valor pecuniário, na cidade de Parnaíba no ano de 1901, é interessante observar a Lei Municipal nº53 de 26 de dezembro de 1900, na qual constam vencimentos de diversas categorias profissionais: Fiscal (1:200\$), Ajudante de fiscal (720\$), Guarda fiscal (720\$), Criado (420\$), Servente (420\$), Professor do ensino secundário: português, francês, aritmética e geografia (1:500\$), Professora do ensino primário misto (500\$), Médico do partido público (1:200\$).

No entanto, a lei não especifica se os vencimentos eram pagos anualmente, mensalmente, semanalmente ou diariamente e, de qualquer forma, considerando o preço do peixe e os valores pagos a essas profissões é improvável que estes sujeitos tivessem condições de consumo de peixe através da compra na empresa que se instalava em Parnaíba naquele momento. Ainda assim, não é improvável que estes sujeitos adquirissem o peixe para consumo através dos pescadores locais em detrimento da empresa. Esse mercado informal paralelo foi muito comum na primeira metade do século passado. A nota é relevante nesse sentido de indicar o consumo de peixe pelas camadas sociais menos abastadas.

É significativo indicar ainda que, na mesma lei, havia a discriminação dos impostos a serem pagos pela exportação do quilo da farinha, arroz, feijão, milho e goma, ou seja, de

36. A notícia não discrimina as espécies de peixes comercializadas e nem se eram peixes marinhos, estuarinos ou oligohalinos.

cereais, todos no valor de 200\$ (200 réis) e, tendo em vista que, segundo Cabral (2013) e Cândido (2014), boa parte da alimentação das camadas menos favorecidas pautava-se no consumo destes produtos. É interessante ressaltar a produção destes cereais no município de Parnaíba no início do século XX e, provavelmente, o seu consumo, juntamente ao peixe, pelas populações menos abastadas.

Dito isto, até o presente momento a discussão realizada buscou refletir sobre a alimentação, produtos consumidos e modos de elaboração, enquanto uma forma de distinção social, apontando que o mesmo produto, dependendo do modo de preparo poderia indicar a camada social dos comensais, às elites ou às camadas mais pobres, isto é, sua identidade social, que remete à construção de uma “[...] imagem de si, para si e para os outros [...]” (POL-LAK, 1992, p. 5), transformando-se através das negociações estabelecidas com a Outridade, ou seja, trata-se de uma construção feita a partir de um referencial estabelecido por meio da Alteridade, bem como através de elementos que indiquem uma aceitação, admissão e credibilidade produzidos mediante negociação com o Outro, indicando, desta forma, as formas que os sujeitos encontram para identificar-se e produzirem sentimentos de pertencimento a determinados grupos sociais.

Outro ponto interessante a ser destacado refere-se ao potencial do alimento enquanto uma afirmação de identidade cultural, ou seja, a produção de uma identidade culinária de acordo com os significados produzidos por estes alimentos aos sujeitos que o consumiam naquele momento. Entretanto, a discriminação nos jornais dos alimentos consumidos pelas camadas com maior poder aquisitivo e por aquelas com menores condições financeiras não permitem inferir uma produção de significados para estes sujeitos. Para tanto, cabe refletir sobre a presença, o consumo e os diferentes modos de preparo de outro produto presente no litoral do Piauí: o caju.

### **De vinho de caju e de cajuína: a presença do caju no litoral piauiense: adeus meu cajueiro até a volta**

Existirmos, a que será que se destina  
Pois quando tu me deste a rosa pequenina  
Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina  
Do menino infeliz não se nos ilumina  
Tampouco turva-se a lágrima nordestina  
Apenas a matéria vida era tão fina  
E éramos olharmo-nos intacta retina  
Da cajuína cristalina em Teresina.  
Cajuína – Caetano Veloso  
“Cinema Transcendental” - 1979

Na epígrafe, letra musicada, Caetano Veloso celebra a cajuína, um dos símbolos do Piauí, registrado no Patrimônio Imaterial em 2014 no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Consta no portal do “Instituto”:

O modo de fazer e as práticas socioculturais associadas à cajuína são bens culturais que surgem junto com os rituais de hospitalidade das famílias pro-

prietárias de terras no Piauí. As garrafas de cajuína, atualmente também são vendidas, mas na maior parte das vezes eram dadas de presente ou servidas às visitas, e ainda oferecidas em aniversários, casamentos e outras comemorações.

Mesmo sendo uma bebida, ela assume o simbolismo de alimento e poderá ser inscrita na mesma tradição dos doces, bolos, biscoitos e outros saberes prendados cultivados para abastecimento do lar no Nordeste. A cajuína alçou mercados externos ao Piauí, e ao mesmo tempo em que é valorizada como produto de forte apelo regional e cultural, reforça os sentidos de pertencimento e identidade dos piauienses e brasileiros.

#### **Uma bebida que revela o sentimento de uma família**

O consumo da cajuína é um ato de degustação, geralmente acompanhado de comentários e comparações sobre as qualidades daquela garrafa da bebida, ressaltando sua cor, doçura, cristalinidade, leveza ou densidade, qualidades que derivam tanto do caju escolhido, quanto das técnicas de cada produtor. Essas referências revelam o sentimento de pertencimento do grupo ou família produtora e reforçam os laços entre os membros das redes familiares por onde a cajuína circula.

A cajuína é uma bebida não alcoólica, feita a partir do suco do caju separado do seu tanino, por meio da adição de um agente precipitador (originalmente, a resina do cajueiro, durante muitas décadas a cola de sapateiro e atualmente, a gelatina em pó), coado várias vezes em redes ou funis de pano, em um processo que recebe o nome de clarificação. O suco clarificado é então cozido em banho-maria em garrafas de vidro até que seus açúcares sejam caramelizados, tornando a bebida amarelada, e permitindo que possa ser armazenada por períodos de até dois anos.

O modo tradicional de produção da cajuína foi desenvolvido ao longo do tempo e ainda que seja semelhante em todos os núcleos produtores, cada um desenvolveu pequenas melhorias e aperfeiçoou técnicas específicas que podem produzir certas diferenças no seu produto final, distinguindo o sabor da sua bebida dos demais produtores (IPHAN, 2014).

Grupos populacionais nativos já produziam vinho de caju antes do século XVII ou XVIII, quando se admite os primeiros núcleos familiares no Piauí, a partir do abrandamento da guerra de ocupação empreendida pela Coroa portuguesa contra as populações nativas. Essa afirmação é embasada na “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas” de Maurício de Heriarte, obra da segunda metade do século XVII, narrando usos e costumes dos “bárbaros de corso”. É provável que quase todas as práticas observadas remetem há um tempo antes da chegada dos europeus à região.

Nessa obra não se encontra nenhuma alusão ao Piauí, o espaço narrado é o Maranhão. Maurício Heriarte estabelece marcos demarcatório dos espaços narrados. A descrição que indica o Piauí.

Do Pereá até as serras do Camuci, a que chamam as serras de Iguapába, ha cem legoas de caminho, pela costa do mar, de formosas prayas, donde sae muito âmbar; [...] Em este districto há quinze legoas de areaes, a que communmente os homens do mar chamam lançóes.

Ha cinco rios, a saber, o das Preguiças, Paramery, Paraguatú, Iguarassú e Mamoná (sic) (HERIARTE, 1874, p. 14).

Pela descrição, se trata de extensa faixa litorânea, abrangendo terras dos atuais estados<sup>37</sup> do Maranhão, Piauí e Ceará, precisamente, entre os municípios de Primeira Cruz, no Maranhão, e Camocim, no Ceará. Nos limites dos marcos estabelecidos, se encontra o litoral do atual estado do Piauí<sup>38</sup>. Para esse imenso território, é possível reunir elementos de processos históricos em comum, relacionados aos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

Segundo Heriarte, por essa faixa litorânea andavam os “índios de corso”, a exemplo dos Cururis, Aruatis, Mújaraguanos, Tabajáras e Putiguaras. No que diz respeito ao conjunto dos produtos essenciais ao sustento desses grupos, escreveu, “[...] Os Índios de corso nam tem aldeias nem cazas em que habitem, andam pellos montes, e sustentam-se de caça, fructas agrestes e pesca [...]” (HERIARTE, 1874, p. 19)<sup>39</sup>. Não é válida suposição de que os grupos vagueavam sem destino nem planejamento, pois os Mújaraguanos eram agricultores. Heriarte (1874, p. 16) escreveu que o grupo “[...] tem roças de mandioca, de que fazem farinha [...]” e fabricavam vinho de mandioca, com o qual se embebedavam, carecendo um período de fixação para cultivo, colheita e processamento da mandioca.

O “vinho de mandioca” não é a única bebida fabricada pelos grupos populacionais nativos vivendo na faixa litorânea delimitada. Heriarte (1874, p. 14) escreveu “[...] nessas prayas andam muitos Barbaros de corso, como são Cururis, e outros que baixam ás comedias da pesca, **e d’uma fructa a que chamam Cajus, que pelo mez de Outubro e Novembro se colhe, de que fazem cantidade de vinho os Aruatis e outros**” (grifo nosso). Considerando a informação, admite-se que no litoral havia avultada quantidade de cajueiros, com potencial produtivo capaz de alimentar mais de um grupo populacional durante os meses de outubro e novembro, ainda que se considere o produto da caça e pesca, como componentes principais da alimentação.

O caju não aparece como componente alimentar essencial apenas na dieta das populações nativas do Piauí. Frei Vicente do Salvador, na sua “História do Brasil”, no livro primeiro, capítulo décimo terceiro, descrevendo as árvores agrestes e seus frutos comestíveis da América portuguesa, cita o caju como fruto incorporado ao cardápio até mesmo dos europeus.

Os cajueiros dão a fruta chamada cajus, [...] os quais se colhem no mês de dezembro em muita quantidade, e os estimam tanto, que aquele mês não querem outro mantimento, bebida ou regalo, porque eles lhes servem de fruta, o sumo de vinho, e de pão lhes servem umas castanhas, que vem pegadas a esta fruta, que também as mulheres brancas prezam muito, e secas as guardam

37. Estes espaços correspondem atualmente respectivamente a: no Maranhão – “lençóis”, rios Peria e Preguiças; no Piauí – rios “Paraguatú”, denominação do Parnaíba a época (COSTA, 1974, p. 26,) e Iguarassú, atualmente grafado Igaracu; e no Ceará – serra da Ibiapaba (limite entre Piauí e Ceará) e Camocim, hoje município litorâneo com o mesmo nome.

38. Nessa área, atualmente, encontra-se municípios como Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, no Maranhão; Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, no Piauí; Barroquinha e Camocim, no Ceará.

39. “A carne humana que comem he de seus parentes, que estando doentes, de forma que nam possam andar, os matam e os sepultam em suas barrigas” (HERIARTE, 1874, p. 19). É assim que Heriarte conclui o trecho acima. Não encontramos mais documentos referentes ao ato de canibalismo das populações da área litorânea em estudo, parece pouco usual, se é que realmente era praticado.

todo o ano em casa para fazerem maçapães e outros doces, como de amêndoas (SALVADOR, 1627, p. 9).

Além disso, Gilberto Freyre, em “Casa-Grande e Senzala”, afirma também que “[...] dos índios transmitiu-se igualmente ao europeu o complexo do caju – com uma série de aplicações medicinais e culinárias, destacando-se, porém, o seu uso no fabrico de um vinho muito bom, hoje caracteristicamente brasileiro” (FREYRE, 2006, p. 196). Para Freyre, o sentido antropológico de “complexo” implica uma série de traços ou processos interligados ou funcionando como um todo, espécie de constelação cultural, a exemplo do complexo da mandioca e o complexo do leite.

No caso do complexo do caju, a fruta era importante para as populações nativas, forçando parada temporária junto aos cajueiros para colher, selecionar frutos e, então, fabricar o vinho. Entre os séculos XVII e XX, supomos que a população residente no Piauí lançou mão da safra de caju segundo seus interesses culinários, para além do vinho, acrescentou à elaboração do refresco ou suco, o licor e doces em calda ou cristalizados, aparecendo também o doce na forma de massa<sup>40</sup>. Segundo o dossiê produzido pela superintendência do IPHAN no Piauí, para registro da cajuína como patrimônio imaterial, foi nesse período e contexto de permuta de componentes de culturas que surgiu a cajuína. Baptista (1994, p. 111) corrobora com esta questão apontando uma série de alimentos que podemos considerar enquanto heranças culturais dos povos nativos e, no caso da cajuína, diz que “[...] Foi no cauim que o caboclo aprendeu a fazer a cajuína”.

Não se encontrou registro acerca do caju e seus usos culinário e medicinal ao longo dos séculos XVIII e XIX no Piauí, contudo, o melhor é refletir na direção de relativo silêncio das fontes, mas considerável consumo do fruto pela população. No dossiê do IPHAN, percebe-se a dificuldade que pessoas de maior idade têm de se lembrar da expressão cajuína, todavia, lembram remotamente de avós e mães se referindo a vinho de caju. Na passagem do século XIX para o XX, aparece considerável quantidade de registro sobre o caju no litoral do Piauí, Maranhão e Ceará. O maranhense Domingos de Castro Perdigão escreveu, “[...] o que na pratica nós sabemos é ser o caju um succulento e saboroso fruto, muito agradável ao paladar e do qual podemos usar à farta aqui no Maranhão, onde o cajueiro nasce espontaneamente” (PERDIGÃO, 1918, p. 31).

É Humberto de Campos, outro maranhense, que escreve sobre a presença do caju no litoral do Piauí, é a memória da relação de afetividade construída com o seu cajueiro em Parnaíba, no Piauí, percorrendo desde o momento que encontrou a castanha de Caju até o seu plantio e, posteriormente, transformação em um cajueiro “elegante” e “gracioso” que generosamente oferece frutos e doces, o seu velho amigo de infância.

No dia seguinte ao da mudança para a nossa pequena casa dos Campos, em Parnaíba, em 1896, toda cheirando ainda a cal, a tinta e a barro fresco, ofereceu-me a natureza, ali, um amigo. Entrava eu no banheiro tosco, próximo ao poço, quando os meus olhos descobriram no chão, no interstício das pedras grosseiras que o calçavam, uma castanha de caju que acabava de rebentar, inchada, no desejo vegetal de ser árvore. Dobrado sobre si mesmo o caule parecia mais um verme, um caramujo a carregar a sua casca do que uma planta

40. Após o cozimento, a fruta é amassada até virar uma massa pastosa que, juntamente com o açúcar, é novamente levada ao fogo, até caramelizar.

em eclosão. A castanha guardava, ainda, as duas primeiras folhas úmidas e avermelhadas, as quais eram como duas joias flexíveis que tentassem fugir do seu cofre.

– Mamãe, olhe o que eu achei! – grito, contente, sustendo na concha das mãos curtas e ásperas o monstrengo que ainda sonhava com o sol e com a vida.

– Planta, meu filho... Vai plantar... Planta no fundo do quintal, longe da cerca...

Precipito-me, feliz, com a minha castanha viva. A trinta ou quarenta metros da casa, estaco. Faço com as mãos uma pequena cova, enterro aí o projeto de árvore, cerco-o de pedaços de tijolo e telha. Rego-o. Protejo-o contra a fome dos pintos e a irreverência das galinhas. Todas as manhãs, ao lavar o rosto, é sobre ele que tomba a água dessa ablução alegre. Acompanho com afeto a multiplicação das suas folhas tenras. Vejo-as mudar de cor, na evolução natural da clorofila. E cada uma, estirada e limpa, é como uma língua verde móbil, a agradecer-me o cuidado que lhe dispenso, o carinho que lhe voto, a água gostosa que lhe dou.

O meu cajueiro sobe, desenvolve-se, prospera. Eu cresço, mas ele cresce mais rapidamente do que eu. Passado um ano, estamos do mesmo tamanho. Perfilamo-nos um junto do outro, para ver qual é mais alto. É uma árvore adolescente, elegante, graciosa. Quando eu completo doze anos, ele já me sustenta nos seus primeiros galhos. Mais uns meses e vou subindo, experimentando a sua resistência. Ele se balança comigo como um gigante jovem que embalasse nos braços o seu irmão de leite. Até que, um dia, seguro da sua rijeza hercúlea, não o deixo mais. Promovo-o a mastro do meu navio [...]

Aos treze anos da minha idade, e três da sua, separamo-nos, o meu cajueiro e eu. Embarco para o Maranhão, e ele fica. Na hora, porém, de deixar a casa, vou levar-lhe o meu adeus. Abraçando-me ao seu tronco, aperto-o de encontro ao meu peito. A resina transparente e cheirosa corre-lhe do caule ferido. Na ponta dos ramos mais altos abotoam os primeiros cachos de flores miúdas e arroxeadas como pequeninas unhas de crianças com frio.

– Adeus, meu cajueiro! Até à volta!

Ele não diz nada, e eu me vou embora.

Da esquina da rua, olho ainda, por cima da cerca, a sua folha mais alta, pequenino lenço verde agitado em despedida. E estou em São Luís, homem-menino, lutando pela vida, enrijando o corpo no trabalho bruto e fortalecendo a alma no sofrimento, quando recebo uma comprida lata de folha acompanhando uma carta de minha mãe: “Receberás com esta uma pequena lata de doce de caju, em calda. São os primeiros cajus do teu cajueiro. São deliciosos, e ele te manda lembranças...”

Recebendo a carta de minha mãe, choro, sozinho. Choro, pela delicadeza da sua ideia. E choro, sobretudo, com inveja do meu cajueiro. Por que não tivera eu, também, raízes como ele, para me não afastar nunca, jamais, do quintal em que havíamos crescido juntos, da terra em que eu, ignorando que o era, havia sido feliz? (CAMPOS, 2009, p. 135-138).

Através da memória de Humberto de Campos pode-se indicar a produção de uma identidade culinária a partir de uma fruta local e tipicamente piauiense, no caso, o caju. Humberto de Campos rememora a relação de afetividade construída com o seu cajueiro em Parnaíba, percorrendo desde o momento de seu plantio até sua transformação em cajueiro. No decorrer dos anos tem-se toda uma construção de identificação com o cajueiro em função da representação deste para com a terra na qual o memorialista havia vivido sua infância. Trata-se de afirmação de uma identidade regional feita a partir de uma árvore frutífera existente naquele espaço. Além disso, é o doce de Caju o alimento que possibilita a Humberto de Campos a lembrança da terra que havia deixado, e através disto percebe-se uma identidade

culinária com o Caju remetendo a uma região, produzindo, assim, uma identidade regional também nos sujeitos (CARNEIRO, 2003).

Com relação à existência de cajueiros no Piauí e em seu litoral no século XX, através de consulta a publicação do Governo do Estado do Piauí (1923), de uma amostra de 23 municípios<sup>41</sup>, apenas em nove consta a existência de cajueiros. Novamente, melhor refletir no sentido de que cajueiros eram “matas”, vasta cobertura vegetal disseminada de norte a sul do estado, cujos frutos não eram comercializados, e todos tinha acesso facilmente nas terras sem proprietários. Em vários trechos da obra é possível notar a intenção de destacar frutos e árvores com valor comercial, não é ainda o caso do caju. Embora outros trechos da mesma obra apontem uma novidade, o caju deixando a condição de fruta agreste, fruta silvestre, passando para o grupo das frutas cultivadas, como no caso do município de Picos que inicia o cultivo do fruto (PIAUI, 1923).

Parnaíba, município litorâneo, se inclui no rol dos que possuem cajueiro, “[...] na região da costa, além da carnaubeira, que é comum a todos os pontos do município, vemos o cajueiro, os mandacarus, umburanas e inúmeros arbustos” (PIAUI, 1923, p. 73). Não obstante isto, o cajueiro, além de constar nas memórias de Humberto de Campos, é mencionado também nas memórias de Renato Castelo Branco em “Tomei um ita no norte”:

Atravessamos o pomar de frondosas mangueiras e cajueiros de copas espar-  
ramadas, caídas, de galhos retorcidos enterrando-se pelo chão. No mês de  
dezembro, enchiam-se de flores, perfumado o ar. Mais umas semanas e ver-  
gavam os galhos carregados, pintados de vermelho e amarelo, de tanto fruto.  
As mulheres da fazenda, reunidas no alpendre dos fundos da casa-de-telha,  
entravam em atividade, **fazendo cajuína e vinho de caju, engarrafando,  
enchendo os depósitos. Assavam a castanha que os moleques tiravam da  
casaca, quebrando com pedras. E enfiavam em cordões, como pequenos  
terços, ou depositavam em latas para açucarar** (CASTELO BRANCO,  
1981, p. 49-50) (grifo nosso).

Embora não seja possível apontar uma memória afetiva com relação à presença do cajueiro ou mesmo ao consumo dos alimentos produzidos a partir do caju, cabe ressaltar que esta fruta não marcou apenas a memória e experiência de Humberto de Campos, mas também de outros sujeitos que viveram no litoral do Piauí, a exemplo do trecho destacado nas memórias de Renato Castelo Branco.

Ademais, na obra “Livro do centenário de Parnaíba” organizada por Benedicto Jonas Correia e Benedicto dos Santos Lima e publicado em 1945, no rol das fruteiras do município consta o cajueiro, o que possibilita tranquilidade em afirmar a presença de cajueiros no litoral piauiense ao longo da primeira metade do século XX. Pela descrição de Castelo Branco estaremos diante de um complexo cultural? O complexo do caju? Essa mesma descrição revela uma diferença entre “vinho de caju” e “cajuína”, embora não estabeleça os elementos de diferenciação. Mais ainda, é possível relacionar o momento de surgimento da expressão “cajuína” (e não “vinho de caju”, bebida das populações nativas) com o surgimento do cultivo do caju

41. A amostra de 23 municípios abrange todo o Piauí: Livramento, Marruás, Miguel Alves, Oeiras, Paranaguá, Parnaíba, Patrocínio, Paulista, Pedro II, Piripiri, Picos, Porto Alegre, Regeneração, Santa Filomena, São João do Piauí, São Pedro, São Raimundo Nonato, Simplicio Mendes, Teresina, Uruçuí, União, Valença.

(agora não mais “fruto agreste” e “fruto silvestre”)? Para retomar o tema, os verbetes elaborados por Bastos (1994, p. 98): “caju”, “cajueiro”, “cajueiro da praia”, “cajueiros” oferecem pistas interessantes de pesquisa sobre a influência do cajueiro no litoral piauiense.

Desta maneira, para se refletir sobre o Caju enquanto um fruto capaz de produzir Identidades é preciso compreender que este não apenas esteve presente no litoral do Piauí ao longo do tempo, mas também marcou as sociedades que se instalaram e viveram neste espaço. O caju, seu consumo, bem como dos produtos feitos a partir deste, possibilitam então ponderar sobre uma identidade culinária e também sobre uma identidade local.

### Considerações finais

Assim, ao se pensar sobre uma produção de Identidade e Diferença em Parnaíba na primeira metade do século XX através da alimentação no tocante ao caranguejo, peixe e caju, é fulcral considerar que estes alimentos já se encontravam presentes em séculos anteriores e já eram consumidos pelas sociedades nativas que viviam no litoral do Piauí. Pode-se inferir, então, uma continuidade destes hábitos alimentares ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, mesmo com dificuldade de localizar fontes para o período entre os séculos XVI e XIX.

A realização de banquetes pelas elites, o consumo e forma de elaborar certos produtos, como o caranguejo, peixe e caju, não se tratava apenas de um evento social destinado a festejar um determinado acontecimento, mas era também uma forma de promover a distinção social entre as camadas mais e menos abastadas. É possível ainda a percepção destes alimentos enquanto produtores de identidades culturais, a exemplo do caranguejo, conforme as fontes destacadas e do doce de caju e os significados que este tinha para Humberto de Campos, remetendo-lhe a um sentimento de pertencimento ao Piauí ou a Parnaíba, indicando, assim, uma identidade culinária.

Destaca-se ainda que o consumo do caranguejo e do peixe remete a uma identidade culinária distinta no caso do Piauí, ao considerar os alimentos consumidos no restante do estado no início do século XX, especialmente por conta da localização geográfica de Parnaíba. O caju, por sua vez, era consumido em boa parte do estado piauiense no recorte temporal estabelecido, constituindo-se um elo de ligação de Parnaíba com o Piauí quanto a sua identidade culinária.

Desta forma, o que comemos, a forma como nos alimentamos, a maneira que preparamos estes alimentos e as pessoas com quem os compartilhamos, remetem a um “Eu”, a uma Identidade do sujeito e dos grupos nos quais este se encontra inserido. O ato de comer, muito além de uma função meramente biológica, assume uma função simbólica, capaz de produzir distinções sociais, bem como Identidades, conforme observado em Parnaíba, no litoral do Piauí na primeira metade do século passado.

### Referências

BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI, 1994.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarra**s: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1930). 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BORGES, Jóina Freitas. **Sob os areais**: arqueologia, história e memória. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

BRAGA, Daniel Souza. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses**: trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888). Teresina, 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 354 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Departamento de História Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA FILHO, Alcebiades; SILVA, Antônio Wallyson; SILVA NETO, Enos Soares. Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Teresina, v. 3, n.5, p. 4-15, jul/dez, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cajuína do Piauí é mais novo Patrimônio Cultural Brasileiro**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/286>. Acesso em 16.06.2020.

MAIA, Lício José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba**. De aldeia à vila de índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.73-102.

VIEIRA, Antônio. Relação da Missão da Serra de Ibiapaba. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 18, n.18, p.86-138, 1904.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro**: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. Teresina, 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.7-72.

## Fontes

ALMANAQUE DO CARIRI. Edição especial dedicada ao estado do Piauí, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952.

BANQUETE Maçonico. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 29, p. 2, 25 dez. 1910.

BANQUETE. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 8, p. 1, 31 jul. 1910.

- BAPTISADO. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 35, p. 2, 5 fev. 1911.
- BAPTISADO. **Semana**, Parnaíba, ano 2, n. 79, p. 2, 10 dez. 1911.
- BEBEDOURO. **Semana**, Parnaíba, ano 2, n. 67, p. 2, 17 set. 1911.
- CAMPOS, Humberto de. **Memórias e Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.
- CASAMENTO. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 15, p. 2, 13 abr. 1901.
- CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um ita no norte (memórias)**. São Paulo: R L Editores Ltda., 1981.
- CONSORCIO. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 40, p. 4, 5 out. 1901.
- CORONEL João Rosa. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 16, p. 3, 20 abr. 1901.
- CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (org.). **Livro do centenário da Parnaíba (1844 – 1944)**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.
- EXAMES. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 49, p. 2, 7 dez. 1901.
- HERIARTE, Maurício de. **Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Vienna D'Áustria: [s.n.], 1874.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 15 - Municípios do Estado do Maranhão e do Piauí. Rio de Janeiro, 1959.
- MUNICIPIO da Parnahyba. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 6, p. 3-4, 9 fev. 1901.
- PARNAHYBA, 24. **O Aviso**, Picos, ano 1, n. 4, p. 2, 30 dez. 1910.
- PARNAHYBA. **Diario do Piauhý**, Teresina, ano 2, n. 250, p. 1-2, 14 nov. 1912.
- PARNAHYBA. **Diario do Piauhý**, Teresina, ano 2, n. 253, p. 1-2, 20 nov. 1912.
- PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve comer**: adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros. São Luís: J. Pires & Cia, 1918.
- PIAUI (Estado). **O Piauí no centenário de sua independência, 1823/1923**. Teresina, 1923.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. v. 1 – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. Bahia: [s.n.], 1627.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Madri: Francisco Adolfo de Varnhagen, 1871.
- UMA EMPRESA util. **Nortista**, Parnaíba, ano 1, n. 11, p. 4, 16 mar. 1901.

## **Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI**

*Ulisses de Andrade Lima*  
*Francisca Cardoso da Silva Lima*

### **Introdução**

A pesca artesanal marinha no litoral do Brasil, ao longo dos últimos anos, vem passando por processos de desorganização, ocasionados pelo crescente fluxo do turismo de massa, pela especulação e pela consequente expansão imobiliária, que vêm contribuindo para a precarização da mão de obra dos trabalhadores da pesca, provocando o desinteresse na reprodução social e dos saberes tradicionais por parte desses trabalhadores. Fatores como a ocupação de espaços antes ocupados por essas comunidades têm provocado a desterritorialização e o deslocamento para longe dos pesqueiros, fragmentando assim, os laços de companheirismo e compadrio que unem a categoria principalmente em áreas litorâneas no Nordeste brasileiro.

A história da pesca artesanal está ligada, a princípio às comunidades indígenas, que se situavam no litoral brasileiro, onde montavam seus acampamentos e ali permaneciam por longos períodos, até deslocarem-se para outras áreas, principalmente quando as fontes de alimentos começavam a dar sinal de escassez ou, conforme as estações, procuravam sempre áreas próximos de rios e riachos.

Com a chegada dos primeiros europeus à colônia, a ocupação do litoral começa a intensificar-se, as atividades da pesca artesanal começam a desenvolverem-se com base nos conhecimentos trazidos pelos africanos e das adaptações destes, ao modo de pesca praticado pelos indígenas nos rios e lagos, no litoral nordestino.

À exceção da pesca da baleia, as atividades pesqueiras se faziam nas comunidades indígenas e no quadro da policultura litorânea (DIEGUES, 1997 apud LIMA, 2013). Ao tratar sobre a história da pesca artesanal, Ramalho (2008) aborda as origens históricas das relações de produção da pesca artesanal pernambucana. Segundo esse autor, a presença do escravo era de fundamental importância, apesar do contexto adverso em pleno período escravocrata, no Brasil Colônia e Império.

Para Ramalho (2008, p. 267), por volta de 1620, Ambrósio Fernandes Brandão, ao escrever “Diálogos da Grandeza do Brasil”, constatou já haver, em Pernambuco, aguda presença negra escrava na pesca artesanal, questão que revela a importância da atividade e as condições

sociais e econômicas sobre as quais a pesca se encontrava assentada.

Entre os cativos, conforme Silva (2001, p. 87):

Havia os pescadores “*de alto*” - que iam muitas milhas mar adentro, efetivando a pesca em jangadas e utilizando linhas e anzóis; os “*de rede*” – que pescavam no mar de dentro, entre os arrecifes e a linha da costa; os “*camaroeiros*” – que pescavam camarões, pitus e outras espécies de alto valor comercial em mangues e outras áreas litorâneas, munidos de puçás; finalmente, os coletores de caranguejo ou “*caranguejeiros*” os quais coletavam também siris e ostras.

Quanto à organização da pesca, ela se inicia no período colonial, ainda no século XVII, com base escrava. Segundo Ramalho, as corporações de ofício foram trazidas de Portugal e dentre os ofícios o de pescador, que tinha como finalidade fortalecer o domínio político administrativo lusitano em terras do novo continente, de forma que as corporações eram constituídas de várias classes de trabalhadores.

As confrarias, conforme citado pelo autor também tiveram papel importante na organização dos pescadores artesanais no Nordeste, com direito concedido pela administração local para eleger seus representantes, desde que eles respeitassem o princípio da vida ordeira e fossem, portanto, reconhecidos pelas autoridades públicas locais.

No litoral nordestino, a pesca realizada nos moldes de pequena produção prevalece até os dias atuais e é responsável por uma parcela significativa da produção do pescado. Diferentemente do que ocorrera até o fim do Império, a organização da pesca no Brasil república só toma corpo nas primeiras décadas do século XX, embora não reconhecesse o pescador artesanal como uma categoria de trabalhador.

No início da década de 1970, começaram a surgir os primeiros centros organizadores de pesquisa sobre as comunidades marítimas e de pescadores, além disso é crescente o número de cursos de Antropologia Marítima em departamentos de sociologia e antropologia e pouco tem sido realizado na área de história. Dessa forma, somente a partir da implantação desses cursos e das primeiras pesquisas que os problemas enfrentados pela pesca artesanal no Brasil começaram a ter visibilidade.

A história da pesca artesanal no Nordeste está centrada principalmente em pesquisas realizadas em Pernambuco, na Bahia, Paraíba, no Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará. Pouco se produziu sobre o tema no Piauí, o que não impediu que esses trabalhos, realizados em diferentes áreas, contribuíssem para a compreensão da história dos primeiros ocupantes do litoral piauiense e a história da pesca artesanal no litoral do Piauí.

Entre esses trabalhos podemos destacar os que foram realizados no campo do turismo e da Geografia e, entre esses: Silva (2013) “O turismo nas ondas do litoral e das Políticas Públicas do Piauí”, Ferreira (2012) “De quem é o peixe? Representações do pescador e conflito em Barra Grande, Piauí”, Lima (2005) “Condicionantes geoambientais e alternativas de sustentabilidade – Macapá/Luís Correia Piauí”, Freitas, Pamplin, Legat, Fogaça e Barros (2012) “Conhecimento tradicional das marisqueiras de barra grande, área de proteção ambiental do delta do rio Paraíba, Piauí, Brasil”, Baptista (2004) “Caracterização e importância ecológica e econômica dos recifes da zona costeira do Estado do Piauí”, no campo da Antropologia, Lima (2013) “A pluriatividade: uma condição para a reprodução social dos pescadores artesanais de Barra Grande, Cajueiro da Praia/PI”, quanto à área de História, podemos citar, Silva (2015) “Construindo

redes de memórias: narrativas de pescadores sobre desenvolvimento do litoral do Piauí (1970 a 1985)”, podemos citar ainda trabalho de Nascimento, Moraes e Pinheiro (2019) “Identidade e cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí”, no campo da Arqueologia o interesse começa a partir de 1995.

Os primeiros trabalhos foram realizados pelo Núcleo de Estudos Históricos-Geográficos (NEHG), vinculado ao Departamento de Geografia e História (DGH/CCHL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Somente a partir do ano 2000, foram retomados os estudos arqueológicos. Assim, Borges (2004) retoma as pesquisas na região e de lá para cá alguns trabalhos foram realizados a nível de monografias e dissertações, estando citados no artigo de revisão de literatura de Silva e Coutinho em 2017, sobre a pesquisa arqueológica no litoral do Piauí.

Destarte, o autor cita ainda o trabalho de Daniella Neiva (2011), que explora dois sítios costeiros piauienses, na intenção de visualizar seu potencial informativo. Para tanto, foram analisados vestígios presentes no acervo do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP), da UFPI, provenientes de dois sítios costeiros piauienses, Seu Bode (Luís Correia) e Sambaqui da Baía (Cajueiro da Praia). Além do mais, Pedro Gaspar (2011) também desenvolveu pesquisa no sítio Sambaqui da Baía, seu estudo foi no sentido de apontar a relação dos artefatos e elementos naturais com os indivíduos e o seu meio.

Os trabalhos de pesquisa na Arqueologia embora pouco explorado, começaram a ocorrer de forma mais expressiva a partir do ano de 2008, conforme Silva e Coutinho (2017, p.33):

[...] os trabalhos de arqueologia nesse lugar do território piauiense poderão render novos dados e contribuições, [...] na compreensão da natureza dos sítios arqueológicos sob dunas ou sobre dunas e na relação entre as diferentes categorias de artefatos e processos histórico-culturais vivenciados na região litorânea do [...] Piauí (SILVA; COUTINHO, 2017, p.33).

Outrossim, Barra Grande, situada no município de Cajueiro da Praia, no Piauí, está próxima à sede do município e é conhecida pelas belezas naturais de suas praias, sendo uma vila de pescadores que vem perdendo essas características desde que começou a ser explorada pelo turismo, desde o final dos anos 80, quando passou a receber os primeiros viajantes. Dessa maneira, era conhecida pela pesca abundante e pela “fartura”, termo esse sempre lembrado pelos moradores mais antigos como “tempo bom”, tempo distante, que não volta mais, um tempo que está no imaginário dos moradores como “tempos de fartura”.

Para Halbwachs (1990), lembrar é a necessidade de reconstruir, logo, não poderia ser diferente entre os moradores mais velhos de Barra Grande:

A lembrança é reconhecimento e reconstrução, é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS 1990, p. 34).

Lembrar os tempos de fartura pelos nativos é confrontar com os dias atuais, confrontar a fartura e as dificuldades do passado com a escassez do pescado no presente. Desse modo, espécies de pescados como a Cavala (*Scomber Scombrus*), a Pescada (*Cynoscion sp.*), o Serra

(*Scomberomus brasiliensis*) e o Robalo (*Centropomus spp.*) abundantes há alguns anos na localidade, hoje, raramente fazem parte da dieta das famílias de pescadores local, com a exceção dos hotéis, das pousadas e dos restaurantes noturnos, que compram o pescado diretamente nos entrepostos de Camocim no Ceará, Luís Correia ou Parnaíba no Piauí, ou compram de atravessadores que trazem o produto para vender no local. Durante nossa estada para coleta de dados para pesquisa, passamos a acompanhar a chegada dos pescadores e o desembarque do pescado, identificamos a baixa produtividade, assim como a baixa qualidade desses pescados, variados em termos de espécies e em uma escala bem reduzida.

Por conseguinte, a diminuição do número de embarcações, o crescimento demográfico, novos hotéis e pousadas, assim como a construção crescente de novas residências de veranistas para temporada, deram lugar a novas oportunidades de trabalho aos nativos, no sentido de desenvolverem outras atividades fora da pesca, paralelas àquelas que se desenvolvem dentro das unidades familiares, como forma de contribuir para a renda familiar.

Desse modo, Barra Grande já foi um grande entreposto pesqueiro até a década de oitenta do século passado. Atualmente, o turismo é a principal base econômica do município de Cajueiro da Praia, estando em constante crescimento demográfico, mas apresenta uma produção pesqueira decadente, tornando a população local dependente de outros polos produtores de pescado.

A ocupação desordenada de territórios de pesca no litoral do Piauí tem dificultado cada vez mais o acesso às praias, por parte da população nativa que tira da pesca o seu sustento. Assim, a integridade física desses territórios está sendo desrespeitada em nome de políticas desenvolvimentistas nas esferas federal, estadual e municipal, em vários cantos do Brasil, e, no município de Cajueiro da Praia, não tem sido diferente, uma vez que a cada dia os pescadores estão se distanciando dos seus pesqueiros, ocupando-se de outras atividades no lugar da pesca. Em consequência, a exploração desordenada e descontrolada desses espaços pelo lazer, por turistas oriundos de várias partes do país e do mundo, tem favorecido a construção de novas moradias, aumentando consideravelmente as áreas construídas sem nenhum controle urbanístico, que pode no futuro, causar impactos negativos à população e aos recursos naturais, entre esses os estoques pesqueiros.

Diante do quadro de baixa produção pesqueira na localidade e à constante falta do pescado em diversos ambientes, identificamos que a produção local se constitui de espécies variadas, de pouca qualidade acarretando os seguintes questionamentos:

- A baixa produção pesqueira e o aumento do turismo têm contribuído para o aparecimento de novas atividades, novas ocupações com o aproveitamento da mão de obra local?
- A pluriatividade ou atividade fora da pesca tem contribuído para a melhoria do nível de abastecimento das unidades familiares dos pescadores locais?
- A pluriatividade tem contribuído para a reprodução social e cultural dos pescadores artesanais?

Diante dessas indagações este trabalho tem como objetivo geral identificar “Por que a produção pesqueira em Barra Grande vem apresentando sinais de decadência?”. Quanto aos objetivos específicos, propomos investigar se as novas oportunidades de trabalho e a atividade fora da pesca – a pluriatividade – vêm contribuindo para a diminuição da reprodução social dos pescadores e da pesca local; analisar se a pesca artesanal local não é mais uma atividade fim, mas uma atividade secundária entre as unidades familiares de pescadores; identificar se as políticas

públicas e a especulação imobiliária são as causas da fragmentação da pesca local.

Com relação ao percurso da pesquisa, adotamos como metodologia uma revisão bibliográfica sobre a história da pesca artesanal marítima no Nordeste e no litoral do Piauí, visita a órgãos públicos e à Colônia Z-6 para a coleta de dados e informações, a fim de alicerçar a pesquisa, seguida da descrição etnográfica participativa, no sentido de identificar aspectos sociais, culturais e econômicos a partir de observação “*in loco*” de diálogos em unidades familiares, dentre as quais, vinte passaram a ser analisadas. Essas análises foram feitas a partir de encontros e visitas casuais e informais, nas reuniões na Colônia de pescadores, assim como na observação das relações de trabalho entre os pescadores, para a compreensão de suas manifestações, com o intuito de compreendermos o pescador artesanal, sua história, seu modo de vida, reprodução social, cultural e intelectual, culminando com a formulação de questionários semiestruturados, conforme a realidade em que vivem esses pescadores.

Como fundamento teórico a pesquisa se apoia nas discussões sobre a pluriatividade ou multifunções, às quais os pescadores artesanais têm recorrido para diversificarem suas fontes de renda. Tal condição teve impactos consideráveis na reprodução social dos pescadores em várias regiões do país, como a redução do número de filhos dispostos a trabalharem na pesca. Anjos, Nierdele e Caldas (2004) demonstram que a condição econômica do pescador artesanal o induz a abandonar a atuação no setor, sendo assim, para ele, os filhos dos pescadores passaram a atuar em outras atividades fora da pesca.

Isso posto, em Barra Grande, a pluriatividade tem se ampliado à medida que novos postos de trabalho estão surgindo, principalmente em trabalhos por conta própria, onde a maioria desses trabalhadores estão na informalidade, porque possuem registro de pesca e recebem recursos provenientes das políticas públicas, outros são empregados assalariados, pois, possuem segurança e uma renda mensal certa e por serem serviços menos penosos, como no comércio, hotéis, pousadas e restaurantes.

### **Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI: aspectos históricos**

Barra Grande está localizada no município de Cajueiro da Praia, entre as coordenadas 02°55’40” S e 41°24’40” W, no extremo norte do estado do Piauí, possuindo uma faixa de praia com 4 quilômetros de extensão. Compõe a microrregião do litoral piauiense e constitui também o limite leste da APA do Delta do Parnaíba, correspondente ao Piauí. A principal atividade econômica que ali se desenvolve é a do turismo, seguida da pesca artesanal e carcinicultura, que se somam ao comércio de bares, restaurantes, pousadas e hotéis.

Até 1994, toda a faixa de praia que se estendia de Luís Correia até seu limite com o estado do Ceará era política e administrativamente jurisdicionada a este município, em 1997, Cajueiro da Praia era uma vila de pescador, que obteve sua emancipação política passando à categoria de município, sendo desmembrado de Luís Correia, incorporando assim Barra Grande ao seu território. Segundo o último censo do IBGE, realizado ainda em 2010, o município de Cajueiro da Praia, possuía 7.674 habitantes, distribuídos em uma área de 271,707 Km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 26,36 hab/Km<sup>2</sup> e um crescimento populacional em torno de 10% em relação ao censo de 2000. O distrito ou comunidade de Barra Grande é o mais populoso do município e o mais procurado pelos que fazem o turismo interno e de várias partes do mundo.

Sobre a região, há relatos de viajantes dando conta de que os primeiros habitantes

seriam os índios Tremembé. Esses eram exímios pescadores, praticavam a pesca de jacumã (técnica de pesca em que o pescador se posicionava sobre um giral com uma lança feita de maçaranduba (*Minilkara zapota*) e pau-d'arco (*Tabebuia impetiginosa*), usada para capturar o pescado – técnica utilizada até bem pouco tempo (SOUSA 2010 apud LIMA 2013). Os Tremembé, além de habitarem também transitavam todo o litoral do Piauí até a foz do rio Parnaíba e estavam aldeados Ceará.

Pelo Decreto nº 3.012, de 22 de outubro de 1880, a Província do Piauí cedeu à Província do Ceará dois municípios - Independência e Príncipe Imperial, em troca de uma pequena faixa litorânea da freguesia de Amarração, estendendo essa faixa de praia em favor do Piauí até a foz do rio Timonha, que desde então passou a servir de limite entre os estados do Piauí e Ceará (LIMA, 2013).

Há alguns anos, mais precisamente meados dos anos 70, do século passado, eram muitas as dificuldades de deslocamento de pessoas da comunidade para as cidades mais próximas, no caso Luís Correia e Parnaíba. Poucos eram os veículos que se aventuravam a chegar até o povoado de Cajueiro da Praia ou Barra Grande, logo, em qualquer situação que exigisse um atendimento de urgência de um morador era preciso percorrer até 50 Km, de estrada ruim, ou atravessar o rio Cardoso de canoa e caminhar pela praia para pegar o trem, que nesta época chegava até Luís Correia, nesse percurso, a principal dificuldade era a travessia do rio, na qual havia um passador, o senhor J. Q. – era a pessoa que fazia o serviço de travessia de um lado ao outro do rio em uma canoa – J. Q. nos contou que desde jovem e durante muitos anos fez esse trabalho, e, segundo ele, após o término desse percurso os desembarcados seguiam a cavalo, a pés, ou de jumento durante o restante da viagem, seguindo pela praia.

No encontro com o J. Q. que também era pescador, contou-nos que preferia trabalhar como passador do que ser pescador. Ao tempo que rememorava sua trajetória de vida e da comunidade com detalhes sobre as festas local e sobre seu trabalho:

desde novo fui trabalhar de passador lá no rio... só pescava no rio, não gostava de pescar no mar, não me acostumei, eu lembro de quantas vez... eu atravessava jumento colocando duas canoas e guiava eles nadando do outro lado pra não separar, aqui não tinha estrada. A saída era atravessar o rio mesmo (J. Q. 95 anos).

Além da pesca, o peixe seco, o camarão e o sal, a criação de cabras e galinhas eram a garantia do suprimento nos períodos em que a pesca diminuía ou durante o “defeso” - época em que é proibido pescar ou caçar - somente o excedente era vendido em feiras e mercados em Luís Correia ou Parnaíba. Ainda, havia escassez de recursos monetários, porque havia mais trocas de produtos do que a venda propriamente dita, os principais compradores ou negociantes geralmente eram os “camboeiros” - referência feita aos pequenos comerciantes que percorriam a região, procedentes de cidades serranas do Ceará - nesse percurso eles negociavam com os moradores local a rapadura e a farinha, por sinal, muito importantes na dieta dos pescadores, e peixe seco e o camarão.

Destarte, a troca tornava possível a vida social local, sendo essa de fundamental importância para o suprimento de outras necessidades básicas. Desse modo, o peixe seco, assim como o camarão, era acondicionado em jacás e transportados em lombos de animais para povoados e cidades próximas. O processo de venda e troca nem sempre ocorria como o esperado, os com-

pradores nem sempre compareciam, há relatos de moradores mais velhos como Dona S. (83 anos) – que relata que, entre os anos 60 e 70, houve uma fatura de peixes tão grande que os pescadores e familiares tinham que virar a noite, “consertando, escalando e salgando” – linguagem usada pelos pescadores para eviscerar, descamar e salgar o peixe – segundo ela os homens se ocupavam de pisar o sal em pilões para a salga. Há relatos que, em algumas vezes, tiveram que enterrar parte do pescado do dia devido às dificuldades para a conservação do peixe.

[...] havia muita fartura de peixe, mas a necessidade também era muito, todo mundo... aqui era pouca gente, todo mundo gente pobre, mas não faltava peixe... aqui tinha na beira da praia várias pesqueiras, tudo cheia de peixe.

Um mapa cognitivo foi elaborado conforme os moradores iam relatando como era o lugar, suas dificuldades, a relação que tinham e têm com seu ambiente de trabalho, os espaços de moradia e a vivência (figura 1).

Figura 1 – Mapa cognitivo do povoado Barra Grande, entre os anos 50 e 70



Fonte: Lima (2013).

Segundo o relato desses pescadores, antigamente, “tinha fartura, mas também muita necessidade”, no imaginário dessas pessoas não há como comparar o passado com os dias atuais, para muitos, “neste... não se vê o peixe”. Dentro desse universo de fartura e abundância, imperava a necessidade do mais básico, que era o recurso monetário para adquirir o alimento, fazer frente às necessidades de bens materiais, à assistência médica e ao transporte. No diálogo observa-se uma referência ao tempo passado, sempre no sentido de comparar com o tempo presente, Woortmann (1992) diz que o passado entre os pescadores do Nordeste, embora seja lembrado como tempo de abundância, esse nem sempre era mediado pelo dinheiro.

Outros atores também falam do isolamento que viviam no passado, uma de nossas informantes, pescadora (66 anos) nos relatou que:

Naquele tempo... tinha muita fartura, mas a gente não tinha uma casa decente para morar.... aqui pra nós os piores dias era quando chegava o período chuvoso. O que chovia lá fora também chovia dentro de casa... a gente não sabia onde colocar as crianças... não tinha pano pra cobrir todos eles... a gente só tinha uma muda de roupa... quem disse que a gente podia comprar roupa... era tudo remendado... hoje tá diferente... a gente tem uma casa boa, tem geladeira, fogão, televisão, telefone... a gente tem tudo... graças a Deus... mas o peixe pra gente vender é pouco não dá... dá pra comer... sobrar pra vender não sobra... tem dia que dá, tem dia que não dá.

A chegada da energia elétrica na localidade se deu no ano de 1982, as lembranças do passado fazem parte da memória coletiva entre os mais velhos, que, sempre que provocado individualmente ou coletivamente, se reconstitui. Consequentemente, segundo Halbwachs (1990), é baseada nas lembranças dos grupos como por exemplo, a família, ou o ambiente de trabalho que o indivíduo participa, apresentando dois tipos de memória, a individual e a coletiva. Para o autor, ainda que apenas um indivíduo tenha a percepção de ter vivenciado certos eventos e contemplado objetos, acontecimentos os quais apenas ele viu ou presenciou, as lembranças acerca desses continuam sendo coletivas.

Nos últimos anos, existe uma supervalorização das áreas de praias nessa região, muitos dos antigos moradores venderam seus imóveis próximos ou frente ao mar e transferiram suas moradias para locais mais distantes da praia, ocupando áreas periféricas consideradas insalubres e de risco de inundação, longe dos pescadores e do acesso mais direto aos espaços de trabalho, no caso o mar, conforme a figura 2.

Figura 2 – Fotografia de satélite: Barra Grande no ano de 2019.



Fonte: Google Earth (2021).

De acordo com o discurso coletivo entre os pescadores locais, a produção pesqueira em Barra Grande começou a entrar em queda nos anos 90. Para esses informantes só havia produção quando a pesca era feita por meio de baiteira – embarcação com condições de se afastar para

pescar longe da costa e contar com maior capacidade de carga, autonomia para mais tempo no mar - condição que ampliava as possibilidades de pescaria em maior escala, as armadilhas de currais também representavam uma parcela significativa da produção local, que atualmente se encontram em número bem reduzido.

Quanto à baitera, o proprietário ou armador local na época era quem fazia o aviamento da produção local, ele exercia o monopólio sobre a produção, era exclusividade dele “comprar e vender” todo o pescado que era desembarcado na praia, sendo também o responsável pela manutenção do rancho dos pescadores quando estavam pescando e de seus familiares que ficavam no continente. Levando isso em consideração, por ocasião da prestação de contas era descontado o “rancho” alimento que era adiantado aos pescadores durante a pescaria e o que era passado aos familiares, os produtos sempre tinham valores majorados acima do preço de mercado como é a lógica do aviamento.

O aviamento conforme Alves (2006 apud LIMA, 2013, p. 112), ocorre em consequência das características de cada região “[...] como distância, isolamento entre os povoados e os centros consumidores, o difícil acesso e à escassez da moeda”, isso torna o coletor de produtos extrativos dependente do intermediário. Nessas condições, segundo o autor “[...] o financiador tinha ampla liberdade na fixação dos preços” “[...] de certos insumos da produção e certos bens de subsistência a serem pagos em produtos extrativos”.

## **Resultados e discussão**

Alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil apresentam explicações para a existência da pluriatividade no país, em geral, e na região Sul, em particular. Segundo Nascimento (2008 apud LIMA, 2013, p. 97), “[...] a sua existência é atribuída às transformações ocorridas no macroambiente socioeconômico onde estão imersas as famílias rurais, de modo que o novo ambiente que se configura oferece alternativas de ocupação e renda às famílias rurais [...]” e dos pescadores artesanais, alternativas essas estranhas ao universo estritamente identificado com esses campos de atividades.

Do ponto de vista do autor, a pluriatividade ocorre em todas as regiões do Brasil, então, observar e analisar sua evolução é tão importante quanto atestar a sua existência, existência, que certamente possui significados diferenciados nas diversas regiões do país.

Apesar dos poucos trabalhos voltados para os debates sobre pluriatividade na pesca artesanal, o tema só ganhou destaque no momento em que as discussões se voltaram para a família. Quando as análises das atividades, principalmente agrícolas, passaram para um segundo plano, os estudos foram deslocados do âmbito da produção e passados diretamente à família, incorporando assim as atividades e as rendas não-agrícolas de todo o conjunto dos seus membros.

Em vista do que foi supracitado, a pluriatividade é discutida por esses autores tendo como campo de análise as atividades agrícolas e não-agrícolas executadas dentro ou fora da unidade de produção familiar, até então com poucos estudos relacionando-a à pesca artesanal. Nessa direção Firth (1974) foi um dos primeiros autores a propor uma equiparação entre o pescador artesanal e o camponês o que corroborou para o surgimento dos primeiros trabalhos sobre pluriatividade na pesca artesanal, particularmente devido à proximidade entre as duas categorias, depois, pela forma como essas são reconhecidas por órgãos governamentais para

acesso às políticas públicas.

Igualmente ao agricultor, o pescador artesanal guarda características muito parecidas, a exemplo, tem-se a forma social e familiar como se organizam, o que fez com que elas fossem as bases para definir as políticas públicas no Brasil, voltadas para as duas categorias, especialmente para o acesso ao Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRO-NAF), à Previdência Social, entre outros.

Ademais, como resultado das políticas para agricultores e pescadores, surgem as primeiras contribuições para as pesquisas voltadas também para a pluriatividade na pesca artesanal. Em consonância com Anjos, Nierdele e Caldas (2004), o turismo desponta como uma atividade emergente articulada à pesca artesanal, que por sua vez introduz modificações substanciais na dinâmica das atividades das comunidades. Para o autor, muitas famílias de pescadores artesanais veem-se ameaçados de sobreviver na e pela atividade. Algumas delas optam por abandonar definitivamente o exercício, ao passo que outras ampliam consideravelmente o leque de estratégias de reprodução social aproveitando as oportunidades que surgem com o turismo.

Em Barra Grande, a precarização da atividade da pesca artesanal, do ponto de vista das condições materiais, humanas e da própria produção, faz com que muitas famílias recorram a atividades fora das unidades familiares, no sentido de ampliar suas estratégias de reprodução social e elevar também o nível de consumo da unidade, mesmo levando em conta que a adoção de outras atividades não seja tão peculiar entre as famílias de pescadores.

Devido aos baixos rendimentos da atividade da pesca, em média de um a dois salários-mínimos, conforme relatado pelos informantes, a busca por trabalhos fora da pesca é necessária para reforçar a entrada de recursos monetários, principalmente na entressafra, ou durante o defeso para contribuir, também com a reprodução material.

Como política pública o defeso é um benefício dado aos pescadores artesanais, ele é concedido durante o período de proibição da pesca, que compreende toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. Diante disso, é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique. O valor do benefício é de um salário-mínimo durante o período que durar a proibição.

Considerando o exposto anterior, a instituição do “defeso” obrigatório significa não apenas a possibilidade de perceber uma remuneração durante um período, mas a expectativa de obter a aposentadoria decorrente do exercício da atividade. Esse fato altera substancialmente os quadros de referência dos indivíduos e dos grupos domésticos a que se acham vinculados.

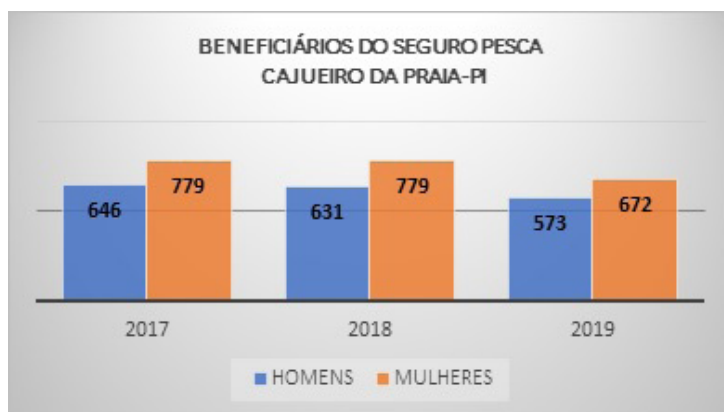
Por sua vez, a pluriatividade tem a função de manter as condições da unidade familiar no sentido de garantias de qualidade de vida, mas também tem contribuído para manter, na informalidade, boa parte da mão de obra formada por pescadores e “pseudo-pescadores” - aqueles que têm registro de pesca e não são pescadores - pois, uma vez que tenham outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, impede que possuam acesso às políticas públicas como o Seguro Defeso.

Dessa maneira, embora os conhecimentos e as práticas sejam atributos legais para o reconhecimento da identidade social do pescador(a) artesanal e necessário para assegurar a sua inserção na colônia ou associação como tal, na prática o que se observou na Colônia Z-6, em Barra Grande, foi a existência de uma rede de relações de parentesco entre os associados.

Foi possível identificar um número surpreendente de pessoas que se “auto identificam”

como pescador(a) artesanal sem ser, essas estão associadas à colônia e possuem registro de pesca, ao mesmo tempo em que há pescadores que realmente trabalham na pesca e que não possuem o registro. Durante o trabalho de campo foi possível perceber que havia um número substancial de mulheres com inscrição na colônia em relação aos homens. Consultando dados oficiais no Portal da Transparência do Governo Federal, identificamos que pagamentos do benefício Seguro Pesca, destinados ao município de Cajueiro da Praia, que tem sede da Colônia Z-6, em Barra Grande, apontam que nos anos de 2017, 2018 e 2019, o número de mulheres beneficiárias foi superior ao dos homens (gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Beneficiários do Seguro Pesca – Cajueiro da Praia



Fonte: Portal da Transparência Governo Federal (2020).

A forma de acesso ao benefício tem mudado ao longo dos anos e, hoje, filhos e filhas de pescadores, logo que atingem a idade adulta, são incentivados a fazerem o registro na Colônia como pescador(a) mesmo sem desenvolverem qualquer atividade pesqueira. Esse é o primeiro passo para garantir os benefícios da previdência social e de outras políticas públicas de governo. Caso essas pessoas se casem ou se mudem para outro lugar, optam por permanecerem ou não vinculados à colônia.

As colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores são constitucionalmente reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no Art. 195, § 8º da Constituição Federal de 1988.

Barbosa (2009 apud LIMA, 2013, p.125) afirma que '[...] ao estabelecer a Colônias de Pescadores e o restante do sistema representativo desses profissionais, o controle do Estado brasileiro foi pautado em interesses hegemônicos que visavam ao controle da força de trabalho na pesca e ao fomento das indústrias pesqueiras. Dessa forma, segundo o autor, "[...] o Estado conseguiu o avanço tecnológico controlando o objeto e o trabalho no território nacional".

Posto isto, as políticas públicas voltadas para o setor da pesca artesanal nem sempre alcançaram os objetivos a que se propõem. O setor passa por dificuldades principalmente por entraves burocráticos e operacionais de acesso ao crédito pelo agente financiador, por falta de garantias de pagamento do financiamento da parte do proponente ao crédito.

As políticas públicas e a pluriatividade contribuem para a permanência do pescador na pesca, mas não são capazes de provocar mudanças estruturais das unidades produtivas,

por outro lado, permitem que essas tenham acesso a outros bens materiais e de consumo conforme quadro 1.

Quadro 1 – Famílias que combinam pesca com outras atividades ou que vivem somente da pesca.

| Unidades familiares de Pescadores Pluriativas                | Quant. | (%)   |
|--------------------------------------------------------------|--------|-------|
| Famílias que combinam pesca com outras atividades fora desta | 16     | (80%) |
| Famílias que vivem apenas da pesca e do Seguro Defeso        | 4      | (20%) |
| Total                                                        | 20     | 100%  |

Fonte: Lima (2013)

Desse modo, 80% das unidades familiares afirmaram que diversificam suas atividades, enquanto 20% dizem viverem exclusivamente da pesca e das políticas públicas, e é nessas unidades que encontramos os mais velhos e aposentados.

Quanto ao número de pessoas por domicílio ou unidade familiar, os que vivem da pesca e das políticas públicas são os que apresentaram o maior número de pessoas por unidade, em média cinco a dez pessoas entre filhos e netos.

Outrossim, a falência e o posterior fechamento da fábrica de gelo e do entreposto pesqueiro de Barra Grande são exemplos de política pública que não deram certo. Em sequência, o exposto anterior é apontado como a causa do declínio da pesca na localidade pois, a associação dos pescadores, segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) texto nº 435, publicado em setembro de 1996, não considerou a possibilidade de reter taxas dos beneficiários para manter o funcionamento e a manutenção da fábrica na localidade, assim, a falta do gelo limitou a pesca para próximo da costa (SOARES, 1996).

Em Cajueiro da Praia, as embarcações de todo o município representam 98,3% de canoas que medem entre 4 e 6 metros, com propulsão a vela e remo, convés aberto e quase todas sem caixa de gelo, dados colhidos de relatório da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), no ano de 2005, por sinal o último levantamento sobre a frota pesqueira marinha do Piauí.

Seguindo essa linha de raciocínio, quanto à reprodução social dos pescadores artesanais de Barra Grande, identificamos, em vinte unidades familiares, elementos ligados à pluriatividade, por esse motivo a reprodução social não se faz presente na maioria dessas unidades, uma vez que novas alternativas para auferir recursos fora da pesca, aliadas às políticas públicas, vêm permitindo que esses pescadores permaneçam na pescaria embora não necessariamente dependentes dessa.

## Conclusão

Os pescadores de Barra Grande formam uma categoria composta cada vez mais, por homens que operam no limite de suas idades, logo, recorrer a outras atividades como estratégias para fazer frente às necessidades básicas da unidade família não é garantia de reprodução social dos pescadores local. Destarte, a maneira como se dá a inserção da renda proveniente de outras fontes de trabalho fora da pesca não garante a manutenção de um contingente de reserva no universo familiar, capaz de se dedicar somente à pesca, que por sua vez estaria sendo garantida por esses aportes, ou seja, a reposição da força de trabalho constitui, portanto, o ponto de estrangulamento da pesca na comunidade.

Enquanto as unidades pluriativas têm maior número de pessoas por unidade familiar, possuem maior possibilidade de auferir recursos de outras fontes de renda e manter o equilíbrio das despesas da unidade, quanto aos núcleos exclusivamente pesqueiros apresentam o inverso, consequentemente, são essas as unidades que representam maior número de pessoas por unidade familiar, onde seus componentes passam mais dificuldades.

Desse modo, os recursos oriundos de outras fontes, ao ingressarem na unidade, asseguram, por outro lado, um nível de consumo razoável na unidade, embora não tenha sido identificado que haja a reprodução social – tratada como o ingresso de novos indivíduos e os saberes tradicionais na atividade pesqueira – como pescador. Com base na melhoria da qualidade de vida que vem sendo alcançada por essas famílias, acreditamos, pelos condicionantes vigentes até então, que a lógica ainda é de um distanciamento produzido pela dinâmica da escassez e da insegurança própria da pesca artesanal o que contribui para desestimular os jovens a terem a pesca como profissão, preferindo outras atividades em que a entrada de recursos monetários ocorra de forma mais rápida e menos penosa e com mais segurança, o que não é o caso da pesca.

Constatou-se que o aporte de recursos provenientes da atividade fora da pesca – pluriatividade – juntamente com as políticas públicas, está contribuindo para a permanência, por mais tempo dos jovens em salas de aula no município, o que pode também ser um indicador da baixa reprodução social, por conseguinte, a ausência de jovens na pesca. A reprodução social não depende de uma atitude individual ou coletiva da família, já que é construída conforme as condições que se apresentam cotidianamente, seja numa dimensão sociocultural, econômica ou política, favorável ou não, de forma que possam trazer resultados benéficos à sua continuidade.

Portanto, por se tratar de atividades recorrentes entre os pescadores, a pluriatividade ainda se dá de forma bastante lenta entre setores que necessitam de mão de obra especializada, especialmente para a exploração de atividades relacionadas ao turismo, a bens e serviços.

## Referências

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. **Boletim Museu Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio/ago. 2006.

ANJOS, Flávio Sacco dos; NIERDELE, Paulo André, CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 3, p. 9-42, dez./2004.

BARBOSA, Jacinta Cristiana. **Pescadores artesanais e políticas públicas: o Pronaf em Anchieta** – ES. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/seguro-defeso?ordenarPor=portaria&direcao=asc>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**

(org.). São Paulo: Cortez, 1997. p. 407-432

FIRTH, Raymond. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GOOGLE EARTH PRO. Imagem CNES/Air Bus, data da imagem: 22/01/2019. Disponível em: [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com). Acesso em: 15 jun. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SOARES, Ricardo Pereira. **O financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)**. Brasília: IPEA, 1996.

LIMA, Ulisses de Andrade. **A Pluriatividade: uma condição para a reprodução social dos pescadores de Barra Grande, Cajueiro da Praia – PI**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas, uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série BNB Teses e Dissertações, 11)

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 24, n. 2, p. 261-285, jul./dez. 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da; COUTINHO, Hebert Rogério do Nascimento. Entre fatores ambientais e culturais: arqueologia no litoral do Piauí desde os anos 1990. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas, Ilhéus**, v. 17, n. 30, p. 15-37, jan./jun. 2017.

SOUSA, Rosemary da Silva. **Etnobotânica e Etnozoologia de Comunidades Pesqueiras da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS, ano 7, n. 18, p. 41-62, 1992.

## A puericultura visando a sanidade e a atuação filantrópica em Parnaíba-PI (1937-1945)

*Joseanne Zingleara Soares Marinho*

### Introdução

Foi no contexto da valorização da medicina preventiva por meio de iniciativas como a higiene, além da valorização do amparo infantil como uma questão vinculada ao progresso, que a puericultura se notabilizou como área médica que visava a preservação da saúde das crianças. Como afirma Madel Luz (2019), a medicina moderna evidenciou um deslocamento epistemológico e clínico em que uma arte de curar os indivíduos transformou-se em uma disciplina das enfermidades. Quando a ideia de infância foi gestada no contexto de aceleração da sociedade capitalista urbano-industrial, passou-se a requerer de forma mais entusiástica que a criança fosse alvo de cuidados cotidianos intensivos e amplos. Era visada a formação de um ser adulto que se tornasse saudável e produtivo para o progresso da nação, articulando os interesses de afirmação da autoridade científica com a construção de espaço de atuação médica, o que propiciaria um novo lugar de poder junto aos poderes públicos e as iniciativas privadas de cunho filantrópico.

Nesse sentido, a proposta do capítulo é analisar como a atuação filantrópica adquiriu notoriedade diante dos poderes públicos para a constituição do ideário, das técnicas e das iniciativas de puericultura desenvolvidas pelo setor médico de Parnaíba, município localizado na zona litorânea do Piauí. Isso ocorreu entre os anos de 1937 e 1945, período em que as práticas de medicina preventiva infantil passaram a ter uma distinta relevância social como meio para atingir o progresso e a civilização da nação. A questão observada no município é intrigante, pois o poder público estadual atuava de forma mais presente nas iniciativas de assistência à saúde em Teresina, tanto que a capital acabou tornando-se um centro de oferta de serviços, enquanto isso, os municípios do interior do estado disponibilizavam uma atuação marcadamente incipiente. No entanto, em Parnaíba ocorreu a inauguração de estabelecimentos e serviços, alguns dos quais não existiam nem mesmo na capital. Isso foi observado não somente no que se refere ao atendimento de crianças por meio da puericultura, ou mesmo da pediatria, mas com relação à assistência em saúde de caráter geral.

Para a execução da pesquisa utilizou-se um *corpus* de fontes primárias que foi analisado a partir de obras que se constituem como referências de caráter teórico e metodológico. As

fontes primárias foram compostas por notícias e imagens divulgadas no Jornal Diário Oficial do Piauí, artigos da Revista da Associação Piauiense de Medicina e documentação oficial do Estado. Este material documental foi abordado a partir da contribuição de autores que discutem o campo de história da saúde e das ciências a partir das temáticas de constituição do campo médico, assistência social, maternidade, infância e políticas públicas, tais como: Gilberto Hochman (1998), Maria Martha Freire (2009; 2015), Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira (2010), Madel Luz (2019), além de outros.

### **Algumas notas sobre o conhecimento médico da puericultura**

A ciência médica construída a partir de uma miríade de conhecimentos especializados comprovados de forma rigorosa, tal como é conhecida contemporaneamente no mundo ocidental do século XXI, não pode ser entendida de forma naturalizada, antes, foi resultado de um processo, passando a ser configurado de forma mais perceptível a partir do final dos setecentos (FOUCAULT, 2011). A estrutura do saber médico passou a consistir, primordialmente, em uma nova forma de perceber e intervir sobre as enfermidades visando a saúde, seu contraponto tão desejado. A referência passou a ser mais pautada em uma racionalidade científica frequentemente construída a partir de uma almejada ruptura com a concepção de natureza, sendo passível de exploração pelos métodos de objetivação que marcaram a medicina como saber racional, em que pese a convivência, por vezes combativa, e outras integradora, com uma ampla diversidade de artes de curar formuladas e executadas por praticantes não diplomados.

Como desdobramento do processo de racionalização, a partir do século XIX, a medicina passou a estabelecer-se como saber de referência, não somente no que se refere ao corpo dos indivíduos no espaço privado da família, mas também no âmbito dos espaços urbanos, com o sentido de controle da coletividade. Nesse sentido, o saber médico passou a caracterizar-se “[...] por uma penetração cada vez maior na sociedade, como objeto de reflexão e prática, e como apoio indispensável ao exercício de poder do Estado.” (VIEIRA, 2015, p. 19). O respaldo científico foi essencial para que os poderes públicos pudessem chancelar a autoridade do poder médico, propiciando uma parceria que, por sua vez, também foi estabelecida com instituições de cunho filantrópico.

Com o processo de medicalização em curso, mas ocorrendo de forma desigual nas sociedades ocidentais, pelo menos, até o terceiro quartel do século XX, a intervenção médica passou a ser verificada de forma cada vez mais dinâmica.<sup>1</sup> Isso ocorreu não somente no que se refere à terapêutica das doenças, mas, sobretudo, com relação à valorização da prevenção para manter a saúde. As práticas profiláticas foram fundamentadas com o chamado movimento sanitário, no qual os médicos orientavam a disciplina de cada indivíduo consigo, com seus familiares e a coletividade, espalhando-se, ainda, dos espaços domésticos para o âmbito público (HOCHMAN, 1998). Esses profissionais, normalmente especializados em saúde pública e administração sanitária, eram considerados não somente responsáveis pela prescrição das condutas higiênicas, mas também se tornavam educadores da população. Isso ocorria porque instruíam para a condução de novos hábitos, com vistas a melhorar as condições de saúde, uma vez que propugnavam que grande parte dos problemas da nação estava relacionada às questões de ordem sanitária.

1. A medicalização é um termo utilizado em referência à crescente apropriação dos modos de vida da população pela medicina (FOUCAULT, 1996).

Em tal conjuntura, a puericultura era concebida como uma especialidade do conhecimento médico que tinha o objetivo de conservar a condição saudável das crianças. A intenção é que elas fossem geradas, chegassem ao mundo e se desenvolvessem de forma adequada, conforme a faixa etária. Para isso, era necessário o amparo contra os múltiplos perigos dos fatores ambientais e sociais que representassem ameaças à sanidade. Os conhecimentos referentes à puericultura representavam, desde os seus primórdios, a articulação concreta de práticas para a concretização de um projeto claramente identificado nos Estados modernos europeus do século XVIII. Conforme Jacques Donzelot (2001), a saúde das crianças era particularmente visada em um contexto no qual os países disputavam o poder a partir de atributos como a expansão dos mercados e a dimensão dos exércitos nacionais.

Nos oitocentos, a preocupação com o obituário infantil passou a ser mais bem delineada no mundo ocidental. Isso foi verificado no contexto de transformações mais aceleradas que se tornavam aparentes com o crescimento urbano, a identificação com o ideário de modernização, a valorização dos modos de vida burgueses, bem como a afirmação do conhecimento científico, em que se destaca a medicina. A conscientização da condição da mortalidade infantil tornou-se um problema social associado a elementos de ordem demográfica, médica e patriótica. Pode-se observar que a questão se tornou mais notável na Europa em virtude de aspectos como as consequências das guerras mundiais, o que resultou na queda da fertilidade “[...] considerada ameaça potencial de despovoamento, tornou-se um dos alvos da ampla política desenvolvida no período [...]” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 200).

A partir dessa nova dimensão, as iniciativas governamentais de cunho notadamente natalista transformaram a condição da maternidade em uma questão de interesse do Estado. Como resultado, foram tomadas medidas emergenciais visando agir em defesa das crianças, tais como a execução de iniciativas de saneamento, a elaboração de legislações protetivas, a criação de organismos internacionais, a fundação de instituições de assistência, a instalação de estabelecimentos de saúde, assim como a inserção da disciplina de puericultura nos currículos das escolas femininas. As iniciativas de caráter protecionista, onde se destacam as questões de preservação da saúde, foram executadas nos países europeus, pelo menos de forma mais expressiva, a partir das primeiras décadas do século XX (THANE; BOCK, 1996). Contudo, as leis e os regulamentos visando a proteção social voltada para as mães e seus filhos, em que pese a saúde, foram estabelecidos de forma diversa, sendo específicos em cada contexto, conforme as necessidades, condições e interesses dos poderes públicos, comunidade médica, associações de filantropia, além das organizações feministas.

No Brasil, a valorização do bem-estar das crianças apresentou alguns pontos de contato, mas também aspectos que estabeleciam nítidos distanciamentos em relação aos países mais desenvolvidos da Europa. Foi no ano de 1790 que Francisco Franco, um médico cuja trajetória ainda é pouco estudada na historiografia brasileira, publicou a obra intitulada Tratado da Educação Física dos Meninos, sendo considerada por alguns pesquisadores como o pioneiro na área da puericultura.<sup>2</sup> No entanto, a repercussão desse conhecimento primordialmente definido a partir de uma concepção ainda nascente da higiene, passou por um processo de definição

---

2. Francisco de Mello Franco era natural de Paracatu-MG. Formou-se em medicina na Universidade de Coimbra no ano de 1785. Ainda em terras portuguesas, dedicou-se à clínica e tornou-se renomado em Lisboa, compondo, inclusive, a junta médica que declarou a insanidade de D. Maria I. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1817, quando retornou ao país como integrante da comitiva de D. Leopoldina da Áustria (ABREU, 2006).

mais efetivo a partir do estabelecimento das academias médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro do século XVIII.

Como uma continuidade do processo de definição da área médica destinada ao público pueril, em 1833 ocorreu a criação do ensino da medicina infantil vinculado à obstetrícia. Mas, conforme Clemax SantAnna (2009), foi no ano de 1882 que a indicação do médico Moncorvo de Figueiredo, enfim, possibilitou a criação de uma cadeira autônoma de clínica de moléstias de crianças nas faculdades de medicina brasileiras.<sup>3</sup> Os argumentos utilizados para a referida demanda, foram pautados nas peculiaridades climáticas de um país tropical, que exercia influência sobre a etiologia das doenças, afetando especialmente as crianças, em virtude do organismo mais frágil (SANGLARD; FERREIRA, 2010). Além disso, a dificuldade de informar os setores desvalidos em relação aos mais elementares princípios de higiene, também era indicada como fator que colaborava, sobremaneira, para o adoecimento, incorrendo nas altas taxas de mortalidade infantil no Brasil. Na capital, por exemplo, a proporção oficial era de duzentos e cinquenta óbitos para cada mil crianças nascidas vivas, no entanto, pode-se aventar que a projeção dos casos que escapavam da sondagem oficial poderiam indicar números ainda muito mais elevados.

Moncorvo Filho foi outro médico com atuação destacada na defesa da emergência da assistência à saúde infantil, sendo que associava esse quesito com a situação sanitária e a problemática social.<sup>4</sup> O médico cobrava maior empenho dos poderes públicos em ações de saneamento e assistência, mas propugnava pela “[...] corresponsabilidade do povo brasileiro na melhoria do estado sanitário do país, especialmente quanto às mudanças de hábitos.” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 205). Ao fazer essa defesa, utilizava o argumento de que o cumprimento das orientações estabelecidas pela higiene infantil seria a melhor forma de manutenção da saúde, evitado o contágio com as moléstias que grassavam por todo o país. Partindo dessas concepções, Moncorvo Filho inaugurou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância - IPAI, em 1899, no Rio de Janeiro, tornando-se um médico que articulou de forma inovadora, a assistência filantrópica aos preceitos higiênicos. Isso fez com que ele se tornasse inspiração para os médicos contemporâneos, como também para as políticas de assistência nas áreas da puericultura e da pediatria nas décadas de 1930 e 1940.<sup>5</sup>

No início do século XX, o médico Fernandes Figueira também se destacou na atuação junto à causa da saúde profilática direcionada para o público infantil.<sup>6</sup> Em sua trajetória teve notoriedade a defesa do aleitamento materno, uma das ideias norteadoras das práticas de puericultura, sendo que o público que atendia era formado, primordialmente, por mulheres e

3. Conforme Clemax SantAnna (2009), Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872, especializou-se na França, e, junto com outros médicos de renome, fundou a Policlínica do Rio de Janeiro em 1881. Devido o seu protagonismo acadêmico na pesquisa e no ensino da medicina direcionada para o cuidado das crianças, tornou-se um precursor da especialidade pediátrica no Brasil.

4. Segundo Maria Martha Freire (2015), nascido no Rio de Janeiro, Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) passou seus primeiros anos de vida na Europa, voltando para o Brasil. Influenciado por seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, diplomou-se médico em 1897.

5. O IPAI foi uma instituição filantrópica que prestava serviços de saúde gratuitos para o atendimento de crianças de famílias desvalidas, exigindo-se, apenas, a obrigação de frequentar as palestras de puericultura proferidas no Instituto. Conforme Maria Martha Freire e Vinicius Leony (2011), o IPAI também realizava doações de leite, alimentos, roupas, remédios e calçados, que eram distribuídas para as famílias pobres.

6. Antônio Fernandes Figueira formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1886. Iniciou suas atividades clinicando em Juiz de Fora- MG, sendo que retornou para a capital do país, onde se dedicou à saúde clínica infantil e uma vasta produção de obras técnico-científicas (ACADEMIA Nacional de Medicina, 2021).

crianças pobres na fase da primeira infância. Atuou de forma pioneira na criação de instituições de saúde, exerceu cargos administrativos e publicou obras acadêmicas de referência com a temática materno-infantil. Foi Chefe do Serviço de Pediatria da Santa Casa da Misericórdia e fundador do primeiro hospital de Pediatria do Rio de Janeiro, a Policlínica das Crianças. Também criou a Sociedade Brasileira de Pediatria (SANGLARD, 2016).

A trajetória profissional dos médicos que atuavam na preservação da saúde da criança com a puericultura, mas também da medicina terapêutica a partir da pediatria, conforme o que foi abordado, está inserida em um contexto de valorização da infância. Isso ocorreu, conforme Liane Bertucci (2015), a partir da ideia de formação de um ser adulto que se tornasse saudável e produtivo, considerado como um esteio para o progresso, o que se vinculava a uma conjuntura de afirmação da sociedade urbana-industrial no Brasil. Nesse contexto, sendo considerada uma prática específica da sociedade ocidental, a puericultura destacou-se quando crianças e mulheres se tornaram centrais para a manutenção da saúde, em que pese, também, a manifestação das doenças endêmicas e epidêmicas, por meio da abordagem de temas como as moléstias congênitas, o estado gravídico, o aleitamento, a mortalidade infantil, entre outros.

A questão da eminência do despovoamento das guerras mundiais, tão urgente no contexto europeu, não teve equivalente relevo no Brasil, haja vista que país não sofreu com a queda de natalidade e o decréscimo populacional decorrente das guerras mundiais. A preocupação principal a mortalidade infantil, sendo que os médicos contribuíram ativamente ao fornecer estatísticas oficiais ou pessoais, lançando o alerta sobre o problema que atingia crianças de todos os setores sociais, sendo mais grave entre aquelas que eram provenientes dos segmentos empobrecidos (MARTINS, 2008). Apesar disso, enquanto em vários países europeus os movimentos de proteção infantil encontraram seu apogeu nos anos 1920, no Brasil, os vários problemas apontados pelos médicos desde a virada dos oitocentos, mantiveram-se basicamente inalterados, uma vez que as iniciativas das associações filantrópicas não eram suficientes, e a atuação incipiente dos poderes públicos ainda não fazia parte de um planejamento com caráter nacional.

Foi apenas a partir do final dos anos 1930 que os poderes governamentais passaram a articular uma política nacional envolvendo estados e municípios para a efetivação do amparo infantil. As iniciativas de saúde tornaram-se mecanismos importantes de fortalecimento do poder público central, sendo que “[...] as mulheres e as crianças, se destacaram como foco de atenção na política social de Vargas e constituíram elementos-chave do projeto político-ideológico de construção nacional [...]” (FONSECA, 2007, p. 49). A ideia de que a solução dos problemas que promoveriam o progresso do país dependeria da proteção infantil, sobretudo no que se relacionava à saúde, tornou-se progressivamente presente não somente nos debates entre médicos, políticos e filantropos, mas nas políticas de assistência, legislações, regulamentos, criação de órgãos públicos e estabelecimentos de saúde.

Nesse ínterim, pode-se destacar o médico Martagão Gesteira, que passou a obter projeção nacional em 1937, ao ser transferido da Bahia para o Rio de Janeiro a convite do Presidente Getúlio Vargas.<sup>7</sup> Isso ocorreu em virtude do trabalho em favor da assistência à saúde das crianças que foi desenvolvido por ele em Salvador. No contexto das reformas da educação brasileira,

---

7. Joaquim Martagão Gesteira graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1908. Destacou-se na atividade da gestão e do magistério em saúde infantil. Em 1935, criou o Lactário Júlia Carvalho em Salvador e fundou, em 1923, a Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil. (SOCIEDADE Brasileira de Pediatria, 2021).

foram criadas as cadeiras de Clínica pediátrica médica, como também de Puericultura e clínica da primeira infância, o que significou o investimento mais específico na preparação dos profissionais para o atendimento específico das crianças. Além disso, foi criado o Instituto Nacional de Puericultura, inicialmente vinculado ao Ministério da Educação e Saúde - MES.<sup>8</sup> Diante dessas iniciativas, Martagão Gesteira assumiu a direção do Instituto e a cátedra recém-criada de Puericultura e clínica da primeira infância, consolidando o protagonismo no processo de valorização e proteção da infância pobre durante o período do primeiro governo Vargas. Segundo ele, a especialidade da puericultura tinha o objetivo de conservar a condição saudável das crianças, para que fossem geradas, nascessem e se desenvolvessem normalmente (RIBEIRO, 2020). Nesse sentido, a especialidade serviria para promover o amparo e a defesa contra a ação maléfica dos fatores ambientais e sociais, sendo particularmente necessária para aqueles que pertenciam aos setores pobres, pois a maior vulnerabilidade social devido a aspectos como condições insalubres de vida e falta de acesso às informações sobre a higiene, implicava em riscos equivalentes para a saúde.

### **As iniciativas de puericultura em Parnaíba e o contexto piauiense**

No Piauí, durante o final do século XIX e o início do século XX, os governos ainda não consideravam que a assistência à pobreza fosse de sua responsabilidade, delegando as iniciativas à atuação da caridade e da filantropia. No entanto, “[...] costumavam agir de forma solidária, apoiando a criação e a manutenção das ações de assistência desenvolvidas pelas associações de benemerência em variados setores, inclusive nos atendimentos de saúde.” (MARINHO, 2020, p.139). Apesar da situação problemática, o município de Parnaíba possuía posição de destaque no estado. Isso era notório com o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, uma das três unidades hospitalares do Piauí, juntamente com a Santa Casa de Misericórdia de Teresina e o Hospital São Vicente de Paula de Floriano, sendo todas de caráter filantrópico.

Apesar de considerar-se o processo em que as medidas de assistência à saúde vinham sendo realizadas, embora de forma isolada, foi durante os anos de 1930 e 1940 que elas passaram a ser incorporadas como responsabilidade dos poderes públicos. Após um período de considerável instabilidade política, o Interventor Landry Salles assumiu o governo do Piauí, sendo que um dos seus primeiros atos foi realizar uma reforma administrativa que contemplou a Diretoria de Saúde Pública (RELATÓRIO GOVERNO ESTADUAL, 1931-1935). Com isso, mais uma vez, o município de Parnaíba foi contemplado para sediar uma das delegacias de saúde, que forneciam serviços de clínica geral, sobretudo, para a população pobre. As reformas federais centralizadoras na política de saúde repercutiram com mais vigor no Piauí a partir de 1938. Sob a interventoria de Leônidas Mello, o órgão estadual passou a denominar-se Departamento de Saúde, assumindo uma atuação mais efetiva. Segundo Joseanne Marinho (2018), o Piauí foi dividido em três distritos sanitários, sendo Parnaíba contemplada como a sede do Norte, além de Teresina e Floriano, que representavam, respectivamente, o centro e o sul do estado. Cada unidade atenderia a uma zona, devendo tornar-se um polo de saúde pública por meio dos centros de saúde e postos de higiene.

---

8. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), um dos primeiros atos do governo Vargas. No ano de 1937, passou por reformulação, passando a chamar-se Ministério da Educação e Saúde (MES) (HOLCHMAN; FONSECA, 1999).

Com a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) na década de 1940, passou a ser preconizado um modelo no qual os poderes públicos e a sociedade atuariam no combate aos problemas que atingiam as crianças em condição de pobreza, destacando-se a questão da saúde (DECRETO-LEI FEDERAL Nº 2.024, 1940). Essa mudança foi verificada no Piauí a partir de 1940, sobretudo, após a instalação da Divisão de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, bem como do Departamento Estadual da Criança (DEC). Com isso, passaram a ser criadas, tanto na capital, quanto nos municípios, uma quantidade maior de associações filantrópicas visando à proteção da saúde infantil. Ao Estado caberia conceder subvenções, bem como fiscalizar a aplicação dos recursos.

É relevante observar que a questão da assistência social no Brasil esteve, em larga medida, dependente da caridade cristã. Os benemerentes, frequentemente provenientes dos setores abastados, distribuíam remédios, roupas e alimentos, acreditando ser um meio para a mitigação dos pecados, à semelhança do mundo europeu. A concepção da caridade passou por mudanças no sentido secular do enfrentamento da questão social, tornando a pobreza um incômodo e até mesmo um perigo para a harmonia social (RIZZINI, 2008). Foi a partir do final do século XIX que ocorreu uma valorização da assistência filantrópica, baseada nos princípios humanitários da racionalidade científica. Deve-se entender, todavia, que as práticas de caridade, conviviam de forma corrente com as iniciativas das associações filantrópicas.

Em meio às várias entidades particulares que atuaram na proteção à saúde infantil nos municípios do Piauí, convém sublinhar a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba (SPMIP), instalada em 1940. Segundo Joseanne Marinho (2018), isso se deve ao fato de que a associação parece ter sido precursora dos novos termos da parceria entre os poderes públicos e a iniciativa filantrópica, servindo como modelo para o funcionamento de outras congêneres. Dentre as suas finalidades, estavam “[...] c- difundir o estudo da higiene, da puericultura e dos serviços sociais, sob os auspícios do corpo médico; d- promover festivais e angariar donativos para a instalação de consultórios, lactários e outros serviços [...]” (ESTATUTOS da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba, 1940, p. 6). Nesse sentido, os programas sociais seriam destinados a proporcionar serviços de puericultura e também de pediatria, além de arrecadar recursos visando financiar a construção e o funcionamento de estabelecimentos de saúde. Além disso, os projetos também seriam gerados a partir das contribuições mensais dos sócios, donativos extraordinários e subvenções de cunho municipal, estadual e federal.

A SPMIP possuía um corpo técnico, composto por médicos, ao qual caberia a organização científica do ambulatório e do lactário com instruções visando a prevenção das doenças a partir das referências em puericultura, que deveriam ter preponderância em relação à terapêutica no atendimento de gestantes, mães e crianças. A proposta requiritava a participação ativa de certos setores sociais, como os médicos, as autoridades públicas e os representantes das camadas sociais privilegiadas, inclusive as mulheres. Segundo o médico Antônio Noronha (1944), era necessária a criação de associações filantrópicas para que as ações de amparo à saúde fossem viabilizadas, pois ele declarava que os poderes públicos não poderiam atuar sozinhos por ser inviável a organização de uma estrutura suficientemente ampla para estar presente em todo o território piauiense, e também porque o Estado não teria condições de financiar a assistência.

Um dos estabelecimentos de maior destaque no Piauí quando se considera as iniciativas de puericultura, foi o Lactário Suzanne Jacob, instalado no município de Parnaíba

em 1938. O comerciante Rolland Jacob assumia parte considerável dos gastos para manter o estabelecimento filantrópico, mas também recebia doações particulares e subsídios públicos.<sup>9</sup> O estabelecimento prestava serviços de assistência alimentar para as crianças desvalidas durante a primeira infância, fase da vida em que os riscos para a manutenção da saúde eram maiores, com isso, o objetivo era contribuir para evitar o adoecimento, que poderia resultar na mortalidade infantil. O lactário dispunha de um ambulatório de puericultura e pediatria para o acompanhamento médico periódico das crianças, onde era realizada a verificação do peso e da altura, desenvolvimento físico e cognitivo conforme a faixa etária, como também exames laboratoriais conforme a necessidade de diagnóstico de quaisquer enfermidades. (ESTATUTOS do Lactário Suzanne Jacob, 1939).

No Lactário Suzanne Jacob também se verificou o funcionamento de uma cozinha dietética que fornecia para as famílias a dieta preparada de acordo com as necessidades nutricionais de cada criança.<sup>10</sup> Os alimentos lácteos eram distribuídos para serem administradas às crianças em mamadeiras esterilizadas, que deveriam ser apenas aquecidas, conforme o médico Equililérico Nogueira (1939), isso era realizado diariamente para cada uma das refeições. Entende-se que a distribuição da alimentação pronta para o consumo era uma forma de evitar possíveis casos de gastroenterite, pois se corria riscos de contaminação em virtude das condições insalubres em que muitas famílias atendidas viviam, dificultando a higiene das mamadeiras, além da desconfiança de que as mães, apesar de orientadas para o preparo correto, poderiam ser negligentes, administrando quantidades erradas dos alimentos e realizando formas de preparo inadequadas. Nesse sentido, para Júnia Pereira (2008), a atuação do médico especializado em puericultura era fundamental na recomendação da alimentação considerada cientificamente correta para a criança, o que contribuía para reforçar a sua condição de prestígio profissional, pois até as primeiras décadas do século XX, os cuidados médicos com a infância ainda eram realizados por clínicos gerais e obstetras.

A distribuição das fórmulas alimentares preparadas no Lactário *Suzanne Jacob* assumia relevância em um contexto em que era comum a falta de leite materno entre as mães pobres. Isso ocorria devido às condições precárias de vida, que resultavam na alimentação deficiente, além da própria necessidade de prover sozinha, ou de forma complementar, a sobrevivência da família, tornando, certamente, mais difícil a disponibilidade para a amamentação. Diante disso, eram comuns os casos de desnutrição infantil e alimentação incorreta à base de mingaus de farinha ou produtos adequados para o consumo de pessoas adultas (DEL PRIORE, 2009). Essa era uma prática cultural, mas nos anos 1930 e 1940, havia maior possibilidade de ocorrer, pelo menos de forma mais frequente, nas famílias pobres, que não tinham recursos para a compra da alimentação específica para as crianças. Como resultado, ocorria uma maior fragilidade perante as moléstias, ocasionando, inclusive, a mortalidade.

---

9. A instituição foi inaugurada com o nome da esposa falecida de Rolland Jacob, que chegou a Parnaíba na década de 1920, a fim de assumir a direção da firma do seu tio Marc Jacob (REGO, 2013). Imprimiu uma nova dimensão às suas atividades, estendendo-as ao campo das exportações de produtos como cera de carnaúba, óleo de babaçu, couro e peles. Tornou-se importante nesse ramo comercial, instalando filiais nos municípios de Campo Maior, Floriano, União, Piripiri, Luzilândia, além de Teresina. Com isso, contribuiu de forma notória para a economia do estado, particularmente em relação à cidade de Parnaíba.

10. As demandas eram maiores para o leite líquido de vaca e a versão em pó. Mas também eram fornecidas fórmulas tratadas higienicamente que passavam por diluição e adição de compostos para o enriquecimento nutricional. (ESTATUTOS do Lactário Suzanne Jacob, 1939).

Outro problema era o acesso restrito da população desvalida à educação formal. Essa circunstância dificultava a disponibilidade de informações, particularmente para o setor social formado pelas mulheres, pois ao tempo em que a puericultura se tornou uma disciplina escolar, também é importante considerar que a alfabetização proporcionava acessibilidade aos impressos, como também uma compreensão mais efetiva das instruções médicas acerca dos cuidados com a fase pueril. Nesse sentido é que a assistência prestada no âmbito do Lactário pretendia modelar a atenção para aquelas e aqueles que eram marcados pela pobreza, condição que era decisiva para a condição de exclusão social. Para tornar mais eficaz a acessibilidade, a compreensão e a divulgação das informações sobre a puericultura, é que eram realizados eventos públicos, como o que foi retratado a seguir:

Figura 1 – Concurso de robustez no Lactário Suzanne Jacob



Fonte: Rotary Club de Parnaíba: um concurso de robustez infantil, Diário Oficial, 1942.

A montagem fotográfica original apresentada fez parte da notícia que ocupou com destaque a primeira página no Jornal Diário Oficial do Piauí de 1942. Apesar do destaque concedido na matéria ao ressaltar a atuação do *Rotary Club* de Parnaíba, o concurso de robustez infantil ocorreu no Lactário *Suzanne Jacob*.<sup>11</sup> Com base em Maria Helena Capelato (2009), é possível analisar como a imprensa escrita era utilizada com a finalidade de promover a propaganda dos setores vinculados diretamente ou indiretamente à política, que nesse caso é de caráter local, prática constantemente utilizada durante o governo ditatorial dos anos 1930 e 1940.

Pode-se identificar que a composição da figura 1 contém duas fotografias posadas, sendo que a disposição das mesmas não é aleatória, conforme observa Pierre Sorlin (1994), as fotografias podem ser produzidas a partir de manipulações, como também revelar infor-

11. O *Rotary Club* Internacional foi constituído como uma organização que congregava internamente a sociabilidade de setores formados por comerciantes, industriais, empresários, entre outros. De acordo com Marareth Pereira (2011), ainda no início do século XX, a filantropia tornou-se uma atividade importante para que os membros atuassem em questões humanitárias.

mações expressas de forma simbólica. Na representação são identificadas não somente as diferenças, mas, a exposição das desigualdades de gênero, caráter étnico-racial, setor social e acesso ao conhecimento científico. As mulheres desvalidas, mulatas e negras, frequentemente sem acesso à educação formal, ocupavam o segmento inferior da composição com os bebês vencedores do concurso de robustez (MARINHO, 2014). Na parte superior, estão simbolicamente retratados os homens brancos letrados, poderosos politicamente e representantes da elite, que ocupavam uma posição de prestígio na sociedade parnaibana. Sobre isso, a notícia jornalística concede informações detalhadas:

O sr. Roland Jacob, presidente do Club, abriu a solenidade e deu a palavra ao dr. Heráclito Sousa, que pronunciou judicioso discurso explicando a festa promovida por aquela sociedade. Em seguida falou o dr. Equiliterico Nogueira, médico do Lactário, que aconselhou as mães de família a respeito da nutrição dos meninos. (ROTARY CLUB DE PARNAÍBA: UM CONCURSO DE ROBUSTEZ INFANTIL, Diário Oficial, 1942, p. 1)

Observa-se que estavam presentes na ocasião os idealizadores e patrocinadores do evento, os mesmos que planejavam e executavam as ações de proteção da infância, tais como médicos, comerciantes e empresários. O concurso de robustez teve a participação das crianças matriculadas no Lactário *Suzanne Jacob* com faixa de idade até 18 meses de idade. Conforme ocorria em outros eventos congêneres no Piauí, eles aconteciam, sobretudo, durante as comemorações da Semana da Criança, sendo que os concorrentes eram julgados por meio de comissões formadas por médicos e enfermeiras, o que conferia o caráter eminentemente técnico na avaliação.<sup>12</sup> Embora o peso e a estatura costumassem ser os principais critérios verificados, os participantes também passavam por exames da dentição, desenvolvimento motor e vitalidade (MARINHO, 2008). A avaliação de cada criança era comparada aos padrões considerados ideais, revelando o estado geral de saúde que, nesse caso específico, revelava as condições das crianças pobres do município de Parnaíba. É relevante aventar que no Piauí a questão do desenvolvimento infantil de acordo com o padrão ideal era problemática devido a aspectos como as limitações da assistência à saúde, condições de pobreza, dificuldades de acesso das instruções dos médicos pelas mães e condições insalubres de sobrevivência. Nesse sentido, os concursos de robustez infantil também tinham como uma de suas finalidades a propagação dos padrões científicos da puericultura, instruindo e incentivando as mães a seguirem os cuidados divulgados pelos médicos. Outra instituição de saúde parnaibana com amplo destaque na defesa da infância foi a Maternidade Marques Basto, inclusive foi construída ao lado do Lactário *Suzanne Jacob* como uma forma de facilitar o acesso para as mulheres, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

---

12. Os concursos de robustez infantil foram propostos por Moncorvo Filho como uma iniciativa do IPAI, começando a ser realizados no Brasil no começo do século XX. Também existiam os concursos de eugenia, sendo que estes consideravam a hereditariedade da criança como aspecto determinante na consecução de um ideal de saúde infantil, propondo a melhoria dos padrões biológicos e físicos dos brasileiros. O primeiro concurso eugênico realizado no Brasil foi organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 1926 (PEREIRA, 2008).

Figura 2 – Maternidade Marques Basto em construção



Fonte: Maternidade Marques Basto, Jornal da Parnaíba, 1939.

O protagonismo da filantropia parnaibana na proteção da saúde de mães e crianças, em que pese as colaborações dos poderes públicos municipal e estadual, ocorreu na instalação da Maternidade Marques Basto, primeira instituição desse tipo no Piauí, em detrimento da posição de capital desempenhada por Teresina. O estabelecimento foi construído a partir de esforços conjugados das associações filantrópicas, em particular da já mencionada Sociedade de Proteção a Maternidade e Infância de Parnaíba (SPMIP), com participação dos poderes públicos, particularmente o municipal. Isso ocorreu durante o governo de Mirócles Veras, um médico filantropo que afirmava nas práticas políticas o interesse pela saúde da população, revelando com essa iniciativa uma atenção particular relacionada às mulheres em período gestacional e puerpério, além das crianças recém-nascidas.<sup>13</sup> No referido estabelecimento de saúde, os serviços eram prestados em ambulatórios, centro cirúrgico, salas de parto e enfermarias. Apesar do número de pacientes revelar-se imprecisa, já que inexistia uma padronização inicial quanto aos serviços, é possível afirmar que era considerável a demanda em busca dos atendimentos (MARINHO, 2020). Foi nesse sentido que a Maternidade parnaibana foi inaugurada no ano de 1940, conforme a representação imagética a seguir:

13. Mirócles Campos Veras ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e concluiu seus estudos em 1912 na instituição do Rio de Janeiro com especialização em ginecologia e obstetrícia. A projeção no campo da medicina certamente foi importante para que ascendesse à prefeitura de Parnaíba no período de 1934 a 1936, permanecendo, ainda, por nomeação, durante o período do Estado Novo. (EXCURSÃO do Interventor a Parnaíba, Diário Oficial, 1940).

Figura 3 – Cerimônia de inauguração da Maternidade Marques Basto



Fonte: Excursão do Interventor a Parnaíba, Diário Oficial, 1940.

Na ocasião retratada pela composição das imagens fotográficas da Figura 3, teve notoriedade a representação das elites compostas pelas autoridades políticas, administradores de órgãos públicos, representantes do comércio, entre outras. Parecia comum que as iniciativas de conservação da saúde infantil articulassem a participação de diferentes representantes públicos e privados, uma vez que os filantropos, muitas vezes, exerciam diferentes cargos e transitavam em diversos espaços de poder. Ocorria que o projeto de higienização da infância, ganhou legitimidade crescente entre setores das elites econômica, intelectual e política. Nesse sentido, o viés filantrópico tinha como finalidade gerir e disciplinar os corpos da população pobre, no caso em particular, das mães e seus filhos, considerados propensos aos vícios e à degradação. Cabia, assim, aos homens cultos o dever patriótico de resgatar estes indivíduos a quem se atribuía a ausência de saber racionalizado sobre a gestão de suas vidas. Por isso, ofereciam conselhos pautados em preceitos científicos, bem como doações que permitiam o controle daquelas e daqueles que as recebiam. Enfim, a filantropia pretendeu uma assistência que utilizava mecanismos reguladores para cumprir sua missão de cunho científico e moral.

Além da medicina terapêutica propriamente dita, com os serviços de ginecologia, obstetrícia e obstetrícia, a Maternidade também incluía a medicina preventiva, com as instruções de conselhos e técnicas de puericultura. De fato, é sobre a profilaxia das moléstias que reside a relevância da análise das ações de saúde pública no Brasil, pois em torno das concepções de prevenção, definiram-se estratégias de ação, que, por sua vez, tornavam-se relevantes devido às práticas populares de cura. Elas eram realizadas por parentes, vizinhas e comadres, além de parteiras e rezadeiras que faziam parte de uma rede comunitária feminina. Frequentemente eram criticadas pelos médicos que, exercendo a prática escriturística, julgavam as artes de curar

como meramente supersticiosas, sendo resultado da ignorância, que, por sua vez, poderiam comprometer a saúde e até a vida.<sup>14</sup>

Na finalidade da defesa infantil, a puericultura foi utilizada principalmente pelos médicos, que se dirigiam às mulheres que deveriam tornar-se mães ou para aquelas que já exerciam essa função, sendo considerada mais necessária para as que pertenciam aos setores desfavorecidos, em virtude da vulnerabilidade da saúde. Era com base na supremacia da razão que a puericultura propiciava a difusão de padrões estéticos e fisiológicos que serviriam para guiar os cuidados infantis realizados pelas mães pobres. Munidas de tal arsenal científico, elas estariam, supostamente, aptas a desenvolver a tão propagada nobre missão materna da forma que os médicos consideravam como competente (FREIRE, 2009). Os puericultores e pediatras foram os principais colaboradores dessa proposta, junto à filantropia e aos governos públicos, pois defendiam que as mães precisavam ter uma compreensão racional da infância para que pudessem cumprir com um suposto dever patriótico alicerçado na geração e criação de indivíduos saudáveis capazes de transformar não somente as próprias vidas, mas também o destino da nação no sentido do progresso.

Tratava-se, portanto, de uma estratégia utilizada como incentivo para o aperfeiçoamento da nacionalidade a partir dos cuidados adequados. Se o objetivo era proteger as crianças, isso deveria começar a partir da divulgação dos preceitos de higiene pré-natal nas maternidades, ensinando e educando a mulher na missão de ser mãe, mostrando-lhe, ainda, as vantagens da amamentação natural para sua prole. De acordo com Magali Engel (2004), os médicos distribuíam consultas, remédios e orientações sobre os aspectos relacionados à constituição física e mental sadia. Para isso usavam argumentos de autoridade, respaldados na formação científica. Dessa forma, eram em estabelecimentos de saúde como a Maternidade Marques Basto que se pretendia estabelecer práticas de proteção que, conforme o pediatra José Martinho da Rocha (1947), permitiam o desenvolvimento de uma maternidade que fosse sadia e segura, desde a concepção até o nascimento da criança, visando a preparação para a vida adulta saudável.

## Conclusão

É possível identificar a emergência de mudanças no cenário cultural, político, econômico e social em que se destaca o espaço urbano pelo ritmo acelerado que trouxe consigo novos conceitos, valores e subjetividades, particularmente entre o final dos oitocentos e o segundo quartel do século XX. Em semelhante contexto convém observar a preocupação sanitária diante das moléstias associadas à pobreza, e, de forma especial, as altas taxas de mortalidade infantil como uma forma de preocupação com a nacionalidade. A partir de tal conjuntura, eram necessárias intervenções que visassem ordenação, reforma e disciplina, podendo-se afirmar que tais iniciativas foram atribuídas principalmente aos médicos, que foram se inserindo nas iniciativas filantrópicas e políticas públicas.

Foi nesse ambiente que ocorreram as primeiras formas modernas de assistência às crianças. Era necessário protegê-las higienicamente por meio da aplicação de medidas fundamentadas no conhecimento científico da puericultura, uma especialidade médica que integrava noções e técnicas de cuidados higiênicos, nutricionais, fisiológicos e psicológicos desde a ges-

14. Segundo Michel de Certeau (2005), o poder escriturístico, não contesta apenas o privilégio do nascimento, mas define o código da promoção socioeconômica. Domina, controla ou seleciona, segundo suas normas, todas e todos que não possuem esse domínio da linguagem.

tação até os cinco anos de idade. Para isso, era necessário instrumentalizar as mães, sobretudo, aquelas em condição de pobreza, transformando-se em protetoras medicalizadas dos seus filhos, além disso, realizar a doação de alimentos, roupas, remédios, conceder abrigos, bem como oferecer serviços de saúde especializados em lactários e maternidades, dentre outras instituições de saúde com caráter geral. Essas medidas seriam necessárias para a sobrevivência infantil em um meio social em que predominavam os riscos à preservação da vida, constantemente associados à miséria.

Diante disso, pode-se inferir que em Parnaíba, considerando-se o panorama piauiense, a atuação da iniciativa particular por meio das associações filantrópicas adquiriu particular notoriedade, considerando-se os serviços de puericultura destinados à preservação da saúde infantil entre os anos de 1937 e 1945. Isso ocorreu a partir da atuação médica em instituições modelares como a Maternidade Marques Basto e o Lactário *Suzanne Jacob*, que estão intrinsecamente vinculados à trajetória do atendimento materno-infantil, não somente em Parnaíba, mas também do estado do Piauí. Isso ocorreu porque o governo estadual atuou de forma mais relevante na assistência à saúde ofertada na capital, enquanto no interior do estado os serviços eram marcadamente limitados. Contudo, a contribuição da filantropia no município litorâneo de Parnaíba foi diferencial, atuando de forma pioneira, mesmo diante de Teresina, no desenvolvimento de iniciativas de amparo à saúde das crianças, sobretudo no que se refere à puericultura.

## Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 2, p. 65-84, dez. 2006.

ACADEMIA Nacional de Medicina (ANM). **Antônio Fernandes Figueira (1863-1928)**. 2021. Disponível em: <https://www.anm.org.br/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BERTUCCI, Liane Maria. Para a saúde da criança: educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários em São Paulo, início do século XX. **Mundos do Trabalho**, Santa Catarina, v. 7, n. 13, p. 27-42, jan./jun. 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DECRETO Federal nº 2.024. Organiza a proteção à infância, à maternidade e à adolescência. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 46, p. 2-3, 26 fev. 1940.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 84-106.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DOUTOR Antônio Noronha assume a diretoria do Departamento Estadual da Criança. **Diário Oficial**, ano XIV, n. 52, p. 12, 29 abr. 1944.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTATUTOS da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 163, p. 6, 22 jul. 1940.

ESTATUTOS do Lactário *Suzanne Jacob*. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 69, p. 8-14, 24 mar. 1939.

EXCURSÃO do interventor a Parnaíba. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 83, p. 1, 12 abr. 1940.

FONSECA, Cristina. **Saúde no governo Vargas (1930-1945)**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, p. 199-225, dez. 2011. Suplemento 1.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do Dr. Arthur Moncorvo Filho. In: SANLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha De Luna; BARRETO, Maria Renilda Nery; PIMENTA, Tânia Salgado. **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 113-132.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 73-93.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LUZ, Madel Teresinha. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade moderna. Rio de Janeiro: Fiocruz; Edições Livres, 2019.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados**: o tecer das tramas na história

das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A utilização das imagens fotográficas de crianças nas propagandas governamentais no período do Estado Novo no Piauí (1937-1945). **Revista Expedições: teoria da história & historiografia**, v. 5, n. 1, p. 163-187, jan./jul. 2014.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter sadia a criança sã**”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A interiorização dos serviços de saúde piauienses e o protagonismo de Parnaíba (1889-1945). In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 133-160.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/ 3, p. 209-235, 2008.

NOGUEIRA, Equililérico. Noticiário: Lactário Suzanne Jacob. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 2, p. 149-153, 1939.

PEREIRA, Júnia Sales. **História, ciência e infância**: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade. Brasília: CAPES; Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

PEREIRA, Margareth da Silva. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). **Oculum Ensaio** 13, Campinas, p. 12-31, jan./ jun. 2011.

PIAUI. Governo do Estado. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo Interventor Landry Salles Gonçalves, Referente ao Exercício de 1931-1935**. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão. **Dos sertões aos mares**: História do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba. Teresina: EDUFPI, 2013.

RIBEIRO, Lidiane Monteiro. **Da educação sanitária à proteção social**: planos, disputas e ações da política de assistência materno-infantil no Brasil, 1934-1945. 2020. 242 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2020.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, José Martinho da. **Introdução à história da puericultura e pediatria no Brasil (1500-1882)**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1947.

ROTARY Club de Parnaíba: um concurso de robustez infantil. **Diário Oficial**, Piauí, ano XII, n.70, p.1, 28 mar. 1942.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 437-459, jul/dez 2010.

SANGLARD, Gisele. Fernandes Figueira e a política de assistência à infância: Estado, filantropia e aleitamento materno. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **Amamentação e políticas para a infância no Brasil**: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 57-81.

SANTANNA, Clemax Couto. O ensino da puericultura e da pediatria no Rio de Janeiro: a propósito do bicentenário da Faculdade de Medicina da UFRJ. **Revista de Pediatria SOPERJ**, v. 10, n.1., p. 16-20, jun. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954)**. 2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas: as imagens, testemunhas da história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 81-95, 1994.

BOCK, Gisela. Antinatalismo, maternidad y paternidad em el racismo nacionalsocialista. *In*: BOCK, Gisela; THANE, Patricia (ed.). **Maternidad y políticas de género**: la mujer em los estados de bienestar europeos, 1880-1950. Madrid: Cátedra, 1996. p. 401-437.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A Medicalização do Corpo Feminino**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

# **Compatibilidade ambiental para produção do camarão na planície costeira dos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia – Piauí**

*Marcos Antonio Cavalcante de Oliveira Júnior*

*Glairton Cardoso Rocha*

## **Introdução**

A planície costeira é um ambiente de formação geológica recente, do Período Quaternário, que apresenta uma grande diversidade de sistemas ambientais. Estes sistemas estão sujeitos a processos dinâmicos que fazem com que essa unidade geomorfológica apresente alta sensibilidade, principalmente no que se refere às intervenções, modificações ou ações desenvolvidas pelo homem. Rocha (2015), avaliou a planície costeira piauiense, como um ambiente instável, dada a morfodinâmica acentuada e com alta vulnerabilidade. Características ambientais que se estendem por todas as feições geomorfológicas da mesma.

Dentre as atividades estão sendo desenvolvidas nas zonas costeiras têm-se a carcinicultura, que cresce nas regiões tropicais do mundo nas últimas décadas, e no Brasil tem tido especial êxito na costa semiárida do Nordeste. O desenvolvimento da atividade de carcinicultura sofre influência de fatores naturais ou componentes ambientais que são fundamentais para a análise e compreensão da atividade. Fatores como o clima, relevo, hidrografia, vegetação, enfim, boa parte dos componentes responsáveis pela complexa dinâmica natural associada a esse sistema produtivo. Além disso, essa inter-relação entre os diversos componentes ambientais criam particularidades que são necessárias ao desenvolvimento das atividades antrópicas, dentre elas a carcinicultura. Assim, a atividade da carcinicultura pode ser analisada a luz da Teoria Sistêmica (STRAHLER, 1950; CULLING, 1957; HACK; GOODLETT, 1960; CHORLEY; 1962; MOTTA, 1971; BERTRAND, 1972; CRISTOFOLETTI, 1971; CRISTOFOLETTI, 1979; TROPPEMAIR; GALINA, 2008; VALE, 2012) e das relações entre esses elementos, que atuam de forma interdependente, interferem e impactam diretamente nos resultados e na forma de implantação e execução da atividade.

Estudos sobre a paisagem, associados aos geossistemas e às pesquisas em Geografia Física, apontam para um método que traz a relação sociedade-natureza. Neste sentido diversos autores relatam sobre a necessidade de entender e discutir conceitos sobre sistemas, geossistemas e paisagem (BERTRAND, 1972; CRISTOFOLETTI, 1971; VALE, 2012; ROCHA, 2015).

Observa-se que, na composição dos elementos geossistêmicos aparece a figura humana como fator integrativo. Neste sentido, os autores entendem que na análise sistêmica, há a “integração de seus diversos elementos, oferecendo visão e ação holística, adquire importância fundamental para um planejamento correto da utilização e organização do espaço” (TROPPMAIR; GALINA, 2008, p. 87). Com isso, torna-se relevante definir ou identificar as partes que compõem um sistema geográfico, essas partes são chamadas de unidades ou componentes, em que cada unidade possui atributos ou qualidades que trazem características aos sistemas (CHRISTOFOLETTI, 1979).

Trazendo a ideia de evolução da paisagem de Bertrand, as paisagens costeiras possuem como característica uma dinâmica extremamente acentuada (ROCHA, 2015) e partindo disso, no estudo da zona costeira, componentes ambientais deverão ser compreendidos, como o relevo, a hidrografia, os solos, vegetação, clima. Neste sentido, Do Vale (2012) relata que à medida que se aumenta o nível de detalhamento ou aproximação da área estudada, aumenta-se o número de sistemas que interferem na dinâmica da paisagem. Ainda para a autora, em uma relação individualizada entre sistemas há inúmeras variáveis passíveis de mensuração e análise que expressam seus atributos.

Cavalcanti (2000) relata que nos estudos das zonas costeiras adotam-se critérios morfológicos, dinâmicos, climáticos e oceanográficos para sua classificação. Considera ainda para isso como exemplo, as influências dos cursos d’água na evolução das costas ou os processos eólicos costeiros. O processo de formação do relevo costeiro é influenciado por diversos fatores morfogênicos, dentre eles a geologia, os movimentos da crosta e fatores climáticos, como temperatura e chuvas ao longo de milhares de anos. Além destes, nesses processos costeiros outros fatores como o movimento das marés podem influenciar o processo de formação do relevo costeiro (PAULA, 2013). Paula (2013) afirma ainda que foi no Holoceno que a atual planície costeira do Estado do Piauí veio a ser definido, diversas feições como sistemas fluviais, gerações de dunas, meandros, ilhas fluviomarinhas, estuários e outras feições formaram-se neste período geológico. Baptista, Moura e Silva (2016), identificam as feições geomorfológicas do litoral piauiense, que é formado pelas planícies fluviais, planícies lacustres, planícies fluviomarinhas, praias, campo de dunas, estuários e delta.

Assim, o objetivo do capítulo é avaliar a compatibilidade ambiental da atividade de carcinicultura na planície costeira piauiense, em específico os municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, identificando também, possíveis impactos ambientais associados a atividade de criação de camarão.

O artigo apresenta como metodologia uma revisão de literatura de natureza descritiva e exploratória, que utilizou da pesquisa bibliográfica para atingir os objetivos do estudo. Segundo Gil (2017), o estudo bibliográfico recorre a produções científicas presentes em bases de dados e produções acadêmicas. A consulta à literatura permitiu realizar a caracterização dos componentes geoambientais e as relações entre estes e a atividade de criação de camarão. Foram analisadas as produções acadêmicas sobre os componentes geoambientais presentes na planície costeira piauiense, em específico os municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, onde a prática da carcinicultura representa quase que 90% da produção do Estado.

A revisão de literatura permitiu ainda identificar os principais impactos associados a atividade de criação do camarão e produzir um checklist para avaliação da atividade na área objeto de estudos. Neste sentido, os principais impactos negativos aos ambientes naturais lis-

tados pela literatura são: ocupação, degradação e supressão das áreas de manguezais e no seu entorno (apicuns) e desmatamento ou diminuição da cobertura florestal (MAIA *et al.*, 2019; SOUZA *et al.*, 2019; CAVALCANTE; ALOUFA, 2018; FERNANDES *et al.*, 2018; GOMES; BATISTA; LIMA, 2018); contaminação de corpos d'água, degradação da qualidade das águas (PAULA, 2019; MAIA *et al.*, 2019; CARVALHO; MELLO, 2018; PAULA, 2018; JESUS *et al.*, 2018); extinção de espécies pesqueiras e demais espécies da fauna costeira, perda da biodiversidade (PAULA, 2019; PAULA, 2018; JESUS *et al.*, 2018; ARAÚJO; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016); intensificação de processos erosivos (FERNANDES *et al.*, 2018); GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; MOREIRA; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017); modificação do fluxo dos corpos hídricos nos estuários ou interferência nos padrões de circulação da água nos estuários, modificação dos fluxos das marés (MAIA *et al.*, 2019; GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; JESUS *et al.*, 2018); eutrofização do ambiente aquático (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018); salinização de lençóis freáticos e das águas doces (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; ABREU; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2017); assoreamento e aterramento (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; SANTOS; SILVA, 2016); modificação ou destruição da paisagem natural; danos cumulativos ao longo das bacias hidrográficas onde se situam as fazendas; alterações na morfologia dos ambientes costeiros e campos de dunas (OLIVEIRA, 2017; SANTOS; SILVA, 2016).

A metodologia a ser aplicada para identificação de fazendas de camarão foi baseada em na captura de imagens de satélite LANDSAT5, LANDSAT7, LANDSAT8 e CBERS-4A. Além disso foram capturadas imagens disponíveis no *software* do *Google EarthExplorer* através da plataforma *online*. Posteriormente, foram desenvolvidos mapas a partir da aplicação e da interpretação das imagens e das técnicas de geoprocessamento utilizando o *software* QGIS 2.18.0. Com isso a partir dos resultados do processamento e da classificação das imagens, foi possível a realização do mapeamento das áreas ocupadas pela carcinicultura na zona costeira piauiense ao longo dos últimos 35 anos. Assim foi realizada uma série histórica com a evolução das áreas ocupadas em hectares pela atividade de aquicultura nos anos de 1985, 1990, 2000, 2010 e 2020.

Para avaliação de compatibilidade da atividade, foi utilizada abordagem proposta por Rocha (2015), classificando as atividades como de **alta compatibilidade**, de **compatibilidade moderada** e de **baixa compatibilidade**.

Para isso, estabeleceram-se critérios nos quais se consideraram como atividades de **alta compatibilidade** aquelas que se adequaram na maioria dos seguintes quesitos: atividades que possuem amparo na disponibilidade de recursos naturais; identificadas pelos trabalhos técnicos e científicos como potencialidades; podem ser desenvolvidas em compartimentos ambientais instáveis sem maiores prejuízos; estão relacionadas com os atrativos à visitação; envolvem a comunidade local; obedecem às recomendações técnicas; estão de acordo com a legislação.

Como critérios para a identificação de atividades de **compatibilidade moderada**, consideraram-se: atividades que podem ser desenvolvidas de maneira ordenada em ambientes de transição; que necessitam de sensibilização dos envolvidos (Educação Ambiental) no intuito de garantir o uso adequado e racional dos recursos naturais; que necessitam de monitoramento ou fiscalização; que carecem de pequenas modificações na paisagem ou atributos naturais; que precisam de qualificação da mão de obra; demandam capital para a modernização e adequação.

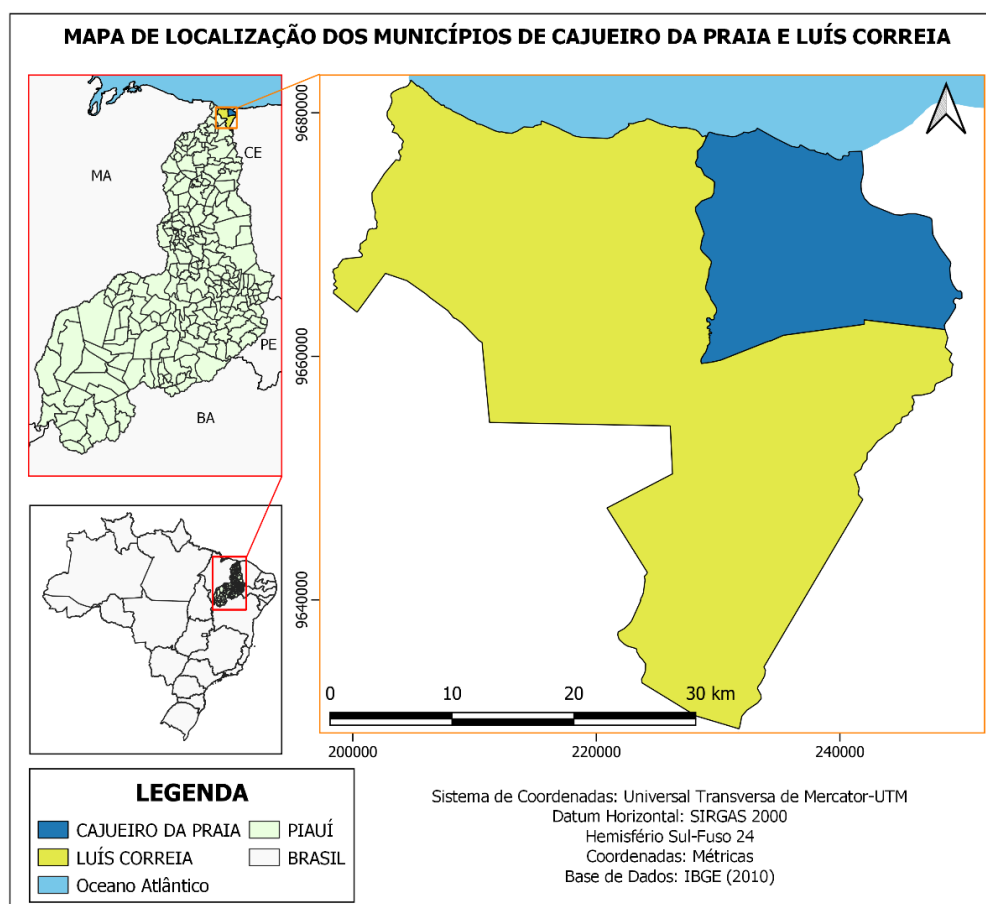
Para identificação das atividades de **baixa compatibilidade** utilizaram-se os seguintes critérios: foram identificadas como limitação; alteram a paisagem natural de maneira significativa; apresentam significativo potencial para causar contaminação dos solos ou dos mananciais;

necessitam de grandes somas de capital para sua realização; apresentam potencial significativo para desencadear ou acelerar processos de compactação e/ou erosão dos solos; demonstram potencial para provocar erosão costeira/interferir na dinâmica sedimentar.

## Área de estudo

A área de estudo é constituída pelos municípios de Cajueiro da Praia e Luís Correia, possui limites ao norte Oceano Atlântico, ao sul com o município de Cocal, ao leste com o Estado do Ceará e ao Oeste com os municípios de Parnaíba e Bom Princípio do Piauí. A figura 1 mostra o mapa de localização da área de estudo.

Figura 1 – Mapa de Localização dos municípios de Cajueiro da Praia e Luís Correia



Fonte: Autor com base de dados do IBGE (2010).

A cidade de Cajueiro da Praia fica localizada a 393,4 km da capital do Piauí, Teresina, está localizada na latitude 02°55'40" e longitude 41°20'10", possuindo uma população estimada de 7.674 pessoas e área de 271,165 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Possui faixa linear litorânea de 13 km (DUTRA; PEREIRA, 2015), o que corresponde a 16,69% do litoral piauiense. Luís Correia fica localizada a 350 km da capital do Piauí, Teresina, está localizada na latitude 02°52'45" e longitude 41°40'01", possuindo uma população estimada de 30.111 pessoas e área de 1.071,276 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Possui faixa linear litorânea de 27 km, o que corresponde a 41% do litoral piauiense (BAPTISTA, 2010).

Destaca-se que os municípios foram elencados por serem os maiores produtores de camarão do estado. No Piauí, a atividade é desenvolvida desde a década de 70, sendo atualmente o quinto maior produtor do país com produção média estimada em 3.000 toneladas/ano. Dados da Associação de Piauiense de Produtores de Camarão (APCC), mostram que em 2019 o estado produziu cerca 2.300 toneladas de camarão em fazendas de carcinicultura ocupando uma área de 1.169 hectares e com uma produtividade média de 1,967 toneladas/hectare. Dados do Caderno Setorial ETENE do Banco do Nordeste (2021) mostram a produção do camarão piauiense entre 2016 e 2019, apresentando respectivamente 3.140 ton, 2.773 ton, 2318 ton e 2320 ton (XIMENES, 2021).

Mostram também uma situação de estabilidade na produção de camarão no Piauí entre 2018 e 2019 e coloca o município de Cajueiro da Praia como maior produtor do estado. Observa-se também que o município de Cajueiro da Praia possui metade das fazendas e da área em produção além de 33% dos laboratórios de produção de larvas (SAMPAIO *et al.*, 2008). Em 2013 Cajueiro da Praia apresentou uma produção de 2.177 toneladas e Luís Correia 1.688 toneladas estando ambos entre os 20 maiores produtores de camarão do Brasil.

## Resultados e Discussões

A atividade da carcinicultura no estado, desenvolve-se principalmente nas planícies fluviomarinhas da costa piauiense, que se caracterizam pela constituição de “sedimentos lanosos orgânicos, argilas plásticas e fragmentos vegetais, típicos de pântanos, alagados e regiões semi-submersas de água doce ou salobra” (BAPTISTA, 2010, p. 151). Estas áreas correspondem às áreas de manguezais, que são zonas de influência direta das marés, cursos d’água e lagoas localizadas nas planícies dos rios Parnaíba, Igarassú, Cardoso e Camurupim (CAVALCANTI; CAMARGO, 2002). Essas áreas são também denominadas como alagados de maré ou apicuns, que são áreas de transição dos manguezais.

Assim, a carcinicultura na zona costeira piauiense, tem ocorrência principalmente em compartimentos da planície costeira que estão localizados próximos a leitos de rios e cursos d’água e que também sofrem influência das marés, esta pode ser uma possível justificativa para que os empreendimentos de criação de camarão sejam desenvolvidos nestes locais, devido à grande necessidade de água para abastecimento dos tanques de criação. Além disso diversos estudos sobre carcinicultura identificam e justificam a realização da atividade nestes compartimentos (CREPANI; MEDEIROS, 2003; NATORI *et al.*, 2011; PAULA, 2013; ROCHA, 2015).

No trabalho de Crepani e Medeiros (2003) é identificado a evolução da ocupação destas áreas na planície costeira piauiense, este estudo analisa através de imagens por satélite e em períodos de tempo diferentes (1984, 1986, 1990, 2000 e 2001) a evolução de ocupação das áreas de ocorrência da atividade de carcinicultura em “dunas fixas e móveis, apicuns, mangues...e áreas onde a vegetação de mangue foi retirada para instalação de tanques” Crepani e Medeiros (2003, p. 1541). Apesar de não ser um estudo recente, evidencia-se que as áreas de planície fluviomarinhas são as que mais acabam por absorver a atividade de carcinicultura, devido principalmente as condições oferecidas por este meio para o desenvolvimento da atividade.

Neste mesmo sentido, a figura 2 abaixo mostra a evolução das áreas ocupadas com aquicultura desde 1985. Assim, foi realizada uma série histórica com a evolução das áreas

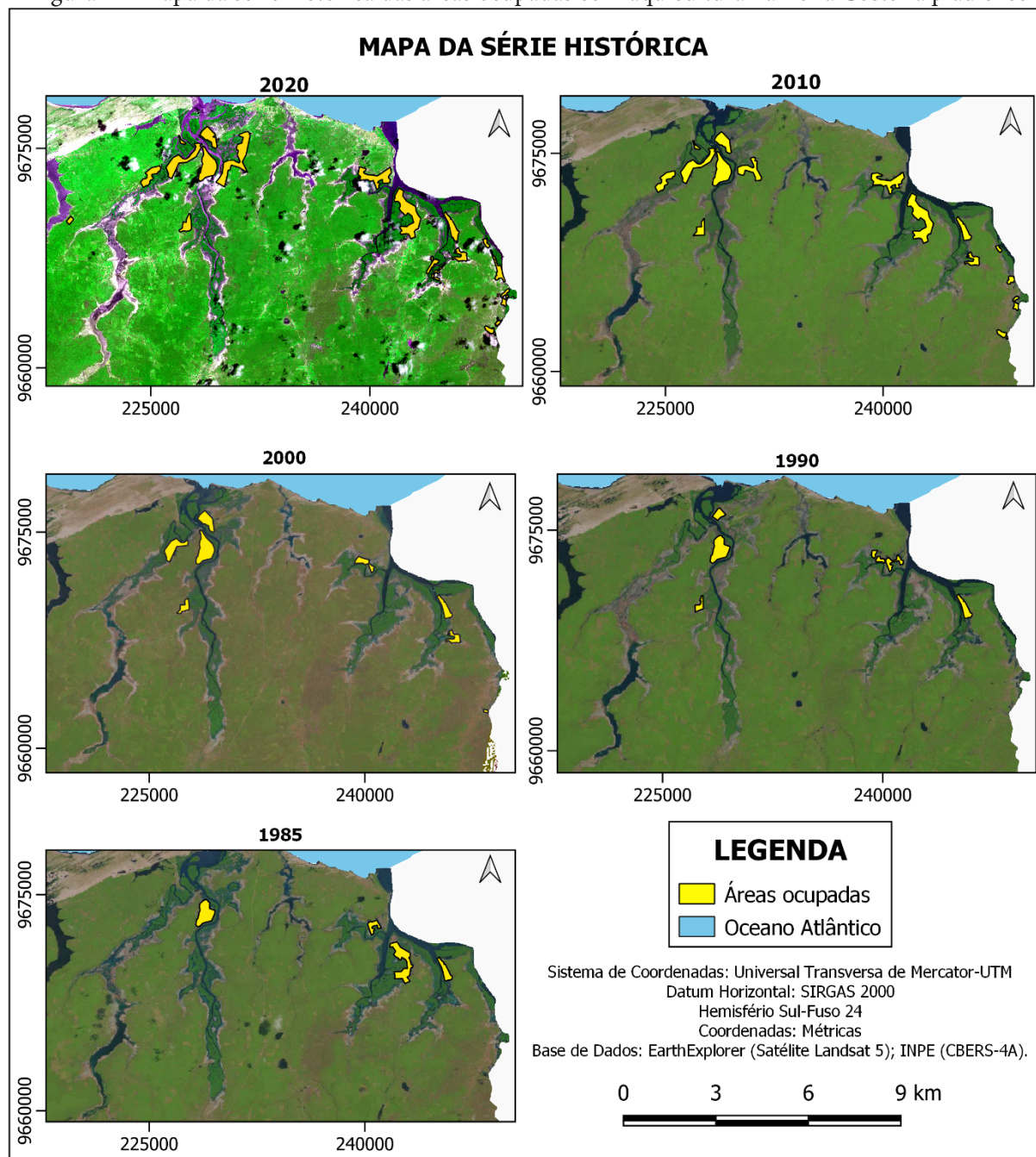
ocupadas em hectares pela atividade de aquicultura nos anos de 1985, 1990, 2000, 2010 e 2020, conforme a figura 2.

Com isso, inicialmente em 1985, observou-se que a maioria (três unidades produtoras) das fazendas se localizavam no município de Cajueiro da Praia e que a área ocupada por tanques em Luís Correia era de apenas 1 produtor. No ano de 1985 as atividades de aquicultura ocupavam aproximadamente 432,067 ha e observa-se que a atividade de criação de camarão em cativeiro no Piauí tem sua origem em meados dos anos de 1970. No ano de 1990, observou-se a redução da área ocupada em Cajueiro da Praia com a identificação de alguns tanques inativos na área do município. Porém, em Luís Correia observou-se um aumento da área ocupada. Ainda em 1990 a área ocupada era de 349,982 ha, esta redução pode ser explicada pelo processo de adaptação do camarão *Litopenaus Vannamei* no Estado do Piauí.

No ano 2000, observou-se a manutenção da área ocupada em Cajueiro da Praia e ainda foram identificados tanques inativos na área do município, estes tanques inativos podem ser refletidos em possíveis impactos ambientais negativos pelo abandono de tanques em áreas de manguezais. Porém, em Luís Correia observou-se mais uma vez um aumento da área ocupada.

No 2000, a área ocupada pela atividade era de 560,229 ha o que representa um crescimento de 62,47% em 10 anos. Entre os anos de 1990 e 2000 o comércio de camarão começou a ganhar força no mercado brasileiro tendo um incremento de produção em todo território nacional. No ano de 2010, a área ocupada já era de 1.190,534 ha. O período de 2000 a 2006 foi marcado pelo grande aumento da produção de camarão a nível mundial, porém após esse período o vírus mancha branca dizimou grandes produções de camarão a nível mundial. Mesmo assim, entre 2000 e 2010 a área ocupada pela atividade de aquicultura no estado do Piauí teve um acréscimo de 112,51%. No ano 2010, observou-se a grande aumento da área ocupada com a atividade de aquicultura em Cajueiro da Praia, foram identificados que alguns tanques antes estavam inativos foram reativados. Em Luís Correia, observou-se mais uma vez um aumento da área ocupada pela atividade. No ano 2020, observou-se aumento da área ocupada com a atividade de aquicultura em Cajueiro da Praia e em Luís Correia.

Figura 2 – Mapa da série histórica das áreas ocupadas com aquicultura na Zona Costeira piauiense



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do *software Google EarthExplorer* (2020).

Atualmente, em 2020 foram identificados 1.477,226 ha com a atividade de carcinicultura no estado do Piauí. Em 2019 a produção registrada pela Associação de Criadores de Camarão do Estado do Piauí foi de 2.600 toneladas entre seus associados, com uma área ocupada de 1.169 ha. Com isso, verificou-se a evolução da ocupação da planície costeira dos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, com a atividade de aquicultura. No estado do Piauí, a atividade ocorre principalmente na planície costeira, tendo como característica ser realizada em áreas de manguezais ou apicuns, estas áreas são consideradas de alta sensibilidade e além disso são áreas de Proteção Ambiental.

Estas planícies fluviomarinhas, na área de estudo apresentam-se representadas por desembocaduras como a dos rios Cardoso e Camurupim, que estabelecem os limites geográficos entre os municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia (ROCHA, 2015) e Ubatuba/Timonha em Cajueiro da Praia (SOUSA, 2019), tendo o manguezal como vegetação que se desenvolve ao longo dos estuários, além disso nesses locais a salinidade apresenta variações diárias controladas, em especial, pela variação das marés, observando que a salinidade também sofre variações significativas nos períodos chuvosos.

Neste sentido, há outras desembocaduras fluviais que formam planícies fluviomarinhas e são usadas para a produção do camarão, em Cajueiro da Praia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), os principais cursos d'água que drenam o município são os rios Arraia, Camurupim, Carpina, Carmelo, Timonha, Ubatuba. Sousa (2019, p. 101) coloca que na planície fluviomarinha encontram-se os tanques da atividade de carcinicultura, estes estão localizados em áreas de apicum e salgados, e são os principais responsáveis pela “interferência na dinâmica desse ambiente”.

Na carcinicultura, alguns minerais são importantes no processo de formação do camarão como por exemplo os níveis de cálcio presentes no solo que influenciam no processo de formação da carcaça do camarão e esta quantidade de calcário costuma ser proveniente do processo de decomposição animal presente neste meio em algum período do tempo. Partindo disso, e sabendo que os solos são formados a partir da decomposição de rochas e minerais, outros elementos são importantes em sua formação como a água, o ar, os minerais e a matéria orgânica. As características dos solos são importantes na medida em que interferem nos processos ambientais e humanos. Com isso, nas atividades humanas como a carcinicultura mostra-se relevante entender a composição dos solos onde a atividade é desenvolvida. Diversos estudos mostram que características físico-químicas como textura e composição do solo são fatores que devem ser considerados na escolha dos locais onde serão construídos os tanques de criação de camarão, principalmente características dos solos relacionados à drenagem, além disso relacionam e analisam características dos solos associados a atividade de criação de camarão (MANTEL; FARMER, 1983; DAVIS; LAWRENCE, 1997; ZWEIG; MORTON; STEWART, 1999; BOYD, 2002; CREPANI; MEDEIROS, 2003; ROCHA, 2006; LIMA; LIMA, 2007; FERREIRA; MELO; COSTA NETO, 2008; FERREIRA, 2009; BORBA; MOURA, 2013).

Assim, características do solo podem influenciar diretamente na atividade e no consumo de água das fazendas, trazendo como exemplo que as fazendas com solo arenoso requerem uma maior quantidade de água para poder repor a perda de água por infiltração. Na análise do solo deve-se verificar o nível de ferro e alumínio, visto que podem ter efeitos negativos na saúde dos animais caso estejam em quantidade superior aos parâmetros do meio. Uma das maneiras para corrigir e neutralizar o alumínio no solo é a aplicação de cálcio que também corrige o pH do solo, assim, na construção dos viveiros, primeiramente é feita a correção do solo, através do revolvimento do solo com o uso de cal virgem ou calcário para desinfecção e neutralização da acidez. Este procedimento também é realizado para diminuir a possibilidade de patógenos no processo produtivo. Assim, na escolha do local de instalação dos viveiros, a qualidade do solo é essencial para o sucesso do empreendimento.

Apesar da variedade de solos a área ocupada pela atividade apresenta solos predominantemente representado por Gleissolos. Isto se explica devido a atividade acontecer de forma geral próxima a corpos d'água, ou seja, a carcinicultura na região costeira do Piauí ocorre nos locais

próximos aos leitos dos rios e lagoas da região (planícies fluviomarinhas), pois há a necessidade de grande quantidade de água para abastecimento dos tanques e desenvolvimento da atividade. Além da presença de água a atividade de carcinicultura e outras atividades produtivas podem exigir determinadas características do solo como a presença de materiais orgânicos e minerais como cálcio, sódio, magnésio para um melhor desenvolvimento da atividade produtiva. Além disso outra característica como a drenagem do solo pode ser relevante no desenvolvimento da atividade. A presença desses e outros elementos e características dos solos adequados para o desenvolvimento da carcinicultura serão discutidos em seções posteriores que tratam sobre os parâmetros de monitoramento e da escolha do local para instalação de viveiros e tanques.

Quanto à vegetação presente nos compartimentos da planície costeira piauiense, em específico nos compartimentos geomorfológicos dos municípios de Cajueiro da Praia e Luís Correia, onde a atividade de carcinicultura é desenvolvida, observa-se que nas planícies onde instalou-se a atividade observa-se que a pressão humana sobre os ambientes costeiros tem gerado impactos que vão desde a retirada da vegetação nativa para dar lugar à urbanização (no caso em questão aos tanques), quanto à retirada da vegetação ciliar (ao longo das margens fluviais bem como nos ambientes lacustres) para realização de atividades econômicas (PAULA, 2013). Aponta-se ainda que, por vezes a carcinocultura semi-intensiva acontece de forma insustentável e impacta diretamente na disponibilidade dos recursos naturais, dentre eles a vegetação, além de outros problemas ambientais não relacionados à vegetação.

Outros trabalhos como Crepani e Medeiros (2003); Araripe, Lopes e Bastos (2006) e Sousa, Valladares e Espindola (2016), relacionam a transformação de áreas em que a carcinicultura tem ocupado, especificamente em áreas com espaços arenosos em torno dos manguezais (região denominada de vegetação apicum). Para o Código Florestal Brasileiro as áreas de manguezal são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP). Porém a atividade de carcinicultura tem sido ao longo do tempo desenvolvida em áreas de apicuns.

De acordo com as características da vegetação presente na zona costeira piauiense, estas constituem ecossistemas essenciais para a vida de diversas espécies animais e vegetais. Durante muito tempo e em diversos trabalhos e pesquisas citados anteriormente, descreve-se e coloca-se em evidência os diversos impactos negativos da implantação da carcinicultura sobre estas vegetações e ambientes, principalmente as áreas de manguezal e apicuns (MAIA *et al.*, 2019; SOUZA *et al.*, 2019; CAVALCANTE; ALOUFA, 2018; FERNANDES *et al.*, 2018; GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; JESUS *et al.*, 2018; ABREU; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2017; OLIVEIRA, 2017; MOREIRA; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017; FRANÇA NETO, 2015; SANTOS *et al.*, 2016; SOARES *et al.*, 2016; SANTOS; SILVA, 2016).

Quanto aos impactos ambientais associados aos componentes analisados, diversos estudos relacionam estes a atividade de carcinicultura. Neste sentido, há uma vasta literatura que associam diversos impactos ambientais negativos ligados a produção de camarão: contaminação de corpos d'água, degradação da qualidade das águas (PAULA, 2019; MAIA *et al.*, 2019; CARVALHO; MELLO, 2018; PAULA, 2018; JESUS *et al.*, 2018; ABREU; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2017; LOPES; LOURENÇO; REUSS-STREZEL, 2016; SANTOS; SILVA, 2016); extinção de espécies pesqueiras e demais espécies da fauna costeira, perda da biodiversidade (PAULA, 2019; PAULA, 2018; JESUS *et al.*, 2018; ARAÚJO; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016; SANTOS *et al.*, 2016; SANTOS; SILVA, 2016); intensificação de processos erosivos (FERNANDES *et al.*, 2018); GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; MOREIRA; ALBU-

QUERQUE JÚNIOR, 2017; SANTOS; SILVA, 2016); modificação do fluxo dos corpos hídricos nos estuários ou interferência nos padrões de circulação da água nos estuários, modificação dos fluxos das marés (MAIA *et al.*, 2019; GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; JESUS *et al.*, 2018; OLIVEIRA, 2017; SANTOS; SILVA, 2016) eutrofização do ambiente aquático (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018); salinização de lençóis freáticos e das águas doces (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; ABREU; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2017); assoreamento e aterramento (GOMES; BATISTA; LIMA, 2018; SANTOS; SILVA, 2016); modificação ou destruição da paisagem natural; danos cumulativos ao longo das bacias hidrográficas onde se situam as fazendas; alterações na morfologia dos ambientes costeiros e campos de dunas (OLIVEIRA, 2017; SANTOS; SILVA, 2016).

Em suma, a atividade apresenta baixa compatibilidade, e precisa apresentar planejamento cuidadoso para instalação e manejo, pois mesmo com intervenções de médio e longo prazo apresentam risco significativo à manutenção da oferta quanti-qualitativa dos recursos naturais e possuem pequena possibilidade de proporcionar melhorias na qualidade de vida da população local.

Ainda assim, alguns trabalhos têm verificado benefícios socioeconômicos dessa atividade, como o de Lima (2004), que detectou melhorias na renda familiar mensal média após a implantação de empresas de carcinicultura no litoral oeste do Ceará.

Assim, atividades produtivas quando instaladas nestes locais devem considerar adaptar o processo produtivo com o objetivo de que este, possa minimizar ou reduzir os impactos negativos da atividade empreendedora para estes sistemas ecológicos, além disso ações mitigadoras que controlem e reduzam estes impactos devem estar presentes em seus planos de manejo, além da necessidade de adequação às normas o que inclui por exemplo o licenciamento ambiental.

## **Considerações finais**

O trabalho permitiu verificar a relevância em considerar variáveis ambientais na gestão de um empreendimento de carcinicultura. Quanto ao relevo e a estrutura geológica e geomorfológica, este componente pode influenciar por exemplo na disponibilidade e qualidade da água, pois costuma-se executar-la em compartimentos planos e próximos a corpos d'água, pois canais de abastecimento costumam ser construídos nas áreas mais baixas das propriedades, para que facilitem processos como despesca e renovação da água dos viveiros, sendo que o ideal é que esses canais sejam construídos para que possam também ser utilizados como canais para futuras bacias de decantação.

Quanto ao solo e sua composição mineralógica, pode ser um fator relevante ao desenvolvimento da atividade pois estes podem influenciar diretamente nos resultados de produtividade e eficiência da atividade. Para isso estudos geológicos e pedológicos são importantes instrumentos neste processo para uma escolha de locais que permitam uma melhor acessibilidade e que permitam um local mais adequado para instalação dos viveiros.

Em relação a vegetação, identificou-se que de forma geral a atividade de carcinicultura vem sendo desenvolvida no Piauí em áreas de mangue e apicuns desde os anos 80. O estudo verificou diversos impactos que a atividade de criação de camarão pode causar ao meio ambiente, sendo assim relevante que o empreendedor/produtor entenda as características ambientais destes compartimentos e assim possa fazer com que a atividade gere o menor impacto ambiental

possível nesses compartimentos. Conforme dispositivo legal, a atividade não deve ser instalada em Áreas de Proteção Permanente (APP), assim, ações de mitigação de possíveis impactos ambientais se tornam necessários como: construção de bacias de decantação e tratamento de resíduos gerados no processo produtivo, além disso observa-se que os empreendimentos desenvolvidos nestes compartimentos devem passar pelo processo de Licenciamento Ambiental.

## **Agradecimentos**

Agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), através do Mestrado Profissional em Planejamento e Análise Espacial (MAPEPROF).

## **Referências**

ABREU, Fabiana Lima; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; ALBUQUERQUE, Mária Flávia Coelho. A diversidade no uso e ocupação da zona costeira do Brasil: a sustentabilidade como necessidade. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 11, n. 5, p. 8-16, dez. 2017.

ARARIPE, Hamilton Gondim de Alencar; LOPES, João Batista; BASTOS, Maria Eugênia Gonçalves. Aspectos do licenciamento ambiental da carcinicultura na APA do Delta do Parnaíba. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 143-173, dez. 2006.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes de; NASCIMENTO, Manoel Marcilio Barbosa; OLIVEIRA, Angelo Giuseppe Roncalli da Costa. Recursos hídricos e saúde humana: impactos industriais e estratégias de manejo e proteção ambiental no município de Goiana/PE. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 163-181, set. / dez. 2016.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. **Estudo morfossedimentar dos recifes de arenito da zona litorânea do estado do Piauí, Brasil**. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. Geomorfologia e Geodiversidade do litoral piauiense para fins de Geoconservação. **Revista de Geociências do Nordeste**, Caicó, v. 2, número especial, p. 1250-1258, out. 2016.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, USP, v. 13, p. 1-27, 1972.

BORBA, Marcelo Gurgel; MOURA, Maria Joana Nogueira de. Carcinicultura Brasileira: o perfil do setor em cada unidade federativa produtora em 2011. **Revista da ABCC**, Natal, v. 15, n. 2, p. 26-29, jun. 2013.

BOYD, Claude E. Parâmetros da qualidade de água: o oxigênio dissolvido. **Revista da ABCC**. Recife, v. 4, n. 1, p. 66-69, 2002.

CARVALHO, Marcia Eliane Silva; MELLO, Rodrigo Souza. (Re)Conhecendo a Geodiversidade sergipana: elementos para valoração e geoconservação do litoral e sertão. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 206-226, jul. / dez. 2018.

CAVALCANTE, Juliana da Silva Ibiapina; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. Gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise qualitativa do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 8, n. 2, p. 89-107, jul. / dez. 2018.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Impactos e condições ambientais da zona costeira do estado do Piauí**. 2000. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; CAMARGO, José Carlos Godoy. Impactos e condições ambientais da zona costeira do estado do Piauí. *In*: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (org.). **Do natural, do Social e de suas Interações**: visões geográficas. Rio Claro: UNESP/AGETEO, 2002. p. 59-78.

CHORLEY, Richard John. Geomorphology and general systems theory. **United States Geological Survey Professional Paper**, Washington, n. 500-B, p. 1-10, 1962.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. A teoria dos sistemas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 43-60, 1971.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

CREPANI, Edison; MEDEIROS, José Simeão de. Carcinicultura em apicum no litoral do Piauí: uma análise com sensoriamento remoto e geoprocessamento. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: INPE, 2003. p. 1541-1548.

CULLING, W. E. H. Multicyclic streams and the equilibrium theory of grade: **Journal of Geology**, Chicago, v. 65, n. 3, p. 259-274, May 1957

DAVIS, D. A.; LAWRENCE, A. L. Minerals. *In*: D'ABRAMO, Louis R., CONKLIN, D. E., AKIYAMA, D. M. (ed.). **Crustacean Nutrition**, v. 6. Baton Rouge, Louisiana, USA: Word Aquaculture Society, 1997. p. 150-163.

DUTRA, André da Silva; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: características naturais e a conservação de um patrimônio socioambiental. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 23, n. 2, p. 57-68, 2015.

FERNANDES, Rogério Taygra Vasconcelos; OLIVEIRA, Jônata Fernandes de; FERNANDES, Raimunda Thyciana Vasconcelos; PINTO, Aruza Rayana Moraes; NASCIMENTO, Louize; OLIVEIRA, Jean Carlos Dantas de; NOVAES, José Luís Costa. Impacto da carcinicultura no

manguezal do rio das Conchas, Porto do Mangue, Rio Grande do Norte. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 3, p. 64-84, set./ dez. 2018.

FERREIRA, Dougliston de Moraes; MELO, Jailson Vieira de; COSTA NETO, Leão Xavier da. influência da carcinicultura sobre a salinização do solo em áreas do município de Guamaré/RN. **HOLOS**, Natal, ano 24, v. 2, p. 72-80, 2008.

FERREIRA, Nicolle Corrêa. **Aplicação de índices de qualidade de água (IQA) como apoio à carcinicultura marinha**. 2009. 61 f. Dissertação (Mestrado em Aquicultura) – Programa de Pós-graduação em Aquicultura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Erick Jordan da Silva; BATISTA, Ivaniza Sales; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. Cobertura, ocupação do solo e erosão no entorno da Laguna Guaraíras/RN, Brasil. **HOLOS**, Natal, ano. 34, v. 1, p. 140-156, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/luis-correia/panorama>. Acesso em: 20 fev. 2020.

JESUS, Edilma Nunes de; FEITOSA, Flavia Regina Sobral; SOBRAL, Ivana Silva; SILVA, Haiane Pessoa da. Educação Ambiental e o Licenciamento: um olhar sobre os relatórios de impactos ambientais do estado de Sergipe. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 12, n. 1, p. 23-35, 2018.

LIMA, Edivane de Sousa. **Análise da carcinicultura marinha no estado do Ceará**: estudo de caso no município de Aracati. 2004. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

LIMA, Valmiqui Costa; LIMA, Marcelo Ricardo de; Formação do solo. *In*: LIMA, Valmiqui Costa; LIMA, Marcelo Ricardo de; MELO, Vander de Freitas (ed.). **O solo no meio ambiente**: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Departamento de Solos e Engenharia Agrícola/UFPR, 2007. p. 1-10

LOPES, Elfany Reis do Nascimento; LOURENÇO, Roberto Wagner; REUSS-STRENZEL, Gil Marcelo. Análise multicriterial aplicada a elaboração de zoneamento de unidade de conservação na zona costeira da Bahia, Brasil. **Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 37, p. 65-90, ago. 2016.

MAIA, Rafaela Camargo; SOUSA, Kamila Nara Silva e; BENEVIDES, Jorgeana de Almeida Jorge; AMORIM, Veruska Guilherme; SOUSA, Regina Maria de. Impactos ambientais em manguezais no Ceará: causas e consequências. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 13, n. 5, p. 69-77, dez. 2019.

MANTEL, Linda H.; FARMER, L. L. Osmotic and ionic regulation. *In*: MANTEL, Linda H. (ed.). **The Biology of Crustacea**, v. 5: Internal Anatomy and Physiological Regulation. New

York, USA: Academic Press, 1983. p. 54-162.

MOREIRA, Zuleide Elisa Almeida; ALBUQUERQUE JUNIOR, Eden Cavalcanti de. Impactos socioeconômicos e ambientais do desenvolvimento industrial no município de Goiana-Per-nambuco, Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jan. 2017.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 17-33, jan./mar. 1971.

NATORI, Mariene Miyoko; SUSSEL, Fábio Rosa; SANTOS, Elaine Cristina Batista dos; PRE-VIERO, Thiago de Campos; VIEGAS, Elisabete Maria Macedo; GAMEIRO, Augusto Hauber. Desenvolvimento da carcinicultura marinha no Brasil e no mundo: avanços tecnológicos e de-safios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 61-73, fev. 2011.

FRANÇA NETO, Luiz Pereira de. Impacto à efetivação de direitos econômicos e sociais da po-pulação tradicional da Bacia do Pina. **Neari em Revista**, v. 1, n. 2, p. 28-48, 2015.

OLIVEIRA, João Alberto Rocha de. Zoneamento ambiental e ocupação territorial geográfico do distrito de Pontas de Pedra no município de Goiana litoral norte de Pernambuco – Bra-sil. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 8, n. 21, p. 31- 52, set. 2017.

PAULA, Cristiano Quaresma de. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma in-terpretação geográfica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n.41, p. 79-106, set./dez. 2018.

PAULA, Cristiano Quaresma de. A Pesca artesanal na geografia brasileira: impactos/conflitos, ambientes/territórios. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 01-08, 2019.

PAULA, Jorge Eduardo de Abreu. **Dinâmica morfológica da planície costeira do estado do Piauí**: evolução, comportamento dos processos costeiros e a variação da linha de costa. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Instituto de Ciências do Mar (Labomar), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ROCHA, Glairton Cardoso. **Propostas para a elaboração de planos de gestão para a praia de Macapá - Luís Correia - Piauí**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geo-ciências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

ROCHA, Itamar de Paiva. Impactos socioeconômicos e ambientais da carcinicultura brasileira: mitos e verdades. **Revista da ABCC**, Recife, v. 7, n. 4, p. 29-36, 2006.

SAMPAIO, Yony; COSTA, Ecio de Farias; ALBUQUERQUE, Erica; SAMPAIO, Breno Ramos. Impactos socioeconômicos do cultivo de camarão marinho em municípios selecionados do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 4, p. 1015-1042, out./ dez. 2008.

SANTOS, Eline Almeida.; SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos; SOUZA, Rosemeri Melo e.;

SAMPAIO, Renata Maria de Almeida. Conflitos Socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracajú, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 113-132, jul. 2016.

SANTOS, Jaqueline da Silva dos; SILVA, Debora Barbosa da. Interações ambientais e riscos na planície costeira do município de Itaporanga d'Ajuda. **Seminário Espaços Costeiros**, Salvador, UFBA, v. 3, p. 1-13, out. 2016.

SOARES, Rodrigo Hérico Rodrigues de Melo; SANTOS, Daniele Bezerra dos; RIBEIRO, Karina; BORGES, David Araújo; PONTES, Cibele Soares. Licenciamento Ambiental como Ferramenta para Sustentabilidade: Análise da Carcinicultura do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Interfaces da Saúde**, ano 3, n. 1, p. 8-17, jun. 2016.

SOUSA, Roneide dos Santos. **Zoneamento geoecológico do complexo fluviomarinho dos rios Cardoso/Camurupim e porção costeira adjacente, litoral leste piauiense**. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUSA, Roneide dos Santos.; VALLADARES, Gustavo Souza.; ESPÍNDOLA, **Giovana Mira de**. Análise do índice de vegetação (NDVI) e vulnerabilidade ambiental da planície costeira do estado do Piauí. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 18, n. 2, p. 82-99, set. 2016.

SOUZA, Ana Paula Sena de; SOUZA, Ivonice Sena de; OLAVO, George; LOBÃO, Jocimara Souza Britto; SÃO JOSÉ, Rafael Vinícius de Mapeamento e identificação de vetores responsáveis pela supressão do manguezal na Zona Costeira do Baixo Sul da Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 12, n. 7, p. 2503-2521, 2019.

STRAHLER, Arthur Newell. Equilibrium theory of erosional slopes, approached by frequency distribution analysis. **American Journal of Science**, v. 248, n. 10, p. 673-696, 800-814, 1950.

TROPPEMAIR, Helmut; GALINA, Marcia Helena. Geossistemas. **Mercator**, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 79-90, nov. 2008.

VALE, Cláudia Câmara do. Teoria geral do sistema: histórico e correlações com a geografia e com o estudo da paisagem. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 85-108, 2 sem. 2012.

XIMENES, Luciano Feijão. Produção de pescado no Brasil e no Nordeste brasileiro. Fortaleza: **Caderno Setorial ETENE**, Banco do Nordeste do Brasil, ano 5, n.150, p. 1-16, jan. 2021.

ZWEIG, Ronald D.; MORTON, John D.; STEWART, Maol M. **Source water quality for aquaculture**. Washington, USA: The World Bank, 1999.

## **Sobre os autores**

### **Alcebiades Costa Filho**

Professor Adjunto dos Cursos de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade Estadual do Maranhão (UESMA/CESC). Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão, História do Piauí, História e Literatura, Historiografia, História da Educação e História da Alimentação.

E-mail: [alcebiadescf@yahoo.com.br](mailto:alcebiadescf@yahoo.com.br)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6863899842245877>

### **Antônio Jeovah Andrade Meireles**

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona. Desenvolve pesquisas em Geociências, com ênfase em Geografia Física e Geomorfologia atuando principalmente nos seguintes temas: indicadores geoambientais de flutuações do nível relativo do mar e mudanças climáticas, evolução geomorfológica da planície costeira, planejamento e gestão, impactos socioambientais de grandes empreendimentos no litoral, cartografia social, justiça ambiental e climática. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B

E-mail: [meireles@ufc.br](mailto:meireles@ufc.br)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2431893947841863>

### **Brenda Rafaela Viana da Silva**

Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI) e Geodiversidade, Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação (GEOCON/UFPI).

E-mail: [rafaele.geo.grafia@gmail.com](mailto:rafaele.geo.grafia@gmail.com)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3155942537072856>

### **Elisabeth Mary de Carvalho Baptista**

Professora Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Campus “Poeta Torquato Neto”). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou Estágio de Pós-Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Gradua-

ção em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação (UESPI/IPLAC) e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI/PRODEMA). Graduada em Geografia e em Ciências Biológicas pela UFPI. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado Piauí (NEZCPI/UESPI), desde sua criação em 2010. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE/UFPI). Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). Atua principalmente nos seguintes temas: zona costeira, recifes de arenito, ecossistemas costeiros, geomorfologia costeira, litoral piauiense, paisagem, geodiversidade, geoconservação, geoeducação, recursos hídricos, educação ambiental, geografia e meio ambiente, biogeografia, geografia e literatura, geografia cultural e história ambiental

E-mail: baptistaeli@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5386103931112605>

### **Francisca Cardoso da Silva Lima**

Professora efetiva do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/ Campus “Poeta Torquato Neto” CCHL, Teresina). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Gestão Ambiental (UESPI). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UESPI). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI). Membro da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Atua principalmente nos seguintes temas: geografia e meio ambiente, riscos, geografia do turismo e ensino de geografia.

E-mail: franlima55@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/049637900656588>

### **Francisco de Assis de Sousa Nascimento**

Professor Associado II do Curso de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou Estágio de Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPI e em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Líder do Grupo de Pesquisa História Política, Teatro e Estética (UFPI) e membro do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC/PUC/SP). Atua principalmente nos seguintes temas: República, Educação, Psico-história, história militar, música, cultura, literatura, teatro e memória.

E-mail: franciscoufpi@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6305918928692600>

### **Glairton Cardoso Rocha**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), onde desenvolve trabalhos relacionados, essencialmente, a temática ambiental. Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado Licenciatura Plena em Geografia (UECE). Líder do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MAMDES/IFPI). Pesquisador nos grupos de pesquisa em Geoprocessamento e Geografia Física (LAGGEF/UFRN) e em Geotecnologias para Estudos Ambientais e Urbanos (GEAU/

IFPI). Coordenador do Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial (IFPI). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, Geomorfologia, Geografia Costeira e Climatologia.

E-mail: [glairtongeo@ifpi.edu.br](mailto:glairtongeo@ifpi.edu.br)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1470302147842355>

### **Iracilde Maria de Moura Fé Lima**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Laboratório Geoambiente do Curso de Geografia da UFPI. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE/UFPI) desde sua criação em 2014 e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI). Atua na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, especificamente nas áreas de Geomorfologia, Hidrografia, Meio Ambiente e Educação.

E-mail: [iracildemourafelima@gmail.com](mailto:iracildemourafelima@gmail.com)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6880418044055731>

### **Jorge Martins Filho**

Professor adjunto dos Cursos de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Teresina) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Caxias). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Educação (Docência Superior) pelo Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho (IPLAC/Havana/Cuba/UESPI). Especialista em Geografia Humana pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UEMA). Pesquisador dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI) e Núcleo de estudos intra-urbanos, do contato do urbano com o rural e de transformações ambientais dessas realidades piauienses (NEURMA/UESPI). Atua na área de Geografia, com ênfase em: Ensino de Geografia, Planejamento Regional, Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Econômica, Organização e produção do Espaço Geográfico e Geografia do Turismo.

E-mail: [jmartinsf@gmail.com](mailto:jmartinsf@gmail.com)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6699644702589496>

### **Joseanne Zingleara Soares Marinho**

Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI, *Campus* “Poeta Torquato Neto”, em Teresina). Professora Colaborada do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História Sociocultural (UFPI). Graduada em História (UESPI). Líder do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Trabalho de História da Saúde e das Ciências ANPUH-PI. Realiza pesquisas nas áreas de História da Saúde e das Doenças, História das Mulheres, Gênero, História da Infância, Ensino de História, História da Educação e Políticas Públicas.

E-mail: joseannezsm@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2819637531603284>

### **Lêda Rodrigues Vieira**

Doutoranda em História na Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Assistente II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira). Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduação em Licenciatura Plena em História (UFPI). Desenvolveu pesquisa sobre o processo de constituição da viação férrea no Piauí, e das relações de trabalho e lazer praticados por ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (antiga Estrada de Ferro Central do Piauí) e sobre o projeto de construção do Porto de Luís Correia (PI). Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio. Realiza pesquisa nas áreas de História, cidade, modernização, transportes, patrimônio e trabalho.

E-mail: ledahistoria@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0766516852082037>

### **Liége de Souza Moura**

Professora Adjunta I com Dedicação Exclusiva do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduação em Licenciatura Plena em Geografia (UFPI). Vice-líder e pesquisadora dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa Rural e Regional (NUPERRENA/UESPI). Atua principalmente nos seguintes temas: ensino de Geografia, turismo e meio ambiente, geografia aplicada ao turismo, ambiente semiárido, paisagem, geoecologia da paisagem, geodiversidade, geoconservação, proteção ambiental e organização geoambiental.

E-mail: liegesouza@cchl.uespi.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7237051390221644>

### **Marcos Antonio Cavalcante de Oliveira Júnior**

Professor do Eixo de Gestão e Negócios do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Mestre em Análise e Planejamento Espacial – Geografia (MAPEPROF/IFPI). MBA Executivo pelo Instituto Camilo Filho (ICF). Graduação em Administração pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Laboratório de Estudos Organizacionais Estratégicos em Organizações e Ambientes (LEEAO). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MAMDES/IFPI), em Administração (GEPAD/IFPI) e em Gestão, Empreendedorismo Regional, Inovação e Responsabilidade Socioambiental (GERIR/IFPI).

E-mail: marcos.cavalcante@ifpi.edu.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4760392270230274>

### **Marcus Pierre de Carvalho Baptista**

Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em História Sócio-Cultural pela Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP). Graduado em Licenciatura Plena em História

pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI) e História Política, Teatro e Música (UFPI). Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). Atua na área de História do Piauí, História do Brasil, História e Cidade, História da Saúde e das Doenças, Memória, História Oral, Identidade, História e Literatura e Biografia e História.

E-mail: marcus\_pierre@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8835791668331783>

### **Priscila Saraiva de Moura Souza**

Doutoranda em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Pesquisa História, Poder e Ideias Políticas (GPHPIP/UERJ). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: História, Cidade, Literatura, Piauí, historiografia e Parnaíba.

E-mail: cyla\_moura@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0653200302283132>

### **Roneide dos Santos Sousa**

Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Caxias). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Geografia na Área de Concentração Organização do Espaço e Educação Geográfica, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisas em Geociências, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: Geomorfologia Costeira/Litorânea, Cartografia Geomorfológica, Mapeamentos de Uso da terra, Áreas Litorâneas, Zoneamento Geoambiental. Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e Ensino de Geografia.

E-mail: roneidesousa@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7650255220053901>

### **Ulisses de Andrade Lima**

Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisador e membro da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.

E-mail: ulisseslima328@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5295621972726234>

# Sobre o NEZCPI

## Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado Piauí – NEZCPI



Grupo de Pesquisa criado em 2010 a partir de um esforço conjunto de professores pesquisadores do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em face de inexistência de um espaço, mesmo que virtual, que congregasse material, estudos e pesquisas relacionados ao litoral do Piauí, estando Cadastrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela IES.

Visando a elaboração de alternativas prováveis de ordenação do espaço para uma gestão sustentável do litoral piauiense, os objetivos do grupo incluem:

- Desenvolver estudos e pesquisas voltados para a análise multi e interdisciplinar sobre os processos dinâmicos socioambientais relacionados à zona costeira piauiense.
- Realizar estudos e pesquisas em outros espaços piauienses dentro da proposta da temática, pertinente ao grupo de pesquisadores.

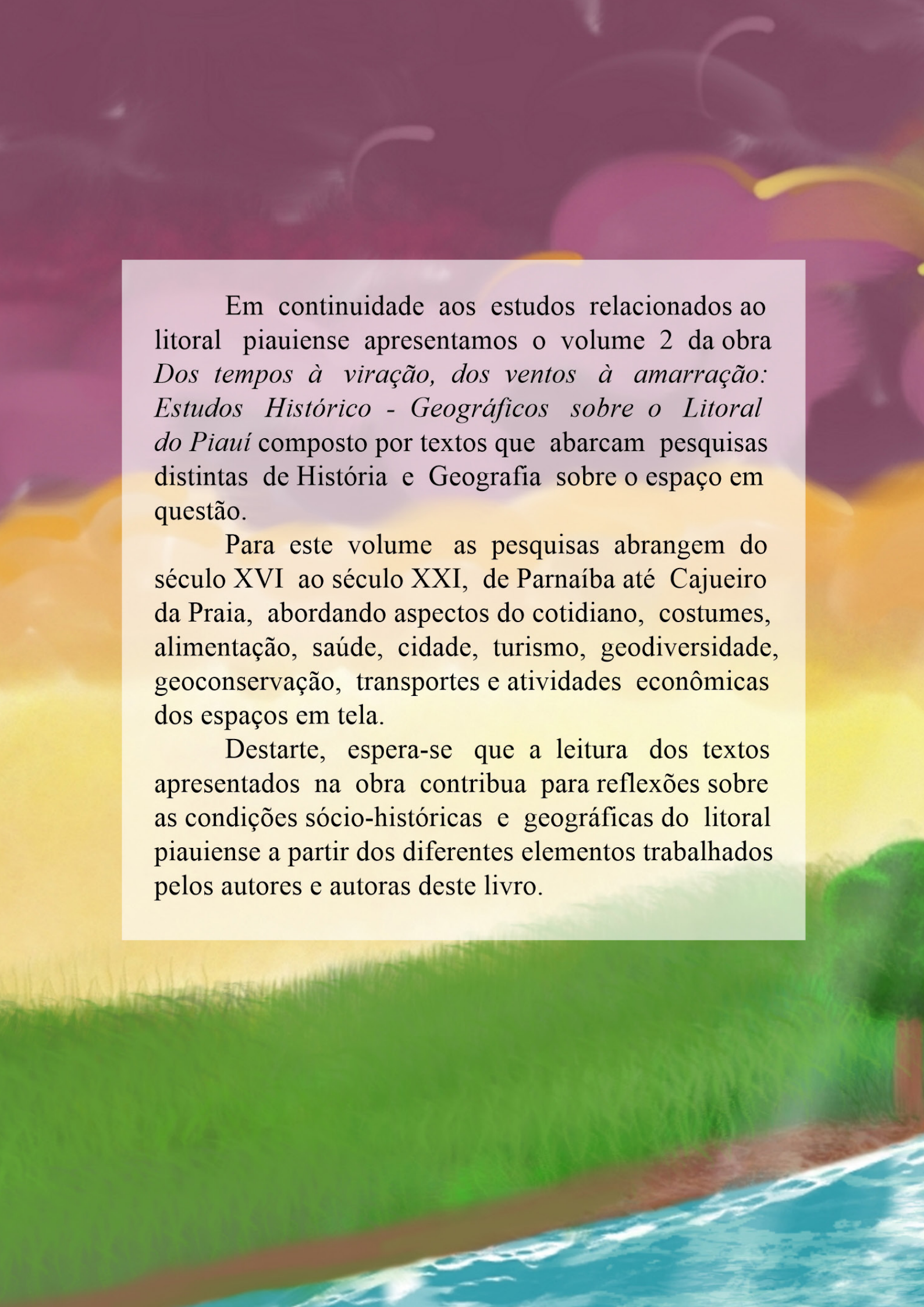
Deste modo, seus pesquisadores e colaboradores vêm desenvolvendo investigações nas seguintes Linhas de Pesquisa:

- Biodiversidade, Conservação da Natureza e Unidade de Conservação.
- Educação, Cultura, Turismo e Espaço Geográfico.
- Geografia, História e Meio Ambiente.
- Paisagem, Geodiversidade e Geoconservação

### **Contatos e outras informações:**

E-mail: [nezcpi.geo.uespi.tn@gmail.com](mailto:nezcpi.geo.uespi.tn@gmail.com)

Website: <https://nezcpiespi.wordpress.com>



Em continuidade aos estudos relacionados ao litoral piauiense apresentamos o volume 2 da obra *Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico - Geográficos sobre o Litoral do Piauí* composto por textos que abarcam pesquisas distintas de História e Geografia sobre o espaço em questão.

Para este volume as pesquisas abrangem do século XVI ao século XXI, de Parnaíba até Cajueiro da Praia, abordando aspectos do cotidiano, costumes, alimentação, saúde, cidade, turismo, geodiversidade, geoconservação, transportes e atividades econômicas dos espaços em tela.

Destarte, espera-se que a leitura dos textos apresentados na obra contribua para reflexões sobre as condições sócio-históricas e geográficas do litoral piauiense a partir dos diferentes elementos trabalhados pelos autores e autoras deste livro.